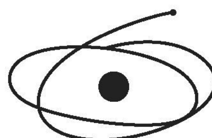
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano IV nº 14 1961



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*



Ano IV Nº 14 Junho 1961

ARTIGOS

Junho d

1961

Revista Brasileira de

Política Internacional



Ano IV - Númer

número 14

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos Poderes Públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1219
RIO DE JANEIRO, GB. — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação do seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Diretor:

OSWALDO TRIGUEIRO

Direção e Administração:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1219 — Tel. 42-4553
RIO DE JANEIRO

Assinatura anual: Cr$ 400,00. Número avulso: Cr$ 100,00. Para o exterior: Cr$ 450,00 ou US$ 4.00 (Dois anos: US$ 7.00)

Escrevem neste número: GENERAL EMÍLIO MAURELL FILHO, ex-Assessor militar da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas; LUIS ALVARADO GARRIDO, Ministro das Relações Exteriores do Peru; T. GRAYDON UPTON, vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e ex-Subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos; JOSUÉ DE CASTRO, deputado, ex-presidente do Conselho Executivo da F.A.O. e catedrático de Geografia Humana da Universidade do Brasil; MILAN BARTOS, Conselheiro de Estado, Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e ex-Diretor da Faculdade de Direito de Belgrado; BRIGADEIRO JOÃO MENDES DA SILVA, ex-Diretor Geral de Aeronáutica Civil e atual Subdiretor de Manutenção do Ministério da Aeronáutica; ROGER JAMEZ, Economista belga.

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano IV | Junho de 1961 | Número 14

SUMÁRIO

DOCUMENTOS

LIVROS

O PROBLEMA DO DESARMAMENTO

General Emílio Maurell Filho

O problema do desarmamento, há mais de um decênio, vem figurando, no panorama político mundial, como assunto de primordial importância. Mas a despeito dos esforços desenvolvidos pelas potências ocidentais, visando obter um acôrdo razoável nesse domínio, verdade é que as numerosas reuniões das Comissões de Desarmamento, renovadas cada ano, não conseguiram, sequer, ultrapassar a estaca zero do longo caminho a percorrer.

O exame do volumoso acervo de trabalho das Comissões de Desarmamento leva-nos a concluir que o debate da relevante questão compreende duas fases distintas: a primeira, abrange o período que decorre de 1946 a 1957 e que culminou com a apresentação, naquele último ano, das propostas de desarmamento da U.R.S.S. e das potências ocidentais, último trabalho a vir à luz, com uma aparente base de discernimento, nesse 1.º decênio; a segunda, a que se iniciou, por ocasião da inauguração da XIV Assembléia Geral da ONU, em setembro de 1959, com a proposta de um "Desarmamento total e geral" apresentada com aparatoso realce e com surprêsa geral, pelo astuto Presidente do Conselho dos Ministros da U.R.S.S., Sr. Nikita S. Khrouchtchev, na oração com que iniciou os debates.

Na verdade, Nikita S. Khrouchtchev, ao apresentar em sua alocução de 18 de setembro de 1959, perante a Assembléia Geral da ONU, a sua demagógica proposta com o pomposo título de "Desarmamento total e geral" conquistou, sem dúvida, o seu maior triunfo político no decurso de sua histórica visita aos E.U.A. De tal modo empolgou, não só a opi-

nião pública mundial, como a própria Assembléia, com a sua referida proposta, hàbilmente apresentada, que conseguiu tornar despercebida, se não mesmo desprezada, a proposta que, sôbre o mesmo assunto e o mesmo *grandioso alcance*, apresentara com primazia, o então Ministro do Exterior do Reino Unido, Mr. Lloyd, na sessão da véspera.

Muito embora as propostas em aprêço não ofereçam a riqueza de detalhes daquelas apresentadas até 1957 e, principalmente, das que vieram à luz neste último ano, forçoso é reconhecer que, pelo alcance que lhes dá relêvo e pelas conseqüências drásticas que acarretariam nos atuais sistemas de defesa de ambos os blocos contendores, bem caracterizam uma segunda fase da discussão do relevante problema.

Acresce que o ano de 1958 constituiu um verdadeiro hiato na discussão do problema em foco, e serviu para evidenciar o mais completo desinterêsse dos soviéticos pela sua solução, com vistas à implementação de medidas capazes de diminuir a tensão política existente e a conseqüente ameaça da eclosão de uma nova Guerra Mundial. De fato, os soviéticos valendo-se de argumentos de pequena ou nenhuma consistência, contra a composição da Comissão de Desarmamento designada pela Assembléia Geral, em sua reunião de 1957, obstruíram completamente os seus trabalhos, impedindo, mesmo, que se reunisse, sequer, uma só vez. Mas, por outro lado, valendo-se do campo propício criado pela ignorância de muitos e pelo facciosismo de outros tantos, incentivaram a sua velha propaganda em prol do banimento do emprêgo dos implementos nucleares e termonucleares e da suspensão imediata e incondicional das experiências com tais implementos bélicos.

E o pior de tudo é que não resultou vã essa infatigável atividade dos soviéticos, satélites e pseudoneutralistas, dentro e fora das Nações Unidas.

Foi assim que o Govêrno dos E.U.A., cedendo às pressões exercidas, nesse sentido, no âmbito mundial e no interior do próprio país, resolveu suspender, temporàriamente, a partir de 1.º de outubro de 1958, as experiências com imple-

mentos bélicos de origem nuclear ou termonuclear. Entretanto, os soviéticos, mostrando, ainda uma vez, a falta de sinceridade nas suas constantes pregações, ignoraram o gesto norte-americano e, valendo-se de argumentos pueris, retomaram as suas experiências com poderosas bombas termonucleares (Bombas H).

Isso não obstante e tendo em vista quebrar o impasse, a Assembléia Geral da ONU aprovou, com o apoio das grandes potências ocidentais, em sua sessão de 4 de setembro de 1958, três resoluções pelas quais recomendou às partes interessadas a apoiarem a Conferência de Técnicos iniciada em 31 de setembro de 1958, para o estabelecimento de um sistema de contrôle internacional da suspensão das experiências com projéteis nucleares ou termonucleares (Bombas — A ou H); recomendou, ainda, a suspensão das referidas experiências enquanto as negociações estivessem em curso e, finalmente, alterou a composição da "Comissão de Desarmamento" que "*a título especial, para o ano de 1959, se comporia de todos* os Estados membros da ONU" (sic), como pleiteara a U.R.S.S. apoiada pelos satélites e neutralistas.

Os trabalhos da Comissão Técnica, que se vem reunindo, de há muito, em Genebra, não têm, evidentemente, correspondido à expectativa. A despeito dos esforços dos representantes do Reino Unido e dos E.U.A., consubstanciados em valorosas e constantes concessões, os soviéticos não se têm mostrado conciliatórios. E de nada têm valido as conclusões da referida Comissão dos 3 Grandes (Reino Unido, U.R.S.S. e E.U.A.) sôbre a possibilidade de serem, até certo ponto, detectadas as explorações nucleares, quer sejam estas realizadas na superfície, nas altitudes estratosféricas, subterrâneas ou submarinas, desde que um certo número de grupos técnicos, providos do material científico necessário, seja disposto convenientemente, nos territórios onde possam ocorrer tais explosões. E isso porque acima dos esforços dos homens de ciência e das possibilidades técnicas da solução de tão importante problema, pairam as ocultas intenções dos dirigentes da política soviética, aos quais, evidentemente, só interessam

as restrições sôbre a experimentação e o emprêgo dos engenhos nucleares e termonucleares, como mero expediente de propaganda e com vistas a impressionar as massas ignorantes e temerosas. Isso sem falar nos efeitos secundários que tais restrições provocariam no sistema de defesa ocidental, como veremos adiante.

Acresce que os anos de 1959 e 1960, graças aos processos de obstrução tão do agrado dos representantes soviéticos, assinalam uma completa estagnação nas discussões sôbre o problema em aprêço, não tendo a Comissão de Desarmamento designada pela ONU se reunido nesse período.

II

Deixaremos de lado, por inútil, o volumoso acervo dos trabalhos das comissões de desarmamento anteriores ao ano de 1957, para nos determos na análise sumária das propostas apresentadas neste referido ano, pelo bloco ocidental, de um lado, e pela U.R.S.S., por outro, e que constituem realmente, os únicos trabalhos de profundidade capazes de nos oferecer uma segura base de julgamento sôbre as tendências de cada um dos blocos contendores em assunto de tão grande significação para a humanidade. Mesmo porque, dessa análise resultarão os indispensáveis meios de julgamento para que possamos tirar conclusões sôbre o alcance e o valimento das propostas da U.R.S.S. e do Reino Unido, que convencionamos incluir em uma segunda fase da evolução da chamada questão do desarmamento.

A) *Na 1.ª Fase.*

No anexo n.º 1 é apresentado um estudo comparativo da proposta soviética de 20 de abril de 1957, com as alterações constantes da carta da mesma origem dirigida à Assembléia Geral da ONU, em 20 de setembro do mesmo ano; e a proposta do bloco ocidental, datada de 29 de agôsto de 1957.

Ao observador menos atento, não escapariam, por certo, as diferenças que, sob a enganosa aparência de alguns pontos de contacto, apresentam, quer na forma, quer no fundo, as duas propostas em aprêço. E, na verdade, êsse antagonismo se acentua bem mais no fundo do que na forma.

De fato, os princípios básicos que nortearam as duas propostas em confronto diferem profundamente. A proposta ocidental tomou como base o *slogan*, de há muito criado pelo antigo delegado da França, Jules Moch, e que se enuncia como segue: "nem, isoladamente, desarmamento sem contrôle, nem contrôle sem desarmamento; mas, sim, progressivamente, todo desarmamento atualmente controlável."

Por outro lado, a União Soviética, que se tem mostrado tão pródiga nas propostas de desarmamento, principalmente nos domínios nuclear e termonuclear, recusa-se a aceitar o contrôle respectivo, ou quando o aceita, em princípio, se mostra avêssa à sua regulamentação séria e inequívoca. Parodiando o *slogan* acima enunciado, poder-se-ia dizer que a proposta soviética tomou como base o seguinte: "nenhum contrôle *com* ou *sem* desarmamento; mas, sim, qualquer espécie de desarmamento, desde que não seja sujeito a efetivo contrôle."

Mas a análise aprofundada das duas propostas em causa nos traz a convicção de que é no domínio dos armamentos nucleares e termonucleares que as divergências entre os dois blocos mais se acentuam. De um lado, vemos a União Soviética — evidentemente, mais com objetivos políticos, nos quais a exploração da ignorância temerosa das massas ocupa lugar de destaque, do que por convicção própria, de bem servir a humanidade — a propor, com insistência inabalável, o banimento total e incondicional do emprêgo dos armamentos nucleares e termonucleares, a cessação da fabricação de novos implementos bélicos desta espécie, a destruição dos estoques existentes e a suspensão da realização de novas explosões experimentais. E assim o faz, negando-se a distinguir o que, de tudo isso, é realmente controlável, ou atendo-se a meras referências por demais vagas e inexpressivas, sôbre a regulamentação do contrôle respectivo.

Em contrapartida, vemos o bloco ocidental indo ao encontro das propostas soviéticas, mas com as devidas cautelas que a sua responsabilidade perante o Mundo Livre e o próprio instinto de autodefesa lhe estão a exigir. Mostra-se disposto a aceitar o compromisso de não empregar os armamentos nucleares e termonucleares, salvo no caso em que qualquer das partes contratantes se encontre em situação de legítima defesa individual ou coletiva. É a evocação do velho direito de legítima defesa, que não comporta restrições e que a Carta das Nações Unidas acata e recomenda, no seu artigo 51. Não se trata, certamente, da interdição incondicional desejada pela União Soviética, com óbvias intenções, e a qual não pode ser aceita, atualmente, por duas razões muito fortes: a primeira reside no fato de que essa interdição não seria, pràticamente, controlável e, destarte, inconciliável com a justificável desconfiança recíproca reinante; a segunda se baseia no temor de que tal renúncia viesse a constituir um estímulo à agressão pelas nações dotadas de fôrças convencionais mais poderosas, como é, aliás, o caso da União Soviética.

Até o momento em que as negociações sôbre a suspensão dos ensaios de armas nucleares e termonucleares, sob a instituição efetiva de um sistema de contrôle internacional, foram iniciadas (em 31 de outubro de 1958), tomando por base o relatório da "conferência de técnicos" — julgaram os ocidentais que a interdição das explosões experimentais, se bem que desejável, só poderia ser aceita sob contrôle efetivo desde que fôsse associada à interdição, igualmente controlada, da produção das matérias fissionáveis para fins militares e, também, à interdição, sempre sob contrôle, da fabricação de novas armas nucleares, além da transformação progressiva dos estoques já existentes para fins pacíficos. E essas amarras de segurança se mostram tanto mais justificáveis, quanto não se pode assemelhar nem a interdição ao uso, ou a renúncia à utilização, que não são materialmente controláveis, nem a eliminação dos estoques existentes que, também, não

o é, — com a cessação da produção e a limitação dos ensaios, estas perfeitamente controláveis, dentro de certos limites, pelo menos.

Veremos mais adiante que o bloco ocidental, acatando as resoluções da XIII Assembléia Geral, pertinentes ao assunto, aprovadas na sua 779 reunião, em 4 de novembro de 1958, abriu mão de grande parte das condições, até então apresentadas, para a formulação de um acôrdo sôbre a suspensão das *experiências nucleares.*

Prosseguindo na análise das propostas em aprêço, verificaremos que um outro grande antagonismo se acentua na questão da instituição e da incidência dos contrôles. Sob o pretexto de que a um plano parcial de desarmamento devem corresponder medidas de contrôle também parciais, excluem os soviéticos, na sua proposta de 20 de abril de 1957, determinadas medidas de contrôle já por êles incluídas em propostas anteriores. Tal procedimento não foi, entretanto, aceito pelos ocidentais, por isso que, dêsse modo, se excluiriam atribuições referentes a operações mantidas na aludida proposta.

É assim que, para o desarmamento no domínio convencional, é previsto pelos ocidentais um contrôle sôbre peças, além de um contrôle nas unidades, nos estabelecimentos militares e nas usinas de armamentos, contrôles êsses que os soviéticos ignoraram. Assim, também, no que se refere ao contrôle das usinas civis, que se supõe possam vir a operar em atividades de caráter militar, clandestinas.

Em outro domínio, para as possíveis concentrações secretas de tropas, com vistas a um ataque por surprêsa, foram previstos quatro postos fixos em terra, propostos, de resto, pelo Marechal Bulganine na Conferência de Genebra. Dêsses, apenas três são mantidos na proposta russa, além de ficarem limitados a zonas por demais reduzidas e assaz imprecisas; o quarto, talvez o mais útil, aquêle que se referia aos aeródromos, foi admitido, apenas, para ser instalado ulteriormente, em uma oportunidade bastante vaga e imprecisa.

Maior divergência é notada, ainda, no que tange ao contrôle aéreo. (1) Há evidente acôrdo no que se refere ao princípio, mas não o há em relação aos limites. Na proposta de 20 de abril de 1957, os soviéticos pouco modificaram as suas posições anteriores, ao menos no que concerne à Europa. Sua primeira proposta se referia a uma faixa de 800 quilômetros de uma parte e de outra da linha de demarcação (linha de separação da Alemanha Oriental da Ocidental). A segunda é igualmente simétrica em relação a essa linha, porém um pouco mais extensa, ou seja de 1 000 quilômetros, de uma parte e de outra da linha de demarcação. Mas ela apresenta o mesmo duplo defeito já notado na primeira: de um lado, com efeito, se apoia sôbre a referida linha de demarcação, que divide a Alemanha, enquanto a consolidação da paz, como a situação atual o demonstra com evidência, exige que se chegue a suprimir um dia e não a consolidar esta separação artificial e inaceitável; por outro lado, considerações de ordem militar se apresentam imediatamente: sendo colocada simètricamente em relação à linha de demarcação aludida, a zona de sobrevôo proposta pelos soviéticos presupõe que os quilômetros têm o mesmo valor militar para o Este, como para o Oeste. Isso, no entanto, não é exato. Como é fácil de constatar, da aludida linha de demarcação, até o Oceano Atlântico, o continente eurasiano mede, em sua maior largura, cêrca de 1 200 quilômetros, enquanto até encontrar o Oceano Pacífico mede cêrca de 12 000 quilômetros. Há, pois, para a faixa continental Leste possibilidades de manobra dez vêzes maiores do que para a faixa Oeste. Um quilômetro para o Oeste equivale, destarte, militarmente falando, a dez quilômetros para o Leste.

A zona de contrôle, alegam os ocidentais, e com justificadas razões, longe de dever ser simétrica em relação à linha de separação das duas Alemanhas, deveria, pois, ser dez vêzes mais profunda para o Leste que para o Oeste, para ter de uma

---

(1) Sobrevôo dos territórios (política de "céu aberto" proposta, inicialmente, pelos E.U.A.).

parte e de outra, um igual valor militar, ou melhor, estratégico. Todavia, embora certos da justiça dêsses seus argumentos, os ocidentais apenas exigem que, qualquer que venha a ser a zona delimitada para o sobrevôo, na Europa, deve, obrigatòriamente, incluir uma faixa substancial do território da U.R.S.S. e não deter-se, como foi proposto, em suas fronteiras oeste.

Por último, resta assinalar uma outra grande divergência encontrada nas duas propostas em confronto: a questão do desmantelamento das bases militares dos Estados Unidos e de outros países da OTAN no continente eurasiano, mediante igual procedimento da U.R.S.S. e dos países participantes do Pacto de Varsóvia, além da redução de 1/3 dos efetivos mantidos pelos ocidentais e pela U.R.S.S. na Alemanha. Tal proposta, que consta não só do plano soviético de 20 de abril, como da Carta de 20 de setembro, ambos de 1957, foi rejeitada, liminarmente, pelos ocidentais. E justificam os aliados ocidentais essa sua rejeição, alegando:

1.°) que na atual situação de insegurança em que assenta a paz mundial, essas bases, como as fôrças dispostas em certos países, constituem um dos elementos de segurança indispensáveis;

2.°) que a situação, sob o aspecto em aprêço, é bem diferente para a U.R.S.S., em relação aos aliados ocidentais, notadamente o Reino Unido e os Estados Unidos; de vez que a primeira (U.R.S.S.) teria cumprido tal acôrdo ao retirar suas fôrças para o interior de suas fronteiras, a apenas uma milha da Polônia, ou da Romênia, por exemplo, podendo restabelecer o seu antigo dispositivo em poucas horas; enquanto o Reino Unido e, principalmente, os E.U.A. teriam que retirar as suas fôrças para regiões separadas por grandes extensões marítimas, acarretando problemas assaz sérios no âmbito da logística, de modo a exigir um prazo

exageradamente longo para restabelecer o antigo dispositivo de ocupação, o que, de resto, mais certamente, jamais ocorreria por contingências da própria guerra. Vê-se, assim, que a proposta russa que, para olhos leigos, pode se mostrar generosa, a êsse respeito, traz, realmente, em seu bôjo uma verdadeira "armadilha estratégica", se assim pudermos chamar êsse gesto político de grande alcance.

B) *Na 2.ª Fase.*

Conforme ficou convencionado no início deste ensaio, caracterizam esta segunda fase dos debates sôbre o momentoso problema em tela, as propostas sôbre "Desarmamento Total e Geral" apresentadas à Assembléia Geral da ONU, em setembro de 1959, pelo Presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., Sr. Nikita S. Khrouchtchev e pelo então Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, Mr. Lloyd.

Do exame do anexo n.º 2 (quadro comparativo das propostas em aprêço) ressalta, desde logo, que, quer a proposta russa, quer a apresentada pelo representante do Reino Unido, oferecem como objetivo final a ser alcançado, ao ser atingida a fase final de um 3.º estágio, um desarmamento, pràticamente, *total e geral*, segundo o definiu o Primeiro Ministro russo. E se diferenças existem no resultado final que ambas as propostas pretendem alcançar, estas se podem resumir como segue:

1.º) A proposta do Reino Unido, sem acreditar no sonho soviético da extinção total, pura e simples, de tôdas as Fôrças Armadas dos Estados e de todos os organismos responsáveis pela defesa nacional, contenta-se em reduzir as Fôrças Armadas a um nível tal, que, sem comprometer a manutenção da ordem interna e a soberania dos Estados, os impeça de tomar qualquer atitude agressiva contra outro Esta-

do. Sem dúvida, êsse último objetivo pode ser considerado menos amplo ou mais modesto; mas, na verdade, traz a marca irrecusável de ser o único realista.

2.º) A proposta russa não abandonou a velha tradição relativa à inspeção e ao contrôle: ao admiti-los em princípio, se furta à sua regulamentação séria e inequívoca.

Ao contrário, a proposta do Reino Unido se mostra, desde o início e no decurso dos diferentes estágios do desarmamento, fiel ao citado *slogan* de autoria do antigo delegado da França, Jules Moch, e que tem servido de diretriz à linha geral de conduta das potências ocidentais: "nem, isoladamente, desarmamento sem contrôle, nem contrôle sem desarmamento; mas, sim, progressivamente, todo desarmamento, desde que possa ser devidamente controlado".

III

Da leitura atenta das duas propostas em presença, ressalta, desde logo, a notável coincidência entre ambas no que se refere ao número de etapas em que se deve processar o desarmamento progressivo — fixadas em 3 — até atingir o objetivo final, que, para os soviéticos, corresponderia à "extinção total e geral" de tôdas armas do tipo clássico, atômico, bacteriológico ou químico e, bem assim, de tôdas as Fôrças Armadas e organismos de segurança nacional; enquanto, para os inglêses, dever-se-ia chegar à extinção de tôdas as armas referidas, salvo um limitado número daquelas do tipo clássico, necessárias ao equipamento de fôrças reduzidas a uma expressão tal que, sem comprometer a manutenção da ordem interna dos Estados, ficassem êstes impedidos de empreender qualquer ação agressiva contra outros Estados.

Se nos detivermos, no entanto, no estudo comparado das propostas em aprêço, etapa por etapa (vide anexo 2), chegaremos a conclusões de que sérias e ponderáveis divergências serão fàcilmente notadas entre elas.

De fato, a primeira etapa da proposta soviética contempla, apenas, a redução dos efetivos das fôrças armadas das Grandes Potências aos níveis já propostos pelos ocidentais anteriormente (1957) e, bem assim, a redução dos armamentos e do material militar, "de tal modo que as quantidades dos armamentos restantes correspondam aos níveis fixados para os efetivos das Fôrças Armadas".

É de causar espécie, entretanto, o fato de não haver na 1.ª etapa da proposta soviética, sequer, uma referência à cessação dos testes atômicos, tema tão do agrado dos vermelhos e que vem constituindo objeto de prolongadas e sérias negociações em Genebra. No meu modo de ver, êsse silêncio dos soviéticos teve em vista ocultar, perante a opinião pública atenta, por certo, aos primeiros debates na Assembléia Geral, as verdadeiras causas do impasse a que se chegou na Conferência de Genebra sôbre a suspensão das experiências atômicas e que se cifram na obstinada resistência dos russos à criação de um adequado sistema de inspeção e contrôle. De resto, nota-se na 1.ª etapa do projeto soviético, apenas uma vaga referência ao "contrôle apropriado" (sic) da redução dos efetivos.

Em contrapartida, já na 1.ª etapa do projeto do Reino Unido se salienta, com destaque, não só a necessidade de um acôrdo no que se refere à cessação dos testes atômicos, sob estrito contrôle, como se cogita da reunião de uma conferência de técnicos para o estabelecimento de um sistema de contrôle da cessação da utilização dos materiais fissionáveis para a fabricação de armas, com vistas a impedir que continue a produção destas armas, após a cessação definitiva das experiências.

Mostra-se, destarte, o Govêrno inglês, fiel ao conceito, unânimemente aceito no âmbito do bloco ocidental, de que sem um progresso substancial no domínio da cessação das expe-

riências atômicas e posterior banimento da fabricação de novos implementos bélicos dêste teor, não será jamais possível qualquer progresso no domínio do desarmamento em geral. Acresce que, ainda na 1.ª etapa do seu projeto, o Govêrno do Reino Unido, não só vem ao encontro da proposta russa no tocante à redução dos níveis dos efetivos das Fôrças Armadas e dos armamentos do tipo clássico, com que estas são normalmente equipadas, como vai muito mais longe ao propor o estudo de outros problemas vitais para a paz mundial, como sejam: o problema da prevenção dos ataques por surprêsa, nos seus aspectos político e técnico; o estudo dos problemas criados pela utilização do espaço cósmico; e o estudo, importantíssimo, aliás, da natureza e das funções do organismo internacional de contrôle.

Passemos ao estudo comparado da segunda etapa, previsto em ambos os projetos.

Nessa 2.ª etapa, os russos apresentam propostas verdadeiramente drásticas e que, por certo, não poderão ser aceitas pelos aliados ocidentais. A primeira delas se refere ao licenciamento total das Fôrças dos Estados, remanescentes das reduções que teriam sido realizadas no decurso da 1.ª etapa; a segunda diz respeito à velha exigência da supressão de tôdas as bases militares situadas em territórios estrangeiros, por certo, de todo inaceitável pelos aliados ocidentais, pelo menos na atual conjuntura da política mundial.

Trata-se, destarte, de proposta redundante, de vez que ao ser completado o licenciamento de tôdas as Fôrças de que ainda dispusessem os Estados, não haveria com que, nem porque manter a posse das bases em territórios estrangeiros. E, na verdade, a finalidade a atingir pelos soviéticos, nessa 2.ª etapa, é a extinção das bases dos E.U.A. em territórios dos países da OTAN. A questão da liquidação das fôrças militares, que êles próprios sabem ser inexeqüível, aparece aqui, apenas, como uma cortina de fumaça capaz de ocultar os seus verdadeiros desígnios. De qualquer forma, quero crer que as

propostas contidas nessa 2.ª etapa do projeto russo, bastariam, por si sós, para tornar inaceitável êste último, em seu conjunto.

Passemos ao projeto britânico no decurso da mesma 2.ª etapa. Refere-se, em primeiro lugar, à redução progressiva dos armamentos do tipo clássico e ao contrôle apropriado dos efetivos militares. Como se vê, a progressividade e o contrôle na execução das medidas de desarmamento continuam a figurar no 1.º plano das cogitações britânicas. É um grande contraste com a proposta russa na mesma etapa, onde a palavra "contrôle" não foi sequer mencionada.

Mas os britânicos, fiéis ao conceito de que sem acôrdo substancial no domínio atômico nenhum progresso é de esperar-se no domínio do desarmamento, em geral, contemplam, nesta etapa, não só "um primeiro passo na via do banimento da produção de materiais fissionáveis para a produção de armas atômicas", como, ainda, vislumbram uma primeira redução dos estoques de armas nucleares "por meio de transferências sucessivas, sob contrôle internacional, dos materiais fissionáveis, de que são constituídas estas armas, para fins pacíficos". É êsse, sem dúvida, o passo mais largo que se poderia dar em prol do banimento futuro da utilização dos implementos atômicos para fins militares. Mas não é só. A segunda etapa da proposta britânica vai, ainda, muito mais longe no domínio da preservação da paz mundial: prevê, não só o estabelecimento de um sistema de inspeção contra todo ataque por surprêsa, como ainda, um acôrdo sôbre um sistema destinado a garantir a utilização, para fins pacíficos, do espaço cósmico.

Bastariam êsses dois itens, cujos alcance é de suma transcendência para a preservação da paz, para valorizar, sobremodo, a proposta britânica, nessa 2.ª etapa. Não se contentou, entretanto, o Govêrno britânico em oferecer tanto em tão poucas linhas. Propõe, por último, que sejam tomadas as primeiras medidas para o desenvolvimento do órgão internacional de contrôle, com vistas à manutenção da paz. Quem, pois, de boa mente, poderá deixar de apoiar as propostas britânicas para a referida 2.ª etapa?

Chegamos, finalmente, à análise das propostas em aprêço em suas terceiras etapas. Nessa terceira etapa, ambas as propostas coincidem, em linhas muito gerais, na finalidade a atingir. De fato, enquanto a proposta russa visa, nessa 3.ª etapa, "a extinção completa de todos os armamentos, Fôrças Armadas e organismos de segurança nacional", a proposta britânica declara ter por escopo, na mesma etapa, "o desarmamento completo de tôdas as potências, sob contrôle internacional eficaz".

Mas, se há coincidência, em linhas muito gerais, nos objetivos a alcançar, na fase final do processo de desarmamento, as duas propostas apresentam profundas divergências em seus objetivos intermediários, vale dizer em seus procedimentos de detalhe. De fato, quer uma, quer outra, contempla a destruição de tôdas as armas atômicas, químicas, bacteriológicas e, bem assim, a interdição ao uso de tais armas. Contemplam, ainda, ambas as propostas, a proibição ao uso do espaço cósmico para fins militares e, bem assim, a utilização dos foguetes para fins que não sejam pacíficos. Propõem, por outro lado, que seja dado pleno desenvolvimento ao organismo internacional de contrôle, capaz de vigiar a plena execução do Tratado de Desarmamento, em seu conjunto, e garantir a manutenção da paz.

Mas, por outro lado, há grandes e profundas divergências a assinalar, entre as quais se incluem: a) a questão da extinção completa das Fôrças Armadas, dos organismos militares e paramilitares e demais órgãos da segurança nacional, que os russos contemplam e que os inglêses não consideram; b) na questão da conscrição militar e banimento de todos os órgãos de recrutamento, instrução e mobilização militares; c) na questão da organização e funcionamento do organismo internacional de contrôle; d) no que se refere às atribuições a conferir ao Conselho de Segurança e à Assembléia Geral da ONU, no tocante ao exame das controvérsias sôbre a aplicação do Tratado de Desarmamento, inclusive as violações — propostas pelos russos e não mencionadas pelos inglêses.

Vê-se, destarte que, do estudo comparado dos dois projetos em presença, resulta, sem dúvida, a impressão de que, pelo menos aparentemente, ambos visam a atingir o mesmo objetivo final grandioso — *o desarmamento geral dos Estados.*

O plano soviético, entretanto, para atingir o objetivo final aludido, lança mão de processos por demais drásticos que, por serem de evidente inexeqüibilidade, emprestam ao conjunto do projeto um caráter fantasioso, demagógico, senão, mesmo, utópico.

Ao contrário, o projeto do Reino Unido, mantendo-se em todo o seu processamento fiel à meta final a atingir, o faz com método e progressividade, sem retirar o cunho de exeqüibilidade aos diferentes objetivos intermediários a serem conquistados.

De fato, ninguém poderá, de boa mente, acreditar na sinceridade dos soviéticos ao proporem, em seu projeto, a extinção total, pura e simples, de tôdas as armas, de tôdas as Fôrças Armadas e de todos os organismos responsáveis pela segurança e defesa da soberania dos Estados.

A falta de sinceridade de propósito da U.R.S.S. se acentua, entretanto, quando notamos em seu plano a pequena ou nenhuma atenção ao sistema de contrôle e inspeção que os aliados ocidentais consideram, e com justa razão, aliás, uma das peças essenciais no processo do desarmamento.

Refere-se o plano soviético ao sistema de contrôle e inspeção apenas na 1.ª e na 3.ª etapas, mas o faz cometendo o pecado mortal de tornar o contrôle e a inspeção subordinados ao que fôr realizado no quadro do desarmamento e não, como seria lógico, processar cada fase ou etapa do desarmamento subordinada a um sistema de inspeção e contrôle prèviamente organizado. Em suma, o que os soviéticos propõem é a inspeção e contrôle *a posteriori,* isto é, depois do fato consumado. Quem se arriscaria a desarmar-se sem estar seguro de que os seus antagonistas também o fizeram?

Mais grave, ainda, é o fato de os soviéticos desejarem submeter as desavenças sôbre a aplicação do Tratado de Desarmamento, ou sejam as denúncias sôbre possíveis burlas

às determinações do Tratado, feitas pelo órgão internacional de contrôle, ao Conselho de Segurança e à Assembléia Geral. Busca com tal proposta a U.R.S.S., como é evidente, não só complicar o processo de contrôle, como falsear os seus resultados, valendo-se do direito de veto que lhe é assegurado no Conselho de Segurança.

Em contraste, a proposta do Reino Unido, sempre fiel ao conceito de que nenhum desarmamento poderá ser aceito sem o devido contrôle, prevê a aplicação dêste, *pari-passu,* em tôdas as fases do desarmamento e até mesmo depois que êste seja completamente realizado, com vistas à manutenção da paz.

Êsse fato, por si só, bastaria para recomendar a adoção da proposta britânica, como base de estudo, pelo menos. Ademais, convém frisar que essa proposta é, sob o ponto de vista técnico, a mais completa de quantas têm sido apresentadas até o presente.

IV

Difìcilmente haverá quem se oponha a considerar que a limitação real e efetiva dos armamentos agressivos é, de fato, a única medida de caráter prático capaz de alicerçar uma nova era de paz e compreensão entre as nações. Mas, há que considerar, por outro lado, que não valerá a pena desarmar os braços, por ação física, se tal não fôr acompanhado, senão precedido, de um desarmamento dos espíritos, capaz de atuar favoràvelmente sôbre as consciências humanas — mesmo porque, sem sinceridade de propósitos, qualquer ajuste seria mais perigoso do que útil.

Na atual conjuntura da política internacional, forçoso é reconhecer, entretanto, que o problema em tela apresenta grande complexidade em seu equacionamento e solução adequada. Os dados do problema vêm sendo apreciados diferen-

temente pelos dois blocos contendores — ocidental e oriental — e, segundo um velho axioma aritmético, as quantidades heterogêneas não são comparáveis e não se podem somar.

De fato, para o "bloco oriental", com o rôlo compressor russo ao seu dispor, e cujo poderio aéreo-terrestre é inigualável sob o ponto de vista de suas possibilidades operativas — as armas nucleares e termonucleares constituem, realmente, o único alvo visado no problema da limitação dos armamentos. E convenhamos que, para êsse "bloco", nenhuma outra reivindicação seria mais judiciosa — nem mais oportuna.

É assim que uma rápida avaliação das fôrças em presença, nos levaria, desde logo, à conclusão irretorquível de que, uma vez afastada a ameaça de uma represália em têrmos de energia nuclear ou termonuclear, por parte do "bloco ocidental", a Rússia e seus satélites poderiam, mediante uma ação fulminante do seu "rôlo compressor aéreo-terrestre", conquistar, em poucas semanas, tôda a Europa Ocidental e, ainda mesmo, o Oriente Médio, se a atual situação, em tal região, não mudar. Dispõe, na verdade, a U.R.S.S., atualmente, de 175 divisões, das quais mais de cinqüenta por cento são blindadas ou mecanizadas e de 30 000 a 35 000 aviões modernos para o seu apoio aéreo. Por outro lado, os países satélites europeus podem engrossar a massa de divisões russas, imediatamente, com, pelos menos, mais 30 a 50 divisões, tôdas elas equipadas e instruídas segundo os modelos soviéticos. E isso sem levar em conta as possibilidades imensas da China Comunista, nesse setor.

E, no mesmo domínio aéreo-terrestre, de que dispõem os países da NATO para se oporem a êsse gigantesco e poderoso rôlo compressor, capaz de se pôr em movimento em poucas horas, dada a sua conhecida condição de aprestamento? De quase nada. Basta dizer que, das 18 divisões previstas como elemento de contenção inicial, a NATO jamais conseguiu manter ao pé da obra mais do que uma dezena de divisões, muitas delas com efetivo quase inexpressivo. Acresce que, em contraste com a rígida determinação e unidade de propósitos das

fôrças do bloco soviético, temos que considerar a pequena ou nenhuma disposição para a luta das fôrças da NATO, agravada pelas divergências de ponto de vista que culminaram com as exigências dos franceses no que concerne à sua frota do Mediterrâneo e à aviação norte-americana, localizada nas bases em território gaulês. À insuficiência flagrante das fôrças da NATO, se deve acrescer, pois, o seu pequeno teor moral, em têrmos de determinação para a luta.

Vale dizer, pois, que o único óbice a uma ação ofensiva do "bloco oriental" — cujas fileiras vêm sendo enriquecidas, dia a dia, por novas adesões ocultas ou ostensivas, contra as duas citadas mais importantes áreas estratégicas de todo o planêta, é a ação catalítica exercida pelas armas nucleares e termonucleares em mãos dos ocidentais.

Dir-se-á que, também, os soviéticos possuem êsse poderio de efeitos astronômicos de destruição. É certo que o possuem; mas, ao que se sabe, se não em qualidade, pelo menos em quantidade nìtidamente inferior ao *pool* à disposição do "bloco ocidental". Ademais, convém ter presente que, via de regra, o agressor só age quando convencido da impunidade, obtida mediante a conquista da surprêsa da vítima, ou quando certo da inferioridade de armas desta última.

O raciocínio exposto se aplica, sem dúvida, com evidência não menor, no que se refere a uma outra área estratégica importante — o Extremo Oriente — e na qual a conjuntura política é, também, assaz crítica para os ocidentais. Não há negar a existência nessa imensa área geográfica de um outro monstruoso rôlo compressor aéreo-terrestre, impossível de ser igualado, em pêso e em sua potência e cuja contenção só é possível mediante a ação de presença de uma nova forma de energia, capaz de destruí-lo, ou, pelo menos, estrangular a sua ação, sem necessidade de palmilhar o terreno da luta.

Não é, pois, de admirar que o "bloco asiático", satélite da U.R.S.S., reivindique, também, *in primo loco*, a extinção das armas nucleares e termonucleares. É um direito que lhe assiste a pregação da autodefesa dos seus interêsses, embora êstes possam ser considerados pouco escrupulosos.

Sem dúvida, o ponto de vista do "bloco ocidental" terá que ser diametralmente oposto, a menos que se aceite, como certa, uma esdrúxula "política de suicídio". Pois os fatos não demonstram que, nos dias que correm, a única "válvula de segurança da Paz Mundial" é a conservação, em mãos dos ocidentais, de um avassalador poderio nuclear e termonuclear? Se assim é, de fato, como consentir que qualquer acôrdo sôbre limitação de armamentos se inicie pela invalidação daquilo que constitui o único argumento convincente contra a agressão premeditada e, destarte, o verdadeiro poder garantidor da paz de que carece todo o mundo civilizado?

Destruir ou invalidar, de algum modo, o atual poderio atômico de que dispõem os ocidentais, ou, mesmo, entravar o seu aperfeiçoamento, equivaleria a retirar de uma máquina a vapor, de alta pressão, a sua "válvula de segurança", persistindo em lançar na fornalha, a cada instante, novos elementos combustíveis. Quem, então, se abalnçaria a garantir a integridade dessa máquina, face a uma explosão iminente?

Se, na verdade, estamos convencidos — e os fatos parece que a isso nos conduzem — de que o poder atômico, ao invés de ameaçar a paz mundial é, paradoxalmente, o elemento essencial da sua preservação, no momento, e que, ao contrário, os dois rôlos compressores aéreo-terrestres, um, face à Europa Ocidental e o outro, situado no Extremo Oriente, é que mantêm, constantemente em cheque a soberania e a integridade territorial das nações que se recusam a aceitar a rubra influência avassaladora, — tudo indica, em boa lógica, que a limitação dos armamentos, se é que esta é realmente exeqüível, deveria começar por aparar as garras dêstes dois dragões colossais. Vale dizer que, antes de qualquer outra iniciativa, devemos procurar obter a redução dos armamentos tradicionais, com que são normalmente equipados os binômios aéreo-terrestres (Exércitos e Fôrças Aéreas), de que se vêm valendo a U.R.S.S. e seus satélites para ameaçarem insistentemente a paz mundial. E quem diz limitação das armas tradicionais

se refere à redução conseqüente das grandes unidades de organização normal, quer da ativa, quer da reserva, que poderiam ser aprestadas em caso de emergência.

De fato, ao limitar os estoques e a capacidade de produção das armas e dos equipamentos tradicionais que integram as grandes unidades terrestres e aéreas, na forma prevista na *proposta ocidental (29 de agôsto de 1957), estamos efetivamente* reduzindo o potencial bélico de uma nação, pelo menos *por certo período, cuja duração dependerá de vários fatôres,* dentre os quais sobreleva a sua capacidade industrial. E convém, desde logo, assinalar *o quanto é aleatória a limitação* pura e simples do número de homens sob bandeira, em tempo de paz. *O exemplo da Alemanha, sob a vigência do Tratado* de Versailles, parece edificante. Reduzidas as suas Fôrças *Armadas, por fôrça do referido Tratado, ao inexpressivo efe*tivo de cem mil homens (100 000), nem por isso deixou Hitler de mobilizar uma avassaladora fôrça de mais de oito milhões de homens, com a qual estêve a ponto de conquistar quase todo o continente europeu. É que assim se demonstra que uma nação previdente, embora dispondo de efetivos de tempo de paz relativamente modestos, poderá planejar cuidadosamente a mobilização mais ou menos rápida, dependendo de vários fatôres, — *de fôrças ponderáveis, desde que disponha dos ele*mentos humanos de enquadramento indispensáveis (quadros) e *dos implementos bélicos necessários ao pé da obra.* E sublinho — note-se bem — implementos bélicos ao pé da obra, porque sem armas, munições, aviões, navios etc. etc., e sem apoio logístico adequado, não se pode mobilizar coisa alguma.

V

Os Estados Americanos vêm incorporando ao Direito Internacional, desde 1890, por meio de convenções, resoluções e declarações conjuntas, importantes normas, visando a criar a assistência recíproca e a solidariedade continental.

Essas normas têm sido revigoradas e, por vêzes, proclamadas com maior relêvo, em tôdas as conferências internacionais que se seguiram à realizada no México, em 1945, tais como a "Conferência Interamericana para a manutenção da paz e da segurança do continente", da qual resultou a assinatura do "Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (Rio de Janeiro, 1947); a "Conferência Interamericana de Bogotá", em 1948, que deu nascimento à "Carta da Organização dos Estados Americanos" e a Conferência Interamericana de Caracas, Venezuela.

Acresce que, entre as resoluções da "Conferência Interamericana sôbre os problemas da Paz e da Guerra", realizada no México, 1945, figura a constituição de um "Organismo militar permanente", incumbido de estudar e propor soluções para os problemas que afetem a paz e a segurança do Hemisfério Ocidental. Êsse organismo deveria ser constituído tomando como "célula *mater*" a "Junta Interamericana de Defesa", a qual já havia, então, demonstrado o seu valor como órgão de intercâmbio de pontos de vista, de estudo de problemas e de formulação de recomendações, além de fomentar uma estreita colaboração entre as Fôrças terrestres, navais e aéreas das repúblicas americanas.

Na Conferência de Bogotá, em 1948, ampliou-se a idéia acima referida, criando-se a "Comissão Consultiva de Defesa", destinada a aconselhar o "Orgão de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores" a respeito dos problemas de colaboração militar que possam surgir da aplicação dos tratados especiais existentes sôbre matérias de segurança coletiva. Essa "Comissão", que é integrada pelas mais altas autoridades militares dos Estados Americanos, tem como órgão de trabalho permanente e de planejamento, a Junta Interamericana de Defesa, que, por sua vez, dispõe de um Estado-Maior conjunto, com a representação militar dos diferentes Estados.

Por outro lado, o "Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (Rio de Janeiro, 1947), em seu artigo 4.º, delimita uma "Zona de Segurança" em tôrno do Continente Ame-

ricano, dentro da qual um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos e, conseqüentemente, *cada uma das partes contratantes se compromete* a ajudar a fazer frente à agressão, no exercício do direito imanente de legítima defesa, individual ou coletiva, que é reconhecido pelo artigo 51 da Carta da ONU". Êsse dispositivo, que foi revigorado na "Carta dos Estados Americanos" (Bogotá, 1948), aumentou, sem dúvida, os vínculos de todos os Estados americanos, entre si, e, principalmente, com os E.U.A., no caso de um conflito extra-continental.

É forçoso reconhecer, pois, que a criação da "Comissão Consultiva de Defesa" e a reestruturação da "Junta Interamericana de Defesa", dando a esta uma missão permanente de planejamento da defesa continental, a cargo do Estado-Maior Conjunto constituído em seu órgão de trabalho; de par com a delimitação da "Zona de Segurança Continental", dentro da qual qualquer ataque armado ou atentado à soberania de um *Estado americano, implica no revide imediato de todos os Estados* continentais, como um todo indivisível, vieram dar um cunho prático e efetivo às normas relativas à assistência recíproca e à defesa conjunta do Continente, até então, vigorantes, apenas, no terreno contemplativo, e muitas vêzes inócuo, dos Tratados e Convenções.

Assim sendo, é natural que o problema do desarmamento, tal como vem sendo debatido no âmbito mundial, seja acompanhado, com grande interêsse, pelas nações dêste Continente, de vez que, embora tradicionalmente amantes da paz, poderão vir a ser arrastadas na voragem de um conflito generalizado. Sou dos que pensam, mesmo, que aos Estados que integram a "família americana" assiste o direito irrecusável não, apenas, de acompanhar de perto os debates referentes ao magno problema em foco, mas, ainda, de intervir nestes debates, com vistas a evitar a catástrofe de uma nova e devastadora Guerra.

De resto, os fundamentos jurídicos em que assentam a "Solidariedade Continental" e a "Assistência Recíproca" entre os Estados, conferem à Organização dos Estados americanos a necessária fôrça moral para fazer valer os seus esforços em prol da paz e da solução harmoniosa das divergências que atualmente dividem o mundo em dois campos antagônicos.

Mas isso não invalida a consciência plena dos perigos a que estaremos expostos se o atual equilíbrio do potencial bélico em mãos dos dois blocos contendores, nos domínios nuclear e termonuclear, vier a ser rompido. Mesmo por que, os fatos nos conduzem à convicção de que, paradoxalmente embora, os implementos bélicos de origem nuclear e termonuclear, à disposição do Mundo Livre e, em particular dos E.U.A., constituem, na presente conjuntura política, pela possibilidade da sua ação repressiva, a única válvula de segurança da Paz Mundial e, *ipso facto*, da Segurança Continental. Essa é, pelo menos, a minha opinião pessoal.

ANEXO 1

ESTUDO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS PROPOSTAS DE DESARMAMENTO APRESENTADAS PELO BLOCO DE NAÇÕES OCIDENTAIS E PELA UNIÃO SOVIÉTICA

(São excluídos dêste quadro, por já figurarem no texto, os assuntos relativos às atuais negociações sôbre suspensão e contrôle das experiências nucleares).

Proposta do Bloco Ocidental (29 de agôsto de 1957)	Proposta Soviética de 20 de abril, com alterações constantes da Carta de 20 de setembro à Assembléia Geral (1957)
I — *Limitação e redução das Fôrças Armadas e dos armamentos.*	I — *Limitação e redução das Fôrças Armadas e dos armamentos.*
No período de um ano, a partir da entrada em vigor da Convenção, os efetivos serão limi-	Pela Carta de 20 de setembro à Assembléia Geral, o Govêrno soviético concordou com os

tados ou reduzidos aos níveis máximos seguintes:

França	750 000	homens
Reino Unido	750 000	"
U.R.S.S.	2 500 000	"
E.U.A. ..	2 500 000	"

Os níveis dos efetivos a estabelecer para os outros Estados seriam objeto de cogitação ulterior.

No decurso do mesmo período, os Estados acima colocarão em depósitos, no seu próprio território e sob a fiscalização de uma organização internacional de contrôle, quantidades determinadas de tipos de armamentos designados de comum acôrdo e que figurarão em listas anexadas à Convenção.

É prevista a negociação de novas limitações de efetivos e armamentos, sob as seguintes condições:

1 — Execução das disposições convencionais com satisfação de todos;
2 — Progressos realizados no âmbito político;
3 — Que outros Estados, cuja participação é essencial, hajam aderido à convenção e reduzido os níveis dos efetivos e dos armamentos.

As novas reduções de efetivos seriam:

2.º estágio:

França	700 000	homens
Reino Unido	700 000	"
U.R.S.S.	2 100 000	"
E.U.A. ..	2 100 000	"

níveis dos efetivos propostos pelos ocidentais, a serem alcançados em 3 estágios.

Concorda, ainda, em substituir a redução de 15% sôbre os armamentos, constante da sua proposta de 20 de abril, pelas listas dos armamentos a serem depositados, sob contrôle internacional, como propôs o grupo ocidental.

É, todavia, acrescentado que o valor das Fôrças Armadas, de todos os Estados Partes da Convenção, deve incluir o pessoal empregado pelas Fôrças Armadas em uma capacidade civil, porém engajado em serviços relativos ao equipamento e às instalações militares.

Por outro lado, considera essencial que o apropriado acôrdo de desarmamento entre as potências deve cobrir todos os estágios e que a transição de um estágio de redução das Fôrças Armadas para o próximo não deve depender de qualquer condição que não esteja estipulada no acôrdo.

É estipulado, finalmente, na Carta de 20 de setembro, que a convenção para a redução dos armamentos de acôrdo com as listas a serem fornecidas, não deve retardar a implementação das provisões do ajuste relativo à redução das Fôrças Armadas e orçamentos militares.

Os níveis dos outros Estados seriam objeto de negociações.

3.º estágio

França	650 000	homens
Reino Unido	650 000	"
U.R.S.S.	1 700 000	"
E.U.A. ..	1 700 000	"

Sob as condições indicadas acima, novas limitações de armamentos são previstas. Essas limitações seriam calculadas em proporção com os níveis de efetivos fixados para os 2.º e 3.º estágios:

As limitações de efetivos e de armamentos previstas para os 2.º e 3.º estágios só entrarão em vigor depois que o sistema de contrôle tenha sido suficientemente desenvolvido e colocado em situação de verificar a boa execução das disposições convencionais.

II — *Despesas militares*

Os E.U.A., a França, o Reino Unido e a U.R.S.S. colocariam à disposição da Organização Internacional de Contrôle informações concernentes aos respectivos orçamentos e despesas militares para o ano precedente à entrada em vigor da Convenção e para cada um dos anos subseqüentes. As categorias de informações a fornecer serão convencionadas prèviamente e constituirão um anexo à Convenção.

III — *Armas nucleares*

Cada parte contratante se compromete a não fazer uso de armas nucleares, se um ataque armado não a colocar em estado de legítima defesa individual ou coletiva.

II — *Despesas militares*

Na Carta de 20 de setembro, o Govêrno soviético persiste no ponto de vista de que os orçamentos para o 1.º estágio da redução das Fôrças Armadas e dos armamentos, devem ser reduzidos de 15%.

III — *Armas nucleares*

Conquanto favorável à absoluta proibição do emprêgo dos armamentos nucleares e termonucleares, à cessação da sua produção, sua eliminação dos armamentos e a destruição dos estoque de tais armamentos, tal como consta das suas propostas de 10 de maio de 1955, 17 de novembro de 1956 e 8 de março de 1957, — a União Soviética propôs, em sua Carta de 20 de

setembro, que os Estados Partes assumam a solene obrigação de não fazer uso de tais armamentos, inicialmente, por um prazo de 5 anos.

Esta obrigação deveria entrar em execução no início do 1.º estágio das medidas para a redução das Fôrças Armadas e dos armamentos convencionais.

Todavia, a título de conciliação, a União Soviética considera que o referido acôrdo temporário deve ser considerado como uma questão separada e independente, o estabelecimento da qual não deve condicionar a obtenção do acôrdo em outros aspectos do problema do desarmamento.

O Govêrno soviético repele, ainda, a permissão do uso dos armamentos nucleares no caso de legítima defesa.

IV — *Contrôle das Matérias fissionáveis*

Os Estados partes da Convenção se comprometeriam a:

1 — Sob contrôle internacional e um mês após haver o Conselho Internacional de Contrôle notificado que um sistema de inspeção eficaz, para tal objetivo foi montado,

— Só utilizar para *fins não militares* tôda a produção futura de matérias fissionáveis, aí comprendidos os estoques existentes;

2 — Constituir um grupo de técnicos para elaborar o sistema de inspeção e apresentar relatório 10 meses após a entrada em vigor da convenção.

IV — *Contrôle das Matérias fissionáveis*

O assunto é desdobrado nas propostas soviéticas. Repele a proposta ocidental.

3 — A partir da data da suspensão da produção de matérias fissionáveis, efetuar, sob contrôle internacional, transferência, para usos não militares, de quantidades equitativas e crescentes das referidas matérias e para tanto:

Comprometem-se a:

1 — Fixar as proporções específicas das matérias fissionáveis, de natureza comparável, a transferir no âmbito de cada Estado;

2 — Começar essas transferências desde a cessação da produção das matérias fissionáveis para fins militares, em datas aprazadas, nas quantidades convencionadas e respeitando as proporções fixadas.

A partir da data da cessação da produção das matérias em aprêço, os Estados partes da Convenção se comprometem, ainda, a:

1 — Não transferir qualquer armamento nuclear para fora do seu contrôle e a não aceitar que tais armas lhes sejam transferidas;

2 — Não transferir para fora do seu contrôle nenhuma matéria fissionável ou a não aceitar a transferência para seu benefício, salvo para fins não militares.

V — *Explosões nucleares experimentais*

A contar da data da entrada em vigor da Convenção, suspensão por 12 meses das explosões nucleares experimentais, à condição de que as partes hajam acordado para a instalação e manutenção dos contrôles desejados, nestes compreendidos postos dotados de equipamento científico a serem instalados nos territórios da U.R.S., do Reino Unido, e dos E.U.A., na região do Oceano Pacífico e em todos os outros lugares julgados necessários.

Findo o período de 12 meses, as Partes poderão livremente retomar as experiências, salvo se fôr convencionado prolongar, sob inspeção internacional eficaz, a suspensão destas.

É prevista a suspensão de ensaios por um período adicional de 12 meses, à condição:

1 — que o sistema de inspeção previsto para o primeiro período de 12 meses, haja funcionado a contento;

2 — que tenha havido progresso na elaboração de um sistema de inspeção concernente à suspensão da produção de matérias fissionáveis para fins militares.

No caso de serem retomadas as explosões experimentais, os Estados se obrigam:

1 — a anunciar e fazer registrar prèviamente a data de cada série de ensaios e a ordem de grandeza da energia a ser liberada;

V — *Explosões nucleares experimentais*

A União Soviética, pela Carta de 20 de setembro, continua a insistir na necessidade de ser concluído um acôrdo sôbre a suspensão dos ensaios de projetis atômicos e hidrogênicos, sem que êste seja condicionado à conclusão de acôrdo em outros aspectos do desarmamento.

Em vista da importância da suspensão dos testes, a U.R.S.S. considera necessário levar esta questão perante a 12.ª Sessão da Assembléia Geral, como um item separado e independente da Agenda.

Na proposta de 20 de abril, a União Soviética propõe a suspensão incondicional das experiências nucleares e termonucleares pelo prazo de 2 a 3 anos. Na Carta de 20 de setembro, insiste na sua proposta anterior, declarando preferir que a *suspensão dos referidos testes* seja em caráter definitivo.

Em discurso na Comissão de Segurança, o representante soviético mantém os pontos de vista anteriormente manifestados e constantes das propostas apresentadas.

2 — a limitar a quantidade de materiais radioativos que deve ser liberada na atmosfera.

VI — *Contrôle dos objetos enviados através o espaço extra-atmosférico.*

Os Estados se comprometeriam, 3 meses a partir da entrada em vigor da Convenção, a constituir uma comissão de técnicos, incumbida de estudar a constituição de um sistema de inspeção, capaz de assegurar que o envio de objetos através dos espaços extra-atmosféricos só se fará para fins exclusivamente pacíficos e científicos.

VII — *Garantia contra a eventualidade de um ataque de surprêsa.*

O sistema de inspeção contra os ataques de surprêsa compreenderá, em todos os casos:

1 — uma inspeção aérea nas regiões adiante delimitadas;

2 — postos de observação terrestre, nos grandes portos, nós ferroviários, nas principais estradas e nos aeródromos importantes.

3 — equipes terrestres móveis que gozariam de uma autoridade expressamente definida.

A partir dos 3 primeiros meses da entrada em vigor da Convenção, as Partes enviarão ao Conselho de Contrôle inventários de suas instalações militares fixas, bem como os dados numéricos e os lugares de estacionamento das suas fôrças militares e de seus armamentos específicos, nestes compreendidos os meios de lançamento de engenhos nucleares.

VI — *Contrôle dos objetos enviados através o espaço extra-atmosférico.*

A U.R.S.S., apenas se refere em outros itens ao seu desejo de que seja proibido incondicionalmente, o uso de tais projetis. Não se refere, todavia ao contrôle, tal como é proposto pelos ocidentais.

VII — *Garantia contra a eventualidade de um ataque de surprêsa.*

A U.R.S.S., pela Carta de 20 de setembro, aceita a idéia da implementação de medidas relativas ao estabelecimento de um contrôle internacional.

Êsse contrôle obedeceria ao que segue:

1 — desde o 1.º estágio do desarmamento, postos de contrôle seriam estabelecidos no território dos Estados, na base de reciprocidade, nos grandes portos, junções ferroviárias e auto-estradas, a fim de prevenir perigosas concentrações de fôrças ou de armamentos;

2 — no 1.º estágio, os postos de contrôle terrestre só serão estabelecidos nas áreas da fronteira oeste da União Soviética, no território da França, do Reino Unido e de outros Estados da NATO e do

Tratado de Varsóvia e, ainda, na parte leste dos E.U.A.

3 — os postos de contrôle nos aeródromos só devem ser estabelecidos no 2.º e no 3.º estágios da redução das Fôrças Armadas e dos armamentos.

A questão dos postos de contrôle nos aeródromos requer, também, correlação com relevantes medidas para a final proibição dos armamentos atômicos e hidrogênicos e sua eliminação pelos Estados.

Rejeita, formalmente, as propostas do grupo ocidental relativas à inspeção aérea.

VIII — *Organização internacional de contrôle.*

Tôdas as obrigações inscritas na convenção só terão valor se funcionar, de modo contínuo, um sistema eficaz de contrôle e de inspeção, que permita verificar a boa execução, por tôdas as Partes contratantes, das disposições da Convenção.

A "Organização Internacional de Contrôle" funcionará sob a égide do Conselho de Segurança e terá como órgão executivo o "Conselho de Contrôle".

VIII — *Organização internacional de contrôle.*

Na Carta de 20 de setembro, como nas propostas anteriores, o Govêrno soviético apenas aflora o assunto sem penetrar no detalhe da organização do contrôle. Todavia, aceita o princípio, declarando que a implementação das medidas constantes do acôrdo de desarmamento parcial deve ser colocada sob apropriado contrôle.

As funções de contrôle devem ser estabelecidas por acôrdo entre as partes, por um órgão de Contrôle que funcionará sob a égide do Conselho de Segurança.

IX — *Movimento dos armamentos.*

Serão reguladas pelo Conselho de Contrôle a exportação e a importação dos armamentos que forem designados.

IX — *Movimento dos armamentos.*

A União Soviética só se refere aos armamentos nucleares e termonucleares, para propor que não sejam cedidos, pelos Estados

X — *Suspensão da Convenção.*

As partes contratantes têm o direito de suspender as suas próprias obrigações, por notificação escrita à organização internacional de contrôle:

1 — no caso de violação grave da convenção por uma outra Parte.

2 — quando um ato qualquer de um Estado ameace a segurança de uma outra Parte contratante.

XI — *Bases militares no exterior.*

A proposta ocidental não cogita do assunto. Todavia, em discursos pronunciados na Comissão de Desarmamento, vários oradores do bloco ocidental se referiram à proposta russa nesse sentido, repelindo-a.

XII — *Redução das Fôrças Armadas das 4 Potências no território da Alemanha e nos países da NATO e do Tratado de Varsóvia.*

A proposta ocidental não cogita do assunto. Todavia, em discursos pronunciados na Comissão de Desarmamento, os representantes ocidentais repelem a proposta soviética nesse sentido.

produtores, a outros Estados. Refere-se, em particular, aos implementos atômicos que os E.U.A. cederam ou pretendem ceder aos países da NATO e àqueles que figuram nas bases norte-americanas de ultramar.

X — *Suspensão da Convenção.*

As propostas soviéticas não cogitam do assunto.

XI — *Bases militares no exterior.*

É proposto o desmantelamento de algumas bases militares no exterior, ao serem tomadas as medidas relativas ao 1.º estágio do desarmamento.

XII — *Redução das fôrças armadas das 4 Potências no território da Alemanha e nos países da NATO e do Tratado de Varsóvia.*

Redução de 1/3 das fôrças da U.R.S.S., E.U.A., Reino Unido e França estacionadas no território da Alemanha. Redução, a ser convencionada, das fôrças ocidentais nos países da NATO e da U.R.S.S., e nos países do Tratado de Varsóvia.

XIII — *Proibição da propaganda de guerra.*	XIII — *Proibição da propaganda de guerra.*
Não cogita a proposta ocidental dêste assunto.	Acusa os países ocidentais de fazerem propaganda de guerra. Propõe um compromisso no sentido de fazer cessar tal propaganda que põe em perigo a paz universal e constitui motivo de pânico para a população mundial.
XIV — *Composição da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas e da sua Subcomissão.*	XIV — *Composição da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas e da sua Subcomissão.*
Não cogita a proposta ocidental dêste assunto. Todavia, na Comissão de Desarmamento, os oradores ocidentais se mostraram contrários à proposta soviética.	A U.R.S.S., propõe um aumento da Comissão e da Subcomissão, com a inclusão em ambas de representantes de países da Ásia, da África e da América Latina. Propõe, ainda, tornar público os debates na Comissão e na Subcomissão. Propõe que o assunto seja tratado pela Assembléia Geral.

ANEXO 2

QUESTÃO DO DESARMAMENTO

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS DA U.R.S.S. E DO REINO UNIDO, APRESENTADAS À XIV ASSEMBLÉIA GERAL

Proposta da U.R.S.S.	*Proposta do Reino Unido*
— 1.ª etapa —	— 1.ª etapa —
a) Redução, sob contrôle apropriado, dos efetivos das Fôrças Armadas da U.R.S.S., dos Estados Unidos e da República Popular da China a 1 700 000 homens e das do Reino Unido e da França a 650 000. b) Redução dos efetivos das Fôrças Armadas dos outros Estados aos níveis que forem convencionados em uma sessão especial da Assembléia Geral da	a) Experiências nucleares. O acôrdo, a êsse respeito, que resultar da conferência entre os Govêrnos dos Estados Unidos da América, da U.R.S.S. e do Reino Unido, deve ser tornado extensivo a outras nações com vistas à solução do problema da expansão das armas nucleares. b) Necessidade da reunião de uma conferência técnica para o estabelecimento de um sistema

ONU, ou em uma Conferência Mundial consagrada ao desarmamento geral e completo.

c) Redução dos armamentos e do material militar de que dispõem as Fôrças Armadas dos Estados, de tal modo que as quantidades dos armamentos restantes correspondam aos níveis fixados para os efetivos das Fôrças Armadas.

— 2.ª etapa —

a) Completar o licenciamento das Fôrças Armadas de que os Estados ainda dispuserem.

b) Suprimir tôdas as bases militares situadas em território estrangeiro. As tropas e o pessoal militar serão retirados dos territórios estrangeiros, reunidos no interior das fronteiras nacionais respectivas e licenciadas.

de contrôle da cessação da utilização das matérias fissionáveis para fabricar armas, com vistas a impedir que continue a produção de armas nucleares, após a cessação definitiva das experiências.

c) Necessidade de serem fixados limites máximos para as Fôrças Armadas das grandes potências. Necessidade do estabelecimento de um organismo internacional encarregado de coligir informações sôbre os níveis atuais das Fôrças Armadas e dos armamentos do tipo clássico, de vez que os armamentos são mais importantes do que os níveis dos efetivos das Fôrças.

d) Conveniência de recolher certas quantidades de determinados tipos de armamentos a uma organização internacional de contrôle.

e) Reunião de uma conferência para estudar os aspectos políticos e técnicos do problema de prevenção dos ataques por surprêsa.

f) Estudo dos problemas criados pela utilização do espaço cósmico.

g) Estudo da natureza e das funções do organismo Internacional de Contrôle.

— 2.ª etapa —

a) Redução progressiva dos armamentos do tipo clássico e contrôle apropriado dos efetivos militares.

b) Primeiro passo na via da cessação da produção de matéria fissionável destinada à fabricação de armas.

c) Primeira redução dos *stocks* de armas nucleares por meio de transferências sucessivas, sob contrôle internacional, dos *stocks* militares de materiais fissionáveis, atualmente existentes — quer se apresentem ou não sob a forma de armas já fabricadas — para que êstes ma-

— 3.ª etapa —

Objetivo final: extinção completa de todos os armamentos e Fôrças Armadas.

a) Destruição de todos os tipos de armas nucleares e de foguetes.

Destruição do material da aviação militar.

b) Interdição de produzir, possuir e conservar armas químicas e bacteriológicas. Destruição, sob contrôle internacional, dessas armas.

c) Interdição das pesquisas científicas para finalidades militares, aperfeiçoamento de armas ou material de guerra.

d) Supressão dos ministérios de defesa, dos estados-maiores gerais e de todos os estabelecimentos e organizações militares ou paramilitares.

e) Extinção da preparação e da instrução militar. Interdição do serviço militar dos jovens. Supressão do serviço militar sob tôdas as suas formas. Fechamento definitivo dos estabelecimentos ou organizações militares e paramilitares.

f) Supressão dos créditos para fins militares sob tôdas as suas formas. Aplicação das economias resultantes na diminuição ou supressão dos impostos, para subvencionar a economia nacional e auxiliar os países subdesenvolvidos.

teriais sejam destinados a fins pacíficos.

d) Estabelecimento de um sistema de inspeção contra todo ataque de surprêsa.

e) Acôrdo sôbre um sistema destinado a garantir a utilização, para fins pacíficos, do espaço cósmico.

f) Primeiras medidas de desenvolvimento da capacidade do Órgão Internacional do Contrôle, com vistas à manutenção da paz.

— 3.ª etapa —

Objetivo final: desarmamento completo de tôdas as Potências, sob contrôle internacional eficaz.

a) Embargo sôbre tôdas as fábricas de armas de destruição maciça, nestas compreendidas as armas nucleares, químicas e biológicas.

b) Interdição à utilização de tais armas.

c) Interdição à utilização do espaço cósmico para fins militares.

d) Reexame das possibilidades de controlar e de eliminar, a seguir, os *stocks* restantes de armas nucleares e de outras armas de destruição maciça.

e) Estabelecimento de um contrôle internacional eficaz sôbre os orçamentos militares.

f) Redução final das armas do tipo clássico e dos efetivos militares, a fim de atingir os níveis mínimos necessários para garantir a segurança dos Estados.

g) O órgão de contrôle internacional deverá então, chegar à sua organização final e atingir sua plena capacidade a fim de realizar a sua obra de manutenção da paz.

g) Criação de um órgão de Contrôle Internacional, encarregado de verificar a execução das medidas do desarmamento geral. O alcance do contrôle e da inspeção é função do grau de desarmamento dos Estados nas diversas etapas. O órgão de contrôle internacional terá acesso livre a todos os objetos de contrôle.

h) O organismo de Contrôle poderá dispor de um sistema de observação aérea, com tomadas de fotografias sôbre o território dos diferentes Estados.

i) Durante todo o processo de desarmamento e licenciamento geral das Fôrças, os Estados deverão manter entre os diversos elementos de suas Fôrças Armadas a relação existente no momento da entrada em vigor do tratado de desarmamento.

j) O programa de desarmamento geral e completo deverá obedecer estritamente aos prazos fixados no tratado e os Estados não poderão nem interromper a sua execução, nem subordiná-la a condições que não forem previstas no tratado.

k) Caberá ao Conselho de Segurança e à Assembléia Geral da ONU o exame das controvérsias sôbre a aplicação do tratado de desarmamento, inclusive as violações. Para tanto, serão conferidos poderes especiais a êsses órgãos.

THE DISARMAMENT PROBLEM

As the title indicates, this is an essay on the disarmament problem and a comparative study of the Western and Soviet proposals from 1946 up to now. The author, a general of the Brazilian army, divides the disarmament negotiations into two phases: the first from 1946 to 1957 when both cold-war blocs presented, in his opinion, their most imaginative disarmament proposals; the second, beginning with Nikita Kruschev's astounding propagandist plan "Total and General Disarmament" spelled out by the shrewd Soviet leader in a speech before

the XIV General Assembly of the United Nations in 1959, it is a period that still goes on. However, he observes that all this long exhausting peaceful efforts have amounted to nothing since Western good will to reach a workable agreement on the nuclear weapon and classical armament fields have had to face the same adamant insincere Russian opposition to any kind of realist compromise, particularly respecting inspections over the Soviet territory. Soviet plan, he continues, actually seems to have been to avoid fruitful discussions by presenting all generous but impracticable plans mainly with two objectives: to dope the world public opinion and attract Western powers into a trap consisting of deviating the Free World attention from the URSS real aims. Western Powers proposal or, more specifically, that presented by England in august 1957, was made, he states, based on the slogan of Jules Moch, French Delegate to the Disarmament Commission, "neither disarmament without control, nor control without disarmament; but, instead, progressively, all possible disarmament under control". Paraphrasing this Jules Moch's slogan, the author refers to Soviet plans as aiming at "no control with or without disarmament, but any kind of disarmament not subject to any kind of effective control". He then goes into detailed explainations of both plans apparently much alike, he remarks, but really stemming from quite opposed assumptions as far as regulamentation is concerned. Recongnising the Russian superiority, in classical weapons, as well in the number of equipped divisions, *meaning this an impeding threat on the European security, general* Emílio Maurell Filho understands that Western powers should always take into consideration this fact and develop major efforts to limit initial steps to attaining gains on this disadvantageous dangerous spot. He believes that a premature Free World concession of banning employment of atomic weapons would correspond, at this stage, to an inevitable suicide. Before concluding, he reviews the most important american continental treaties aiming at taking collective action against any outside agressor and stresses the significant role Brazil can play on the world scenery to avoid war and promote peace.

* * *

LE PROBLÈME DU DÉSARMEMENT

Comme le titre l'indique, il s'agit d'un essai sur le problème du désarmement et d'une étude comparée des propositions occidentales et soviétiques de 1946 jusqu'à ce jour. L'auteur, général de l'armée brésilienne, divise les négociations sur le désarmement en deux phases: la première de 1946 à 1957, alors que les deux blocs de la guerre froide présentèrent, selon l'auteur, les propositions les plus imaginatives sur

le désarmement; la seconde, qui débuta avec le plan de propagande impressionant de Nikita Khrouchtchev de "désarmament total et général" lancé par le rusé leader soviétique dans le discours prononcé devant la XIVème Assemblé Générale des Nations Unies en 1959, est une période qui poursuit encore. Il observe, cependant, que tous ces longs et épuisants efforts en vue de la paix n'aboutirent à rien, puisque l'intention sincère de l'occident d'atteindre un accord pratique sur les domaines de l'armement classique et nucléaire dut faire face à l'éternelle opposition insincère et intransigeant de la Russie à n'importe quel type de concession réaliste, notamment celle touchant les inspections en territoire soviétique. Le plan soviétique, poursuit l'auteur, semble s'être restreint à eviter des débats profitables. Pour y parvenir il présente des plans trés généreux, mais impraticables, visant à deux objéctifs: engourdir l'opinion publique mondiale et attirer les puissances occidentales vers une embûche destinée à dévier l'attention du monde libre des réels objectifs de la Russie. Les propositions des puissances occidentales, ou plus précisément, celle que présenta l'Anglaterre en août 1957, a été faite sur la base du slogan de Jules Moch, délégué français au Comité du Désarmement: ni désarmement sans contrôle, ni contrôle sans désarmement; mais, au lieu de cela, et progressivement, tout désarmement possible, sous contrôle". Paraphrasant, le slogan de Jules Moch, l'auteur se rapporte aux plans soviétiques comme à des plans ayant pour but "aucun contrôle avec ou sans désarmement, mais n'importe quelle sorte de désarmement non sujet à n'importe quelle sorte de contrôle effectif". Il pénétre alors dans des explications détaillées des deux plans, très semblables aparentemment, mais, en réalité, dérivés de suppositions apposées quant à la réglementation. Reconnaissant la supériorité russe quant aux armements classiques et aussi quant au nombre de divisions équipées, qui représente une menace imminente à la sûreté européenne, Emílio Maurell Filho, affirme que les puissances occidentales doivent toujours tenir compte de ce fait et s'efforcer de limiter les premiers pas, afin d'obtenir des avantages dans ce domaine dangereux et désavantageux. Il croit qui une concession prématurée du monde libre, en se dépouillant de ses armes nucléaires, serait, à ce moment, un inévitable suicide. Avant de clore son travail, l'auteur examine les traités continentaux américains les plus importants qui prévient l'action colletive contre l'agresseur extérieur quel qu'il soit, et fait ressortir le rôle important que le Brésil peut jouer dans la scéne du monde pour éviter la guerre et promouvoir la paix.

A PERUANIDADE DE TUMBES, JAÉN E MAYNAS, E O PROTOCOLO DO RIO DE JANEIRO, DE 1942

Luis Alvarado Garrido

Formou-se o Peru, como nação independente, pela vontade dos povos que contribuíram para a sua constituição inicial. No momento em que se romperam seus laços com a Coroa de Espanha, produziu-se a reversão da soberania àqueles povos, como entidades políticas, e, de acôrdo com o próprio direito tradicional hispânico e com as idéias e doutrinas fundadas na Revolução Francesa, puderam êles exercer o direito de livre determinação, para formar novos Estados e organizar o govêrno que consideraram mais conveniente. A constituição inicial de cada Estado resulta, pois, do livre exercício da soberania de seus componentes provinciais. A vontade dêstes manifestou-se através dos *Cabildos* — que presidiam as províncias — e êles se converteram, assim, nas unidades políticas que vieram a formar os Estados da América Espanhola.

Como afirmou Victor Andrès Belaúnde: "Um Estado baseia sua personalidade — que é intangível — em sua constituição inicial, na vontade dos que se decidiram a constituí-lo e no plebiscito continuado de sua unidade e subsistência através dos anos". "A vontade das províncias, presididas por seus *Cabildos,* dá lugar ao contrato social que, entre elas, se ajusta no momento da independência, e que é a origem jurídica das novas nacionalidades". Êste princípio foi cumprido na América Espanhola e por sua causa foram estabelecidos novos governos no continente austral, ao mesmo tempo que as províncias puderam, também, decidir sua sorte e incorporar-se a uma ou outra nação. Graças ao princípio da constituição

inicial das nacionalidades pertence Guayaquil atualmente ao Equador e pôde êste país convidar a Província do Cauca a se incorporar ao seu território. Não é por outro motivo que Chiapas pertence, hoje, ao México, e Tarija, à Bolívia.

Constituídos os Estados na América do Sul, foi necessário determinar suas fronteiras e tomou-se para critério as que haviam tido as diversas jurisdições coloniais, que passaram a formar ditos Estados ao ter início a emancipação da América Espanhola. Tal a extensão do princípio dos limites coloniais, denominado também *uti possidetis jure,* de 1810. Como se sabe, significa êste a aplicação, no Direito Americano, de um interdito romano que tinha por objeto reconhecer e proteger a continuação da posse de quem a tinha, até o término do litígio sôbre a propriedade, embora, como assinala o professor Alberto Ulloa, com uma tríplice ficção. Primeiro, os Estados Americanos não podiam exercer a posse antes da independência, pois não eram pessoas internacionais. Em segundo lugar, pelo *uti possidetis* na América não se pretende continuar a ter, de forma precária, a posse de um território se não constitui um título de domínio. Acrescente-se a isto que, nos Estados de origem hispânica, ao contrário da interpretação brasileira, o *uti possidetis* não tem um caráter simplesmente possessório ou *de facto*, mas *de jure*. A delimitação não se baseia na mera ocupação dos territórios pelas circunscrições coloniais que foram sua origem, mas nos títulos e disposições emanadas do Rei que realizou a incorporação.

Se o princípio da constituição inicial das nacionalidades, que atinge o ponto nevrálgico da própria soberania, a vontade autônoma do povo ao se desligar da Coroa, é dinâmico e revolucionário, e se refere aos elementos constitutivos de cada país, as unidades provinciais, o segundo princípio, o *uti possidetis*, é sobretudo delimitatório dessas unidades, estático e conservador, e procura harmonizar soberanias, oferecendo um critério para que sejam evitados choques em matéria de fronteiras territoriais. Ambos não se encontram, pois, no mesmo plano, embora o segundo seja subsidiário do primeiro, quando aplicável à soberania.

Se o princípio da constituição das nacionalidades consegue impor-se por sua própria fôrça doutrinária, como se fôra um axioma do Direito Internacional, o *uti possidetis* deriva sua validade de um acôrdo das partes, o qual, ao se generalizar, ficou incorporado à doutrina. Como se sabe, foi introduzido nas relações entre as Repúblicas americanas pelo Tratado de Bogotá, de 1811, entre as Províncias Unidas de Venezuela e as Províncias Unidas de Nova Granada, e sua intenção original foi cobrir, jurisdicionalmente, tôda a extensão do continente, a fim de que não ficassem, entre um e outro Estado recém-formado, zonas que pudessem ser consideradas como dependentes da metrópole.

A Convenção Galdeano Mosquera (1823) entre o Peru e a Grã-Colômbia, que não chegou a se ultimar, adotou o critério do *uti possidetis* de 1809. A Convenção arbitral entre o Peru e a Bolívia, de 1902, e do ano de 1810. Vemos, pois, que variou quanto à determinação exata da data a ser tomada como critério para a delimitação, e que foram empregadas também diversas fórmulas, como "antes da independência", "ao tempo da emancipação" e outras, que no fundo têm o mesmo objetivo: conservar os limites coloniais, como eram no momento em que cessou a soberania do Rei de Espanha, entre os antigos Vice-reinados e Audiências, sem prejuízo, desde logo, do princípio superior da constituição inicial das nacionalidades, que é a própria base da existência dos novos Estados.

Há casos, porém, em que existem limites coloniais, tão *imprecisos e discutíveis, que pouco nos podem ajudar para* a delimitação atual. Isto acontece, sobretudo, em selvas e desertos. Aqui entra em jôgo, como elemento subsidiário, outro princípio, o da posse efetiva e continuada e a ação civilizadora, conceitos que, na prática, se equivalem. Onde não existem limites conhecidos, ou são indetermináveis, o território pertence a quem o possui desde a independência ou imemorialmente. O que o possui é o que o colonizou, quer dizer, que o penetrou com missões religiosas e lhe levou a civilização. Êste último aspecto requer um esclarecimento:

o que vale é a incorporação real à civilização, não meramente no papel, nem tampouco ao primeiro contacto da obra civilizadora interrompida ou fracassada. A posse e a civilização perdidas não criam direitos.

II

A região fronteiriça entre o Peru e o Equador, que, antes da assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, estêve em litígio entre ambos os países, é constituída de três territórios de diferentes dimensões. São êles: Tumbes, Jaén e Maynas. Veremos, a seguir, e à luz dos três princípios expostos, sua irrecusável peruanidade.

a) Tumbes — Quanto a Tumbes, durante tôda a época colonial pertenceu ao *Corregimiento* de Piura, sob a Jurisdição de Lima.

Em cumprimento da Carta Régia de 13 de novembro de 1571, o Vice-rei do Peru, Don Martin Enriquez, informou o Rei, a 8 de fevereiro de 1583, da extensão da mencionada jurisdição, e inclui aí, expressamente, a vila de San Nicolás de Tumbes. Limitava-se, ao norte, com a província de Guayaquil, no rio Machala ou Jubones, como estabelece o ouvidor Juan Romualdo Navarro em sua Descrição do Reino de Quito (no século XVIII) e reconhece o geógrafo equatoriano Villavicencio. A Intendência do Trujillo, governada pelo Marquês de Torre Tagle, declarou-se pela independência, a 29 de dezembro de 1820, e a 4 de janeiro de 1821, Piura rendeu-se à revolução; Tumbes fêz o mesmo no dia 7 do mesmo mês. Observa a respeito Santa Maria de Paredes: "Diz a Ata de 7 de janeiro de 1821 que, reunido no *Ayuntamiento* da vila de San Nicolás de Tumbes, sob a dependência da cidade de Piura, para deliberar sôbre o ofício de 4 do corrente da Junta Governativa desta cidade e abrir um documento anexo, verificou-se "haver-se publicado e jurado", aí, "nossa independência" e liberdade. Leu-se a proclamação que o Marquês de Torre Tagle, Governador Intendente e Comandante Geral,

data 29 de dezembro anterior "exortando os indivíduos sujeitos à sua jurisdição a que jurassem a liberdade e independência e renegassem o despotismo e a tirania".

Após a independência, Tumbes ficou, administrativa e pollticamente, incorporada ao Peru, como parte do Departamento de La Libertad. Em 1826, foi substituído o pessoal dessa Municipalidade de acôrdo com a Constituição Peruana. Ainda no mesmo ano, são nomeados os juízes, para diversos lugares, entre êles Zarumilla. Na eleição para o Congresso de 1822, Tumbes participou; as credenciais dos Deputados para a Presidência de Trujillo levavam as assinaturas dos eleitores de Tumbes e Amotape. Êstes dois distritos participaram também das eleições de 1926. Daí por diante, Tumbes continuou fazendo parte do Peru e participando da vida nacional, apresentando, portanto, uma indiscutível peruanidade.

b) Jaén — No que concerne a Jaén, cabe notar que, segundo a delimitação colonial, pertencia à Jurisdição de Quito, mas por suas vinculações com o Peru, foi autorizada sua incorporação a êsse Vice-reinado, por Ordem Real de 1.º de junho de 1784. Jaén proclamou sua independência como província peruana a 8 de maio de 1821, e a 11 de junho o Governador eleito, Don Juan Antonio Checa, comunicava o fato, por intermédio do Governador de Lambayeque e do Presidente de Trujillo, ao General San Martin, cuja nomeação de Protetor do Peru foi levada ao conhecimento de Jaén por intermédio do Governador Checa. Em 1822, figura a jurisdição de Jaén entre as que constituem o Departamento de Trujillo. Nesse mesmo ano, a província de Jaén participou das eleições do Congresso Constituinte do Peru e elegeu como deputado Don Alejandro Crespo. Em 1823, Bolívar reúne as províncias de Cajamarca, Jaén, Chota, Chachapoyas e Moyobamba (isto é Maynas) em uma só entidade, e nomeia Comandante Geral, o Coronel Mariano Castro. Em 1826, Jaén concorre às eleições. No Congresso constituinte de 1827, e entre os que assinaram a Constituição de 1828, figura o nome de José Olano, Deputado por Jaén. Sua peruanidade, como a de Tumbes, é também indiscutível. Ela tem, porém, no

caso de Jaén, uma ratificação verdadeiramente definitiva. Em 1822, o General Sucre, Intendente do Departamento de Quito, convida essa província a jurar a Constituição colombiana. Jaén recusa êsse convite. O próprio Bolívar e o Presidente de Trujillo apoiaram esta recusa e a atitude da província foi respeitada. Ainda mais. Os habitantes da cidade de Jaén, em reunião a que compareceram representações de várias aldeias, celebrada a 10 de outubro de 1830, deixam claro que desejam continuar unidos ao Peru, "cuja Constituição, leis e regulamentos abraçaram, até aqui, voluntàriamente, e protestam de novo obedecer a seguir, daí por diante".

c) Maynas — Com referência a Maynas, assinale-se que a jurisdição de Quito, criada em 1563, subordinada ao Vice-reinado do Peru, teve incluídas, entre seus territórios, as povoações de Canela e Quijos bem assim, *até essa parte*, as demais que fôssem descobertas, o que se tornou, depois, o Govêrno de Quijos, com as zonas colonizadas e catequizadas pelos jesuítas dependentes do Colégio de Quito. Em 1717, foi criado o Vice-reinado de Santa Fé, posteriormente suprimido e novamente restabelecido em 1739. E em virtude da Carta Régia do mencionado ano passou a integrá-lo a Real Audiência de Quito, com seus territórios, que se separavam do Vice-reinado do Peru. A região amazônica subordinada ao Distrito audiencial de Quito entrou em franca decadência; ficou isolada de sua base de abastecimento e sem fôrças suficientes para resistir à pressão das colônias portuguêsas. Para corrigir o êrro cometido, propôs o Governador de Maynas e Engenheiro-Chefe da Comissão de Limites, Don Francisco de Requena, a criação de um Grande Comando Geral da zona e sua reintegração no Vice-reinado peruano. O Govêrno espanhol compreendeu a importância das observações e projetos dêste eminente funcionário e expediu, a 15 de julho de 1802, uma Carta Régia pela qual formava o "novo" Comando Geral e o Bispado de Maynas, tirava-lhe o Vice-reinado de Santa Fé e lhe acrescentava o do Peru. O território desta nova circunscrição colonial compreendia, não sòmente o antigo Govêrno de Maynas, mas parte da Província de Jaén e algumas zonas

do Vice-reinado de Lima, e chegava, pelos afluentes setentrionais e meridionais do Amazonas, até à região em que as cachoeiras e os rápidos impossibilitam a navegação. A Carta Régia em questão foi cumprida e acatada pelo Vice-rei de Santa Fé (29 de maio de 1803), o Presidente da Jurisdição Real de Quito (19 de fevereiro de 1803), e pelo Vice-rei do Peru (14 de março de 1803) que, a partir de então, exerceu as funções e os deveres de seu cargo no território do Comando Geral de Maynas. E assim, o Vice-rei Abascal, em 1806, afirmava em sua *Memórias* que o seu govêrno compreendia os territórios desde os 32 minutos ao norte da equinocial até aos 25 minutos e 10 segundos da dita linha geográfica.

O Equador impugnou a Carta Régia de 1802, ora alegando seu não cumprimento, ora seu caráter puramente eclesiástico. A melhor demonstração em contrário é o fato de haver o Conselho de Estado espanhol, em seu Relatório ao Rei da Espanha, por ocasião da arbitragem entre ambos os países, expressado, de forma categórica, que a Carta teria sido cumprida segundo o relatório: "Considerando que, para determinar esta extensão, é preciso atender ao disposto na Carta Régia de 15 de julho de 1802, que incorporou ao Vice-reinado do Peru e separou do de Nova Granada, o Govêrno e o Comando Geral de Maynas, pois ainda que a dita Carta Régia haja constituído objeto de impugnação, ficou comprovado que foi obedecida e cumprida; que a incorporação foi territorial e não meramente de alguns setores administrativos, e que não foi derrogada por nenhuma disposição posterior, segundo as Leis das Índias, sem que de acôrdo com as mesmas pudessem ter eficácia alguma a ausência de aplicação, em algum caso ou nas indicações errôneas dos mapas oficiais ou guias de forasteiros".

Entre 1803 e 1810, o Vice-rei do Peru exerce sua jurisdição em Maynas, mediante uma série de atos, em matéria eclesiástica, nomeação de Governadores, assuntos militares, políticos e fazendários. Como exemplo, citaremos um que significa uma confirmação e testemunho real da posse efetiva de Maynas pelo Peru de então. O Rei, pela Carta de 24 de

outubro de 1807, ordenava ao Bispo e ao Comandante Geral de Maynas que, de comum acôrdo, elaborassem um regulamento sôbre serviços pessoais de índios, e sua remissão ao Vice-rei de Lima para sua aprovação provisória e execução, até que fôsse definitivamente aprovado. A independência de Maynas se realizou dentro do movimento geral, que a consumou em todo o Vice-reinado do Peru. Na capital do Comando Geral, Moyobamba, manifestou-se o *Cabildo* a seu favor a 20 de julho de 1821, e resolveu nomear deputados que negociaram com a expedição libertadora, que procedia de Chachapoyas. A 19 de agôsto, realizou-se o juramento da independência e a ata correspondente começa com as seguintes palavras: "Na cidade de Santiago dos Vales de Moyobamba do Peru Independente...".

Os funcionários espanhóis, depois de uma reunião realizada em Pebas, abandonaram o território de Maynas e se refugiaram nas colônias portuguêsas. Reagiram, porém, retornando mais tarde, numa expedição, à zona mencionada e capturaram a capital, Moyobamba. O Presidente de Trujillo enviou então, sob o comando do Tenente-coronel Nicolás Arriola, uma fôrça militar para que apoiasse os patriotas de Maynas. Esta ação foi coroada de êxito. Os realistas perderam Moyobamba e, pouco depois, todo o antigo Comando ficava, definitivamente, incorporado ao Peru. Afirma com razão, Victor Andrès Belaúnde: "Ao constituir-se o Peru, Maynas possuía um tríplice indício de peruanidade; pertencia-lhe històricamente, por haver integrado o Vice-reinado peruano desde 1802 e antes de 1739; a manifestação de sua própria vontade nas atas do juramento da independência de agôsto de 1821; e o que acaba de receber, ao ser, pela segunda vez, libertada, em 1822, pelas fôrças peruanas de Trujillo".

O regulamento expedido para as eleições de deputados, em 1822, inclui, expressamente, na Presidência de Trujillo, como Departamento Independente, a Maynas e a Quijos. Os chefes políticos dêste Departamento, nomeados pelo Govêrno de Lima, realizaram diversos atos de jurisdição em todo o

seu território. Assim, em 1825, no rio Aguarico, em 1827, no Andoas, em 1830 e 1832 em tôda a margem esquerda do Amazonas, como prova a documentação dessa época. As eleições de 1826 e 1828 se efetuaram em Maynas, como no resto do território peruano, e aí foram juradas também as Constituições de 1823, 1826 (vitalícia) e 1828. A êstes testemunhos nacionais, é mister acrescentar os de origem estrangeira. Em primeiro lugar, o do próprio Libertador Bolívar, como Chefe de Estado da Grã-Colômbia. Em agôsto de 1822, escrevia êle ao General Satander: "Compreenda você que o *corregimiento* de Jaén foi ocupado pelo Peru e que Maynas pertence ao Peru por uma Carta Real muito recente."

Nem Maynas, nem Jaén, foram chamados a participar em 1821 do Congresso de Cúcuta, quando ficou confirmada a formação da Grã-Colômbia, nem juraram a Constituição por êle outorgada. Nem Maynas, nem Jaén, foram chamados a participar da Convenção de Riobamba, quando ficou constituído o Equador, em 1830. Como não foram convocados, não assinaram nem juraram a Carta fundamental proclamada nesse ano. Em suma, Tumbes pertence ao Peru através de tôda a história colonial; Maynas foi reincorporada, em 1802, ao Vice-reinado de Lima; Jaén está, de fato, no Peru e foi autorizada pelo Rei a se incorporar de direito. No momento da independência, Tumbes, Jaén e Maynas prestaram juramento, como províncias peruanas, e formaram, desde o primeiro momento, com os demais territórios do Peru, a nascente República, na qual se encontram, até hoje, como elementos ativos da vida nacional e conscientes de sua peruanidade.

III

Depois da independência, e até à celebração do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, não existe nenhum Tratado de Limites entre o Peru e o Equador, que tenha chegado a ser concluído, isto é, que haja sido aprovado pelos Congressos dos respectivos países e cujos instrumentos de ratificação hajam

sido trocados. Pelo tratado subscrito no Rio de Janeiro a 29 de janeiro de 1942, aprovado pelo Congresso da República do Equador a 26 de fevereiro do mesmo ano, e cujos documentos de ratificação foram trocados na Capital brasileira, em cerimônia solene, sob a presidência do Doutor Getúlio Vargas, Presidente do Brasil, a 31 de março do mencionado ano, *ficou estabelecido de forma definitiva a fronteira entre ambos os países.* Aparte esta conclusão, conta o Protocolo do Rio de Janeiro com a garantia de quatro grandes países da América: Argentina, Brasil, Chile, e Estados Unidos, que continuarão suas gestões até à demarcação completa das fronteiras entre o Peru e o Equador.

Pelo Protocolo do Rio de Janeiro, o Peru não arrebatou nada a que o Equador tivesse direito ou possuísse, como pretende a propaganda equatoriana. Êsse pacto significou, antes, uma concessão de parte do Peru, tanto no que se refere aos títulos jurídicos, como à posse efetiva. O Peru tinha pleno direito à fronteira que a Carta Real de 1802 assinalou ao Comando Geral de Maynas; contudo, reconheceu ao Equador, na parte Norte e Noroeste da mesma, aproximadamente, cem mil quilômetros quadrados. Quanto à posse, a fronteira determinada pelo Protocolo segue, com algumas modificações, a linha de *statu quo* de 1936. Ambos os países se fizeram concessões recíprocas. Como reconhece o signatário equatoriano dêsse instrumento, o Chanceler Don Julio Tobar Donoso, em certas zonas, o Peru entregou ao Equador mais de cinco mil quilômetros quadrados.

Em cumprimento ao pactuado, a fronteira já está delimitada com marcos colocados pela respectiva Comissão Mista, devidamente formalizados numa extensão de mais de mil e seiscentos quilômetros, faltando sòmente 78 quilômetros por demarcar. Isto representa o trabalho de oito anos (1942-49), realizado livremente pelas autoridades competentes de um e de outro país. Em 1950, a Comissão Mista teve de suspender seus trabalhos porque o Equador alegou a inexistência de um acidente geográfico mencionado no protocolo (*divortium aquarum Zamora-Santiago*), acidente geográfico que aparece, clara-

mente, no plano aerofotogramétrico, levantado pelo Serviço Aéreo dos Estados Unidos e publicado em Quito a 5 de março de 1947, sôbre o qual versou o laudo do árbitro brasileiro Brás Dias de Aguiar, de julho de 1945, para terminar a demarcação dêstes 78 quilômetros restantes. Bastaria que o Equador se decidisse a cumprir as instruções conjuntas dos presidentes peruano e equatoriano da Comissão Mista demarcadora, de 20 de setembro de 1948, que assim declaram: "De acôrdo com a ata de prosseguimento dos trabalhos, êstes terão início no marco Cunhuime-sul e continuarão até o norte, seguindo a definição da fronteira assinalada pelo árbitro brasileiro Braz *de Aguiar, em seu laudo de 1945".*

Os tratados de limites são perpétuos; não se poderia conceber de outra forma, a existência das nações como entidades sociais num território definido. Não são, pois, unilateralmente denunciáveis. No caso do Protocolo do Rio, êste leva a garantia de quatro grandes países do continente: Brasil, Chile, Argentina e Estados Unidos. A suposição de que êles garantem com sua assinatura uma injustiça como pretende o Equador, é uma grave ofensa para êles.

O Peru tem a propriedade e posse efetiva dos territórios de Tumbes, Jaén e Maynas, como lhe reconheceu o Protocolo do Rio de Janeiro. Possui perfeito e exclusivo direito de domínio sôbre êles, por títulos coloniais, por haverem as ditas províncias se incorporado ao Peru no momento de sua constituição como Estado e por um Tratado vigente e definitivo, quase totalmente cumprido no que se refere à demarcação de fronteira, que se acha garantido por quatro potências americanas. *Possui êsses territórios desde a época espanhola* e os colonizou. Nêles existem 300 000 peruanos que, a partir da independência, enviam seus representantes ao Parlamento em Lima. Aí está a obra do Peru representada por florescentes cidades, escolas, hospitais, estradas e missões.

Em data de 25 de outubro de 1960, o Govêrno equatoriano se dirigiu aos Governos garantidores declarando que denunciava o Protocolo de 1942 e que o considerava nulo. Esta atitude viola os princípios do Direito Internacional, constitui

um ataque ao sistema jurídico interamericano e contraria, especìficamente, o artigo 5.º da Carta da Organização dos Estados Americanos, que, em seu inciso "b", afirma que a ordem internacional está constituída pelo fiel cumprimento das obrigações emanadas dos Tratados e que em seu inciso "c" declara que a boa-fé deve reger as relações dos Estados entre si.

O despacho equatoriano foi respondido a 7 de dezembro de 1960, pelas Chancelarias da Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, de um modo em que ficou estabelecida, de maneira precisa e categórica, a irrefutável validade e intangibilidade do Protocolo do Rio de Janeiro. É o seguinte o texto dêste despacho telegráfico definitivo e de fundamental importância:

"Acuso recebimento do telegrama de 23 de outubro findo, no qual Vossa Excelência me comunica que o Govêrno e o povo equatorianos denunciaram sua repulsa ao Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, e me expõe os motivos em que se funda tal atitude. De pleno acôrdo com as demais Potências Garantes, às quais seu Govêrno dirigiu, simultâneamente, e, nos mesmos têrmos, permito-me responder às observações de Vossa Excelência, que constituíram motivo de preocupação para os Governos Garantidores do Protocolo. É um princípio básico do Direito Internacional que a vontade unilateral de uma das partes não basta para invalidar um tratado de limites, nem para liberá-la das obrigações que lhe impõe. Sòmente a vontade concordante de ambas as partes poderá modificar suas estipulações ou conceder competência a um tribunal internacional para que conheça das questões que o mesmo possa suscitar. Por essas razões, enquanto a vontade soberana e concordante do Equador e do Peru não disponham o contrário, meu país considera que o Protocolo do Rio de Janeiro — assinado e ratificado pelo Equador e pelo Peru e já aplicado em quase tôda sua totalidade, mediante atos práticos de demarcação, aos quais as próprias partes atribuem caráter definitivo — é um instrumento válido e deve ser cumprido. Ademais, meu Govêrno considera que qualquer dúvida que possa

surgir entre as partes contratantes, durante o processo de execução prática do Protocolo, na zona de fronteira ainda não demarcada, deve ser resolvida, amistosamente, de acôrdo com o previsto no artigo VII dêsse instrumento com o concurso das Potências Garantes, coerente com o seu ponto de vista e sua qualidade de país Garante, meu Govêrno, fiel aos formais compromissos que assumiu dentro dos têrmos do Protocolo e, *animado dos mais sinceros sentimentos de amizade* para com ambas as partes contratantes, está disposto, a qualquer momento, a prestar-lhes sua assistência, conjuntamente com os demais Garantes, para encontrar uma solução feliz a qualquer divergência entre elas. Quanto à preocupação que Vossa Excelência me manifesta por motivo das concentrações de tropas peruanas, que teria sido observada na fronteira Sul do Equador, devo manifestar a Vossa Excelência minha convicção de que nenhum país americano poderá desafiar, hoje em dia, a consciência pacífica do continente e recordar-lhe que a solidariedade frente à agressão criada pelo sistema interamericano é uma garantia segura contra qualquer ameaça armada. Meu Govêrno, do mesmo modo que as demais Potências Garantes, *confia nas partes contratantes, em que manterão* entre si a boa harmonia e a fraternal união que devem prevalecer entre as Repúblicas do continente americano".

* * *

THE SOVEREIGNTY OF PERU OVER TUMBES, JAEN AND MAYNAS AND THE RIO DE JANEIRO PROTOCOL OF 1942

The author of this article, Peruvian foreing minister, Luís Alvarado Garrido, presents in this article the point of view of his country concerning the controversial borderline litigation between Peru and Equador, presumably brought to an end in 1947 with the signature of the Rio de Janeiro Protocol, and reopened, last year, when the Equatorian Government, *unexpectedly, rejected the treaty. He sets out to develop* his theme by examining the historical content of two juridical principles, the constitution of nationalities and the principle of colonial limits, the latter deriving from a Roman Law institution — *uti pos-*

sidetis jure — both of which, in his opinion, played, at the time, an important role in determing the boundaries of the recent emancipated countries of South America. The principle of the constitution meant the right of the populations liberated from the Spanish Crown's rule to self-determination or the right to incorporate themselves, politically, to a state, while the principle of colonial limits — *uti possidetis jure* — had much more of a static meaning as it envisaged solely to protect possession of an area under litigation, until determination of property was reached, through a judicial decision. The author contends, however, that the principle of *uti possidetis jure*, in America, evolved from a *de facto* to a *de jure* content and that, in addition, the Hispanic tradition, in opposition to Brazilian interpretation, does not recognise in that principle a precarious state of possession but a state of ownership. He, then, mentions several frontier disputes in Latin America when one or another principle was applied to settle the issues involved. Nervertheless, there would be boundaries so imprecise and doubtful that one could hardly expect to be determined by any of the mentioned principles. In these cases, the author advances, one has to call into action another subsidiary principle, the principle of effective and continued possession — which amounts to recognise ownership to the country that really collonized and civilized the disputed area. He, now, proceeds to apply these previously referred three principles to the territories under litigation — Tumbes, Jaén and Maynas — tracing their historical background up to our days. And, finally, the author starts analysing the Rio de Janeiro Protocol itself, stating that it meant rather a compromise between the two countries, as both agreed to make reciprocal concessions to reach that end. In concluding, he affirms that treaties are not of a temporary but of an everlasting nature and can not be rejected unilaterally.

LA SOUVERAINETÉ DU PÉROU SUR TUMBES, JAÉN ET MAYNAS ET LE PROTOCOLE DE RIO DE JANEIRO DE 1942

L'auteur de cet article, Luis Alvarado Garrido, ministre péruvien des affaires étrangères expose dans ce travail le point de vue de son pays touchant le litige controversé de limites entre le Perou et l'Equateur, terminé, à ce que l'on croyait, lors de la signature du Protocole de Rio de Janeiro, mais que le gouvernement équatorien fit revivre, d'une façon imprévue en dénonçant le traité. L'auteur tâche de développer son thèse en examinant le contenu historique de deux principes juridiques — la constitution des nationalités et le principe des limites coloniales. Celui-ci d'ecoule d'une institution de droit romain — *uti possidetis jure*. Ces principes ont joué un rôle important dans la fixation des frontières des

pays sud-américains aprés leur affranchissement politique. Le principe de la constitution des nationalités se rapporte au droit à l'auto détermination des peuples liberés du joug de la Couronne Espagnole, c'est-à-dire, le droit de se constituer politiquement en État. Mais le principe des limites coloniales — *uti possidetis jure*, avait plutôt un sens statique puisqu'il ne visait qu'à protéger la possession d'une région en litige jusques à ce que la proprieté fût déterminée par une décision judiciaire. L'auteur affirme, cependant, que le principe — *uti possidetis jure*, en Amérique a évolué d'un contenu *de facto*, vers un contenu *de jure*, et que, autre cela, la tradition espagnole, s'opposant à l'interprétation brésilienne, ne reconnaît pas dans ce principe un état précaire de possession, mais un état de proprieté. En suite, il fait mention de plusieurs litiges sur frontières en Amérique Latine, où l'un ou l'autre de ces principes a été appliqué en vue de résoudre les problèmes qui se présentèrent. Cependant, il y avait des limites tellement floues et douteuses que l'on aurait grande peine à espérer que'elles seraient jamais déterminées soit par l'un soit par l'autre principe. Il faut alors, dit l'auteur, faire appel à un autre principe subsidiaire, le principe de la possession effective et continue — c'est à dire, il faut reconnaître que la propriété appartient au pays que a réellement colonisé et civilisé la contrée en litige. L'auteur passe alors à appliquer ces trois principes aux territoires en litige — Tumbes, Jaén et Maynas — tout en esquissant le tableau de leur histoire jusqu'à nos jours. Enfin l'auteur entame l'analyse du Protocole de Rio de Janeiro proprement dit en déclarant qu'il représente plutôt un accommodement entre les deux pays, puisqu'ils s'accordèrent a se faire des concessions réciproques en vue d'atteindre le but visé. Il finit son travail en affirmant que les traités n'ont pas une nature temporaire mais durable et qu'ils ne peuvent donc pas être rejetés unilatéralement.

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA — O CATALISADOR OCULTO?*

T. Graydon Upton

Os povos da América Latina aguardam uma ação rápida por parte do Presidente Kennedy a fim de fazer face às condições econômicas, políticas e sociais ruinosas. Mas a desilusão e o ímpeto de tendências negativas ocorrerão se não se puder estabelecer uma nova fronteira dramática do espírito para complementar uma assistência econômica de maior vulto. O balanço de pagamentos dos Estados Unidos e fatôres orçamentários constituem um entrave a um "Plano Marshall hemisférico", essa panacéia de há muito imaginada por tantos latino-americanos como solução para tôdas as dificuldades. O capital estrangeiro, independentemente do tipo ou do volume, pode atender apenas a uma modesta fração do capital total de desenvolvimento exigido, cuja maior parcela deve ser criada na América Latina. Na realidade, não há sinais de que o efeito de assistência atual ou de novos desenvolvimentos, por si mesmos, possam ser suficientemente rápidos e suficientemente difundidos em impacto para opor-se eficazmente a influências negativas. A solução do problema deve corresponder à sua natureza, sendo esta bàsicamente interna na América Latina, bem como na posição dos Estados Unidos.

O de que se carece neste dilema é a síntese de um novo elemento, o desenvolvimento de uma contramística a Fidel Castro, a reorientação do espírito de um povo altamente espiritual e emotivo, que por sua intensidade criará reservas de capital de esfôrço individual e de grupo. E, na realidade,

* Trabalho apresentado à Assembléia Americana, Pittsburg, U.S.A.

êsse novo elemento se acha à mão, mas seu poder e vitalidade não foram apreendidos nem, a não ser em algumas providências isoladas, o seu conceito não foi desenvolvido.

Durante muitos dos anos do após-guerra, um conjunto de bons lucros de exportação, crescentes investimentos norte-americanos e progressos na industrialização obscureceram o fato de que a América Latina, devido a uma coincidência de fatôres econômicos e sociais desfavoráveis, era uma área que carecia urgentemente da atenção dos Estados Unidos. (Embora seja verdade que muitos dêsses fatôres negativos existem em outros países menos desenvolvidos, nenhum dos quais, contudo, numa coincidência tão infeliz como na América Latina). Êsse conjunto era o mais efetivo porque, em que pese aos tradicionais laços hemisféricos, barreiras culturais e de línguas contribuíram no sentido de um interêsse intelectual estadunidense, esforços primordiais de auxílios estrangeiros, e potencial humano-chave, orientados primeiramente para áreas menos complexas do mundo com as quais a "comunicação", no sentido de uma compreensão lata, foi mais fàcilmente estabelecida.

Nas suas regiões predominantemente tropicais, a América Latina possui a população de mais rápido crescimento do mundo e uma concentração ainda mais célere de pessoas nas cidades. O objetivo de atender as necessidades básicas de uma expansão humana sem entraves dessa natureza apresenta, para os governos latino-americanos, um objetivo extremamente difícil. Encarando-se remotamente a índole do problema mundial de população em áreas menos desenvolvidas, Aldous Huxley afirmou: "A probabilidade de superpopulação que leve, através da inquietação, à ditadura, torna-se uma certeza virtual." Embora haja grande diferença entre países isolados, os têrmos de troca da América Latina como um todo vem deteriorando ràpidamente, não sendo boas as perspectivas pertinentes às suas exportações. A industrialização tem-se processado ràpidamente em certo número de países e gerado uma situação onde volumes sempre crescentes de importações e, portanto, de divisas, se tornam necessários, não havendo margem para

retração nos padrões de vida mínimos. Não obstante alguns pontos animadores, em muitos países as taxas de débitos são crescentemente desfavoráveis a empréstimos normais e o investimento privado tem-se reduzido, e se a inquietação social difundir-se ainda mais, há o perigo de descapitalização externa e interna. Após analisar êsse problema na Sessão Inaugural da Comissão dos Vinte e Um em Bogotá, em setembro último, disse o Presidente Lleras Camargo: "Se esta é a situação de trocas, gostaria de externar a minha opinião franca de que não nos defrontamos com um problema de desenvolvimento mas, antes, com uma crise sem precedentes na história da América Latina que não pode deixar de solapar tôdas as suas instituições e sistemas democráticos."

A voz do "fidelismo" e o que êle representa em reformas sociais e na instigação à revolução social apresenta aos povos uma alternativa atraente àquilo que êles não possuem. E êsse atrativo está não sòmente em suas necessidades insatisfeitas, como também na visão de um elemento único não encontrado em outras áreas menos desenvolvidas — a herança da cultura hispânica refletida em grandes latifúndios, manutenção das práticas do capitalismo do século dezenove num ambiente social de meados do século vinte, uma dependência do govêrno central no que diz respeito a tarefas que as comunidades de outras partes empreenderiam por si mesmas, uma falta freqüente de responsabilidade ética na posição oficial, uma aversão ao trabalho manual e o abuso periódico do conceito de uma forte liderança individual. Êsse é o lado sombrio.

II

A coincidência e o rápido desenvolvimento de fatôres negativos tornam essencial que a maior assistência ao desenvolvimento e a estabilização dos preços das mercadorias sejam apoiados por uma nova ideologia moral na América Latina. Grandes somas, quando despendidas ràpidamente e sem planejamento e contrôles adequados tendem a ser utilizadas com

desperdício, a fluir no sentido de fontes existentes de riqueza (e em seguida para fora do país como fuga de capitais), e a estimular a inflação, a concussão e a manipulação defeituosa. Em suma, pouco podem contribuir para aliviar as tensões sociais por muitos anos afora. Por outro lado, o planejamento e a execução cuidadosos dos projetos de desenvolvimento industrial, econômico e social, visando à elevação dos padrões de vida em uma escala significativa, são retardados pela falta de todos os tipos de pessoal técnico, empresarial e administrativo. Entrementes, o tempo urge. Os empréstimos para desenvolvimento, como são atualmente tratados, são lentos para preencher a lacuna, pois durante o longo período de espera, a fim de que os bens de consumo sejam produzidos, não há nada de tangível ou espiritual para estimular as esperanças e ambições do povo e quando, finalmente, as mercadorias aparecem, um capitalismo latino-americano obsoleto surge como barreira a uma ampla concretização dos benefícios econômicos pelos grupos de baixa renda.

Uma nova revolução do espírito, uma nova mística, um novo catalisador, devem possuir certas características inerentes. Deve ser ela um movimento latino-americano, concebido e alimentado na América Latina. Deve ser apresentada de modo dramático, sendo assim capaz de despertar uma aceitação entusiástica (não se permitindo que morra, e em seguida reavivada periòdicamente, em incidentes isolados, sem continuação ou prossecução). Deve ser ampla no conceito, de forma que os objetivos individuais, tais como habitação, reforma agrária, uma nova campanha educacional, mercados comuns e outros aspectos do Pan-americanismo possam ser nela entretecidos. E deve ser capaz de perdurar por um período mais longo.

Històricamente, grandes movimentos do espírito surgem de um grande líder, que intuitivamente sente o estado de amadurecimento de um povo sensível à mudança e então lança os alicerces da sua obra nas tensões sociais, espirituais ou nacionais subjacentes para criar um novo sistema social, um novo movimento religioso, ou um grande partido nacional. E isso,

por sua vez, é alcançado não apenas pela fôrça da personalidade do líder, mas pela vitalidade do conceito e pelo realismo com que as melhores técnicas disponíveis são empregadas para despertar o entusiasmo e induzir e manter a aceitação pública para êsse conceito.

Embora ainda não se possa vislumbrar um novo Simon Bolívar para a América Latina, existe de fato um CONCEITO com grandes potencialidades — o conceito da "Operação Pan-Americana". A "Operação Pan-Americana" é a criação do poeta-político brasileiro Augusto Frederico Schmidt, adotado por um líder latino-americano incontestemente reconhecido, Juscelino Kubitschek, e apresentada convincentemente pelos representantes brasileiros nas reuniões interamericanas. A "Operação Pan-Americana" foi aceita pelos Governos latino-americanos e pelos Estados Unidos. Mas o conceito tem-se mantido vivo apenas em conferências, nos discursos de Schmidt e em algumas mensagens e atos de alto nível relativamente isolados, dos quais o mais relevante foi "O Ato de Bogotá" e o seu conceito de evolução social assistida. Neste momento decisivo nas relações latino-americanas, a "Operação Pan-Americana" é apenas uma brasa que arde lentamente, sem jamais ter-se transformado em chama.

Essa falha se deve, talvez, ao fato de na sua apresentação original brasileira a "Operação Pan-Americana" estivesse vinculada ao estabelecimento de metas latino-americanas em função de rendas e taxas de crescimento econômico *per capita*, que criaram para os Estados Unidos o problema de que a sua aceitação viria acarretar-lhes o compromisso de despesas maciças impossíveis, quer para iniciá-la, quer para mantê-la. Dessa forma, o fogo nascente da "Operação Pan-Americana" mal sobreviveu a uma barragem de argumentos financeiros, conceitos econômicos antagônicos e impasses surgidos em conferências. E no seu curso, o seu poderio, em qualquer estrutura financeira possível, para despertar o espírito das Américas, que constituía parcela essencial do conceito de Schmidt, caiu no esquecimento. E na realidade a "Operação Pan-Americana" não poderia ser efetivamente lançada sem a utilização

de um planejamento imaginoso, técnicas efetivas a fim de despertar o entusiasmo humano e métodos assecuratórios da sua aceitação em larga escala, tudo isso a exigir apoio e compreensão por parte dos Estados Unidos. Em suma, o catalisador necessário do fator dramático e emocional foi menosprezado.

Contudo, a "Operação Pan-Americana" possui a visão e o simbolismo potencial de um movimento hemisférico absorvente. Possui uma origem espiritual (e talvez também materialista) e largo âmbito. Se dirigida por mãos hábeis, será capaz de gerar grandes entusiasmos e intenso espírito de abnegação. Poderá exercer uma fôrça unificadora e de coesão na América Latina que, por sua vez, criaria o capital humano e espiritual de real progresso. Será capaz de atrair para si poderosa liderança latino-americana. E finalmente, o fator de sincronização fortuito inerente à ascensão ao poder de Presidente no Brasil — o grande país onde a "Operação Pan-Americana" foi concebida, e nos Estados Unidos, cuja aceitação e apoio constituem requisitos prévios de bom êxito, empenhados êles próprios no estabelecimento de novas fronteiras vitais, é particularmente feliz.

III

Não cabe neste trabalho proporcionar um esquema para uma "Operação Pan-Americana" reformulada. ("Reformulada" em virtude da necessidade de uma mudança na ênfase de suas dificuldades econômicas originais). Poderia "borbulhar" do fundo, à medida que grupos cívicos e comunidades de importância na América Latina e nos Estados Unidos aceitem o tema e desenvolvam suas próprias variações em tôrno do mesmo. Mais efetivamente, contudo, deve provir do alto, e neste ponto pode-se vislumbrar um quadro futuro. Pode-se imaginar uma declaração do Presidente dos Estados Unidos, tratando apenas da América Latina, e as palavras inspiradoras do seu discurso de posse. Pode-se prever um encontro dos Presidentes das Américas para reacender o entusiasmo. Pode-se pensar na conveniência de formar-se, dentro da Organização

dos Estados Americanos, um estado-maior de relações públicas especializado para desenvolver o aspecto relativo a essas relações da "Operação Pan-Americana", tanto nos pormenores do conceito e execução, como mediante o estabelecimento de técnicas para a ampla aceitação, por parte do público, nas grandes e pequenas cidades e no interior da América Latina e dos Estados Unidos.

Pode-se imaginar que uma nova usina de fôrça, financiada talvez pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, ao invés de passar pelo espírito popular como uma notícia para a imprensa, seja saudada em cerimônias como um passo na "Operação Pan-Americana — Projeto: Energia". Haverá discursos não apenas por funcionários, mas por capatazes, técnicos e trabalhadores braçais, bandeiras ostentando o símbolo da "Operação Pan-Americana" e bandas tocando a nova marcha da "Operação Pan-Americana". Haverá uma grande *maquette* da usina, e quadros imaginosos dos novos lares a serem iluminados, das novas indústrias a serem abastecidas, e exibições das novas ferramentas elétricas e do novo equipamento doméstico a serem utilizados. E haverá uma consagração e bênção formais pela Igreja em reconhecimento pelos valores espirituais do grande movimento do qual o novo projeto de energia tornar-se-á mais um símbolo. Assim, durante o período de construção, o projeto não será apenas uma estrutura física irreconhecível, mas será imediata e contìnuamente identificado no espírito do povo como algo vital para melhorar suas vidas e como parcela essencial da "Operação Pan-Americana", que a tudo abarca.

Pode-se prever não apenas projetos de habitação dispersos, mas certo número dêles iniciados simultâneamente em meia dúzia de cidades através de um país, com dirigentes do departamento de obras públicas dando um primeiro dia de trabalho simbólico, com espírito competitivo entre equipes de construção de habitações, menções honrosas por certo número de habitações concluídas e prêmios para a equipe mais eficiente de supervisores. Pode-se ver, também, companhias norte-americanas no Brasil, tôdas agindo conjuntamente para propor-

cionarem bôlsas de estudo para um centro de treinamento técnico, inaugurados sob uma nova demonstração do espírito da "Operação Pan-Americana — Projeto: Educação". Enquanto nos "campuses" das universidades dos Estados Unidos a bandeira da "Operação Pan-Americana" seria o símbolo de que os estudantes da América Latina recebiam aquela acolhida particularmente calorosa que o novo espírito do hemisfério despertara. Poder-se-ia também imaginar um "Dia das Américas" tanto na América Latina como nos Estados Unidos, onde todos os cidadãos das Américas seriam convidados para apresentarem o seu compromisso no sentido de um objetivo prático, ainda que simbólico, escolhido pelos Presidentes das Américas. E a voz da América falaria vital e convincentemente na América Latina não como a "Voz da América", mas como a Voz da "Operação Pan-Americana".

Em suma, o atual tratamento estatístico rotineiro do desenvolvimento na América Latina, pontilhado ocasionalmente por um "projeto de prestígio" não econômico mas emocionalmente estimulante, seria substituído por uma nova dramatização dos esforços desenvolvimentistas na América Latina por todos os órgãos, públicos e privados, norte-americanos, latino-americanos e interamericanos amalgamados pelo cimento espiritual da "Operação Pan-Americana". E tal dramatização seria levada adiante na América Latina e nos Estados Unidos, sob assistência técnica no campo das relações humanas, despertando, no seu curso, um sentimento de entusiasmo, abnegação e capital humano e atraindo nova e imaginosa liderança.

Conclusão — Boa parcela do planejamento econômico vem ocorrendo para o desenvolvimento da América Latina, e com a reorganização do Conselho Econômico e Social Interamericano da Organização dos Estados Americanos deu-se um significativo passo à frente no setor de consulta e confronto de idéias entre nações das Américas, paralelamente ao que impulsionou a Europa após a guerra. De modo semelhante, no início da formação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma instituição hemisférica foi estruturada com a criação de grande interêsse na América Latina pelo seu próprio papel

multilateral no desenvolvimento. E com o Ato de Bogotá deu-se início a um passo construtivo no difícil conceito da assistência administrativa social e evolução das instituições sociais. Outrossim, parece restar pouca dúvida quanto à questão de que outras medidas econômicas serão consideradas pelos Estados Unidos.

Mas não se deu um passo equivalente na esfera do espírito e não se envidou nenhum esfôrço bem sucedido para incendiar a imaginação e as emoções dos povos das Américas e uni-los num objetivo comum. Contudo, encontra-se à mão um veículo para inflamar essa imaginação e essas emoções. Em um mundo onde as nações vêm ràpidamente construindo tanto moradas boas como más do espírito para facilitar a concretização dos objetivos nacionais, a "Operação Pan-Americana" é *sui generis* no que diz respeito ao conceito de potencialidade fabulosa. A interpretação apresentada aqui não sugere, em nenhum momento, a substituição de dólares para o desenvolvimento por estandartes. A "Operação Pan-Americana" sòmente poderá ser concretizada se o Govêrno norte-americano, plenamente apoiado pelo Congresso, envidar o máximo dos seus esforços nos setores econômicos e financeiros, tanto para aumentar como para tornar mais efetiva a assistência de desenvolvimento econômico e social. Mas nem só de pão vive o homem. Quando o esfôrço máximo econômico e social estiver sendo envidado, não deve atingir apenas as necessidades do homem, porém mentes ágeis e espíritos alevantados. Se se quiser travar uma guerra bem sucedida contra o subdesenvolvimento na América Latina, deve-se ter a escudá-la, para pessoas sensíveis, emocionais e de objetivos elevados, a dedicação de uma grande causa, pois sòmente dentro do espírito de tal dedicação pode o esfôrço e o sacrifício individuais serem suscitados, essenciais que são ao bom êxito contra tais desigualdades.

O conceito de "Operação Pan-Americana" proporciona o veículo do espírito. Essa oportunidade ímpar para a sua concretização deve ser aproveitada, ou o sonho desvanecer-se-á para sempre.

"OPERATION PAN AMERICA" — THE HIDDEN CATALYST?

This is a brief discussion of the origins, provisions and goals of *the Operation Pan America, a plan conceived by the Brazilian Government* to improve Latin America economic and social conditions, with broad technical and financial assistance of the United States. His author, Graydon Upton, who is the vice-president of the Inter-American Development Bank, presented it previously as a paper before the American Assembly, Pittsburg, USA. He starts out by drawing a picture of the negative factors influencing regional development, factors that, he recognises, will determine, to a great extent, the vitality or not of our democratic institutions, which may be severely hampered if an acceleration of the actual economic trends takes place. He goes on to point out the difficulties, arising for Latin American Governments, to satisfy the basic needs of their countries, countries eager to industrialize but still having to cut down imports, anxious to carry out development projects and obliged to depend on a social structure impaired by the existence of large land holdings in rural areas and by an outmoded capitalism. He also refers to the additional burden represented by the tremendous population growth and the increasing birth rates prevailing in the region and cites, in connection with it, Aldous Huxley's statement concerning underdeveloped countries when he affirms that "the Probability of overpopulation leading through unrest to dictatorship becomes a virtual certainty". Even so, he expresses the opinion that foreign capital could only provide a modest share of the total capital required to raise Latin American standards of living, the greater share of which should be created in the region itself. The author makes clear that the United States balance of payments and budgetary factors represent a serious obstacle to meet the Latin American aspiration for a hemispheric Marshall plan, plan that, even if possible, should not be considered, in his mind, a panacea for all troubles. Critical of this view, he understands, on the contrary, that a great part of the answer to the Latin American difficulties lies on the spiritual side of the problem, side that has been overlooked up to now, but that could represent some sort of a symbol for the American continent. He stating develops this theme by, the urgent need of creating a new spirit to link more closely Latin American and the United States ideals, emotional current that the author thinks could flow from the Operation Pan America grandiosity and immense scope. Once established this basis, any United States assistance or help, any major effort developed, as far as development programs are concerned, should be done for and in the name of Operation Pan America. Projects financed by the Inter-American Development Bank, for instanse, should be greeted in ceremonies as a step in Operation Pan

America — Project Power. Continuing, he stresses that there should be such things as a radio program and a new march called both Operation Pan-America. This, he contends, would be something capable of arousing enthusiasm in public opinion and smoldering American sentiment as a kind of counter-mystique to "Fidelism" or as an alternative to social revolution. Further on, the author explains that, in order to accomplish its proposed objectives, Operation Pan-America, needs, besides, a redefinition amounting to shift in emphasis from its original economic structures. It has been the plan rigidity in terms of per capita incomes and rates of economic growth the main deterrents to its success. As a conclusion, he affirms that he is not proposing the substitution of banners for development dollars, but rather suggesting the need for a parallel effort in the sphere of the spirit.

OPÉRATION PANAMÉRICAINE — LE CATALYSEUR CACHÉ?

Dans cette étude l'auteur s'occupe des origines, stipulations et objectifs de l'Opération Panaméricaine, plan conçu par le gouvernement brésilien en vue d'améliorer les conditions économiques et sociales de l'Amérique Latine avec une ample assistance technique des États-Unis. L'auteur de cet article, Graydon Upton, vice-président de la Banque Interaméricaine pour le Développement l'a présenté préalablement à l'Assemblée Américaine, à Pittsburgh. Il commence par l'esquisse du cadre des facteurs négatifs exerçant une influence sur le développement régional, facteurs, qui, d'après lui, détermineront la vitalité ou à l'abâtardissement de nos institutions démocratiques, qui pourront être sévèrement lésées par les actuelles tendances economiques. Il indique, ensuite, les difficultés où se trouvent les gouvernements latino-américains de répondre aux besoins de base de leurs pays. Ces pays qui désirent ardemment l'industrialisation, mais doivent réduire leurs importations; qui veulent mettre en oeuvre des projets de développement, mais dépendent d'une structure sociale lésée par l'existence des grandes propriétés foncières dans les zonnes agricoles et d'un capitalisme suranné dans les grandes villes surpeuplées. Il fait encore mention du poids additionnel représenté par l'impressionant accroissement de la population et par le taux grandissant de natalité de cette région. A cet égard il cite la déclaration d'Aldous Huxley touchant les pays soudéveloppés: "la probabilité du fait que le surpeuplement conduise à la dictadure en raison de l'inquiétude qui en découle, devient une certitude virtuelle". Malgré cela il affirme que le capital étranger ne devait procurer qu'une parcelle modeste du capital total nécessaire à l'exchaussement du niveau de vie en Amérique Latine et que l'autre parcelle devrait être produite dans la région elle-même. L'auteur dit clairement que la balance des paye-

ments des États-Unis et les charges du budget de ce pays représentent un sérieus obstacle aux aspirations latino-américaines touchant un plan Marshall pour l'hémisphère. Ce plan, d'après l'auteur, même s'il était possible ne pourrait être considéré une panacée à tous les maux. Bien au contraire, une part considérable de la réponse aux difficultés latino-américaines se trouve dans le côté spirituel du problème. Ce côté spirituel a été oublié jusqu'à présent mais il pourrait représenter un symbole pour le continent américain. L'auteur développe sa thèse en affirmant le besoin urgent de créer un nouvel esprit en vue de lier plus intimement les idéaux latino-américains et ceux des États-Unis, un courant d'émotion, qui, selon l'auteur pourrait jaillir de la grandiosité et du champ immense de l'Opération Panaméricaine. Cette base établie, n'importe quelle assistence ou aide des États-Unis, n'importe quel grande effort produit à l'égard des programmes de développement devrait résulter de l'Opération Panaméricaine. Les projets financés par la Banque Iter-américaine de Développement, par exemple, devraient être cités comme un pas de l'Opération Panaméricaine — projet-énergie. Il souligne que l'on devrait faire quelque chose, par exemple, un programme de radio ou une nouvelle chanson martiale, sous le titre d'Opération Panaméricaine. Ceci aurait la vertu d'éveiller l'enthousiasme de l'opinion publique et d'enflammer le sentiment américain comme une sorte de mystique contraire au "Fidelisme", ou comme une alternative de la révolution sociale. Plus loin, l'auteur explique que pour atteindre ses objectifs, l'Opération Panaméricaine exige encore une nouvelle définition équivalant à un déplacement de l'emphase mise dans ses structures économiques. La rigidité du plan en fonction des revenus *per capita* et des taux de croissance économique a été le principal obstacle à son succés. L'auteur termine en affirmant qu'il ne propose pas la substitution d'une bannière aux dollars du développement: il suggère plutôt le besoin d'un effort parallèle dans le domaine spirituel.

UMA POLÍTICA DE COMBATE À FOME NA AMÉRICA LATINA

Josué de Castro

Os inquéritos realizados pelos especialistas nos últimos vinte anos vêm revelando de forma insofismável, que a América Latina constitui uma das mais negras e mais extensas áreas da geografia mundial da fome, rivalizando sob êste aspecto com a velha Ásia e com a Áfica espoliada e saqueda pelo colonialismo europeu. Dos seus 200 milhões de habitantes, calcula-se que pelo menos 130 milhões de latino-americanos sofrem as conseqüências maléficas de uma alimentação defeituosa: insuficiente, incompleta ou desarmônica. É êste o retrato atual que nos apresentam os homens de ciência, da realidade social do antigo continente da abundância, do El Dorado, da época dos Conquistadores do século XVI. O retrato de um continente faminto.

Na América Latina sofre-se de tôda espécie de fome. Sejam as epidemias de fome que se seguem aos grandes cataclismas naturais que periòdicamente assolam o continente, tais como as sêcas do Nordeste Brasileiro, as enchentes da Amazônia, os terremotos da região dos Andes etc., sejam as formas endêmicas que atuam permanentemente, dizimando de maneira implacável populações inteiras. O mal é tão intenso e tão generalizado que são hoje unânimes os higienistas e os patologistas no reconhecer que a fome é a mais generalizada e a mais destrutiva de tôdas as doenças endêmicas que grassam no continente. E que representa um fator predisponente, preparatório do terreno para facilitar a ação deletéria das outras endemias, das chamadas doenças de massa, tais como a tuberculose, a verminose e outras parasitoses que só

são mortíferas quando encontram os grupos humanos sem resistência, depauperados pela fome. Que são no fundo, como a própria fome, doenças da miséria. Apresenta-se êste *mal da fome,* sob os mais variados matizes, desde a fome global, quantitativa, que transforma suas vítimas em verdadeiros espectros vivos, até às formas mais discretas das chamadas fomes ocultas ou específicas, atuando sorrateiramente, sob os mais diferentes disfarces. É destas fomes parciais, das chamadas carências alimentares de que mais se sofre na América, cada povo apresentando seu cortejo típico de males, oriundos da falta habitual em sua alimentação das doses adequadas de determinados princípios alimentares: proteínas, sais minerais, vitaminas. São os índios mexicanos morrendo de pelagra à falta de certas vitaminas, são os pobres bolivianos a exibir os seus grotescos bócios cretínicos pela falta de iodo, são os milhões de latino-americanos anemiados — sem ânimo e sem fôrças para trabalhar — com o seu sangue ralo e a sua pele amarelecida por falta de ferro para fabricar a sua hemoglobina, são os milhões de crianças morrendo como môscas, de uma estranha doença que os especialistas chamam pelo estranho nome de *kwaskiorkor,* mas que na verdade, é apenas uma carência de boas proteínas, como as do leite ou as da carne ou as dos ovos, que são alimentos de luxo, pràticamente inacessíveis às bôcas famintas das crianças pobres.

Essas e outras variadas doenças que inferiorizam, degradam e dizimam as grandes massas humanas na América Latina não são senão disfarces mais ou menos complicados da fome. De variadas formas ou tipos de fome que se associam em pactos macabros com outros males ou doenças da miséria, para massacrar os habitantes desta porção mais subdesenvolvida do nosso continente. Os índices de mortalidade infantil da maioria dos países latino-americanos, em média de cinco a oito vêzes mais altos do que os índices dos países bem desenvolvidos da Europa e a curta expectativa de vida no continente, onde se vive em média metade do que vive um europeu ou norte-americano, são também reflexo insofismável da ação mortífera da fome, degradando e rarefazendo as

nossas populações. Nestas terras de incrível mortandade, onde parece se nascer mais para morrer do que para viver, é sempre a fome o grande cortador de mortalhas para êste inumerável exército de mortos — de mortos de fome.

Mas não vamos estudar aqui, neste rápido estudo, as variadas formas patológicas da fome (*), mas desejamos apenas salientar bem a sua importância e participação no quadro nosográfico da região onde a falta de saúde constitui um dos mais graves fatôres de contenção do seu progresso social. Desejamos deixar patente até que ponto, a fome impede o progresso da região e sua real emancipação econômica, impondo-se como um pré-requisito indispensável a qualquer plano válido de desenvolvimento econômico regional, o estabelecimento de uma política positiva de luta contra a fome no Continente.

Para que esta luta tenha eficácia é preciso que se conheça bem o mecanismo através do qual a fome se instalou e perdura até hoje nas terras latino-americanas. Sem conhecer as raízes do mal e até que profundidade elas mergulham no subsolo de nossas instituições político-sociais, é impossível arrancá-lo de nossa paisagem cultural. As medidas não passarão de paliativos. Será como uma simples limpeza de roçado, que não evitará que o mato reponte, cada vez mais renitente, dos talos e das raízes fincados no solo.

A verdade é que a fome é ao mesmo tempo causa e efeito do subdesenvolvimento e do pauperismo generalizado que aquêle impõe. O economista Gunnar Myrdal fala com muito acêrto, dêste círculo vicioso da fome por incapacidade de produzir e da não produtividade condicionada pela própria fome.

É o mesmo conceito de Winslow, tratando dos problemas de saúde nas regiões subdesenvolvidas e mostrando como um fator negativo arrastando continuamente para baixo os níveis

(*) Aos interessados em aprofundar o estudo da matéria em suas minúcias biológicas e sociais, recomendo a consulta aos nossos livros: "Geografia da Fome", "Geopolítica da Fome" e "O Livro Negro da Fome".

de vida, configura o que se pode chamar *processo circular cumulativo*. Para destrinchar neste emaranhado dos complexos sociais do subdesenvolvimento, a verdadeira posição *do fator fome, tentaremos mostrar quais são as causas* principais e os principais efeitos dêste fenômeno nos quadros de vida latino-americanos. Causas e efeitos que se imbricam de maneira desconcertante no círculo vicioso do pauperismo generalizado.

Pode-se justificar a fome na América Latina através de condições naturais desfavoráveis do nosso continente? Nem de longe. A fome na América como noutras regiões do mundo — como na África e na Ásia — é muito mais um produto de fatôres culturais do que de causas naturais. É muito mais a conseqüência de distorções econômicas e de injustiças *sociais, provocadas pelo homem, do que de limitações impostas* pela natureza. A fome na América é um produto de fabricação humana — um subproduto dos desumanos processos de exploração econômica que foram postos em prática nesta região do mundo.

Querendo ocultar esta negra verdade e inocentar aos olhos do mundo, o crime dos verdadeiros culpados pela fome generalizada do continente, os neomaltusianos tentam atribuir o fato a uma espécie de mesquinhez da natureza: a pobreza dos solos tropicais que constituem a maior parte das terras do continente, e a sua incapacidade natural de alimentar uma população que cresce em cêrca de quatro milhões por ano. Nada mais distante da verdade, nada mais desprovido de base cièntífica do que estas especulações maltusianas.

A América Latina está longe de possuir uma população excessiva, saturando as possibilidades de ocupação do seu solo. Representando 16% das terras habitáveis do planêta, contém ela apenas 6% da população mundial, sua densidade demográfica relativa de apenas 8 habitantes por quilômetro quadrado é das mais ralas do mundo, em comparação com a densidade de 54 habitantes da Ásia e a de 82 habitantes da Europa. Trata-se, portanto, em conjunto, de uma área subpovoada e não de superpopulação relativa.

Por outro lado, o seu solo é cultivado apenas em 6% de sua extensão, restando enormes reservas naturais inexploradas. E mesmo na parte cultivada, a terra é explorada, via de regra, através de métodos agrícolas os mais primitivos, de rendimento insignificante. Terra, portanto, é o que não falta para matar a fome dos latino-americanos. Não é a nossa natureza que é mesquinha. Mesquinho tem sido o homem ou melhor, certos grupos humanos, que se apossaram mesquinhamente dessas terras, para explorá-las abusivamente no seu exclusivo interêsse de grupos, sem se dar conta, nem respeitar o fato de que a propriedade tem uma função social a preencher, e que a função primacial da terra é exatamente a de alimentar os grupos humanos que nela vivem e trabalham.

A fome na América se instalou como uma conseqüência da exploração de tipo colonial de suas terras; do regime do latifúndio e da monocultura que aqui alcançaram os limites máximos do exagêro, para servir exclusivamente aos insaciáveis apetites mercantis das metrópoles colonizadoras, desejosas de obter por preços vis, os produtos de base e as matérias-primas indispensáveis ao seu industrialismo próspero. Expandiu-se desta forma nos países latino-americanos uma agricultura extensiva de produtos de exportação, em lugar de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do povo. Cada área ou cada país se dedicou a uma nociva especialização que subverteu por completo o equilíbrio ecológico de seus quadros naturais e agravou sobremodo a carência e a penúria alimentar de cada região. Ao colonialismo político se seguiu a pressão do capital colonizador estrangeiro, instrumento de ação do neocolonialismo econômico, disfarçado mas não menos nocivo.

Foi assim que Cuba passou a produzir quase que só açúcar e o Brasil e a Colômbia quase que só café. Que a América Central passou a sustentar o império da banana, a Bolívia o monopólio do estanho e a Venezuela o truste do petróleo, para citar apenas os exemplos mais significativos. Assim, desdobraram-se nas terras da América, ciclos de economia mais destrutivos do que produtivos, ou pelo menos, desequilibran-

tes *da saúde econômica da nação:* o ciclo da mineração, o da cana-de-açúcar, o da lavoura nômade do café, o da extração da borracha amazônica, o do petróleo, o do guano, o do salitre e vários outros. Ciclos êstes que revelavam sempre o mesmo espírito de aventura mercantil, se insinuando, impulsionando a princípio o desenvolvimento, mas logo a seguir, corrompendo os processos de criação de riquezas nestes países. Orientada a princípio pelos colonos europeus, os donatários dos grandes feudos agrários e seus herdeiros e posteriormente pelos detentores do capital colonizador estrangeiro, tôda a economia da América Latina foi violentamente arrastada no interêsse dos grandes monopólios internacionais. E os governos dêsses países se mostravam, em geral, incapazes de impedir esta voraz interferência dos monopólios estrangeiros, interessados em espremer o limão até à última gôta, deixando as terras coloniais reduzidas à sua extrema miséria. Explica-se esta conivência dos governos em trabalhar contra os interêsses nacionais, porque êsses governos quase nunca foram representantes autênticos do povo, mas simples agentes dos pequenos grupos das oligarquias dominantes, beneficiadas pela exploração desumana das massas deserdadas, marginais e famintas. Adversárias, portanto, das aspirações de melhoria das condições de vida dêsses povos. Sempre foi esta, a *tática da ação política dos monopólios estrangeiros:* a de associar em seus escusos e rendosos negócios, uma pequena *clique* influente, privilegiada, que passava logo a se *bater violentamente na defesa dêsses monopólios, a lutar* pela manutenção do *statu quo,* e a manifestar uma sagrada aversão por qualquer forma de verdadeiro desenvolvimento econômico emancipador.

Assim foi conservada nos países da América uma estrutura agrária arcaica, de tipo feudal, que constitui o principal fator determinante do estado de fome no continente e do retardamento do progresso social dêsses povos. Mesmo daqueles que se lançaram com todo ímpeto na renovação de sua economia, através da industrialização intensiva, como é o caso do Brasil, mas que até agora não conseguiu se emancipar das

fôrças de coerção e de contenção destas estruturas agrárias retrógradas, caracterizadas pelo complexo social do latifundiarismo com todo o seu cortejo de misérias sociais. A contradição que se estabelece nesses casos, dá ao *facies* cultural dêsses povos uma dualidade estrutural gritante, com a estranha superposição de uma economia industrial, às vêzes de vanguarda, a uma economia agrária pré-capitalista, de sobrevivência medieval. O arcaísmo da estrutura agrária é pràticamente um mal de todo o continente. Por tôda a parte vamos encontrar até hoje a inadequação do regime da propriedade para o exercício de suas funções sociais: vamos encontrar imperando o latifúndio e o minifúndio, ambos anti-econômicos e anti-sociais.

Pelas estatísticas conhecidas se chegou à avaliação de que cêrca de 8% do número total de propriedades açambarcam 75% do total das terras cultivadas na América Latina. É que são muitas dessas propriedades verdadeiros Estados, de desmedida extensão territorial, ultrapassando muitos dêles uma superfície de mais de 100 mil hectares. Ao lado desta tendência ao latifúndio, irmão siamês do atraso tecnológico e da improdutividade, encontramos a pulverização das propriedades, com a poeira dos minifúndios que representam mais da quarta parte dos estabelecimentos agrícolas na América Latina.

É sem dúvida a inadequação de suas estruturas agrárias o fator essencial da má utilização dos recursos naturais, da baixa produtividade agrícola e da subocupação do homem do campo. Numa palavra: da fome em sua expressão continental. E não é só a distribuição das propriedades que é aberrante, mas também os tipos de relação do trabalho que são de índole feudal, perdurando até hoje os sistemas da meação, da parceria, do pagamento do salário em comida e de outras sobrevivências dos tempos da servidão medieval.

Mas não foi apenas conservando o feudalismo agrário, monocultor e latifundiário, que o imperialismo econômico manteve um estado de fome na América Latina. Foi também explorando ao máximo o esfôrço produtor de sua agricultura

de exportação, fixando preços sempre miseráveis para as suas matérias-primas agrícolas e seus produtos de base. Manipulando o mercado internacional dêsses produtos e provocando a sua constante instabilidade, que tão terríveis conseqüências acarretam à economia dêstes países, que dependem quase que exclusivamente dêstes produtos, para a obtenção das divisas necessárias ao seu equipamento técnico, o que equivale dizer à sua emancipação através da industrialização. A vulnerabilidade dêstes países em face da falta de estabilidade dos preços dos seus produtos de base é tanto maior quanto, via de regra, cada um dêles limita tôda a sua oferta comercial em um ou dois produtos, quando muito. É desta forma que o petróleo representa 94% das exportações da Venezuela, o açúcar 80% das de Cuba, o café e o sisal 84% das do Haiti, o estanho 63% das da Bolívia e assim por diante.

Agravando o desequilíbrio econômico que mantém no marasmo êstes países, funciona a queda proporcional dos preços dêstes produtos em comparação com os preços dos produtos industrializados que êles necessitam importar. Mesmo produzindo e exportando hoje um volume bruto de matérias-primas mais avultado, recebe a América Latina um menor volume de dólares do que recebera outrora, tornando-se pràticamente insolvável a sua balança de pagamentos. Tem-se um bom exemplo disto, com o caso concreto do café brasileiro. Em 1959 exportava o Brasil, dois milhões de sacas de café a mais do que exportava dez anos antes, em 1949, e no entanto recebia agora pelo total da exportação dêste seu produto cem milhões menos de dólares do que recebera em 1949.

Vê-se assim que o problema da fome na América Latina não resulta apenas da sua produção escassa de alimentos. É um problema de economia, bem mais complexo. Porque nem adiantaria aumentar os níveis de produção, diante da falta de poder aquisitivo dos seus povos. A fome é mais um problema de produtividade. Da ridícula produtividade de uma enorme massa populacional que até hoje continua vivendo num sistema econômico pré-capitalista, quase que fora do ciclo das trocas monetárias.

Propagou-se com razão por tôda a América Latina a consciência de que só poderemos nos emancipar da fome reinante, através da industrialização intensiva dêstes países de economia dependente. A idéia de *desenvolvimento* revestiu-se, assim, da categoria de uma *idéia-fôrça,* capaz de mobilizar a vontade dêsses povos escravizados pelo colonialismo econômico. Infelizmente muitos dos esforços neste sentido têm sido frustrados em seus objetivos. Nem sempre a industrialização conduz a uma melhoria dos níveis de vida, principalmente no que diz respeito à satisfação das necessidades alimentares. A industrialização, em certos setores limitados e sem o respaldo da expansão agrícola paralela, às vêzes, até agrava a situação de penúria alimentar dêsses países.

Conclui-se desta rápida enumeração dos fatôres que interferem na manutenção da fome no nosso continente, que êles são essencialmente de natureza econômica, refletindo no estilo de vida de cada povo, o resultado das pressões das fôrças econômicas internacionais, que sob a inspiração e o signo do neocolonialismo, alimentam e entretêm a fome em todos os continentes.

São inumeráveis os efeitos da fome sôbre os grupos humanos que habitam a América Latina. Desde os efeitos puramente biológicos, de degradação somática, que impõem estaturas, compleições e biótipos vitais que estão bem longe dos níveis ideais, até os efeitos psico-fisiológicos, que acarretam a fadiga, a apatia, o conformismo e a incapacidade criadora de inúmeros grupos raciais econômicamente famintos. À fome estão certamente ligados estranhos fenômenos sociais da América Latina, como o banditismo, o messianismo e a instabilidade política. Mas isto nos conduziria muito longe, além dos limites que nos impõe um simples ensaio interpretativo da matéria.

A verdade é que, o que até aqui ficou dito, chega sobejamente para mostrar como é tremendamente alto o custo social que pagam os povos latino-americanos ao calamitoso fenômeno da fome coletiva. Como a fome interfere de maneira nega-

tiva nos processos de evolução social dêste continente e como é urgente e indispensável realizar, um esfôrço sôbre-humano para varrer a fome dos quadros da vida dêsses países.

Para êste combate não existe um remédio específico capaz de funcionar como uma panacéia espetacular. Não há um específico para a fome. O que existem são catalisadores capazes de acelerar as reações sociais, conduzindo o organismo nacional, a depuração dêste resíduo sobrevivente dos tempos do feudalismo e da servidão.

A luta contra a fome é uma luta contra a opressão econômica e contra o subdesenvolvimento. Luta que deve ser empreendida sem que se perca de vista o objetivo primacial da expansão econômica, que é a elevação dos níveis de bem-estar social das coletividades.

A conduta política dos países latino-americanos para vencer esta etapa da emancipação da fome deve ser a de dar prioridade a um certo número de problemas de política externa e de política interna, nos quais se assenta êste estado de coisas reinantes e das quais dependem tôdas suas possibilidades de tornarem independentes as suas economias.

No campo da política exterior, os aspectos mais importantes são sem dúvida, a defesa econômica dos seus produtos de exportação e a regulamentação das remessas para o exterior, dos lucros dos capitais estrangeiros investidos nos países da região.

A falta de orientação política dêstes países em face das pressões das grandes potências, tem provocado a deterioração progressiva dos preços dos seus produtos de base e das suas matérias-primas, cujo poder aquisitivo em relação aos produtos industrializados caiu desde o comêço do século em cêrca de 50%, o que equivale a dizer que por idêntica exportação, hoje importamos apenas a metade das mercadorias que podíamos importar no século passado.

É esta a principal conduta através da qual se exerce a ação colonialista do capital monopolista internacional, mantendo os países fornecedores de matérias-primas em sua economia primária, incapazes de poder industrializá-las *in loco*

e se libertarem desta forma do colonialismo. Não é sem-razão, que o sociólogo francês André Philip afirma que antes de auxiliar os países subdesenvolvidos, seria preferível que as grandes potências cessassem a sua pilhagem, o verdadeiro assalto que sempre empreenderam das suas matérias-primas, das quais êstes países dependem para viver e para se desenvolver. Temos que impor respeito à nossa economia se desejamos realmente nos emancipar.

A paridade e a estabilização dos preços dos produtos de base se constituem assim como objetivos essenciais aos planos de autêntico desenvolvimento da América Latina. Porque só assim será possível industrializar êstes países e fornecer à sua agricultura as máquinas e os implementos necessários à sua modernização. Enquanto os preços dos produtos agrícolas de exportação continuarem aos trancos e minguando progressivamente, a agricultura de sustentação se fará em condições de indigência, com uma produtividade ridícula e por um custo de produção quase que inacessível ao poder aquisitivo dêstes povos: daí a fome, como uma conseqüência natural dêste tipo de organização econômica.

Como importar os fertilizantes, os inseticidas, as máquinas agrícolas indispensáveis, como construir as necessárias rêdes de silos e armazens, e muito menos como produzir industrialmente estas coisas necessárias ao progresso da agricultura, se escasseiam cada vez mais as divisas nestes países, em face da conjuntura sempre desfavorável aos seus produtos de exportação, no mercado internacional? Só lutando tenazmente por esta vitória necessária contra o colonialismo econômico dos grandes trustes internacionais que não podem continuar a manter as suas escandalosas margens de lucro à custa da fome dos povos subdesenvolvidos.

O outro ponto a reivindicar é o da necessidade que os países latino-americanos procurem, através de adequada legislação, regulamentar as remesas dos lucros das companhias estrangeiras que operam em seus territórios, e que via de regra, representam uma sangria constante de suas escassas reservas de divisas.

No que diz respeito à política interna a primeira coisa a fazer é resolver o problema das estruturas agrárias, que na maior parte dêstes países representa a mais resistente armadura do conservadorismo retrógrado contra quaisquer mudanças desta situação vigente.

As reformas agrárias a serem levadas a efeito deverão obedecer a um rigoroso critério técnico e econômico. Não podem ser simples expedientes de desapropriação e redistribuição das terras, visando corrigir a injustiça social da existência dos milhões dos sem-terra, das massas dos camponeses explorados pelos grandes proprietários agrários. Êste seria um processo simplista incapaz de resolver por si só o drama da economia agrária. Mas, se não adianta apenas a redistribuição da terra, também será inteiramente improdutivo qualquer tipo de política que pretenda mudar a situação rural, sem tocar no problema das estruturas agrárias. Isto é o que se chama de política de falsas reformas, preconizando apenas programas assistenciais, de educação e de saúde, sob o argumento de que estas mudanças acabarão por quebrar as resistências do conservadorismo mais extremado. Falsa premissa, desde que os aspectos educacionais e sociais mais gritantes — o analfabetismo, a miséria, a falta de higiene, as endemias reinantes, são todos subprodutos do complexo agrário do latifundiarismo e permanecerão irremovíveis enquanto não fôr desmontado êste complexo.

O que a América Latina está a exigir são reformas autênticas, que signifiquem um processo de revisão de todos os tipos de relações jurídicas entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais. Verdadeiros códigos agrários, capazes de conduzir a propriedade à sua plena função social, aumentando o seu rendimento e distribuindo os benefícios auferidos por tôda a coletividade. O conjunto de leis englobadas nesses códigos deve regular inúmeros problemas, tais como o da desapropriação das terras, os arrendamentos rurais, o dos contratos de trabalho e vários outros aspectos complementares da tença da terra.

Não se pode estabelecer um tipo ideal destas reformas, para todos os países latino-americanos, dependendo a sua adequação em cada caso, de múltiplos fatôres locais de ordem natural e de ordem social. Cada país deve criar o seu tipo de reforma, é certo, que levando em conta a sua realidade político-social e o acervo de experiências, dos erros e dos acertos de reformas levadas a efeito em outros países do mundo.

Com as reformas estruturais deverão também os países subdesenvolvidos promover uma política operante de incentivo à produção agrícola da qual não pode estar ausente a política de preços dos produtos de subsistência e de consumo interno e uma política de subsídio de certos produtos indispensáveis à utilização intensiva da terra, mas que não são, via de regra, usadas nestas áreas menos desenvolvidas. A política de garantia e estabilização dos preços constitui uma arma poderosa de promoção agrícola, atraindo capitais, que sem esta segurança fugiriam certamente da emprêsa agrícola, exposta aos riscos e azares de uma verdadeira aventura mercantil.

Subsidiar produtos tais como fertilizantes, inseticidas, sementes etc., constitui uma forma de garantir a plena utilização da terra e o seu rendimento compensador. Triste demonstração da quase ausência do uso dêstes produtos na agricultura latino-americana, nos dá René Dumont, falando do Chile, país produtor de nitratos. Enquanto êste país vende para o exterior 15 milhões de toneladas dêste fertilizante, consome no país 70 000 toneladas a um preço correspondente ao dôbro do preço da exportação. Mas como sua agricultura é de rendimento baixo, o país se vê forçado a consumir uma boa parte das suas disponibilidades cambiais para importar cereais, carne, manteiga e outros produtos de alimentação.

Urge também uma revisão na política de tributação da terra, que via de regra se faz através do volume de sua produção, estimulando desta forma a improdutividade, que é uma forma de inversão do capital especulativo que joga com a

inflação. A tributação deverá ao contrário se fazer à base da capacidade potencial da terra produzir, o que obrigará o seu proprietário a se preocupar com o seu rendimento efetivo.

O crédito agrícola, principalmente em sua forma específica de crédito supervisionado e o apoio estatal à organização das formas de cooperativas ou outras associações comunitárias podem desempenhar um papel importante na luta contra a fome no nosso continente.

A diversificação racional das culturas, a utilização da terra em função de sua vocação natural, a melhoria das sementes e os métodos de conservação dos solos são outros elementos que também devem participar da tessitura normal do quadro de uma política de estímulo e de amparo à agricultura latino-americana.

É evidente que muitas destas iniciativas e medidas já estão sendo adotadas, com maior ou menor sucesso por vários países do continente. Outros puseram sua imaginação em engendrar outras formas de ampliação de suas produções agrícolas.

México, Bolívia, Guatemala, Venezuela e mais recentemente Cuba, empreenderam reformas agrárias de maior envergadura, mas ainda não alcançaram os objetivos desejados, por motivos de várias índoles. Resta muita coisa a rever, a formular, a empreender. Principalmente resta inserir na conjuntura econômica o quadro da agricultura ao lado do da indústria. E isto porque só com a industrialização racional será possível elevar os níveis de produtividade dêsses países de forma a libertá-los do flagelo da fome. Todos sabem que os níveis de produtividade agrícola dependem em larga proporção, da expansão do setor industrial que deve fornecer à agricultura os bens de capital necessários à sua plena realização econômica. Deve, pois, o desenvolvimento industrial se fazer paralelamente à expansão do setor agrícola, sob pena de acentuar a dualidade social, aumentar a distância que separa os dois setores econômicos e agravar a situação alimentar dêsses povos. *Não basta cuidar da industrialização*, sob a *pre-*

missa de que ela constitui uma panacéia capaz de resolver todos os problemas do subdesenvolvimento, inclusive o atraso da agricultura reinante. Isto está bem longe da verdade. A industrialização é um ingrediente indispensável às reformas da economia agrária, mas não é suficiente para provocar estas reformas. E sem reformas agrárias adequadas, na maior parte dos países latino-americanos se esboroam tôdas as boas intenções de industrializá-los verdadeiramente. Cedo a sua agricultura rotineira e primitiva passa a representar um fator de contenção do próprio desenvolvimento industrial, através dos altos custos de produção das suas matérias-primas, através da escassez de alimentos, impondo a alta constante dos salários e matando o mercado potencial que representam as populações rurais para os produtos da indústria nascente.

No critério de prioridades dos investimentos reside, pois, uma boa parte do possível sucesso dos planos de desenvolvimento capazes de promover o verdadeiro progresso social e conseqüentemente a libertação da fome e da miséria. Somos dos que julgam essencial promover o desenvolvimento industrial, sem sacrificar em exagêro os investimentos no setor agrário. Êste o dilema que têm de enfrentar os países latino-americanos: o dilema do pão ou do aço. Ou seja, o de concentrar os seus escassos recursos em investimentos industriais, ou despendê-los na obtenção dos bens de consumo para matar a fome de suas populações. Penso que a solução está no simultâneo atendimento ao pão e ao aço, em proporções que devem variar de país a país, de acôrdo com o seu nível sócio-econômico e com as suas disponibilidades financeiras.

Só assim será possível quebrar o círculo vicioso da fome, do desemprêgo e da improdutividade que são apanágio da porção latino-americana dêste continente, pejada de riquezas naturais incalculáveis, mas até hoje subjugada à influência negativa da exploração econômica de tipo colonial.

* * *

A POLICY FOR FIGHTING HUNGER IN LATIN AMERICA

In this article Josué de Castro, a member of the Brazilian House of Representatives, deals with the problem of famine in Latin America, which, as he affirms, continues to be, at the same time, cause and *effect of the underdevelopment in the region. He states that the Latin* America situation, as far as hunger is concerned, does not differ much from that prevailing in Asia or Africa. In connection with it, he contends that for a population of 200 millions Latin-Americans about 130 millions suffer from hunger in a way or another. The author goes on to show the close association linking regional economic development, famine and the problem of land, considering the solution of the last one fundamental to the solution of the others. In favor of his opinion he refutes Neo-Malthusian theory ascribing famine and poorness South *of Rio Grande to eroded tropical soils and its unableness to support* a population increase of four millions a year. The author understands that this thinking represents nothing but an expedient to blame something else than colonialism, for the unsatisfactory Latin-American standard of living. He also rejects the existence of a relative superpopulation in the region, mentioning the exemples of Asia and Europe, both of which have a density of population several times that of Latin America. Remarking that the problem results more of cultural than of natural causes, he declares that if it has been focused the other way around, the blame rests on the national bourgoisie and the landlords, in perfect accordance with the interests of foreign groups. He recognises, *however, the tremendous effect on the food supply* resulting from the primitive methods used in rural areas or extensive agriculture leading to the exhaustion of lands. *The system of large landed estates,* he stresses, fomenting specialized agriculture provoked he poverty of millions of people and has been serving no other purpose than to provide foreign industrial countries with cheap foodstuff exports. To avoid economic stagnation he thinks advisable to carry out the agrarian reform although jutisfying his disbelief in a mere disappropiation of land without adequate preparation of a plan to maximize the economic efficiency of distribution, leaving untouched, besides, the system of land tenure. Sustaining that such an agrarian reform will not pay reasonable *dividends,* he *stresses* that unless an adequate *one* takes place and increases the purchasing power of the people, thus creating a dinamic internal market, the industrialization process *will* be checked. So he advocates, simultaneously, all kinds of government protections to croppers and farmers as agricultural credits, cooperatives, subsidies and experimentations. Otherwise he feels Latin America may have steel but no bread.

UNE POLITIQUE DESTINÉE À COMBATTRE LA FAIM EN AMÉRIQUE DU SUD

Dans cet article, Josué de Castro, un membre de la Chambre des Deputés brésilienne, examine le problème de la faim en Amérique du Sud. Selon lui, ce problème est encore, en même temps, la cause et l'effet du sousdéveloppement de cette région. Il affirme que la situation de l'Amérique Latine, quant à la faim, n'est pas trés différent de celle que l'on observe en Asie et en Afrique. Dans ce sens, il soutient que dans une population de 200 millions de latino-américains, environ 130 millions connaissent la faim, d'une façon ou d'une autre. L'auteur démontre l'intime association entre le sousdéveloppement économique régional, la faim, et le problème de la propriété foncière, et considére la résolutions de celui-ci comme fondamentale pour la solution de ceux-là. A l'appui de son opinion, il réfute la théorie néo-malthusienne qui attribue la faim et la pauvreté existant au sud du Rio Grande au sol tropical rongé par l'érosion, et à son incapacité de soutenir un accroissement de la population de quatre millions chaque année. Selon l'auteur, cette théorie n'est qu'un artifice destiné à soulager le colonialisme de la responsabilité de l'insatisfaisant niveau de vie vérifié en Amérique Latine. Il nie aussi l'existence d'un surpeuplement relatif dans la région, en citant l'exemple de l'Europe et de l'Asie qui prossèdent une densité de population bien des fois plus grande que celle de l'Amérique Latine. Faisant remarquer que ce problème découle plutot de causes culturelles que de causes naturelles, il affirme que, si le problème a été considéré sous un angle faux, les bourgeois et les grands propriétaires fonciers en son coupables. En outre, ceux-ci sont d'accord avec les intérêts de groupes étrangers. Il reconnaît cependant l'effet terrible produit sur le fournissement de denrées alimentaires, découlant des méthodes primitives mises en pratique dans les régions agricoles et de l'intense activité qui apprauvrit la terre. Le système de grandes propriétés foncières qui stimule l'agriculture spécialisée, a engendré, la pauvreté de millions de personnes, et n'a eu d'autre utilité que celle de fournir des produits alimentaires à bas prise aux pays industriels étrangers. En vue d'éviter la stagnation économique, il croit conseillable la réforme agraire, quoiqu'il fasse voir son incrédulité quant aux effets de la simple expropriation des terres, sans la nécessaire élaboration d'un plan qui éléve au maximum l'efficacité économique de la distribution, tout en conservant intact le système d'occupation des terres. L'auteur affirme que cette réforme agraire ne payera pas des dividendes acceptables et que le processus d'industrialisation sera freiné à moins que l'on mème à bien une réforme adéquate qui augment la capacité d'achat du peuple. Il réclame aussi toute sorte de protection gouvernementale aux agriculteurs sous forme de crédits agricoles, coopératives, subventions et essais. Une orientation différente pourra, d'après lui, procurer de l'acier à l'Amérique Latine, mais pas du pain.

O ASPECTO LEGAL DA COEXISTÊNCIA *

Milan Bartos

A coexistência foi considerada por muito tempo um problema de relações políticas entre Estados. Com o decorrer do tempo, porém, sua significação sofreu alterações. Despojando os países soberanos do direito de fazer a guerra, a coexistência passou a significar não mais meramente um estado de respeito recíproco e simultâneo de parte de alguns Estados para com outros, mas uma proibição a êsses Estados de ameaçar, pela fôrça, a existência de outros sujeitos do Direito Internacional. A coexistência sofreu, assim, uma variação qualitativa, passando a ser um conceito legal, conservando embora seu caráter político. Transformou-se na garantia que tem os Estados de coexistir na comunidade internacional, com outros Estados, obrigados, todos, a levar em consideração a existência dos demais, a desistir do uso da fôrça e de intervir nos seus assuntos internos.

O temor da guerra, com sua ameaça ao mundo, cuja existência não podemos negar, constitui prova da instabilidade da coexistência. Contudo, não é prova de que não exista coexistência ou de sua inexistência como uma instituição, mas apenas da existência de um perigo para a coexistência. A Carta das Nações Unidas criou condições que possibilitaram o aparecimento da coexistência como uma instituição legal. Mas enquanto ela não existiu como uma instituição legal, enquanto não existiu garantia de que os Estados não seriam

(*) Transcrição autorizada da "Review of International Affairs", publicação da "The Federation of Yugoslav Jornalists", edição de dezembro de 1960.

atacados ou destruídos, enquanto prevaleceu a possibilidade legal da guerra, não se podia falar de coexistência, em sua presente forma ou essência.

Não sustento que a coexistência seja um novo conceito. Não afirmarei, também, que seja a coexistência um resultado do acaso, mesmo na Carta das Nações Unidas, mas que, enquanto existiu a possibilidade de ser a guerra utilizada como um instrumento de política nacional, nas relações entre os países, a coexistência foi algo que existiu nas relações interestatais, graças à situação momentânea ou à vontade ocasional dos Estados mais fortes. A partir da Idade Média, a coexistência foi recomendada, sempre, como uma instituição moral, de modo que a sua ação se circunscrevia a uma esfera bastante limitada. O Cristianismo da raça branca considerou a coexistência entre os governos como uma obrigação moral, mas sem natureza legal. Os governos cristãos, sob a influência dos ensinamentos medievais da igreja, acreditavam que deviam desistir da guerra em suas relações interestatais — principalmente da guerra que os conduzisse à ruína — mas se julgavam, não obstante, com o direito de fazer a guerra, e de poder, se necessário, resolver seus problemas pela guerra, que, por sua vez poderia, com tôda legalidade, realizar a destruição do adversário.

II

Na lei internacional, a instituição da *debelacio*, significava a vitória num conflito de um país, com o completo desaparecimento do adversário derrotado, como Estado. O Estado vencido era incorporado ao Estado vitorioso e deixava de existir. Em outros têrmos, já não existia coexistência entre êles. Pode-se talvez alegar que isto ocorra sòmente no plano teórico. Mas a História demonstra que constitui, ao contrário, uma prática comum, algumas vêzes até progressiva, gerando por meio da guerra o extermínio político, produzindo, em conseqüência, a unificação dos povos e o desaparecimento do Estado que representasse um obstáculo à realização dessa unidade.

Enquanto perdurava essa situação nas relações entre os países de raça branca, a coexistência com os países de raças diferentes exceto em se tratando de Estados poderosos como a Turquia e o Japão, não era, em hipótese alguma, uma obrigação moral. Os séculos de conquistas coloniais conheceram apenas a ficção do papel civilizador dos Estados europeus e a teoria de que não existiam Estados, no chamado mundo selvagem, com direito à independência e que tivessem direito à coexistência com outros Estados de raça branca. Esta teoria sôbre a não existência de Estados no continente africano (ainda que a História tenha provado que lá existiram, de fato, Estados) já fôra confirmada, no remoto ano de 1855, pela comunidade internacional daquela época ou, para ser mais preciso, pelos países europeus que estabeleceram um sistema, pelo qual o continente africano devia ser ocupado. Êste sistema possuía por base dois princípios: primeiro, não existiam Estados nativos na África e o território africano constituía terra de ninguém, *res nulius*, uma coisa sem dono, da qual qualquer um poderia se apropriar, bastando, para isso, que pudesse adquirir soberania sôbre ela pela ocupação efetiva. Segundo, quando empreendendo conquistas de terras estrangeiras, as nações européias deviam respeitar os princípios legais estabelecidos sôbre a prioridade de ocupação, as relações da nação ocupante com terceiros poderes europeus e seus direitos adquiridos ou contratos celebrados sob promessa. Êstes dois princípios representam a negação do direito de coexistência dos povos africanos e dos seus Estados e demonstram uma tendência de coexistência entre os países europeus, até mesmo na pilhagem. Mas, tudo não passou de uma tendência, porque também existiu e, de modo especial, o direito de qualquer país europeu fazer guerra a todos os seus competidores de conquistas coloniais.

III

O Pacto da Liga das Nações não alterou o aspecto legal dessa precária coexistência, conquanto ela constituísse parte

de sua ideologia. O Pacto proibiu a guerra entre membros da Liga das Nações, mas sòmente em condições especiais. A guerra sòmente poderia ser utilizada como um instrumento adequado, para resolver disputas, se o Conselho da Liga das Nações não lograsse encontrar uma solução, sessenta dias após ter tido conhecimento da matéria. Mas uma vez esgotados êsses sessenta dias, não assistia aos Estados qualquer garantia de que não viessem a ser vítimas de agressão organizada. Não é suficiente mencionar o exemplo da impotente defesa da Etiópia, que sofria uma agressão nas condições políticas que presidiam o funcionamento da Liga? A pretexto de preservar a paz mundial e de localizar o conflito, a Liga das Nações reconheceu a *debelacio* da Etiópia, em favor da Itália fascista, negando, ao corajoso Negus, admissão às suas sessões, e deixando que seus membros tomassem atitudes políticas próprias com relação à expansão territorial da Itália.

Está fora de dúvida que o germe da tendência para a elevação da coexistência a um nível legal já existia no Pacto da Liga das Nações. Mas, êste despontar estava longe de ser perfeito ou de significar o estabelecimento de uma base legal para a questão. Num curso posterior de desenvolvimento, o Pacto Briand-Kellog proclamou a ilegalidade da guerra e proibiu o uso da fôrça como um instrumento de política nacional — um desenvolvimento que fortaleceu a tendência para a coexistência pacífica entre os Estados. Mas o Pacto não considerou êste princípio universal, mas sòmente uma cláusula contratual vinculando os signatários em suas relações recíprocas, reservando a êstes o direito de fazer a guerra, como direito inerente de Estados soberanos. Êste o motivo porque a Segunda Guerra Mundial representou, para alguns Estados, a violação do Pacto Briand-Kellog, em relação a alguns países, mas não uma violação da lei internacional, que continuava a manter seus princípios anteriores, segundo os quais a guerra era permitida.

IV

Foi sòmente com a Carta das Nações Unidas que se criou a nova ordem legal, baseada na proibição de se recorrer à guerra. A Carta estabeleceu o princípio de que a fôrça não pode ser utilizada para solucionar disputas internacionais. Ao estabelecer êste princípio, criou um organismo, dentro da estrutura da Organização das Nações Unidas, para preservar a paz, que é a maior aspiração da humanidade. Proclamou, também, princípio universal a proscrição da fôrça como instrumento de política nacional. As Nações Unidas se reservaram o direito de intervir contra qualquer perturbação da paz, não importando que a mesma resultasse de ações dos seus próprios membros ou de países que não fôssem membros, ou quem sofresse a agressão. Significa isto que todos os Estados, membros ou não, devem respeitar o princípio que proscreve o uso da fôrça, tendo a ONU prometido proteger qualquer país, que seja agredido.

Pode-se discutir, hoje, se as nações respeitam esta proibição, dentro dos limites desejáveis e se as Nações Unidas, com sua presente fraqueza e imperfeições, será capaz de cumprir essa responsabilidade legal. Mas o que está fora de discussão é o desenvolvimento da lei internacional nesse campo e a proclamação de um princípio legal geral, absoluto e universal, obrigatório para todos os Estados, proibindo-lhes usar a fôrça ou ameaçar o uso da fôrça contra qualquer país, ordenando, a cada um, o respeito pela independência dos demais e condenando a intervenção nos assuntos internos de um Estado por outro Estado. Isto, em si, representa o princípio da coexistência pacífica dos Estados como uma instituição legal. O que, antigamente, não poderia ser considerado uma obrigação legal é um princípio legal, hoje em dia, que, não corresponde, talvez, à concepção de todos os Estados, especialmente de alguns países poderosos, obrigados a respeitá-lo, como os demais.

Ao fazer essas breves considerações sôbre a transformação da instituição política da coexistência pacífica em uma insti-

tuição legal, ficaríamos a dever muito à clareza, se nos esquecessemos de acrescentar outro conceito que, como um novo atributo da coexistência, foi proposto, de modo especial, pelo presidente Tito em suas importantes ofensivas de paz.

Trata-se da ordem geral nas relações entre os Estados, conforme estipula a Carta das Nações Unidas. O dever de todos os Estados de observar, incondicionalmente, o princípio da coexistência é acompanhado pela obrigação de agir dentro da comunidade internacional como sujeitos com iguais direitos, num plano de igualdade e soberania, com obrigações definidas e direitos no desenvolvimento das relações internacionais sôbre uma base bilateral, regional ou universal. Todos os países membros das Nações Unidas, — e segundo a tendência para a universalidade, todos os países devem ser membros das Nações Unidas, — são conclamados a cultivar relações de boa vizinhança com os demais, a cooperar, a resolver os problemas internacionais, conjuntamente, e a fortalecer a comunidade internacional.

Daí porque não existe coexistência passiva de Estados, reservando-se, alguns, o direito de determinar a política mundial, enquanto outros ficariam condenados a desempenhar um papel passivo. Ao contrário, a coexistência, concebida e organizada pela Carta das Nações Unidas, como o direito e o dever de tôdas as nações, grandes e pequenas, com iguais direitos, exige uma coexistência ativa e pacífica entre elas. A Carta das Nações Unidas constitui a base de uma formulação legal dêsse tipo de coexistência.

O problema da coexistência, ativa e pacífica, é o da preservação da paz e do progresso da comunidade internacional, com a participação de todos os seus membros. Êste já não é um princípio que dependa da consciência dos Estados, mas um princípio legal da comunidade internacional. A comunidade internacional possui um certo número de órgãos para concretizar êsse sistema. Sua introdução se verificou em várias cláusulas e sanções, não sòmente na Carta das Nações Unidas e nos estatutos das agências especializadas, mas em vários outros instrumentos internacionais, para aplicação, caso algum

país viole a Carta ou deixe de cumprir suas responsabilidades, principalmente se impede que outros países gozem da liberdade de ação que êste sistema contempla.

V

Aplicando o conceito da coexistência de uma teoria filosófica-política a um sistema legal, os juristas internacionais se defrontaram com o problema de elaborar êsse sistema, visto que sòmente seus postulados fundamentais, constantes da Carta das Nações Unidas, fôram aceitos como condições da comunidade internacional de hoje. Êste sistema legal deve ser, necessàriamente, regulamentado. Acompanhando as construtivas e realistas ações políticas do presidente Tito, valendo-se do apoio proporcionado por uma série de declarações políticas neste sentido, especialmente por ocasião de suas visitas a países da África e da Ásia, e, acreditando na sinceridade das declarações de alguns estadistas sôbre a necessidade de serem respeitados os princípios da coexistência pacífica e sua importância para a preservação da paz no mundo e o desenvolvimento da cooperação internacional, os juristas iugoslavos tiveram o privilégio e a honra de serem os primeiros a pedir, no Congresso de Dubrovnik em 1956, que a ILA (International Law Association), o *forum* mundial dos juristas que lidam com a lei internacional, incluísse na agenda o exame dos princípios da coexistência entre os Estados, batendo-se pela indivisibilidade da coexistência, com seus atributos ativos e pacíficos.

A princípio, muitos juristas, dignos de admiração por suas contribuições anteriores e pelos seus conhecimentos, reagiram de maneira fortemente contrária a essa iniciativa iugoslava. Alguns manifestaram a opinião de que a organização mundial não se deveria preocupar com êsse problema, por ser êle sociológico e político e não legal. Não obstante, o número de pessoas sensatas foi suficiente para que a questão

fôsse estudada, para se constatar se se tratava de um fenômeno legal. Dois anos mais tarde, no Congresso de New York, as coisas se tornaram mais fáceis. Após prolongada discussão, em setembro de 1958, aprovou-se uma resolução unânime, que não mais negava o caráter legal do problema e exigia que fôsse mais racionalmente estudado por se tratar de um problema legal e haver necessidade de se desenvolver um sistema de coexistência entre os Estados. Talvez seja ocioso declarar que os especialistas mundiais não tiveram idênticos pontos de vista sôbre a coexistência. A questão essencial foi a opinião de que o estudo dêste problema e que o estabelecimento de princípios seria, realmente de valor inestimável, para a causa da paz. Na próxima reunião da ONU, foi aprovada por votação a resolução da Assembléia Geral dirigindo apêlo a todos os países para que estendessem sua cooperação ao campo da coexistência. A atitude de juristas, que insistem em considerar o problema como meramente político, pode ser considerada rara e isolada. Mas, mesmo êstes juristas já não negam a necessidade de que a matéria seja estudada, do ponto de vista da lei internacional.

Na primavera de 1960, numa reunião em Gênova, os juristas exigiram que o próximo Congresso de ILA estendesse o estudo dêste problema ao seu aspecto legal e se depararam com a necessidade de realizar a codificação de princípios para a coexistência dos Estados. No Congresso mundial de Hamburgo, em 1960, esta proposta foi aceita e o Congresso deliberou, por unanimidade, que juristas de tôdas as partes do mundo fôssem convidados a trabalhar nessa codificação.

Dêste modo, é perfeitamente lógico que a iniciativa tenha sido tomada novamente pela Iugoslávia. Na sessão do ano passado da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a delegação iugoslava votou para que fôsse confiada ao Comitê de Lei Internacional das Nações Unidas a responsabilidade de estudar o problema da coexistência como um sistema a ser codificado na lei internacional. A posição iugoslava é clara. A coexistência é um aspecto dos direitos

das Nações Unidas. Sem coexistência não existe possibilidade de que sejam assegurados os princípios da Carta das Nações Unidas, pois a coexistência é um dos atributos dêsses princípios.

Do mesmo modo, como se deseje a implementação da Carta, as instituições fundamentais e as tendências que constituem a essência das garantias legais estipuladas, naquele importante documento, deveriam ser regulamentadas. Mas a Carta assegura, apenas, uma base e os princípios que devem presidir à sua elaboração. Como conseqüência, é dever da Assembléia Geral contribuir para essa elaboração, através de codificação e do desenvolvimento progressivo da lei internacional.

A Carta não se destina, sòmente, a estabelecer princípios. No curso do desenvolvimento, as instituições devem ser regulamentadas e os aspectos essenciais da moderna lei internacional, baseados na preservação da paz e da cooperação interestatal, devem merecer uma ênfase tôda especial, para que sejam alcançados os objetivos essenciais da comunidade internacional. Êste é o princípio pelo qual se bate a Iugoslávia.

É exato que uma estrutura legal de gabinete não cria relações entre os Estados. Mas é igualmente exato que uma estrutura legal deve se constituir em estímulo e garantia para a criação de melhores condições e para prevenir a existência de lacunas nos textos internacionais. A Iugoslávia está convicta de que as possibilidades de serem desenvolvidas e criadas melhores relações entre os Estados não deveriam ser negligenciadas. Por conseqüência, considera que a codificação dos princípios de coexistência serve à causa da paz e ao desenvolvimento da cooperação internacional, principalmente hoje, quando cresce ràpidamente o número de países independentes que aparecem no cenário internacional, com o direito e o desejo de que a comunidade internacional se fundamente na nivelação dos direitos e no desenvolvimento adequado de tôdas as nações.

A despeito de suas fraquezas e de suas falhas, as Nações Unidas demonstram ser, não obstante, uma útil organização para a preservação da paz e o desenvolvimento da ordem

internacional. Esta organização deveria, assim, chamar a si o empenho de regulamentar os princípios legais, e fundamentar, dêste modo, o cumprimento de suas responsabilidades.

THE LEGAL ASPECT OF COEXISTENCE

One of the most prominent Yugoslav jurists, Milan Bartos makes here a rather systematic study of the historical evolution of the international coexistence from a moral political concept to a legal mandatory principle adopted by the United Nations Charter. The author starts his essay with a brief survey of the coexistence implications in old times particularly in the Middle Ages when the "debelacio" institution — the victory of a State over another followed by the disappearance of the defeated one — limited its sphere of action to powerful Christian countries. He, then, goes on to analyse the white colonialist domination over the black populations of Africa, affirming that such exploitation was undertaken based on the false moral assumption that the savage world had no rights of its own and so any civilized white nation could take over these nobody's lands, without another title than its effective occupation. Pointing out that these two principles, the denial of the existence of African states and the *res nullius* concept were frequently applied to that continent by the great powers as if it were a legal respectable system, he sustains that this represented the denial itself of coexistence as it is understood today. Further on, Milan Bartos remarks that the League of Nations only made a limited progress, as far as legal coexistence is concerned, since, it forbid war but not in all circunstances. As an exemple, he mentions the Ethiopian invasion by Italy against which the League took no action, allegedly to localize the conflict and preserve peace. Only with the actual United Nations Charter war was, definitively, prescribed as a way to settle international disputes and problems. Disrespects to this proihibition can not be looked upon, in his mind, as affecting the gist of the question, as he examines it from the international law point of view. Further on, he observes that, confronted with the problem of adapting a philosophical political concept to a legal system, international jurists were faced with the task of elaborating such a system. The author advances that Yugoslav jurists enjoyed the privilege to be the first to have the subject submitted to the International Law Association, (ILA), in the Congress of *Dubrovnik, 1956, insisting on the indivisibility of coexistence, with its* active peaceful attributes. However, on account of strong resistance from those attached to the old concepts, the question remained unsolved

until 1960 when an ILA Congress, held in Hambourg, favored the Yugoslav first-moment position and an agreemnt was reached to invite jurists from all over the world to cooperate in the codification process of legal coexistence, within the framework of the international law.

L'ASPECT LÉGAL DE LA COEXISTENCE

L'un des plus remarquables juristes yougoslaves, Milan Bartos, nous offre ici une étude quelque peu systématique de l'évolution historique de la coexistence internationale, en partant d'un concept politique moral vers un príncipe légal obligatoire adopté par la charte des Nations Unies. L'auteur commence son étude par un examen succint des conséquences de la coexistence dans les siécles passés, au Moyen Age notamment, alors que l'institution "debelacio" — la victoire d'un Etat sur un autre, suivie de la suppression du vaincu — hornait son champ d'action aux puissants pays chrétiens. Il passe, alors, à l'analyse de la domination colonialiste blanche sur les populations noires de l'Afrique et affirme que cette exploitation a été mise en pratique sur la base d'une fausse présupposition morale — le monde sauvage ne possédait pas des droits propres et n'import quelle nation blanche civilisée pourrait donc occuper ces terres abandonées sans d'autre droit que celui de l'occupation effective. Il observe que ces deux principes — la négation de l'existence des États africains et le concept de *res nullius* — on fréquentemment été appliqués au continent noir par les grandes puissances comme s'il constituait un système légal respectable et affirme que ces deux principes représentèrent la négation elle-même de la coexistence telle que nous la comprenons aujourd'hui. Milan Bartos observe ensuite que la Ligue des Nations n'a réalisé que des progrés limités pour ce qui concerne la coexistence légale, puisqu'elle a interdit les guerres, mais elle n'a étendu cette interdiction à toutes les circonstances. En guise d'exemple il cite l'invasion l'Ethiopie par l'Italie, contre laquelle la Ligue n'a pris aucune mesure, sous prétexte de circonscrire la lutte, et de préserver la paix. La guerre comme instrument pour la solution des controverses et des problèmes internationaux, n'a été prescrite que par l'actuelle Charte des Nations Unies. Dans ce travail ne saurait considérer les violations de cette interdiction, selon comme affectant l'essence de la question, puisque l'auteur l'examine sous l'angle du droit international. Il observe encore que, lorsque se présenta le problème d'adapter un concept politique et philosophique à un système légal, les juristes internationaux se virent aux prises avec la tâche d'élaborer ce cystème. L'auteur affirme que les juristes yougoslaves eurent le privilége d'être les premiers à soumettre cette question à l'Association de Droit International (ADI), au Congrès de Dubrovnick

en 1956, insistant sur l'indivisibilité de la coexistence avec ses actifs attributs pacifiques. Cependant, en raison de la forte résistence des partisans des anciens concepts, le problème resta sans solution jusqu'a 1960, lorsque'un Congrès de l'ADI, tenu à Hambourg, seconda la position initiale de la Yougoslavie et l'on signa accord en vue d'inviter les juristes de tous les pays du monde à apporter leur collaboration au processus de coodification de la coexistence légale, dans la structure du Droit International.

A VIDA NACIONAL E A AERONÁUTICA DE TRANSPORTE DO BRASIL *

Brigadeiro João Mendes da Silva

A aeronáutica de transporte é uma das importantes e atuantes fôrças do Brasil. Fruto da livre iniciativa, da larga visão dos homens que a criaram e que, ainda hoje, são molas mestras do seu tremendo desenvolvimento, ela é uma afirmação indelével do poder da inteligência, do preparo técnico, do conhecimento da profissão e, sobretudo, da necessidade que tem a nação brasileira do avião, como meio de transporte.

No Brasil, esta indústria movimenta, anualmente, cêrca de 34 bilhões de cruzeiros, entre receita e despesa, o que supera, largamente, o orçamento de vários Estados da União. A seu serviço, estão mais de 30 000 pessoas, população equivalente à de uma pequena cidade. Centenas de técnicos e de especialistas integram o seu eficiente quadro de pessoal, que inclui pilotos, radiotelegrafistas, mecânicos, comissários de bordo etc.

O acervo dessa indústria, neste país, também não é menos impressionante. Consideremos, por exemplo, os aviões. O seu total é de 277, assim distribuídos: 55 da Varig, 14 da Nab, 34 da Vasp, 47 da Cruzeiro do Sul, 69 da Real Aerovias, 21 da Panair, 19 do Lóide e 18 de outras menores. Também os tipos de aeronave são os mais variados, pois existem: DC-3, DC-4, DC-6, DC-7, C 46, Convair, Scandia, Catalina, L-049, Super G. Caravelle, Viscount, C 82 e Boeing 707 (1).

(*) Os conceitos emitidos neste trabalho não envolvem qualquer responsabilidade do Subdiretor de Manutenção do Ministério da Aeronáutica, mas exclusivamente do autor, a título pessoal.

(1) Fonte: — DAC — Seção de Aeronaves, janeiro de 1961.

É importante ter em mente que muitos dêsses aviões custaram milhões de dólares e que alguns não se encontram totalmente pagos. Mas cumpre não perder de vista, igualmente, que é êste o regime em que vive a indústria de transporte aéreo em qualquer país do mundo, não sendo de estranhar que o mesmo ocorra no Brasil, um país que, apesar de ter a segunda rêde mais importante de transporte aéreo interno (a primeira sendo a norte-americana) e a terceira somando a nacional com a internacional (a primeira sendo a norte-americana e a segunda a da *British Commonwealth of Nations*) não possui ainda indústria produtora de aviões do nível transporte aéreo, mesmo de táxi-aéreos de oito lugares.

Nem por isso é menos significante o movimento da aeronáutica de transporte do Brasil. Senão, vejamos. Em 1959, as 10 emprêsas em atividade corresponderam a 416 876 horas voadas equivalentes a 126 140 quilômetros, o número de pax-transportados foi de 4 538, verificando-se 314 684 pousos, mediante a utilização de 295 aeronaves (2).

Quanto ao aspecto financeiro, da indústria, o balanço de oito emprêsas apresentava, em 1958 os seguintes resultados de receita e despesa: Real-Aerovias-Nacional (CONS.) Cr$ 2.717.003,00 e 2.919.989,00; Panair, Cr$ 2.156.437,00 e Cr$ 2.367.364,00; Varig, Cr$ 1.965.277,00 e Cr$ 1.901.857,00; Cruzeiro do Sul, Cr$ 1.213.014,00 e Cr$ 1.270,172,00.

Examinemos, agora, a ação dessa importante fôrça no âmbito político-social, econômico e militar, pois é considerável a influência que aí exerce a aeronáutica de transporte. Detenhamo-nos na esfera política. Ora, a política é a arte de bem conduzir os homens; a sua realização consiste na coordenação das fôrças sociais e no ajustamento da condução dos homens ao crescimento da sociedade em que êles vivem.

Não se pode, porém, nos tempos atuais, dirigir ou administrar a grande distância. O líder político precisa auscultar as diversas classes sociais, conhecer-lhes as aspirações, objetivos e tendências; dar-lhes o apoio da presença, da palavra, da

(2) Fonte: — Assessoria Econômica, DAC. Não inclui a N.A.B.

distribuição equitativa dos bens para que produza os frutos desejados no momento e no local em que êles são necessários. Num país imenso como o Brasil, a aeronáutica de transporte desempenha, pois, papel indispensável, possibilitando a presença constante *in loco* dos que têm, sob sua responsabilidade, grupos sociais ou interêsses de ponderáveis parcelas da opinião pública nas comunidades afastadas dos maiores centros urbanos do país. Todos os dirigentes podem, hoje em dia, graças aos seus serviços, dar assistência pessoal às suas regiões e desempenhar as mais altas missões, sem perder contacto com as populações interessadas na solução de problemas que reclamam esforços consideráveis e urgentes.

No campo internacional não é menos importante a aeronáutica de transporte aéreo. Sua ação é fator decisivo na moderna geopolítica, que, superando as velhas idéias de Haushoffer, Mac Kinder e Mahan, lança as novas bases do contrôle do ar, cobrindo não só os três quartos de oceano como o restante de terra, da superfície terrestre.

Acabaram-se as idéias limitadas do contrôle do mundo pela dominação da Eurásia ou das vias marítimas; para o avião não há nada intransponível; o Ártico, a Antártida, os grandes oceanos, os estreitos, os enormes e áridos desertos, as vastas regiões desabitadas, tudo isso é, hoje, tão sobrevoado como uma área habitada, ou uma congestionada (Nova Iorque, Chicago, Rio, São Paulo) ou uma perigosa (o famoso corredor aéreo que liga a Alemanha Ocidental a Berlim ocidental).

Realizando êsse milagre de penetração pacífica de um país ao outro, sobrevoando-o e levando-lhe a fraternidade do seu povo, nas asas de suas aeronaves, a aeronáutica de transporte desempenha papel do mais vital interêsse e da maior importância para a humanidade. Permitindo um contacto mais rápido entre estadistas e Chefes de Govêrno, proporciona ensejo à solução de problemas transcendentais para as nações e dá margem a entendimentos mais perfeitos entre blocos antagônicos.

Além disso, as informações fluem com mais rapidez e veracidade através dos passageiros e dos tripulantes das aeronaves comerciais, que prestam, assim, excelente serviço de relações públicas internacionais, de convivência racial e política. É a inadmissibilidade de qualquer objeção aos serviços prestados pela aviação comercial e o reconhecimento da utilidade dêsse transporte pela opinião unânime dos povos que nos permite esquecer que ela se encontra sob o domínio do Direito Internacional e os problemas jurídicos que poderiam advir, em circunstâncias excepcionais, de sua presença em solo estrangeiro.

A aeronáutica de transporte do Brasil leva a numerosos países do globo os nossos homens e os nossos produtos e traz em troca homens e produtos estrangeiros, num intercâmbio humano e econômico dos mais auspiciosos para o país. Agora mesmo, cobrimos as Américas, a Europa e o Oceano Pacífico, chegando até Tóquio, no Japão. E por quê não ter brevemente os aviões de nossas emprêsas de transporte aéreo pousando nas novas repúblicas da África, pelo menos naquelas com que possamos ter no futuro um comércio mais amplo, como também nos países da Ásia (em que o Govêrno considere conveniente) que o Govêrno considere de interêsse para incrementar as nossas trocas mercantis?

Mesmo que a presença dos aviões brasileiros, em certos países da África e da Ásia fôsse, no momento, mais uma afirmação de nossa política externa, estamos certos de que êles seriam os iniciadores de um intercâmbio comercial que terá no futuro um grande desenvolvimento. Já tivemos oportunidade de realizar trabalho demonstrando essa possibilidade das estatísticas oferecidas pelo exemplo de emprêsas aéreas estrangeiras, que tentaram essa experiência, se encarregam de dissipar qualquer dúvida. Nestas condições, com as asas brasileiras ligando nosso país aos países mais importantes do mundo, estaríamos, ao mesmo tempo que contribuindo para unir ainda mais os povos, fazendo os melhores esforços para concretizar as próprias aspirações nacionais de projeção no cenário internacional.

Não há dúvida de que a aeronáutica é importante no campo político e militar, mas é no âmbito psico-social e econômico que essa importância predomina. Permitindo o rápido transporte e o movimento de pessoas e coisas, ela é, por exemplo, a primeira a chegar com socorros médicos aos locais das grandes calamidades, a levar os remédios indispensáveis aos feridos, a remover para os hospitais os doentes mais graves, a possibilitar a prevenção de epidemia nas regiões atingidas e providenciar o alimento necessário para minorar a fome das populações isoladas pelas catástrofes. Com efeito, é a própria rapidez que caracteriza a aeronáutica de transporte. Graças aos seus serviços, um brasileiro de Belém do Pará, no extremo norte, pode se encontrar à noite em Pôrto Alegre, no extremo sul; o administrador carioca pode estar presente em duas horas e meia na capital da República, no Planalto Central e é possível ao industrial paulista percorrer o circuito Rio—Brasília em pouco mais de 24 horas. Os exemplos poderiam se seguir indefinidamente. É fácil compreender, assim, porque razão sejam, em última análise, as ponderáveis parcelas populacionais que se deslocam anualmente, sôbre os nossos oito e meio milhões de quilômetros quadrados, os maiores beneficiários dêsse tipo de transporte.

Do ponto de vista nacional, por outro lado, essa circulação humana dentro das fronteiras, assegura uma maior integração do homem ao território pátrio e uma visão global que só conseguiria sobrevoando-o, conhecendo-lhe melhor as diversas regiões, avaliando-lhe as potencialidades e deficiências, permitindo-lhe, enfim, encontrar soluções administrativas em têrmos de unidade territorial, em anteposição à predominância do espírito puramente local ou regional. A integração nacional portanto, será tanto maior, quanto maior fôr a extensão da rêde aéreo-interna brasileira.

A aeronáutica de transporte foi criada para servir à economia do país. Ela representa o *investimento* de bilhões de cruzeiros sob a forma de equipamento de tôda sorte, uma receita de bilhões de cruzeiros pagos pelos brasileiros que se deslocam, a subsistência de mais de 30 000 pessoas que trabalham em mais de duas centenas de especializações.

Através da concessão do serviço público, as emprêsas de transporte aéreo tomam parte ativa no mercado de bens, especialmente bens de alto valor mercantil e que já não são mais transportados por terra ou por mar, como outrora. Essa participação constitui formidável estímulo ao desenvolvimento de determinadas regiões, à multiplicação de inúmeras indústrias, ao fomento da agricultura, da lavoura e da mineração. Especialmente em nosso país, onde há regiões que estão passando do estágio do carro de boi para o do avião, é notável a participação do transporte aéreo na economia local, regional e nacional. A sua ausência ocasiona, não raramente, sérias perturbações na vida administrativa e econômica de várias localidades e regiões do país. Por outro lado, o desenvolvimento econômico de tais regiões não autorizaria o enorme investimento, a curto prazo, em rodovias ou ferrovias porque a pequena rentabilidade do capital empregado não compensaria os grandes riscos e as crescentes despesas de manutenção.

A vantagem da aviação está em que apresenta maior eficiência e relativa economia de custo do que qualquer outro meio de transporte. Nêles, à proporção que se afastam das zonas industrialmente mais avançadas, exigem ampliação cada vez maior do quadro de pessoal e o progressivo refôrço das verbas destinadas à manutenção dos serviços. O mesmo não ocorre com o transporte aéreo que diminui, intensamente, as comunicações entre as agências e a sede da administração central e funciona, apenas, com o pessoal e os técnicos estritamente indispensáveis.

É de todos conhecida a importância econômica que o transporte aéreo no trecho Rio—São Paulo, onde a tarifa cobrada é inferior à indicada pela Curva Belga, dado que o aproveitamento é, aí, em média, superior a 68%. No trecho Rio—Santos—Paranaguá não é menos importante o auxílio prestado pelo transporte aéreo, sobretudo no que diz respeito aos negócios relacionados com a exportação de café.

Outros trechos poderiam ser mencionados mas seria ocioso repisar de mais a importância do transporte aéreo para a economia das regiões a que serve e para o desenvolvimento econômico de cada município e cada Estado do Brasil.

No campo internacional, as emprêsas brasileiras que exploram o transporte aéreo estão definitivamente firmadas e são demonstrações vitais de nossa capacidade empreendedora, sendo que, cada dia, é maior o número de emprêsas nacionais que iniciam ou aumentam suas linhas internacionais. Na bacia do Prata, por exemplo, coube à Cruzeiro do Sul, sòzinha, fazer o serviço de transporte aéreo; posteriormente vieram juntar-se a ela a Varig, a Panair e a Real, nesta ordem. E tôdas, com as emprêsas argentinas, realizam excelente intercâmbio entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Do mesmo modo, a linha Rio—Nova Iorque, iniciada pela Pan-American, tem hoje também na Varig um dos seus esteios, estabelecendo-se entre as duas emprêsas uma concorrência da mais alta importância para a qualidade e a eficiência da nossa aeronáutica de transporte. Em Miami e Tóquio, a Real representa o Brasil com notável espírito de pioneirismo e abnegação. Na Europa, a Panair está presente em tôda parte, conhecida e respeitada pelo excelente serviço que presta. E não tardará muito que, como sugerimos, as asas brasileiras estejam sobrevoando também os países da África e da Ásia, dando início a um intercâmbio de grande significação para o nosso país.

No campo militar, a importância da aeronáutica de transporte é destacada pela fôrça de apoio logístico que ela representa, pois os 277 aviões de nossa frota comercial são tripulados por um pessoal altamente especializado e que constitui uma reserva de inestimável valor para a Fôrça Aérea Brasileira. Não são muitos, na realidade, os países que podem apresentar uma reserva aeronáutica, assim, tão grande e de igual competência técnica, para não mencionar os 8 742 pilotos e os 2 099 mecânicos particulares.

O número de tripulantes da aeronáutica de transporte do Brasil é o seguinte: 2 081 pilotos comerciais, 988 pilotos de linha aérea, 22 navegadores e 887 radiooperadores de vôo. Não será ir longe de mais, portanto, reconhecer que se a guerra, que é a "continuação da política por outros meios" na expressão de Clausewitz, nos fôr imposta por algum perturbador da paz internacional, o Estado-maior da Aeronáutica terá, no

transporte aéreo comercial, um extraordinário instrumento de movimentação de tropas ou deslocamentos táticos de efetivos militares.

Mas não é só no apoio logístico, de deslocamento de tropas e de material, contudo, que reside a importância da aeronáutica de transporte aéreo, no campo militar. Os pilotos comerciais poderão servir, também, como instrutores de novos pilotos para a F.A.B.; outros, após pequenos cursos militares de emergência, poderão tomar parte em planejamentos de operações, na coleta de informações e na seleção de pessoal. Existe, aliás, um trabalho de união natural entre a aeronáutica de transporte e a aeronáutica militar, pois o serviço de segurança de vôo é um só para tôdas as aeronaves. E êste é um fator de aproximação do pessoal de ambas as aeronáuticas. Cumpre notar que não nos referimos ao Correio Aéreo Nacional, em serviço de transporte aéreo militar e que realiza, na paz, o que a aeronáutica de transporte, em escala diferente, realizará na guerra.

Vejamos, agora, o papel fundamental que a aeronáutica de transporte pode desempenhar no campo militar da estratégia. A estratégia é a arte de converter o potencial em poder; o estrategista realiza essa conversão e prevê a aplicação dêsse poder para colimar objetivos nacionais. A estratégia pode ser aplicada nos quatro campos clássicos da divisão das atividades essenciais de uma nação (e mais no técnico-científico em particular, embora, nos estudos em geral, êle faça parte do psico-social) e a conversão do potencial existente no transporte aéreo em poder, deve ser feita, ràpidamente, em qualquer dos campos. A conversão dêsse potencial aeronáutico, porém, pode ser realizada em menos tempo, do que qualquer outro com que conte qualquer nação para a sua estratégia.

O Brasil, pois, confia, em qualquer circunstância, na capacidade dessa significativa fôrça da paz e dêsse formidável potencial estratégico que é a indústria do transporte aéreo. Ao primeiro sinal de perigo, estará ela transportando homens, armas, munições, víveres, todo o material de apoio logístico em suma, para os pontos indicados pelos planos estratégicos de nossas Fôrças Armadas.

THE NATIONAL LIFE AND AIR TRANSPORT IN BRAZIL

Written by a Brazilian Air Force Brigadier, João Mendes da Silva, this article amounts to a general survey of the operational conditions of our national air transport as an integrating trustworthy asset and *of its strategical importance* in providing the country a great number of experienced trained personnel in times of war. The author starts by emphasizing the services already rendered by this efficient means of communication to Brazilian populations of all states and regions, pointing out the relevant role air transport plays connecting major urban centres *to isolated farway villages situated in the middle of* the jungle or in the Brazil borderlines to other Latin-American countries. He also puts in evidence the financial aspects of the air transport business which means movements of large monetary funds, considering the tremendous costs involved in the process of maintaining and buying modern jet airplanes, principally if one takes into account that Brazil, although having one of the most outstanding domestic lines in the world, next only to the United States, does not have yet a comparatively prosperous aircraft industry. He goes on to show the success the free entreprise system has had among us in operating national, as well international lines, keeping the country dynamic and assuring its prestige in most significant countries of South and North America, of Europe and Asia, placing Brazil high among other peoples, *to such extent that not more than two countries, the United States* and the United Kingdom, overpass us in the number of international airlines. Even so he suggests that these international lines should be extended to the new independent countries of Africa, in perfect accordance with the Brazilian diplomatic interests and observes that this is economically possible as several foreign airline companies have undertaken such steps with successful results. In ending, the author calls our attention to the fundamental importance for a country large as Brazil to realize the invaluable support the air transport crews could provide its Armed Forces in case any national emergency would come.

LA VIE NATIONALE ET LE TRANSPORT AÉRIEN AU BRÉSIL

Écrit par un général brigadier de la Force Aérienne Brésilienne, João Mendes da Silva, cet article suggère un examen général des conditions d'opération du transport aérien national comme facteur d'intégration digne de confiance et d'une importance stratégique pour procurer au pays un contingent considérable de personnel expérimenté en temps de guerre. L'auteur commence son travail en mettant en relief les services rendus aux populations brésiliennes de tous les États et de

toutes les contrées par cet efficace moyen de communication, et en frisant ressortir le rôle important que le transport aérien joue dans la liaison des grandes cités, aux villes isoleés et lointaines, perdues au beau milieu des forêts ou sur les lignes de démarcation du Brésil avec d'autres pays sud-américans. Il met aussi en évidence les aspects financiers du transport aérien qui entraîne la manipulation des fonds considérables, si l'on considère les frais terribles de manutention et d'acquisition des modernes avions à jet, surtout, si l'on tient compte de ce fait: quoique le Brésil possède les reseaux internes les plus importants du monde, que, sents le norte-américains dépassent, il ne possède pas encore une industrie aéronautique comparativement prospère. Il passe alors à la démonstration du succès obtenu par le système de la libre entreprise chez nous, dans l'opération les lignes nationales et internationalles, ce qui dynamise le pays et lui garantit du prestige dans la plupart des pays de l'Amérique du Sud et du Nort, de l'Europe et de l'Asie en élevant le Brésil aux yeux d'autres peuples. Il affirme que seulement deux pays — Les États-Unis et Le Royaume Uni — nous dépassent en nombre de lignes internationales qui survolent notre territoire. Il suggère que ces lignes internationales soient étendues à d'autres pays indépendants de l'Afrique, en parfaite harmonie avec les intérêts de la diplomatie brésilienne et observe que cette mesure est possible économiquement, puisque plusieurs entreprises aériennes étrangères l'on déjà mise en pratique avec succès. Enfin, l'auteur fait ressortir l'importance fondamentale que présenterait pour un pays vaste comme le Brésil, l'inestimable appui que les équipages aériens pourraient prêter aux Forces Armées au cas où le pays en aurait besoin.

O BRASIL E A UNIÃO BELGO-LUXEMBURGUESA

Roger G. C. Jamez

No momento em que a economia brasileira passa da produção agrícola ao desenvolvimento industrial, graves problemas internacionais parecem modificar o comportamento geral das trocas mercantis. A Segunda Guerra Mundial permitiu aos países da América Latina manter relações comerciais importantes com os Estados Unidos, o Canadá e com outros países estrangeiros que participaram do conflito. Mas, a partir de então, a situação se modificou, sobretudo com o aparecimento de novas instituições que vincularam mais estreitamente certos países da Europa e de outras partes do mundo. Em face dessas alianças econômicas, à primeira vista perturbadoras para a economia brasileira, como se desenvolverão as relações comerciais do Brasil com o resto do mundo?

A resposta deve estar na análise do comércio internacional brasileiro, como se apresenta, atualmente, das condições que presidem o seu desenvolvimento, levando-se em conta a expansão industrial do país e as medidas protecionistas adotadas pelo Govêrno. Neste sentido, as observações mais gerais que podem ser feitas são as de que, apesar do recente crescimento da produção industrial, no interior das suas fronteiras, o Brasil não satisfaz, com o preço de suas exportações, suas necessidades de importação. A balança de pagamentos, dêstes últimos anos, apresenta déficits, por vêzes, consideráveis.

O Brasil depende dos lucros proporcionados por suas exportações, não sòmente para pagar suas importações, principalmente de bens de capitais indispensáveis à sua industrialização, como para cumprir obrigações financeiras contraídas com Governos estrangeiros e instituições internacionais. Uma

conjuntura como a que observamos, agravada pela espiral inflacionária interna, não oferece outra alternativa que um aumento, a curto prazo, das exportações brasileiras mais importantes de produtos agrícolas e matérias-primas. A longo prazo, porém, à medida que fôr o país se capacitando a exportar produtos manufaturados ou bens de equipamento, a tendência das exportações será a de diminuir em volume e de registrar para o país um ganho mais favorável. Mais um forte motivo para que o Brasil se industrialize e deixe de sofrer a exploração sistemática e involuntária de suas riquezas naturais.

A política comercial brasileira, dêstes últimos anos, mostra uma modificação profunda na natureza dos produtos exportados e no destino das exportações. Como o Brasil não atingiu a última etapa do seu progresso industrial, precisa ter, em troca dos seus produtos agrícolas, bens de equipamento e mercadorias fabris necessários à constituição de uma infra-estrutura sólida e de um aparelho de produção suficiente. Convém não esquecer, contudo, que as exportações brasileiras têm de enfrentar séria concorrência de produtos análogos procedentes da África, da Ásia e mesmo da Europa.

No comércio exterior brasileiro, dois fatos despertam logo a atenção de quem o observe. Primeiro, a influência dos Estados Unidos da América como complexo exportador e cliente do Brasil. De 1949 em diante, os Estados Unidos passaram a receber cêrca de 50% das exportações brasileiras, enquanto representavam de 34 a 42% das importações totais do Brasil (1). Segundo, suas relações comerciais com a Alemanha Ocidental, relações que, após a Segunda Guerra, podem ser consideradas excepcionais. Em 1950, a Alemanha Ocidental comprou 1,3% e em 1952 5,6% das exportações brasileiras. As importações brasileiras da Alemanha Ocidental passaram, neste mesmo período, de 1,7+ a 9,3%. E esta tendência se acentuou no curso dêstes últimos anos.

---

(1) Brazil, Her Majesty's Stationary Office, outubro, 1953, p. 115.

Por outro lado, se passarmos em revista o quadro dos produtos de exportação do Brasil, verificaremos que o café ocupa ainda o primeiro lugar na pauta exportadora e que, dêste, metade é exportado para os Estados Unidos da América. Os outros que se lhe seguem, como o algodão, o cacau, o minério de ferro, o manganês etc., são de muito menor importância, (em quantidade e às vêzes em preço) do que a rubiácea.

No quadro dos clientes menos importantes do país, a União Belgo-Luxemburguesa oferece ótimo campo de análise. No período 1947/1949, verificou-se considerável aumento do *quantum* das exportações brasileiras para a União Belgo-Luxemburguesa, aumento que resultou principalmente de maiores exportações de algodão e, sobretudo, de café, êste reexportado, algumas vêzes, para a Alemanha Ocidental. A percentagem das exportações para a União Belgo-Luxemburguesa variou entre 4,7 e 4,4%. Atingida esta última percentagem, a participação belgo-luxemburguesa não cessa de diminuir. Atualmente, esta participação é apenas superior a 1%.

No ano de 1950, a União Belgo-Luxemburguesa foi a principal exportadora de peles de coelho, couros e objetos manufaturados de ferro e de aço (barras e ligas de ferro e de aço, trilhos e acessórios, tubos metálicos) chumbo, cimento comum, vidro, máquinas de fiação e fios de lã para tecelagem). Foi, também, a segunda exportadora de zinco. Em 1957, a União Belgo-Luxemburguesa melhorou a sua posição para o zinco e manteve o ritmo de suas exportações de certos objetos de ferro ou aço (fios de tôdas as espécies). Passou, igualmente, a segunda exportadora de chumbo e a quarta de cobre, mas grande parte de suas exportações não conseguiu se impor à concorrência.

Em 1957, as exportações brasileiras para a União se elevavam a 33 946 toneladas, correspondendo a um valor da ordem de 647 milhões de cruzeiros. Essas exportações constaram bàsicamente de café (193 000 sacos em 1957 contra 318 000 em 1956), madeira, carne de boi, fumo, cacau, algodão e outros menos importantes.

A evolução quantitativa e a variedade dos produtos exportados pela União para o Brasil, no curso dos últimos anos, mostram a sua inadequação face a um país em pleno desenvolvimento industrial. As exportações da União estão limitadas, as mais das vêzes, a matérias-primas e a certos produtos industriais que o atual desenvolvimento brasileiro está prestes a permitir sejam produzidos internamente. Por outro lado, o decréscimo sensível das exportações de 1957 para o Brasil, mais ou menos geral em todos os países, não explica, contudo, os decréscimos dos anos anteriores.

Embora a análise dos relatórios das relações comerciais da União com o Brasil ofereça apenas um aspecto dessas mesmas relações, podemos considerar essas relações importantes, no conjunto do intercâmbio mercantil da União com a América Latina, pois na América Latina a posição comercial belgo-luxemburguesa deixa muito a desejar. Isto, não obstante o fato de que, nesta região, sòmente nos produtos têxteis, os europeus perderam terreno para os Estados Unidos. Mas os ganhos europeus correspondem, em grande parte, à ofensiva do comércio exportador alemão.

II

Atravessando uma fase de grande desenvolvimento econômico, o Brasil precisa urgentemente de bens de equipamento que contribuam para o seu desenvolvimento industrial. Por conseqüência, o Govêrno brasileiro impôs restrições quantitativas às importações, limitando-as, proporcionalmente, aos créditos concedidos. Como órgão governamental de contrôle, a Superintendência da Moeda e do Crédito divulga, periòdicamente, instruções sôbre o financiamento e a importação de bens de tôda espécie. As mais importantes são as de 2 de fevereiro de 1945, a instrução da SUMOC n.º 70 de outubro de 1953 e a circular n.º 23 de 4 de setembro de 1957. Outras instruções completam estas na medida em que a situação particular de certos produtos tenha de ser regulamentada.

Os produtos importados são classificados em cinco categorias e qualquer importação pressupõe autorização prévia da SUMOC. As licenças de importação são concedidas de preferência aos bens da primeira categoria, proporcionalmente às necessidades de importação e às disponibilidades de divisas estrangeiras. As divisas destinadas ao pagamento das importações são postas em leilão público, sob a responsabilidade da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Como os bens indispensáveis ao desenvolvimento econômico gozam de uma taxa de câmbio preferencial, esta política financeira permite controlar, continuamente, o estado da balança de pagamentos e a distribuição das divisas necessárias ao financiamento das importações. Esta distribuição se faz de acôrdo com a conversibilidade da moeda, pois os países ou estão situados em áreas de conversibilidade, de conversibilidade limitada ou de inconversibilidade.

O ano de 1957 se caracterizou por uma alteração bastante séria no sistema de relações comerciais, alteração consubstanciada na Lei n.º 3 244 de 14 de agôsto de 1957. Os direitos *ad valorem* foram substituídos pelos direitos específicos. Além do mais, as cinco categorias foram reduzidas a duas, as categorias gerais e especiais. Foi introduzido o nivelamento dos ágios correspondentes às diversas divisas. Enfim, as alterações impostas no sistema de trocas mercantis pela Lei n.º 3 244 de 14 de agôsto de 1957 melhorou o contrôle seletivo dos produtos importados, emprestando-lhe maior flexibilidade. Recentemente, o mercado de divisas estrangeiras sofreu a influência de medidas de ordem monetária adotadas pelos países-membros do Clube de Haia, que se decidiram pelo retôrno à conversibilidade.

A ação protecionista do Govêrno é também exercida de modo mais indireto, mas não menos eficaz. Os importadores brasileiros compram divisas estrangeiras para financiar suas transações, pagando ágios proporcionais à natureza das mercadorias importadas. Em outras palavras, o preço das moedas estrangeiras varia segundo a utilidade econômica dos bens a importar. O mesmo ocorre com os exportadores brasileiros

cujas bonificações não são as mesmas para todos os produtos exportados. Devido, porém, às flutuações da oferta e da procura, êste contrôle nem sempre consegue ficar ao abrigo de especulações ocasionais, sobretudo de parte dos que exportam ou importam qualquer tipo de mercadoria.

A proteção à economia brasileira se materializa também pela proibição de importar certos produtos. É o caso, por exemplo, de certas máquinas agrícolas estrangeiras, se existem produtos brasileiros análogos e de equivalente qualidade. Todavia, quando os prazos de entrega da indústria brasileira forem muito longos a importação é permitida mediante autorizações especiais. Esta proibição é racional, no atual estado da produção industrial, e na medida em que impede uma concorrência desigual. Com efeito, no caso dos bens de produção, a concorrência aos produtos nacionais se faria muito fácil, da parte dos países mais industrializados. Esta proteção, que se imagina passageira, favorece a produção nacional de bens de equipamento.

Um outro aspecto do protecionismo brasileiro se situa na área da balança de pagamentos. Certas regiões, como certos países da América e da Europa, importam do Brasil matérias-primas pagáveis em moedas fortes. Estas últimas permitem ao Brasil equilibrar mais fàcilmente suas dívidas com países mais ou menos exigentes. Sob êste prisma, as importações procedentes das áreas conversíveis obtêm certas facilidades de importação ou, mais exatamente, chegam a vender mais fàcilmente bens de que o país sofre grandes necessidades. Se esta preferência é real, outros artifícios permitem ao Brasil comprar bens de equipamento indispensáveis, onde quer que as facilidades de pagamentos permitam relações mais amplas. Assim, os países participantes dos acôrdos multilaterais gozam de uma preferência quase análoga. É o caso de todos os que a conversibilidade limitada permite pagar em qualquer divisa prèviamente combinada. Para os países que mantêm acôrdo multilateral com o Brasil, os certificados de importação adquiridos nos leilões são emitidos em dólares americanos e a cober-

tura cambial que se estabelece, daí por diante, abrange as seguintes moedas: o dólar americano, a libra esterlina, a moeda dos seis países da Comunidade econômica européia e o *schiling* austríaco. Certas reformas monetárias introduzidas na Europa em dezembro de 1958 permitiram realizar tais modificações, exclusivamente no plano coletivo. Se os importadores brasileiros podem obter a cobertura de câmbio contra a emissão em dólares americanos de um certificado adquirido nos leilões, isto só é válido para os países atingidos por esta conversibilidade exterior.

III

Se o desenvolvimento do Brasil é real, a situação das trocas comerciais da maior parte do mundo se transformou de uma forma que não é mais possível ignorar. Entre estas modificações, é necessário mencionar a criação da Comunidade Econômica Européia mais conhecida como o Mercado Comum. A análise de uma situação inédita já é, por si, difícil, mas não é, contudo, impossível supor qual a evolução mais provável de um comércio que se pretende fecundo e alinhar as principais dificuldades que uma mudança muito rápida pode trazer, tanto ao Brasil, como aos países europeus interessados. Estudar o comércio exterior brasileiro sem se preocupar com as idéias que orientam o Mercado Comum seria um absurdo. Com efeito, os seis países da Comunidade mantiveram, durante os anos de 1955 e 1956, relações comerciais correspondentes a 18% do comércio exterior brasileiro (2). A Alemanha e a França são, após os Estados Unidos, os maiores consumidores de produtos brasileiros. Por outro lado, o Mercado Comum se tornou uma realidade e seus efeitos se farão, necessàriamente, sentir sôbre êste comércio, como sôbre o da maior parte dos países do mundo. Esta integração européia, tanto a econômica como a política, irá prejudicar ou ser vantajosa para as

---

(2) Exposição Geral da situação econômica do Brasil. Conselho Nacional de Economia, 1957 pág. 135.

relações comerciais e a economia brasileiras? É demasiado cedo para afirmá-lo, mas certos indícios já deixam entrever a orientação provável do comércio internacional, da economia do Brasil e dos países membros da Comunidade.

A recente aplicação das primeiras medidas alfandegárias já suscitou no mundo comentários ora favoráveis, ora mais cautelosos (3). Para alguns, o balanço de 1959 mostrará se o Mercado Comum é realmente uma organização que visa a favorecer o comércio mundial ou se se trata de um instrumento protecionista (4); para outros, êste mercado não pode ser condenado em bloco, levando-se em consideração seu principal objetivo. Para a maioria, entretanto, certas estipulações do tratado de Roma provocam temores e inquietudes. Na realidade, a nova instituição européia deve ser considerada, para os diferentes países, sob aspectos diversos.

Os territórios ultramarinos vinculados ao Mercado Comum, ganharão muito, sem dúvida, com a expansão econômica que objetiva o tratado. Outros países, como o Brasil, cujo desenvolvimento econômico não pode ainda se comparar ao das grandes potências mundiais, terá de enfrentar uma situação delicada durante o período transitório da comunidade econômica européia. Até então, o comércio exterior brasileiro estava voltado para os países industriais, onde a concorrência dos produtos primários da Ásia e da África já tornava difíceis essas relações. Hoje, a economia de certos territórios africanos está mais intimamente vinculada à dos países europeus membros da comunidade. Certos territórios ultramarinos pelo tratado de Roma se beneficiam de um regime especial em suas relações comerciais com países europeus membros do Mercado Comum. Por outro lado, o desenvolvimento da infra-estrutura e da produção de base dos territórios africanos necessita de

(3) "O Mercado Comum e a Zona do Comércio Livre" H. Caieiro Pereira.

(4) "Conjuntura Econômica" Rio de Janeiro, ano XI, n.º 10 de 1958, pág. 57. "Revista de Economia", Lisboa, junho 1958 págs. 75 a 92.

fluxos cada vez mais consideráveis de capitais do Velho Mundo. Lembremo-nos, porém, de que se trata de territórios vinculados ao Mercado Comum, o que tornará muito mais séria a concorrência que os latino-americanos terão de enfrentar nos mercados de matérias-primas e nos mercados de capitais da Europa.

Acreditamos que os doze ou quinze anos de adaptação previstos para a realização completa dos objetivos da Comunidade Econômica Européia permitirão ao Brasil melhorar seu aparelho de produção e rever sua política comercial externa, levando em conta as conseqüências do Tratado de Roma. Com efeito, a participação relativamente menos importante do Brasil, no comércio exterior europeu, começa a se traduzir por uma maior cooperação com os Estados Unidos e outros países latino-americanos. Mas os Estados Unidos já importam a metade das exportações totais do Brasil e é pouco provável que sua capacidade de importação aumente numa medida muito sensível. Por outro lado, a desigualdade de desenvolvimento econômico dos países da América Latina não irá permitir, certamente, uma integração análoga à que existe na Europa. No mais poderemos assistir a uma intensificação da cooperação econômica e do mercado interno latino-americano, o que constitui motivo bastante forte para que o Brasil cogite de se aproveitar, mesmo indiretamente, dos benefícios resultantes do Mercado Comum, que é um fato consumado.

Ademais, talvez existam possibilidades para os produtos brasileiros na Ásia e na África. E o Brasil já estuda as oportunidades oferecidas por êsses dois continentes, inclusive para os seus bens de equipamento, o que não é uma temeridade se nos lembrarmos de que a Comunidade Econômica Européia engloba apenas seis países europeus e alguns territórios africanos. Nestas condições, não é impossível que outros países da Europa e as jovens nações da África procurem tirar partido dêsse "isolacionismo" econômico. Ora, a abertura dêsses novos mercados mundiais pode permitir ao Brasil acelerar sua evolução industrial e vender aos africanos ou asiáticos, produtos até agora exportados para a Europa e para os Estados Unidos.

Estas exportações poderão ter fácil colocação por ser muito fraca a concorrência e prementes as necessidades dos importadores.

IV

As exportações belgo-luxemburguesas para o Brasil se mantêm em nível relativamente baixo, baixo até mesmo com relação aos valores anteriores. Decorrerá esta situação de circunstâncias peculiares à União? Existirão na política belgo-luxemburguesa de vendas ao estrangeiro fatôres inconciliáveis com a nova orientação industrial do Brasil? Leva o aspecto interno do Mercado Comum o comércio belgo-luxemburguês a considerar, menos o nível de suas relações internacionais com os países do Mercado Comum, do que a estrutura de suas indústrias? Na realidade, a situação do mercado belgo-luxemburguês é relativamente complexo. A Bélgica, por exemplo, sempre foi um país econômicamente rico onde as dificuldades de exportação jamais chegaram a apresentar graves problemas. Atualmente, perante uma situação completamente diversa, sua política comercial parece um pouco desorientada. Outros países, menos dotados de recursos naturais, ou menos providos de fatôres de produtos, planejam melhor a colocação dos seus produtos nos mercados estrangeiros e estudam, de modo mais científico, as possibilidades de fazer investimentos ou de contactos comerciais. Se a ausência de uma política comercial bem definida não é generalizada entre todos os importadores de produtos belgo-luxemburgueses, a verdade é que as facilidades de ação, em nossas anteriores relações comerciais com o Brasil, produziram um clima de suficiência e de política improvisada. Ora, a situação modificou-se, totalmente, no curso dêstes últimos anos; o Brasil se industrializa e considera inadmissível a importação de todos os produtos que a indústria nacional possa fabricar. Depois, a União Belgo-Luxemburguesa entrou para o Mercado Comum, onde convenções bastantes rigorosas exigem deveres não menos pesados.

O desconhecimento das necessidades econômicas do Brasil e dos seus fatôres técnicos, em face das peculiares condições nacionais, explica o nível relativamente baixo dos investimentos da União Belgo-Luxemburguesa nesse país latino-americano. À exceção de alguns complexos industriais, a União quase não possui pontos de contacto mercantil na maior nação da América do Sul. Além do mais, os poucos complexos existentes já datam de alguns anos e devem ser atribuídos ao mérito de alguns investidores audaciosos e inteligentes. Poucos investimentos novos vêm para o Brasil, com exceção dos que se destinam ao melhoramento e à modernização das indústrias que alcançaram importância.

Enquanto isso, a concorrência estrangeira, melhor informada e mais audaciosa, concorre para o desenvolvimento econômico do Brasil e aproveita a oportunidade para estabelecer relações comerciais mais amplas e mais estáveis. O próprio Mercado Comum contempla como mero expectador a vinda de capitais estrangeiros, de fortes concorrentes, para criar, em todos os ramos da atividade econômica, indústrias capazes de concorrer com as maiores emprêsas de que dispõe o novo mercado.

Ora, se uma política de presença permite aos investidores fazer prosperar seus capitais, oferece, igualmente, o ensejo aos exportadores de conhecer mais ìntimamente o contínuo desenvolvimento de um mercado. É assim, por exemplo, no importante problema dos créditos. As exportações que se destinam ao Brasil estão freqüentemente condicionadas a pagamentos em prazos relativamente longos. E sòmente uma política de presença permite recolher as garantias necessárias à obtenção de créditos eventuais. Neste ínterim, os importadores mais experientes concederiam, com mais facilidade, dilações no prazo dos pagamentos e atenderiam as demandas de bens estrangeiros de modo mais satisfatório. No Brasil, a política de presença se faz tão necessária quanto a publicidade em um país como a Bélgica. É preciso conhecer o mercado *in loco* e saber "personalizar" as relações comerciais. Isto é

tão verdadeiro quanto o fato de que as possibilidades de entendimentos e acordos são mais fáceis para os que se dão ao trabalho de procurar no país informações mais completas do que as obtidas, tradicionalmente, junto a organismos oficiais.

Outro aspecto a considerar é a de que a evolução da economia brasileira para a industrialização é acompanhada por uma modificação na lista dos produtos a importar. Em outros têrmos, a proteção às indústrias nascentes se impõe, no momento atual, e certos bens de importação não respondem mais às necessidades presentes. Há ainda possibilidade de colocação, no mercado brasileiro, de certos bens manufaturados de ferro, aço, vidro etc. Mas a era dos produtos semi-acabados está, por assim dizer, terminada no Brasil. Há exceções naturalmente. De um modo geral, porém, as oportunidades mais amplas existem agora para os bens de equipamento e acessórios industriais. Perspectivas análogas são oferecidas para investimentos em construções ou em fábricas de veículos.

A lista dos produtos belgo-luxemburgueses exportados para o Brasil abrange bens nos quais o país não se tornará auto-suficiente nestes próximos anos. Mas é bastante curioso constatar que certos produtos acabados, para os quais a União Belgo-Luxemburguesa tem a vantagem de possuir mão-de-obra especializada, desapareceram do mercado brasileiro, muito embora continuem sendo exportados para outros países. Nestas condições, se o quadro das exportações atuais constituir a imagem das transações futuras entre o Brasil e a União Belgo-Luxemburguesa, as relações comerciais desta última nesse país se encontram perante um impasse muito sério. Pois, não há lugar para opção; se o progresso industrial do Brasil modificou a variedade dos produtos importáveis, faz-se indispensável responder às necessidades brasileiras ou ceder lugar à concorrência.

Consideradas as características da demanda brasileira, os exportadores belgo-luxemburgueses, cujos meios de ação são restritos, deveriam adotar uma política comum. Não deveriam esperar, é certo, inundar o mercado brasileiro com seus produtos, mas uma exportação especializada, como a que

passamos a sugerir, poderia ser de grande utilidade. As portações belgo-luxemburguesas deveriam se limitar àqueles produtos nos quais os fatôres de produção da União são mais abundantes. O fator-trabalho, *que fêz a reputação da indústria* manufatureira belgo-luxemburguesa, voltaria a assumir o lugar que ocupou outrora. E como a especialização permitiria realizar uma produção mais considerável e de melhor rendimento, os bens de equipamentos dos dois países poderiam concorrer, em preço e qualidade, com os produtos análogos dos outros países industriais.

V

É ponto pacífico que, nos países ainda insuficientemente desenvolvidos como o Brasil, o volume das exportações financia, de modo muito mais intenso do que nos países industriais, o montante das importações. As necessidades de capitais são tamanhas que uma baixa sensível das exportações desequilibra a balança de pagamentos e limita a importação de bens de equipamento. É por êsse motivo, como já acentuamos, que as exportações são classificadas de acôrdo com as áreas de conversibilidade monetária dos países exportadores estrangeiros. *A escassez de divisas fortes resulta de serem as importações* feitas, quase que exclusivamente, de países onde a conversibilidade ou é total ou limitada. E é claro que se a Bélgica não concordar em comprar produtos brasileiros, durante vários anos, o Brasil reservará, em caráter preferencial, suas importações de bens pagáveis, em moedas fortes, aos países que se mostraram dispostos a importar produtos nacionais. Aliás, as boas relações exteriores estão, até certo ponto, condicionadas pelo comércio recíproco. Se os Estados Unidos podem intervir com mais facilidade do que os outros países no aparelho de produção brasileiro e se podem impor têrmos de crédito particularmente rigorosos, é precisamente por importarem quase 40% das exportações brasileiras. De modo que, a menos que a Bélgica importe produtos brasileiros e exporte mercadorias de alta qualidade, por que deveria o Brasil importar da União produtos que podem ser encontrados em outros países?

Contudo, a noção de comércio recíproco está começando a sofrer transformações, para o que contribui, consideràvelmente, o Mercado Comum. É a especialização da produção que condiciona a direção do comércio internacional entre países industrializados. O Mercado Comum dificultará ainda mais, pelo menos durante os primeiros anos, a possibilidade de um comércio recíproco, como o entendemos atualmente. E estas dificuldades emergentes poderão prejudicar as relações belgo-luxemburguesas com o grande país da América Latina. Salvo se um fluxo de capitais e de investimentos da União, investimentos de todos os tipos, puder compensar a diminuição eventual de nossas importações brasileiras.

BRAZIL AND THE BELGIAN-LUXEMBOURG UNION

A Belgian economist, the author wrote this article after having spent six months in Brazil on a cultural program sponsored by both the Belgian and the Brazilian Governments. At the outset, he examines the difficulties arising for Brazil from the need to conciliate its drive for industrialization to its efforts to employ tariffs as a means of achieving protection against foreign competition and for balancing trade with the United States and the industrial countries of Europe. He adds that the situation becomes more difficult because of the inflationary trends of our economy together with the insufficient monetary funds provided by foodstuff and raw materials exports to pay for capital goods imports, principally now when the serious competition of African tropical products has been intensified. And although he states that these obstacles will be, in the long run, overcome by the future Brazilian exports of industrial products, what may justify, in the present time, the developmental effort at the cost of unessential imports, he contends that, in the short run, to increase the volumes of raw materials exports will be necessary. Under these circunstances, he finds the Brazilian exchange system quite admissible as a way to shift purchasing power to developmental essentials and to shut off the supply of less essential items. The author then proceeds to make a brief survey of the Brazilian export-import markets, with special reference to the Belgian-Luxembourg Union trade with Brazil, which he considers, nowadays, of very small importance to both countries, but significant if one takes into consideration the whole picture of Benelux commercial relations with Latin America. He goes on to say that Belgian-Luxembourg exports to Brazil are most inadequate from the point of view

of the items involved, which would partly explain its more and reduced volumes each year and points out the ever-growing importance of the German trade with the largest country of Latin America. To put an end to these shortcomings, he thinks that a more suitable list of highly specialised commodities to meet Brazilian developmental requirements would be advisable, provided that the Belgian-Luxembourg Union could embark on a more ambitious program of investiments in this part of Latin America to offset its export curtailments to Europe, resulting from the Common Market discriminatory tariff ceilings to non-member countries.

LE BRÉSIL ET L'UNION BELGO-LUXEMBOURGEOISE

Economiste belge, l'auteur a écrit cet article aprés un séjour de six mois au Brésil òu il a participé à un programme culturel réalisé sous les auspices des gouvernements du Brésil et de Bélgique. Il commence par l'examen des difficultés découlant de la nécessité qu'éprouve le Brésil de concilier son élan vers l'industrialisation avec les efforts qu'il déploie en vue de mettre en œuvre les tarifs comme protection contre la concurrence étrangère et d'équilibrer le commerce avec les États-Unis et les pays industriels de l'Europe. Il ajoute que la situation devient encore plus difficile en raison du penchant inflationniste de notre économie, allié à l'insuffisance des fonds monétaires fournis par les exportations d'aliments et de matières-premières, qui ne couvrent pas les importations de biens de capital, surtout maintenant que la concurrence des produits tropicaux africains s'intensifie. Et quoi qu'il déclare que ces obstacles seront surmontés, à long délai, par les futures exportations brésiliennes de produits industriels, ce qui peut justifier à l'heure qu'il est, un effort de développement mené aux dépens des importations non essentielles, il affirme que, dans un court délai, il faudra augmenter le volume des exportations de matières-premières. Il croit, donc, que le système de change brésilien assez admissible comme manière d'aiguiller le pouvoir d'achat vers les points essentiels du développement et de couper l'importation d'articles moins importants. L'auteur passe alors à um bref examen des marchés d'importation et d'exportation du Brésil et fait mention spéciale du commerce de l'Union Belgo-Luxembourgeois avec le Brésil qu'il considère peu important pour les deux pays, mais significatif si l'on tient compte du cadre général des relations commerciales entre le Benelux et l'Amérique Latine. Il affirme encore que les exportations Belgo-Luxembourgeoises pour le Brésil sont insuffisantes quant aux articles exportés, ce qui explique leur volume qui s'amoindrit chaque année et il souligne l'importance croissante du commerce allemand avec les pays les plus grands de l'Amérique

Latine. Pour mettre fin à ces déficiences, il croit qu'il serait convenable de dresser une liste plus adéquate de marchandises hautement specialisées qui répondent aux besoins de développement du Brésil, pourvu que l'Union Belgo-Luxembourgeoise puisse mettre en pratique un programme plus ambitieux d'investissements dans cette région de l'Amérique Latine afin de compenser l'exiguïté de ses exportations pour l'Europe qui son freinées par les tarifs préférentiel du Marché Commum pour les pays qui n'en son pas membres.

RESENHA

A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL *

DIRETRIZES GERAIS

A política externa de um país democrático, como é o Brasil, não pode ser senão a projeção, no mundo, do que êle é intrìnsecamente. Democracia política, democracia racial, cultura baseada fundamentalmente na ausência de preconceitos e na tolerância. País disposto a empenhar-se integralmente em vencer a pobreza e o subdesenvolvimento econômico, genèricamente renovador, sem ser rebelde, livre de compromissos externos anacrônicos ou oportunistas, e já tendo alcançado uma significação, nas relações internacionais, que lhe dá considerável possibilidade de ação e conseqüente responsabilidade — o Brasil deve ter política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interêsses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem porque homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação.

Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, tendo evoluído em tôrno de ideais democráticos que vão, agora, cada vez mais profundamente, marcando sua maneira de ser, somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos consciência dessa circunstância. Pelo contrário. Mais claramente do que nunca vemos hoje a responsabilidade que nos cabe, o que de essencial há a defender e a situação favorável em que se encontra o Brasil para exercer sua ação, pelo exemplo e pela honestidade de propósitos.

Essa noção mais clara de nossas possibilidades e responsabilidades levou o Govêrno a assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior. O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interêsses legítimos.

---

* Excertos da Mensagem enviada pelo Dr. Jânio Quadros, Presidente da República, ao Congresso Nacional, ao ensejo da abertura da sessão legislativa anual, em 15 de março de 1961.

O grande interêsse brasileiro nesta fase histórica é o de vencer a pobreza, o de realizar efetivamente seu desenvolvimento. O desenvolvimento e a justiça social são da essência mesma dos ideais democráticos.

O interêsse no desenvolvimento econômico é comum à maior parte da humanidade. Já se tem falado num conflito entre o Norte e o Sul dêste globo, porções que se distanciam progressivamente em nível de vida, a primeira enriquecendo-se e a segunda empobrecendo-se. Essa diferenciação do mundo em duas partes, que se justapõe ao conflito ideológico leste—oeste, é essencialmente de ordem econômica e, ao contrário daquele, não encontra grandes entraves para ser anulada. Tal anulação é um imperativo de sobrevivência de uma sociedade internacional, em que as nações tenham o direito de escolher o seu destino. Acreditamos nada se possa fazer de mais eficaz, para a neutralização do conflito ideológico, do que a eliminação, progressiva e rápida, dessa diferenciação norte—sul: nenhum outro objetivo, pois, merece maior empenho do mundo ocidental.

Concentrando energias no seu desenvolvimento econômico e decidido a conservar-se democrático, tem o Brasil o dever de contribuir para reforçar a paz e reduzir tensões internacionais. O problema da paz não é responsabilidade de poucos e, sim, de todos. A do Brasil não é das menores e não será esquivada. Temos uma contribuição a dar, pelo que somos e pelo que queremos.

Temos a convicção de que o estabelecimento de contactos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interêsses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo afiançamento da paz. O conflito leste—oeste tende a restringir-se, cada vez mais, ao campo das atitudes ideológicas. Temos confiança nas nossas, não desejamos mal aos povos que as têm diferentes. Não existem, a nosso ver, quaisquer que sejam as expectativas subjetivas de cada facção, conflitos ou antagonismos de índole doutrinário, ou social, que sejam incompatíveis com a política de *convivência sincera*, de *coexistência leal*.

NAÇÕES UNIDAS

Além da reativação das relações bilaterais com os países socialistas, em base de respeito mútuo e visando ao incremento do comércio, o Brasil considera essencial à diminuição da tensão mundial uma política de fortalecimento das Nações Unidas. Para o Govêrno brasileiro, a Organização das Nações Unidas, sendo

menos que um Superestado, é mais do que a soma de seus Estados-membros e não foi feita para ser utilizada por êles, isoladamente ou em grupo, como instrumento de sua política paroquial ou de seus interêsses mais imediatistas. Não foram elas criadas para propiciar a expansão dêste ou daquele bloco, mas para salvaguardar a paz e a segurança de todos, proteger os pequenos, permitir a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, promover o respeito aos direitos do homem, vitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico, estimular a regulação jurídica do comportamento internacional dos Estados. O Brasil apóia todos êsses objetivos, que são seus, que considera inerentes ao que há de essencial ao mundo livre e o faz sem reservas, sem compromissos espúrios. Só temos compromissos com nossa Constituição, com nossa opinião pública, com os tratados e convenções vigentes e os princípios cristãos que informam a ética dos objetivos e meios de ação de nossa política exterior. O que o Govêrno brasileiro deseja para seu povo é o que deseja para todos os outros. Naturalmente ressalvadas as limitações decorrentes da natureza das relações entre nações soberanas, a honestidade de propósitos com que o Govêrno brasileiro, emanação do Povo, se coloca ao serviço dêsses princípios éticos, na órbita interna, é a mesma que orienta sua ação no âmbito externo.

Essa posição brasileira não é, de modo algum, incompatível com um *consensus* étimo mínimo, indispensável à convivência sincera e leal que propugnamos.

A sinceridade é da essência de uma ordem pacífica no mundo, e o respeito pela opinião alheia. Tendo indicado a atitude do Govêrno no que tange às grandes questões de alcance econômico, o conflito leste—oeste, o desenvolvimento dos povos pobres e a paz, cumpre agora examinar as linhas de ação que se oferecem no que concerne aos problemas que afetam cada grande região do mundo.

PAISES SOCIALISTAS

O Brasil não pode ignorar, sem limitar-se injustamente, a realidade, a vitalidade e o dinamismo dos Estados socialistas. Foram, por isso, tomadas providências para o estabelecimento das relações diplomáticas com a Hungria, a Romênia e a Bulgária e prosseguem os estudos para normalizar nossas relações com todos os paises.

Convicto de que o continuado desconhecimento de uma situação política e jurídica estável não propicia a redução das tensões internacionais, determinou o Govêrno que a Delegação do

Brasil à Assembléia Geral das Nações Unidas vote, na primeira oportunidade que se apresentar, pela aceitação plena das credenciais dos representantes da República Popular da Hungria e pela inclusão, na ordem do dia, da questão da representação da República Popular da China.

Nesta área, como em tôdas as demais, as medidas para ampliação de nossos mercados no exterior são da maior relevância; tôdas as possibilidades serão exploradas objetivamente, sem admitir sejam elas desvirtuadas para fins ilegítimos.

EUROPA

A todo o mundo afetam a paz e a estabilidade da Europa. Ninguém pode descuidar-se do problema da normalização das relações entre os dois grandes blocos de poder na sua fronteira mais viva, que biparte o Continente europeu. Não é possível desconhecer aqui os interêsses vitais de uma parte e de outra sem pôr em risco as possibilidades de uma convivência sincera.

O Govêrno brasileiro acredita que uma das questões criticas que requerem tratamento preciso e sem tergiversações, no interêsse de todos, é a questão da Alemanha. Estamos profundamente convictos de que o problema alemão é um dos problemas chaves da tensão mundial e desejamos reafirmar que nossa posição sôbre o assunto continua inalterada. Acreditamos que o Govêrno de Bonn é a verdadeira expressão política da Alemanha.

Poucos acontecimentos poderão contribuir mais para a paz e a prosperidade do mundo que o substancial progresso econômico verificado na Europa ocidental nos últimos anos. Ligados a essa região por tantos laços, em que sobreleva o vínculo perene com o povo português, consideramos indispensável que o progresso europeu resulte em trocas comerciais mais abundantes e num apoio decisivo ao desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina. Não serão, a longo prazo, vantajosos para a própria Europa os esforços de integração econômica a que ora se dedica, se dêles decorrer a indiferença pelas grandes possibilidades da cooperação com a América Latina.

Os interêsses europeus, há que sublinhar, se ajustam complementarmente aos interêsses brasileiros de aumentar suas relações de troca com o Velho Continente e dêle absorver parcelas mais substanciais de investimentos e de créditos a longo prazo. É indispensàvel, para tanto, que as pautas de importação e exportação sejam atualizadas, levando em conta a rápida e crescente industrialização brasileira. É indispensável, por outro lado, que os meca-

nismos europeus de financiamento, que prosseguem submetidos à restritiva regulamentação da Convenção de Berna, sejam adaptados às novas exigências mundiais de financiamento a prazo longo.

O mercado brasileiro constitui hoje um dos mercados em maior expansão do mundo e reflete a demanda de uma população crescente, que conta setenta milhões de habitantes e cuja renda *per capita* é igualmente crescente. Êste mercado sempre estêve aberto à oferta internacional e sempre foi particularmente sensível à tradição de qualidade da indústria européia. O incremento da procura de bens de produção, determinado pelo rápido desenvolvimento brasileiro, entretanto, torna necessária a adoção de esquema de financiamento por mais longo prazo de parte dos países que queiram acompanhar a expansão de nossas compras.

O Govêrno empreenderá as necessárias gestões, junto aos países europeus, no sentido de promover a adoção de formas de financiamento a prazo longo, compatíveis com o nosso mútuo interêsse na aplicação do intercâmbio comercial e na sadia aplicação, na aceleração do desenvolvimento brasileiro, da poupança européia.

MUNDO AFRO-ASIATICO

Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços tradicionais que nos ligam à Europa, são os interêsses, aspirações e pontos de contacto entre o Brasil e os povos da África e da Ásia. Com todos êles, pràticamente, estamos irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de tôdas as camadas da população. Da mesma aspiração de paz mundial participamos e com o mesmo fervor e a mesma disposição de agir nos conselhos mundiais pela redução das tensões. Somos um povo de tôdas as raças, em que a côr, a religião, a filiação política são irrelevantes, e o indivíduo vale pelo que é. Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção, atinjam sua independência, no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso.

O princípio de autodeterminação, em suas aplicações, necessàriamente envolve problemas específicos em cada situação. Não é possível confundir a pretensão de um povo à independência com a pretensão de um Estado a obter território alheio por motivos apenas de proximidade geográfica.

Nenhuma satisfação maior para o Govêrno, no cenário mundial, do que ver aproximar-se o dia em que um povo de tanta significação no mundo islâmico, como é o argelino, atingirá a sua independência. O Brasil formula os melhores votos para que os entendimentos entre os dois grandes estadistas, que são De Gaulle e Burguiba, possam facilitar o encaminhamento de uma solução decisiva para a heróica luta do povo argelino.

Não serão descuidadas as oportunidades para estreitar relações com os povos árabes, cuja cultura tem velhos conexões com a nossa e cujos filhos vieram ao Brasil para engrandecê-lo.

O nosso esfôrço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que êste Govêrno empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais: queremos ajudar a criar, no Hemisfério sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos: político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam, de um e de outro lado do Atlântico, são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas.

Uma África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil.

O Govêrno está estudando a criação de novas missões diplomáticas permanentes em países africanos, que simbolizem desde já o respeito em que os temos e a relevância que lhes atribuímos. Precisamos conhecer-nos melhor. Projeta-se o envio de missão especial de observação que possa formar impressão de conjunto dêsses países, consultar os desejos de seus líderes e de seus povos e esclarecer o Govêrno com maior precisão. O Ministério das Relações Exteriores já recebeu instruções para criar uma comissão de estudos das nossas relações com a África.

O Govêrno aborda o problema de suas relações com os Estados africanos com humildade. Sabemos que não poderemos dar-lhes ajuda material significativa. Mas temos a vivência, êles e nós, de luta em meios ecológicos semelhantes, que pode propiciar proveitoso intercâmbio de técnicos e experiências. Temos, os brasileiros, uma sociedade multirracial tão harmoniosa e integrada que talvez não nos seja difícil a compreensão e o respeito em que tôda boa amizade deve fundar-se.

A presente situação do Congo contrista a opinião pública e o Govêrno do Brasil. Não poderiam as Nações Unidas ter garantido a ordem e a segurança naquele país, quando os meios e pode-

res suficientes não lhe foram outorgados em tempo. O Brasil não vê por que deixar de confiar na inteireza e na capacidade do Secretariado da Organização, seu órgão permanente de contactos e execução. O Brasil está convencido da responsabilidade de todos os Estados-membros das Nações Unidas de cooperarem honesta e eficazmente a fim de que a nova nação africana supere as lutas fratricidas, e os crimes em seu curso cometidos, e atinja a liberdade, estabilidade, total independência e indestrutível unidade a que tem direito. O Congo é dos congoleses e a tarefa das Nações Unidas é criar condições que os permitam governar, constitucionalmente e sem ódios, seu próprio país e encaminhá-lo para a plena utilização de suas potencialidades. É preciso impedir que os acontecimentos no Congo sirvam de instrumento para que qualquer país, ou grupo de países, obtenha vantagem para sua posição internacional específica.

POLÍTICA CONTINENTAL

As possibilidades de ação e, portanto, as responsabilidades do Brasil no Hemisfério Ocidental são evidentemente maiores de que em qualquer outra região.

A evolução histórica recente de algumas nações irmãs estaria mais inclinada para a esquerda ou para a direita do que pareceria desejável, a juízo de alguns. Pouco importa, embora convenha manter aberto, de norte a sul, amigável e cooperativo, o diálogo sôbre as recíprocas experiências e necessidades. O que importa, todavia, é a afirmação, por todo país latino-americano de sua autodeterminação, preservada de qualquer intervenção alheia nos próprios negócios e resguardada de qualquer intervenção própria nos negócios alheios.

O Brasil manter-se-á fiel ao sistema interamericano e tudo fará para vitalizá-lo. Como foi reconhecido pela Ata de Bogotá, na qual estão consagrados os principais pontos práticos e teóricos da Operação Pan-Americana, a solução dos problemas que afligem o Continente dependerá substancialmente do progresso econômico. Êsse progresso econômico não será estimulado enquanto não se decidirem os Governos da América a passar do plano das formulações teóricas para o terreno da execução prática de medidas adequadas. Por isso, é firme propósito do Govêrno brasileiro cuidar desde logo dessas providências concretas. Já no Itamaraty estão sendo elaboradas propostas definidas e objetivas com êsse fim.

A disposição do atual Govêrno norte-americano parece ser a melhor possível. Os pronunciamentos das autoridades do referido Govêrno e as primeiras medidas que tomou, com a criação de uma comissão interministerial para assuntos latino-americanos, são do melhor augúrio. Esperamos colocar em bases bilaterais fecundas e realistas as nossas relações com os nossos tradicionais amigos do Norte.

O Govêrno brasileiro confia em que o Govêrno norte-americano, como os das demais repúblicas do Continente, tenha plena consciência da necessidade de que a evolução da América Latina se processe por caminhos democráticos, para o que é indispensável que suas exportações aumentem, que sua industrialização se acelere, que sua agricultura atinja melhores índices de produtividade, que seu povo se eduque.

O Govêrno brasileiro adotou política que envolve consideráveis sacrifícios, para desenvolver o País em bases reais e ordenadamente. Espera compreensão e apoio. Juntamente com outros países da América Latina, o Brasil tem-se empenhado num esfôrço sério, que êste Govêrno levará avante, para criar uma zona de livre comércio, capaz de estimular a prosperidade intra-regional.

Pretende o Govêrno realizar os esforços que se façam necessários, e adotar as providências ao seu alcance, para que a execução do Tratado de Montevidéu venha a abrir, a cada Estado, o mais amplo e mais racional aproveitamento de suas potencialidades, do que resultará o desenvolvimento mais rápido e mais seguro de suas perspectivas econômicas.

Importa, assim, proceder, de um lado, a razoável especialização, dentro da zona de livre comércio e, de outra parte, a adequada concentração de recursos de capital e de tecnologia, para atacar empreendimentos demasiadamente amplos para cada um dos países-membros, isoladamente. Deve-se mencionar, nesta última linha de idéias, a conveniência da instalação e operação de institutos tecnológicos que aumentem ràpidamente o patrimônio de conhecimentos técnicos da América Latina.

Quanto aos atuais acontecimentos que perturbam as relações interamericanas, o Govêrno brasileiro confia em que as Nações irmãs nêles envolvidas encontrarão em breve, e de acôrdo com os princípios consagrados pelo sistema interamericano, a solução pacífica e justa que êles requerem. O Brasil estará sempre pronto a prestar, em qualquer oportunidade, a sua colaboração mais completa para a pacificação da família continental. Não se pode permitir que o problema da América Latina assuma a feição de lutas e conflitos regionais. O problema real de nossa comuni-

dade fraterna tem de ser e de evoluir ràpidamente para a satisfação das aspirações comuns de desenvolvimento econômico, maturidade política e justiça social.

O Govêrno brasileiro está disposto à colaboração mais íntima e ao mais perfeito entendimento com as Repúblicas irmãs da América Latina, tanto no que diz respeito aos problemas regionais, quanto às questões de âmbito mundial.

Essas, em têrmos muito gerais, as observações que cabe fazer sôbre a política exterior que o Govêrno se propõe adotar, e que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1) Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre;
2) Ampliação dos contactos com todos os países inclusive os do mundo socialista;
3) Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial;
4) Expansão do comércio externo brasileiro;
5) Apoio decidido ao anticolonialismo;
6) Luta contra o subdesenvolvimento econômico;
7) Incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
8) Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interêsses e aspirações comuns ao Brasil e às Nações da África e da Ásia;
9) Estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;
10) Fidelidade ao sistema interamericano;
11) Continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
12) Apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;
13) A mais íntima e completa cooperação com as Repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;
14) Relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;
15) Apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.

NOVO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Com a assunção ao poder do Presidente Jânio Quadros, que, em cumprimento do preceito constitucional, recebeu do Senhor Juscelino Kubitscheck a faixa presidencial em 31 de janeiro de 1961, tomou posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, no dia imediato, o Doutor Afonso Arinos de Mello Franco, que sucedeu, na chefia do Itamaraty, ao Doutor Horácio Láfer.

O novo Chanceler, que vinha exercendo as funções de Senador da República (pela União Democrática Nacional) e de Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, fôra, além de jornalista, historiador, jurista, e Deputado Federal, membro da Academia Brasileira de Letras e Professor Catedrático de Direito Constitucional na Universidade do Rio de Janeiro.

Transcrevemos adiante o importante discurso pronunciado pelo Ministro Afonso Arinos ao empossar-se na direção da Casa de Rio Branco:

Discurso do Ministro Afonso Arinos

"Ao assumir o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, para o qual fui convocado pela honrosa confiança do ilustre Presidente Jânio Quadros, não me iludo sôbre as pesadas responsabilidades que me aguardam no exercício da função.

Só mesmo a consciência de modestos atributos que, mercê de Deus, nunca me faltaram — o senso da responsabilidade e a dedicação ao trabalho — permitiu-me atender, sem vacilar, ao convite do preclaro Chefe de Estado.

Secular e gloriosa é a história desta Pasta, Senhor Ministro, história que Vossa Excelência realçou com a sua inteligência, cultura, tacto e larga experiência da vida política, acrescendo novos títulos àqueles que fazem com que o Brasil confie no Itamaraty e dêle se orgulhe.

O Ministério do Exterior vem sendo, na verdade, desde a Independência, uma casa na qual homens eminentes têm sabido representar a nossa civilização em contínuo progresso; afirmar a nossa soberania em crescente consolidação; defender os nossos interêsses que evoluem e se transformam com as mutações históricas; exprimir, em suma, nos contactos com a comunidade das nações, os traços da nossa personalidade, hoje plenamente desen-

volvida e consciente dos seus direitos e deveres. Por outro lado, em diversas oportunidades, no Império e na República, os gestores da nossa política externa souberam representar fielmente a vocação pacífica do nosso povo, manifestada em tantos episódios, nos quais estadistas e diplomatas brasileiros foram a voz que aconselha, a inteligência que orienta, a fôrça, em suma, que intercede entre os desavindos para restabelecer o bom entendimento ou a paz.

O vertiginoso progresso técnico-científico contemporâneo não alargou sòmente as fronteiras do conhecimento especulativo, senão que ampliou, também, de forma terrífica, o poder material do homem rompendo, por isso mesmo, os antigos quadros jurídico-políticos que regiam a vida das sociedades humanas, hoje incertas e sem rumo diante da penosa gestação do mundo de amanhã. Daí a contradição do nosso tempo, de que não se livra nenhum povo e nenhum regime de govêrno.

O conflito de fatôres econômico-sociais gera a contradição de teses e soluções, sejam elas puramente doutrinárias, como, também, técnicas e governativas. Num ambiente mundial e histórico em tão constante e imprevisível movimento, poucos serão os valores permanentes da política internacional. É claro que êstes valores se subordinam ao objetivo final daquela política, que é o interêsse nacional de cada país. Por outro lado, a natureza dêsses valores depende da formação histórica, da cultura e dos sentimentos predominantes de cada comunidade nacional, como também dos elementos ligados aos seus interêsses, destino, missão civilizadora e forma de vida.

O primeiro valor marcante da formação brasileira é o sentimento inato da independência nacional, ou seja, a própria tradição de soberania do Estado brasileiro. Não devemos esquecer, contudo, que o Estado brasileiro soberano tem-se afirmado històricamente, desde a Independência, vinculado à democracia, que é o único sistema de govêrno capaz de respeitar os elementos transcendentes da dignidade humana, dentro da instituição estatal. Como bem disse Nabuco, o Império, assegurando-nos o mecanismo da democracia parlamentar, evitou-nos a moléstia infantil do caudilhismo continental. Além de històricamente democrático, o Brasil é também um país pacífico, melhor diríamos, um país pacifista, sempre disposto a resolver e a contribuir para que se resolvam pacìficamente os dissídios internacionais de qualquer natureza. Temos, assim, o tríptico de valores que devem presidir ao planejamento da política internacional do nosso país: soberania, democracia, paz.

O Govêrno que se inaugura, sintetizado na forte individualidade do Presidente Jânio Quadros, sente-se apto a praticar uma política internacional plena e vigorosamente obediente a essas diretrizes. A moderna noção de soberania transpôs a fase de simples afirmação polêmica de um Estado diante dos demais, para assumir uma conceituação dinâmica e operativa, cheia de conseqüências. A soberania de um Estado jovem como o Brasil não se limita, hoje, à sua exclusão da influência política de outra autoridade, especialmente de outro Estado, senão que significa a preocupação do Estado com o desenvolvimento nacional, estimulando as fôrças econômicas, culturais e sociais internas, e afastando ou neutralizando as influências externas que se opunham a tal desenvolvimento, ou o entorpeçam, sejam elas políticas, sejam também econômicas e portanto representativas não pròpriamente de Estados estrangeiros, mas de grupos e organizações econômicas alienígenas e internacionais.

A concepção atual da soberania, a que vimos de nos referir, exige uma grande autonomia nas atitudes da nossa diplomacia, inclusive no quadro das organizações internacionais, porque a nossa posição, nestes grandes palcos do mundo, deve corresponder ao que somos verdadeiramente, como povo, como cultura e como expressão econômica e social.

A nossa contribuição ao mundo cristão-democrático, ao qual indiscutivelmente pertencemos, só será efetiva na medida em que representarmos, dentro dêle, a parcela de autenticidade que nos cabe; em que assumirmos a responsabilidade de exprimir a aspirações e reivindicações que estamos no dever e em condições de manifestar. O reconhecimento da autonomia e autenticidade das nações como as da América Latina, ou as novas do mundo afro-asiático, é um enriquecimento para o mundo livre, ao passo que a tentativa de enquadramento dêsses povos tão cheios de problemas e características peculiares em um sistema que lhes é artificial de normas e responsabilidades, é o meio certo de criar, dentro dêles, naturais reservas e resistências. Na medida em que somos diferentes e temos problemas específicos, o atendimento dêsses problemas e o reconhecimento daquelas diferenças são os únicos meios capazes de integrar e fortalecer o mundo livre.

O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos ètnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham

para a vida internacional. Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguêsa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo. Não temos preconceitos contra as raças coloridas, como ocorre em tantos povos brancos ou predominantemente brancos; nem preconceitos contra os brancos, como acontece com os povos predominantemente de côr. A nossa Constituição possui uma explendente disposição vedativa de tais preconceitos e se me coubesse algum motivo de satisfação pelos meus doze anos de deputado, êste seria seguramente o da autoria da lei que incluiu no Código Penal, a norma genérica da Constituição. Portanto, o exercício legítimo da nossa soberania nos levará, na política internacional, a apoiar sinceramente os esforços do mundo afro-asiático pela democracia e a liberdade, através de apoio às formas de pressão contra o princípio da livre determinação dos povos, do esfôrço, enfim pelo progresso das áreas e povos econômicamente subdesenvolvidos. Se, por um lado, somos país com visíveis aspectos de subdesenvolvimento econômico e técnico, o que nos leva a inegável aproximação de interêsse com o mundo afro-asiático, por outro, somos um povo convictamente democrático, sendo que, no campo do Direito Político e, agora, na prática do regime, o nosso amadurecimento institucional é admirável.

O espetáculo das últimas eleições, da apuração, do reconhecimento e da posse de Jânio Quadros na Presidência, a par de instrutivo para o mundo é, por igual, uma lição e uma advertência para os políticos nacionais. Revelou a magnífica maturidade do povo brasileiro para o exercício efetivo, e não apenas formal, da democracia e ensinou aos ideólogos superados aos obstinados sectários e aos escravagistas intelectuais, que o nosso povo pode e quer resolver os seus problemas dentro da liberdade política. A esmagadora vitória de Jânio Quadros foi expressão *desta advertência de que o povo brasileiro repele as ditaduras de* qualquer tipo, personalistas, caudilhistas, de classe ou de partido. Nós, no Brasil, não carecemos de tais processos, e livres como somos no cenário internacional combateremos sempre livremente. Esta palavra, liberdade, perdeu a sua conotação romântica do século passado; limitou os excessos individualísticos que lhe comprometiam o sentido humano e enriqueceu-se de novos tons sociais e coletivos, mas conservou o núcleo de significado eterno, que é o valor da personalidade. Por esta nova liberdade humana, social e coletiva, é que pugna a política internacional do Brasil, país anticolonialista, anti-racista e convicto da necessidade do desenvolvimento como base da democracia. Isto corresponde a

deixar bem claro que, se os nossos interêsses muitas vêzes são os mesmos dos novos países subdesenvolvidos, a forma de abordá-los e resolvê-los pode variar, exatamente em função do nosso amadurecimento democrático.

Ainda aqui, a vida e a figura de Jânio Quadros exprimem muito bem o que estou salientando. Sua carreira e sua pessoa de estadista são a revelação brasileira mais forte dessas novas significações da democracia social.

O pacifismo é, afinal, a construção jurídica e política de um sistema de garantias e soluções para o convívio internacional e, especialmente, continental.

Já foi a atividade predominante da democracia brasileira. Alexandre de Gusmão, Barbacena, Paulino de Sousa, São Vicente, Paraná, os dois Rio Branco, Rui, Nabuco, Mangabeira, Melo Franco, Aranha, aí estão, na Colônia, no Império e na República, alguns grandes nomes, para só falar dos mortos, que ajudaram a construir o monumento da nossa escola diplomática pacifista.

A técnica da paz evoluiu, porém, como todos os demais aspectos da política internacional. O penoso esfôrço dos juristas e diplomatas se concentra, hoje, em harmonizar, no direito e na prática, princípios tão conflituosos como o da não intervenção e o da solidariedade coletiva; o da soberania do Estado e o da autoridade dos organismos internacionais, sendo certo que, sem o funcionamento adequado de tôdas essas peças contraditórias, o mecanismo da paz pode entrar em colapso, com as conseqüências previsíveis na nossa época de poder ilimitadamente destruidor. Neste terreno delicado, deveremos atuar com tacto e prudência, seguindo os nossos interêsses, que coincidem perfeitamente com as nossas tradições.

O Brasil está perfeitamente evoluído e capaz de equilibrar, para seu uso, a não intervenção com a solidariedade coletiva, a soberania do Estado com a adesão aos organismos internacionais, sendo que, quanto a êste último aspecto, a norma da Constituição Federal é magnífica de concisão, eficácia e clareza. O problema está em que outras nações, continentais ou não, com as quais mantemos semelhança de situações econômico-sociais, não tendo encontrado o equilíbrio político-democrático, não conseguem, tão pouco, situar-se equilibradamente na utilização daqueles instrumentos, até certo ponto contraditórios. É, sem dúvida, a falta de maturação democrática, que leva certos governos à necessidade de enfatizar demasiado o princípio da não intervenção, em detrimento da solidariedade coletiva; ou o da soberania do Estado, em prejuízo da eficácia dos organismos internacionais.

Por isto, repetimos, a nossa ação deve ser prudente, refletida, de forma a salvaguardar, tanto quanto possível conjuntamente, os nossos interêsses, o desenvolvimento e emancipação dos povos atrasados e a causa da paz.

Os nossos interêsses, situados prioritàriamente, coincidem, como disse há pouco, nesses assuntos, com as nossas tradições. O respeito ao ato jurídico, a não intervenção, o reconhecimento da solidariedade coletiva como um freio às agressões, a defesa da liberdade humana no seu mais amplo significado, êstes e outros princípios presidiram à integração territorial do Brasil, ao fortalecimento da sua independência e soberania, à expansão da sua autoridade internacional. Sem perda nem enfraquecimento dêstes princípios, sustentadores da nossa política externa, haveremos de aplicá-los em campo cada vez mais largo.

É pensamento do Presidente Jânio Quadros que o seu Govêrno entre em relações diplomáticas e comerciais com todos os Estados do mundo, que manifestem desejo de conosco manterem intercâmbio pacífico, com o respeito da nossa organização jurídica e social. O espírito desta orientação é o de cooperar para a paz, e, portanto, não pode nem deve ela ser interpretada como dirigida contra ninguém. Estamos certos de contribuir, com esta conduta, para a causa da paz e da democracia no mundo.

Não poderia aqui referir o caminho a ser trilhado para atingirmos aos objetivos propostos. Alguns dados, contudo, são indispensáveis. Em primeiro lugar, menciono a colaboração com o Congresso, base de tôda política externa em qualquer país democrático. Homem do Legislativo, no qual servi por doze anos, como Deputado, e dois, como Senador, não são novas nem improvisadas minhas idéias sôbre a importância da função do Congresso na política internacional. Ela decorre da presença dos problemas mundiais na vida de cada um de nós, do interêsse que esta presença desperta no homem da rua, o qual se transmite ao Poder Legislativo brasileiro. É, pois, com sincera e antiga convicção, que conto com tôdas as correntes políticas da Câmara e do Senado para, através das suas críticas, sugestões e apoio, prestigiarem a ação do Govêrno da República, no delicado terreno da política internacional, no qual, se as divergências de opinião são salutares, o arrefecimento das paixões é esfôrço elementar e patriótico, para o bem do país. A continuidade da política brasileira é outro ponto que não esquecemos, principalmente no tocante a iniciativas acertadas, como o da chamada Operação Pan-Americana, do Presidente Kubitscheck. Êsse movimento veio chamar a atenção do Continente para as estreitas relações entre o subdesenvolvimento e os riscos que assaltam a

democracia. Quando tive a honra de saudar o Presidente Eisenhower, em nome do Senado brasileiro, não deixei de dar a opinião da nossa corrente, então oposicionista, a respeito. Não é demais, portanto, que aqui a repita.

Outro aspecto de que devemos cuidar, desde logo é o da reforma dos serviços do Itamaraty, em tramitação na Câmara, através de mensagem do Govêrno passado, enriquecida por brilhante colaboração daquela Casa. Era natural que o novo Govêrno tivesse a sua palavra sôbre a organização da Pasta. Não poderei entrar, neste momento, em pormenores; apenas direi que o nosso esfôrço será no sentido de adaptar a lei aos desígnios do Presidente Jânio Quadros. Queremos que o aparelho administrativo seja bastante amplo, forte e flexível para permitir a presença do Brasil nos moldes exigidos pelas nossas necessidades e propósitos.

Por outro lado, pretendemos aparelhar o Govêrno a tornar mais justa e democrática a Carreira diplomática, respeitando o que fôr necessário nas suas tradições, existentes em todos os países e regimes, mas extinguindo, tanto quanto possível, o protecionismo e a emulação pessoal, premiando o mérito, amparando a dedicação e a experiência, criando normas sadias e genéricas para o ingresso e o acesso, exterminando, em suma, na medida do possível, o sistema de influências camarárias, de prestígios pessoais e de injustiças. Isto não representa prevenção nem hostilidade a quem quer que seja, nem abalo de situações consolidadas, mas, apenas, a ação determinada pela colocação do serviço público acima das conveniências pessoais, para bem de um corpo de funcionários que possui alguns dos melhores valores do quadro de funcionários brasileiros.

O Presidente Jânio Quadros pretende também — e esta é uma responsabilidade do Brasil que muito me honro de proclamar — extinguir qualquer preconceito de raça, franco ou disfarçado, no serviço do Itamaraty.

Contamos também com a imprensa, rádio e televisão, e agradecemos o seu apoio tão necessário à compreensão popular dos objetivos e processos da política internacional. Não receamos as suas críticas porque sei que os profissionais brasileiros são, como eu, patriotas, e nada farão conscientemente em prejuízo do nosso país.

Ao Corpo Diplomático estrangeiro endereço os meus respeitos. Habituado, desde a mocidade, aos ambientes diplomáticos, honrando-me de ser filho, irmão e pai de diplomatas que serviram e servem com dignidade ao País, sei dos méritos e fraquezas da Carreira que, como em tôdas as carreiras civis e

militares e não diferentemente delas, são méritos e fraquezas das pessoas humanas. Sei, assim, a colaboração valiosa que o ilustre Corpo Diplomático estrangeiro, ao qual reitero as minhas saudações, pode dar para a solução de tantos problemas do nosso Govêrno, através da compreensão, lealdade e firmeza dos entendimentos e tentativas.

Meus Senhores: o êxito dos Governos depende do dom total dos homens públicos ao serviço da Pátria. Esta humilde submissão do homem à sua tarefa, com esquecimento de quaisquer aspirações individuais, mesmo as mais nobilitantes, como a ambição de nomeada, respeito e glória, foi a escola em que me eduquei, foi a mais valiosa herança que me legou meu pai, a quem hoje recordo, com amor, no momento em que me invisto das funções que êle outrora exerceu. É recordando a sua memória e esperando a proteção divina, que alço, agora, a minha esperança de bem servir ao Brasil."

ENCONTRO ENTRE OS PRESIDENTES DO BRASIL E DA ARGENTINA

Realizou-se na cidade fronteiriça de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, nos dias 20, 21 e 22 de abril de 1961, o encontro entre os Senhores Jânio Quadros, Presidente dos Estados Unidos do Brasil, e Arturo Frondizi, Presidente da Nação Argentina. O Chefe do Estado argentino, que anteriormente já estivera no Brasil em visita oficial,* foi recebido por seu colega brasileiro, com as honras de estilo, no dia 20, na Ponte Internacional que liga os dois países; durante o decurso das conversações, hospedou-se na cidade platina de Paso de los Libres, seu berço natal, ao passo que o Presidente do Brasil residiu em Uruguaiana, onde se situa o Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria do Exército Brasileiro, palco do entendimento. Cada um dos governantes fêz-se acompanhar de numerosa comitiva, nas quais cumpre destacar particularmente os Chanceleres de ambos os países, Senhores Diógenes Taboada, da Argentina, e Afonso Arinos de Mello Franco, do Brasil, bem assim os seus Embaixadores em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, respectivamente Senhores Aguinaldo Boulitreau Fragoso e Carlos Manuel Muñiz. Ao ensejo das conversações de Uruguaiana, o Presidente da República e Senhora Jânio Quadros ofereceram, no dia

* Ver *Revista Brasileira de Politica Internacional* (Ano I, n.º 2, págs. 225-237).

21, em homenagem ao Presidente da Nação Argentina e Senhora Frondizi, um almôço, durante o qual foram trocadas condecorações.

Tendo como elemento dominante o incremento das relações econômicas brasileiro-argentinas, face à atual situação do balanço de pagamentos entre os dois países* a reunião dos dois Presidentes versou também matéria de cooperação nos campos cultural e político. Neste, em particular, dada a turbulência da conjuntura política internacional, e notadamente da hemisférica, com referência específica à questão de Cuba, os Presidentes Quadros e Frondizi, em entrevista cercada de sigilo, tiveram oportunidade de trocar seus pontos de vista, estabelecendo uma posição comum. Discutidos, ainda, problemas particulares das relações comerciais e científico-culturais entre o Brasil e a Argentina, foram formalizados os seus resultados em três Declarações Conjuntas sôbre matéria política, econômica e cultural. Outrossim, os Chanceleres Taboada e Mello Franco firmaram, por seus Governos, um Tratado de Amizade e Consulta**, aberto à adesão de outros países, e destinado a simbolizar novo ponto de partida nas interrelações das duas mais importantes potências da América do Sul.

ENCONTRO ENTRE OS PRESIDENTES DO BRASIL E DA ITÁLIA

De regresso a seu país após uma visita oficial a diversos países sul-americanos, escalou no Rio de Janeiro, a convite do Govêrno brasileiro, em 19 de abril de 1961, o Presidente da República italiana, Senhor Giovanni Gronchi, a fim de manter conversações com o Presidente Jânio Quadros. O primeiro magistrado da Itália, que em 1958 já estivera em visita oficial no Brasil***, foi recebido no Aeroporto Internacional do Galeão, com o cerimonial da praxe, pelo Presidente da República, numerosos Ministros de Estado e outras autoridades; logo após, foi-lhe oferecido um banquete na residência oficial do Ministro da Aero-

* Ver a respeito *Revista Brasileira de Política Internacional* (Ano IV, n.º 13, pág. 129).

** As duas primeiras Declarações citadas, assim como o Tratado, estão integralmente transcritas na seção de *Documentos* dêste número. Deixa de ser publicada a Declaração Conjunta sôbre Intercâmbio Cultural por conter apenas matéria de interêsse técnico e de índole programática.

*** Ver a respeito a *Revista Brasileira de Política Internacional* (Ano I, n.º 4, págs. 158-172).

náutica. No decorrer das conversações que se seguiram foram abordados, a par de assuntos políticos de interêsse mútuo, outros, de caráter predominantemente econômico, resolvendo os dois Presidentes criar imediatamente uma Comissão Mista ítalo-brasileira e incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países, a questão dos investimentos e a participação em sociedades comerciais. Trataram-se, outrossim, temas concernentes à assistência econômica aos países subdesenvolvidos, às relações com a Comunidade Econômica Européia, à energia nuclear, e outros, como a construção da Embaixada italiana em Brasília e da Casa do Brasil em Roma, problemas culturais e imigratórios e matérias afins.

Após cêrca de três horas de entendimentos com o Presidente Jânio Quadros e as autoridades brasileiras, o Presidente Gronchi e sua comitiva voltaram para a Itália. De bordo da aeronave, o Chefe do Executivo italiano dirigiu ao seu colega do Brasil cordial mensagem, na qual frisou de modo particular que sua curta estada no Brasil, e a troca de idéias por ela possibilitada, viriam seguramente reforçar ainda mais os elos que unem os dois países, bem assim contribuiriam ainda "para promover a causa de uma melhor e mais humana compreensão entre os povos, hoje mais do que necessária para a paz mundial".

"ALIANÇA PARA O PROGRESSO"

Em uma recepção oferecida na Casa Branca, a 13 de março de 1961, aos representantes diplomáticos latino-americanos acreditados em Washington, o Presidente dos Estados Unidos, Senhor John Fitzgerald Kennedy, lançou as bases do programa do seu Govêrno em relação aos países da América Latina, dando-lhe o título de "Aliança para o Progresso". Segue-se, em tradução oficial, o texto do importante discurso proferido, naquele ensejo, pelo primeiro magistrado norte-americano:

"Há cento e trinta e nove anos atrás os Estados Unidos, movidos pela luta heróica que então travavam seus irmãos em outras nações do Continente, decidiram recomendar o reconhecimento da independência das jovens repúblicas latino-americanas. Estávamos ainda nos albores da nossa liberdade neste Continente, quando Bolívar manifestou seu desejo de que as Américas se tornassem a mais importante região do mundo, "importante não só em razão da sua superfície e riqueza, como também pela sua liberdade e glória."

Nunca em tôda a história do nosso Continente estivemos mais próximos de atingir êsse sonho e, ao mesmo tempo, jamais houve época em que corrêssemos maior perigo.

O gênio dos nossos cientistas puseram em nossas mãos os instrumentos que trarão a abundância em nossas terras, poder às nossas indústrias e educação aos nossos jovens. Pela primeira vez na história estamos preparados para quebrar os *últimos grilhões da pobreza e da ignorância, bem como libertar* os nossos povos a fim de que atinjam os objetivos espirituais e intelectuais que sempre foram o alvo máximo da nossa civilização.

Pois é justamente nesta oportunidade excepcional que volvemos a ser ameaçados pelas mesmas fôrças que têm pôsto em perigo o Novo Mundo em todo o transcorrer de sua história, as mesmas fôrças externas que tentam mais uma vez impor o despotismo do Velho Mundo aos povos do Novo Mundo.

Convidei-os a que nos reuníssemos hoje aqui a fim de que pudéssemos discutir êsses problemas e perigos. Estamos pois reunidos aqui como sinceros e velhos amigos, unidos pelos laços históricos e pela experiência, bem como pela nossa determinação de fazer progredir os valores da civilização americana, porquanto esta parte do mundo em que vivemos não é apenas um mero acidente geográfico.

As várias partes do Continente em que vivemos se encontram ligadas por um objetivo histórico comum — a incessante exploração de novas terras. As nossas nações são o produto de uma luta comum: A revolução contra o regime colonial. E os nossos povos compartilham de um patrimônio comum: A cruzada em prol da dignidade e da liberdade do homem.

As revoluções das quais emergimos acenderam, nas palavras de Thomas Paine, "uma centelha que nunca será extinta." E, pelos vastos e turbulentos continentes êsses ideais americanos continuam a inspirar o homem na sua luta pela independência nacional e pela liberdade individual. Contudo, ao mesmo tempo que acolhemos com prazer a propagação da revolução americana a outras terras, temos igualmente que nos lembrar que a nossa própria luta, isto é, a revolução que teve início em Filadélfia em 1776 e em Caracas em 1811, ainda não atingiu seu fim. A nossa missão no Hemisfério Ocidental ainda não terminou, *porquanto nos resta ainda a tarefa de demonstrar ao mundo que a aspiração do homem de atingir o progresso econômico e a justiça social, até agora não foi satisfeita, o que melhor poderá ser feito dentro da estrutura das instituições democráticas.* Se formos capazes de fazer isso dentro do nosso

Continente e para o nosso próprio povo, então poderemos ver realizada a profecia do grande patriota mexicano, Benito Juarez, de que "a democracia é o destino da humanidade futura."

Como cidadão dos Estados Unidos, sou o primeiro a admitir que nem sempre compreendemos o alcance dessa nossa missão conjunta, da mesma forma que muitos dos nossos próprios países não compreenderam integralmente o quão urgente é a necessidade de livrar o povo da pobreza, da ignorância e do desespêro. Cumpre-nos agora superar os erros, fracassos e mal-entendidos do passado e entrar num futuro cheio de perigos, mas radioso de esperança.

Em tôda a América Latina, região cheia de recursos materiais e enriquecida pelas conquistas espirituais e culturais de seus povos, milhões de sêres humanos são sujeitos diàriamente às degradações da fome e da miséria. Falta a essa gente habitação decente e a necessária proteção contra a doença; as suas crianças não têm escolas, nem oportunidades de trabalho que abram o caminho para uma vida melhor. Cada dia que passa o problema se torna cada vez mais angustiante, porquanto o ritmo do crescimento da população é mais rápido do que o do desenvolvimento econômico. Por conseguinte, os já baixos padrões de vida vêem-se ainda mais ameaçados, criando assim o descontentamento, ou seja, o descontentamento de um povo que *sabe que tanto a abundância como os instrumentos do progresso* estão atualmente ao seu alcance. Nas palavras de José Figueres: "Trata-se de povos que acabam de despertar e de entrar decididamente numa luta por uma vida melhor."

Do sucesso dessa luta e da nossa habilidade em trazer uma vida melhor para os nossos povos reside o futuro da liberdade não só nas Américas como em todo o mundo. Se falharmos nessa ação, se não devotarmos as nossas energias em prol do desenvolvimento econômico e da justiça social, isso constituirá uma mancha no espírito da nossa civilização e um fracasso inconcebível das nossas instituições sociais amantes da liberdade.

Mas, a fim de enfrentar um problema de tamanha magnitude, devemos proceder com ousadia, consonante o conceito majestoso da Operação Pan-Americana. Eis aí a razão pela qual lancei um apêlo a todos os povos do nosso Continente para que cerrem fileiras em tôrno da nova cruzada a que denominei de "Aliança para o Progresso," cruzada que constitui um esfôrço a ser levado a efeito em conjunto e sem paralelo em magnitude e nobreza de propósitos, destinado a satisfazer as necessidades básicas dos habitantes das Américas, no tocante à habitação, trabalho, assistência médica, saúde e escolas.

Em primeiro lugar, proponho que as Repúblicas Americanas comecem por elaborar um vasto Plano de Dez Anos para as Américas, plano que transformará os próximos dez anos numa década histórica de progresso democrático.

Êsses próximos dez anos terão que ser anos de supremo esfôrço; anos em que os maiores obstáculos terão que ser removidos; anos em que a necessidade de assistência terá atingido o máximo.

Se formos bem sucedidos, se os nossos esforços forem suficientemente enérgicos e decididos, ao terminar essa década contemplaremos o início de uma nova era na experiência americana. Elevar-se-á o padrão de vida das famílias americanas, a educação básica estará ao alcance de todos, a fome será uma coisa do passado, a necessidade de ajuda externa em massa terá cessado, a maioria das nações terá entrado num período de auto-suficiência e embora reste ainda muito que fazer, cada república americana será dona de sua própria revolução.

Entretanto, sòmente os decididos esforços das próprias nações americanas poderão assegurar o êxito desta emprêsa. Elas, sòmente elas, podem mobilizar seus recursos, canalizar as energias dos seus povos e modificar seus padrões sociais de sorte que todos se beneficiem com os frutos da abundância, e não apenas uma pequena minoria de privilegiados. Se tais esforços forem realmente envidados, o auxílio vindo de fora constituirá uma alavanca poderosa para o progresso. Sem tais esforços, não haverá ajuda externa que seja capaz de melhorar as condições de vida de seus povos.

Destarte, se os países latino-americanos estão realmente dispostos a contribuir com a sua parte, e estou certo de que estão, acredito que os Estados Unidos de sua parte, estarão prontos a prover recursos de um alcance e de uma magnitude suficiente para tornar realidade o audaz plano precitado, da mesma forma que procedemos no tocante à reconstrução das economias da Europa Ocidental. Sòmente os esforços de grande envergadura poderão assegurar a consecução do nosso plano em uma década de progresso.

Em segundo lugar, convocarei dentro em breve uma reunião de nível ministerial do Conselho Interamericano Econômico e Social, em cuja reunião iniciaremos a elaboração dêsse grande plano que constituirá a base da Aliança para o Progresso.

Para que a nossa Aliança seja bem sucedida, cada nação latino-americana deverá elaborar planos de longo alcance para o seu próprio desenvolvimento, planos dos quais constam as metas e prioridades, assegurando a estabilidade monetária, esta-

belecendo o mecanismo para as reformas sociais de caráter vital, estimulando as atividades e a iniciativa privadas e, finalmente, mobilizando ao máximo os esforços nacionais. Êsses planos constituiriam o alicerce dos nossos programas de desenvolvimento e a base para a distribuição dos nossos auxílios financeiros.

Um Conselho Interamericano Econômico e Social devidamente fortalecido, funcionando em cooperação com a Comissão Econômica para a América Latina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, poderá reunir os mais eminentes economistas e técnicos do Continente para que ajudem cada país a elaborar seus próprios planos de desenvolvimento, bem como ficalizem continuamente a marcha do desenvolvimento de todo o Hemisfério.

Terceiro, solicitei hoje ao Congresso 500 milhões de dólares como primeiro passo para a execução do Ato de Bogotá. Êste foi o primeiro esfôrço interamericano em larga escala para atacar as barreiras sociais que obstruem o progresso econômico.

Essa importância será usada em combater o analfabetismo, aumentar a produtividade e a utilização da terra, erradicar doenças, atacar os arcaicos sistemas tributários e de propriedade da terra, promover oportunidades para educação, e uma vasta série de projetos destinados a pôr os benefícios provenientes da crescente abundância ao alcance de todos. Começaremos a aplicar êsses fundos logo que sejam aprovados.

Quarto, devemos amparar tôda integração econômica que constitua um passo concreto em direção a maiores mercados e maiores oportunidades econômicas. A fragmentação das economias sul-americanas constitui um sério obstáculo ao desenvolvimento industrial. Certos projetos, como o de estabelecer um mercado comum centro-americano e zonas de livre comércio na América Latina podem concorrer para a remoção de tais obstáculos.

Quinto, os Estados Unidos estão prontos a cooperar num exame sério e minucioso dos problemas relacionados com a colocação de certos produtos. As freqüentes e violentas modificações nos preços dêsses produtos prejudicam sèriamente as economias de muitas das nações latino-americanas, esgotando os seus recursos e debilitando o seu crescimento. Juntos devemos encontrar meios práticos de pôr côbro a tal situação.

Sexto, aceleraremos imediatamente o nosso programa de emergência intitulado Alimentos para a Paz; ajudaremos a criar reservas de alimentos em áreas sujeitas a sêcas; contribuiremos para o funcionamento de merendas escolares, e ofereceremos forragem para uso no desenvolvimento rural. Pois, os sêres

humanos que padecem fome não podem ficar à espera de discussões econômicas ou de reuniões de diplomatas; a sua necessidade é de natureza urgente e a sua fome pesa gravemente na consciência de seus semelhantes.

Sétimo, todos os povos do Hemisfério devem compartilhar das maravilhas da ciência moderna em constante expansão, maravilhas que cativaram a imaginação do homem, desafiando a sua inteligência e proporcionando instrumentos para seu rápido progresso. Convido os cientistas latino-americanos a virem trabalhar conosco em novos projetos nos setores da medicina, a agricultura, a física e a astronimia, para ajudar na formulação de planos para o estabelecimento de laboratórios regionais de pesquisas nesses e em outros ramos, e para fortalecer a cooperação entre as universidades e os laboratórios do Hemisfério.

Também tencionamos ampliar os nossos programas de treino a professôres de ciências a fim de nêles incluir instrutores latino-americanos, para que possam ajudar na instituição de tais programas em outros países americanos; traduzir e difundir métodos radicalmente novos para o ensino de física, química, biologia e matemática, de maneira que os jovens de tôdas as nações possam contribuir com o seu talento para o progresso da ciência.

Oitavo, devemos acelerar os programas de preparação de pessoal especializado para dirigir as economias ora em desenvolvimento neste Hemisfério. Os jovens componentes da Missão para a Paz estarão à disposição dos organizadores dêsses programas de educação técnica em qualquer lugar onde sua ajuda fôr necessária. As universidades latino-americanas e os institutos de pesquisa científica também necessitam de ajuda.

Acolhemos com prazer as sugestões oferecidas pelos países centro-americanos no sentido de se estabelecer uma estreita cooperação nos setores da educação secundária e universitária, cooperação que conte com uma contribuição regional mais eficaz. Estamos dispostos a ajudar a suprir a falta de trabalhadores qualificados — levando em consideração que o nosso objetivo final é proporcionar uma educação básica para todos os que desejam se instruir.

Nono, reiteramos o compromisso que assumimos de defender qualquer nação americana cuja independência esteja ameaçada. À medida que se afirma a confiança no sistema de defesa coletiva da OEA, tornar-se-á possível dedicar para fins mais úteis uma parte maior dos recursos agora utilizados em material bélico. Aliás o próprio Chile acaba de declarar que já é tempo de se tomarem os primeiros passos para uma sensata limitação

de armamentos. E muitos chefes militares da nova geração estão ficando cientes de que os exércitos tanto servem para defender os seus países como para ajudar a edificá-los.

Décimo, convidamos os nossos amigos da América Latina a contribuir para o enriquecimento da vida e da cultura nos Estados Unidos. Precisamos de professôres que ensinem a Literatura, a História e as tradições de vossos países; que sejam dadas oportunidades aos nossos jovens para estudarem nas vossas universidades; para que tenham acesso à vossa música, à vossa arte e ao pensamento de vossos filósofos, pois sabemos que temos muito que aprender. Desta maneira podereis contribuir para uma vida espiritual e intelectual mais vigorosa para o povo norte-americano, e assim concorrer, também, para uma boa compreensão e para o respeito mútuo de tôdas as nações do Hemisfério.

Por meio destas medidas nos propomos completar a revolução das Américas; a estabelecer um continente em que todos os homens possam esperar obter o mesmo alto padrão de vida e viver com dignidade e em plena liberdade.

Para que êste alvo político possa ser atingido é mister que seja acompanhado de progresso material. A nossa Aliança pelo Progresso é uma aliança entre Governos livres, e deve trabalhar no sentido de eliminar a tirania do Hemisfério onde ela não tem o direito de estar. Por conseguinte, vamos manifestar aos povos de Cuba e da República Dominicana o nosso testemunho de especial amizade, e expressar a nossa esperança de que ambos possam muito breve reingressar na sociedade de homens livres, cerrando filerias conosco neste esfôrço comum.

Essa liberdade política deve ser acompanhada de alteração social, pois, se não forem livremente feitas certas reformas sociais, inclusive a reforma nos sistemas de tributação e da propriedade da terra, a menos que aumentemos as oportunidades para todos; e a menos que a grande massa de cidadãos americanos partilhe da crescente prosperidade, neste caso a nossa aliança, a nossa revolução e o nosso sonho terão falhado. Mas pedimos modificações como homens livres, inspirados em Washington, Jefferson, Bolívar, Martin e Marti e não modificações que busquem impor aos homens as mesmas tiranias que nós expulsamos há um século e meio atrás. A nossa legenda é a que sempre tem sido: *progresso, sim, tirania, não!*

Mas o nosso maior repto vem de dentro — a tarefa de criar uma civilização americana em que os valores espirituais e intelectuais sejam fortalecidos em uma base cada vez mais larga de

progresso material, em que, dentro da diversidade de suas próprias tradições, cada nação se sinta livre de prosseguir em seu próprio caminho para o progresso.

A realização de tal empreendimento requer naturalmente que todos os Governos do Hemisfério concorram com os seus esforços. Mas esforços dos Governos sòmente, não serão nunca bastantes. No final cabe ao povo ajudar-se a si mesmo.

Isto pôsto, digo ao povo das Américas, aos trabalhadores nos campos, aos operários nas cidades, aos estudantes nas escolas, que preparem seu espírito e seu coração para a tarefa que nos enfrenta, reúnam tôdas as suas fôrças espirituais e físicas, e cada um dedique as suas energias para a melhoria de todos de maneira que os seus filhos e os descendentes dêstes possam encontrar uma vida mais rica e mais feliz.

Transformemos, pois, novamente as vastas terras americanas em um vasto crisol de ideais e de esforços revolucionários, que constitua um tributo às energias criadoras dos homens livres, um exemplo ao mundo inteiro de que a liberdade e o progresso caminham de mãos dadas. Despertemos novamente a nossa revolução americana até que ela guie as lutas dos povos em tôda parte, não sob o império da fôrça ou do mêdo, mas pelos ditames da coragem, da liberdade e da esperança pelo futuro da humanidade."

BRASIL — PARAGUAI

Realizou-se no Palácio Itamaraty, entre 10 e 22 de janeiro de 1961, a II Reunião da Comissão Mista Plena Brasil—Paraguai*, criada pelos Tratado Geral de Comércio e Investimentos e Convênio de Comércio Fronteiriço, concluídos entre os dois países em 27 de outubro de 1956, e que tem por objetivo examinar as dificuldades de qualquer natureza que possam impedir a boa execução do intercâmbio comercial nas condições ajustadas nos referidos instrumentos, bem assim recomendar medidas julgadas necessárias para a sua correção e conseqüente desenvolvimento das correntes de comércio recíproco. A Seção brasileira da Comissão Mista, presidida pelo Embaixador E. P. Barbosa da Silva, então Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, e a Seção paraguaia, sob a presidência do Embaixador Luis Maria Ramírez Boettner, Subsecretário do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, chegaram, de comum acôrdo,

* Ver *Revista Brasileira de Política Internacional* (Ano III, n.º 10, págs. 134-5).

a conclusões realmente positivas com referência ao incremento do intercâmbio comercial entre os dois países, notadamente pela adoção de medidas internas destinadas a assegurar o livre trânsito, *em seus respectivos territórios, das mercadorias que constituem* objeto dêsse intercâmbio. Neste sentido, a Reunião resultou na assinatura conjunta de uma Ata Final. Os decretos em questão, entretanto, foram simultâneamente firmados pelos Chefes de Estado do Brasil e do Paraguai, em 27 de janeiro, quando de seu encontro em Foz do Iguaçu, para as cerimônias de inauguração da Ponte Internacional Brasil—Paraguai.

Com efeito, sôbre constituir notável empreendimento técnico, a referida Ponte assinala etapa marcante no domínio da cooperação econômica e política entre as duas Repúblicas, assim como na evolução do pan-americanismo, expressão que é da Operação Pan-Americana, conforme acentuou o Presidente Juscelino Kubitscheck, em seu discurso, ao ser descerrada a placa comemorativa. O Chefe do Govêrno brasileiro comparou a OPA a uma série simbólica de pontes de ligação, de amizade e de colaboração entre as nações do continente. Ao ensejo da entrevista dos Presidentes Juscelino Kubitscheck e Alfredo Stroessner, acompanhados de seus Ministros do Exterior e de seus Embaixadores em Assunção e no Rio de Janeiro, além da inauguração da Ponte Internacional sôbre o Rio Paraná, à qual foi concedida a bênção apostólica pelo Papa João XXIII, verificaram-se diversas outras solenidades, pelas quais o Brasil e o Paraguai, nas pessoas de seus Chefes de Estado, testemunharam-se recìprocamente a solidariedade que une os dois países.

NOVAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL *

Com o objetivo de estreitar as relações do país, no campo político, econômico e cultural, com os demais países, mormente com as nações recém-independentes da África e da Ásia, o Govêrno brasileiro determinou a instalação de embaixadas do Brasil em Dacar, no Senegal, com serviço consular em Conacri, na Guiné, cumulativa com Mali; em Lagos, na Nigéria, cumulativa com a da República dos Camarões; Abidia, na costa do Marfim, cumulativa com Alto Volga, Nigar e Daomei, em Accra, em Gana e Adis Abeba, na Etiópia. Determinou, também, o

* Ver a respeito a *Revista Brasileira de Política Internacional* (Ano II, n.º 7, págs. 118-9; n.º 8, pág. 170; Ano III, n.º 9, pág. 168).

presidente da República a abertura dos seguintes consulados: em Salisbury, na Rodésia; em Leopoldville, no Congo e em Nairobi no Quênia. O Itamaraty está estudando, ainda, a possibilidade de estabelecer missões brasileiras no Sudão e em Madagáscar.

Essa aproximação se mostrou igualmente intensa com os países do bloco socialista, tendo o Brasil restabelecido relações diplomáticas com a Romênia, a Hungria e a Bulgária que, em caráter de reciprocidade, passarão a ter legações em nosso país. Por outro lado, os Governos da Polônia, da Tcheco-Eslováquia e do Brasil resolveram de comum acôrdo, elevar à categoria de embaixada as respectivas missões diplomáticas.

No campo econômico, foi bastante significativo o intercâmbio mantido pelo Brasil com países da Europa e da África. Assim o Brasil recebeu as missões econômicas da África do Sul, chefiada pelo sr. H. J. Van Eck, presidente do *Industrial Development Corporation of South-Africa* e da República dos Camarões, presidida pelo senhor Moussa Yaya, Primeiro Vice-Presidente da Assembléia Nacional. Por sua vez, o Govêrno brasileiro enviou missões especiais ao Senegal, à República dos Camarões, Guiné Serra Leoa e Costa do Marfim, sendo que, no primeiro dos países, foi firmado importante acôrdo cultural, preconizando a concessão de bôlsas de estudos para cursos superiores, bem como a regência de uma cátedra de português na Universidade de Dacar por professor brasileiro.

Ao mesmo tempo, uma missão brasileira sob a chefia do senhor João Dantas visitou a Bulgária, Hungria, Romênia, Iugoslávia e Albânia, países com os quais celebrou vários acordos econômicos e que exportarão para o Brasil os seguintes produtos: máquinas para indústria têxteis, zinco, chumbo, carvão, produtos químicos, petróleo, perfuratrizes petrolíferas, metais ferruginosos e papel de imprensa. O Brasil exportará: cacau, algodão, café, açúcar, óleos vegetais e outras matérias-primas. Diversos acordos culturais, prevendo o intercâmbio de artistas, professôres e estudantes, foram, do mesmo modo, assinados, tendo o Govêrno do primeiro daqueles países aceito a proposta brasileira de concessão num pôrto do Mar Negro, de uma zona livre para o Brasil.

Êsses contactos culturais e econômicos foram acompanhados de medidas burocráticas destinadas a facilitar o intercâmbio preconizado pelos acordos firmados. Assim o Govêrno brasileiro, revogando determinação de janeiro de 1958, restabeleceu a validade dos passaportes nacionais para a União Soviética, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia, Vietname do Norte, Alemanha

Oriental, China Continental, Tibete, Mongólia Exterior e Coréia do Norte. A nova medida entrou em vigor, a partir de 15 de março último, com efeito retroativo.

FEDERAÇÃO DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS *

Importantes modificações de natureza política, econômica e estratégica estão ocorrendo na Federação das Índias Ocidentais, dependência britânica integrada na Comunidade e em vias de obter estatuto soberano dentro desta. O Brasil, pelo menos face à proximidade territorial da Federação, não poderia ficar alheio a essa evolução, que, muito ao contrário, saúda como um progresso a mais na causa do pan-americanismo e da autodeterminação dos povos; êste, o teor da mensagem dirigida pelo Presidente Jânio Quadros ao Primeiro Ministro do Ruino Unido, Senhor Harold Macmillan, quando da estada dêste na Jamaica, em princípios de março passado, e da qual foi portador o Embaixador Vasco T. Leitão da Cunha, Secretário-Geral do Itamaraty.

No domínio estratégico, que adquire particular relevância em vista do estado de tensão política reinante na zona do Caribe — especialmente após a fracassada tentativa de invasão da ilha de Cuba, em abril último, por insurgentes contra o regime filocomunista implantado pelo Senhor Fidel Castro — cumpre assinalar a assinatura, a 10 de fevereiro de 1961, em Port-of-Spain, Trinidad, capital da Federação, de um acôrdo entre esta e os Estados Unidos, concernente às áreas norte-americanas de defesa sitas em território federal. A assinatura dêsse tratado culminou uma série de conversações multilaterais entre representantes dos Governos britânico, norte-americano, da Federação das Índias Ocidentais e dos territórios individualmente considerados. Iniciados em Londres, em novembro de 1960, e continuados em Tobago, Santa Lúcia, Antígua e Jamaica, em dezembro do mesmo ano, os entendimentos em questão processaram-se mediante notificação, de parte da Delegação britânica às demais, no sentido de que o Govêrno do Reino Unido confirmava o poder da Federação das Índias Ocidentais de firmar o referido acôrdo; outrossim, expressaram-se o continuado interêsse britânico na defesa de tôda a área do Garibe, e a preservação dos direitos britânicos de participar de certas pesquisas em curso em algumas das áreas de defesa.

---

* Ver a respeito a *Revista Brasileira de Política Internacional* (Ano I, n.º 3, págs. 160-161); quanto à zona do Caribe, de modo geral, ver Ano III, n.º 12, págs. 153-154.

O acôrdo pròpriamente dito supera todos os convênios anteriores pelos quais os Estados Unidos dispunham de áreas de defesa nas Índias Ocidentais, e em particular o Acôrdo de Arrendamento de Bases, de 1941, na medida em que êste afeta o território da Federação; algumas dessas bases, incluindo parte da base naval de Chaguaramas, na ilha de Trinidad, prosseguirão como áreas de defesa, nos têrmos do novo acôrdo, mas êste estipula a renúncia, pelos Estados Unidos, de seus direitos à maioria das áreas arrendadas em 1941. Sujeito a uma revisão geral em 1973, se não se acordar então a necessidade de manutenção de determinadas áreas de defesa, serão estas evacuadas até o fim do ano de 1977. Em conclusão, vale acentuar que o acôrdo se baseia no princípio de que a Federação das Índias Ocidentais, uma vez independente, terá o direito de participar das alianças militares que lhe aprouverem, e de concluir tratados estatuindo sôbre quaisquer áreas de defesa em seu território; de outra parte, afirmou o Govêrno da Federação, durante a Conferência de Londres, o seu desejo de prosseguir cooperando em tudo o que fôr necessário para fortalecer a segurança mútua e a defesa do hemisfério ocidental como parte da defesa do mundo democrático.

No domínio político, merece realce a realização, em Port-of-Spain, a partir de 2 de maio último, de uma conferência intergovernamental convocada com o objetivo de fazer com que os Governos das dependências britânicas nas Antilhas, integrantes da Federação das Índias Ocidentais, se ponham de acôrdo sôbre as questões constitucionais e outras relativas à estrutura da Federação quando independente; a data dessa independência será marcada numa conferência que terá lugar em Londres a partir de 31 de maio de 1961, ocasião em que será também discutida a constituição da futura Federação soberana.

O PROGRAMA DE AJUDA AO EXTERIOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

É o seguinte o texto da mensagem especial do Presidente John F. Kennedy sôbre a ajuda ao exterior, enviada ao Congresso:

"Ao Congresso dos Estados Unidos:

Para iniciar qualquer debate sôbre a "ajuda ao exterior", em 1961, êste País deve levar em conta três fatos:

1. Os programas de ajuda ao exterior em vigor e as idéias correntes sôbre o magno assunto são insatisfatórios e inadequados às nossas necessidades e às do mundo subdesenvolvido, agora que entramos na década dos sessenta.

2. O colapso econômico das nações livres mas pouco desenvolvidas, colocadas entre a alternativa de um crescimento contínuo ou do caos econômico, seria desastroso para a segurança do *nosso País, nocivo à nossa prosperidade e ofensivo à nossa* consciência.

3. A década de 1960 oferece uma oportunidade histórica às nações livremente industrializadas de prestarem maior assistência econômica às nações menos desenvolvidas, concorrendo para colocar mais da metade das populações dêsses países num regime econômico auto-suficiente, e cooperando igualmente para que a metade restante possa libertar-se quanto antes da ajuda estrangeira.

II

A ajuda ao exterior, resposta sem precedente da América a um desafio de âmbito mundial, não foi obra de um só partido ou um só govêrno. Desenvolveu-se sob a liderança de dois grandes presidentes — Harry Truman e Dwight Eisenhower — e obteve *apoio dos membros progressistas de ambos os partidos políticos* no Congresso e através da Nação.

O primeiro grande esfôrço que fizemos em matéria de assistência ao exterior consistiu num programa de ajuda de emergência — alimentos, vestuários e agasalhos — a regiões devastadas pela Segunda Guerra Mundial. A seguir, lançamos o Plano Marshall, programa grandioso e bem sucedido para reconstruir as economias da Europa Ocidental, impedindo-a de cair sob o domínio comunista. Seguiu-se o Ponto IV, programa destinado a colocar os progressos da ciência e da tecnologia à disposição dos povos das nações em desenvolvimento. Mais recentemente, o *plano de ajuda para desenvolvimento, combinado com a* OECD abriu caminho para um esfôrço comum do mundo livre no sentido de ajudar o desenvolvimento econômico e social das áreas menos desenvolvidas do nosso planêta.

Para conquistarmos esta nova meta precisaremos renovar a comunhão de esforços que caracterizou a nossa atuação no passado — precisamos rever a nossa organização de ajuda ao exterior e as idéias básicas sôbre os nossos trabalhos para que possamos resolver os novos problemas com que nos confrontamos.

Ninguém que apóie objetivamente um plano de ajuda ao exterior pode estar satisfeito com o programa atual, de fato, uma multiplicidade de programas. Burocràticamente fragmentado e vagaroso, sua administração irradia-se, acidentalmente, ao longo de uma estrutura irracional, compreendendo pelo menos quatro depar-

tamentos e várias outras agências. O programa é baseado numa série de medidas legislativas e processos administrativos concebidos em épocas diferentes e para fins diversos, muitos hoje obsoletos, incoerentes e indevidamente regidos, portanto, inadequados para as nossas atuais necessidades e objetivos. Suas fraquezas começaram a abalar a confiança em nosso esfôrço tanto aqui como no estrangeiro.

O programa requer um serviço altamente qualificado do ponto de vista profissional, que atraia considerável número de homens e mulheres de alto gabarito capazes de tratar sensatamente com outros Governos, e profundamente conhecedores do processo de desenvolvimento econômico. Não obstante, a incerteza e a queda do prestigio público contribuíram para o declínio da moral e da eficiência dos funcionários dêste serviço, reiteradadamente frustrados pelas delongas confusões causadas pela confusa jurisdição de alguns órgãos governamentais e pela pouca clareza dos seus objetivos. Só os esforços persistentes de funcionários públicos dedicados, aos quais se deve a continuidade do programa, conseguiram tornar bem sucedidos os nossos esforços no exterior.

Ademais, o financiamento desigual e inseguro, a curto prazo, debilitou o incentivo nos países recipiendários para o planejamento a longo prazo e para a auto-ajuda, o que é absolutamente essencial para o desenvolvimento econômico. A falta de estabilidade e continuidade no programa, a necessidade de encaixar todo um programa dentro do limite de um ano, combinado com a perturbadora multiplicidade de organismos norte-americanos de ajuda ao exterior dentro de um só País, reduziram a eficácia de nossa própria ajuda, tornando muito mais difícil a tarefa de estabelecer alvos realistas e normas sólidas. Projetos realizados parcialmente, preparados apressadamente para acompanhar o ritmo do ano fiscal, não podem substituir uma planificação ordenada e de longo alcance. A possibilidade de firmar compromissos de longo alcance permitiu aos soviéticos usarem o seu programa de ajuda para tornarem as nações em desenvolvimento econômicamente dependentes do apoio russo, projetando assim os objetivos do comunismo mundial.

Embora os nossos programas de ajuda tenham contribuído para evitar o caos e o colapso econômico e ajudado muitas nações a manterem sua independência e liberdade, não obstante, a verdade é que muitas das nações que estamos ajudando não se encontram mais próximas de um desenvolvimento econômico contínuo do que quando começou o programa. O dinheiro gasto para conjurar situações de crise ou para atender a objetivos políticos

a curto prazo, embora ajudando a manter a integridade e a independência nacionais, raramente levaram a nação recipiendária para a área de maior estabilidade econômica.

III

Por causa dessas debilidades e inadequações — no alvorecer de uma década de novos problemas — convém que olhemos para trás para fazer com franqueza uma pergunta fundamental: um programa de ajuda ao exterior é realmente necessário? Por que não nos despojamos do fardo que nosso país carrega há quinze anos?

A resposta é que não podemos escapar às nossas obrigações; nossas obrigações morais, como um líder prudente e um bom vizinho na comunidade interdependente de nações livres; nossas obrigações econômicas, como o povo mais rico num mundo onde as populações são pobres em sua parte; como um país que não depende mais dos empréstimos estrangeiros que outrora contribuíram para o desenvolvimento da nossa economia; e nossas obrigações políticas, como o maior opositor isolado dos adversários da liberdade.

Deixar de honrar essas obrigações agora seria desastroso; ou, com o correr do tempo, mais dispendioso. Pois que a pobreza generalizada e o caos conduzem ao colapso das atuais estruturas políticas e sociais que estimulariam inevitàvelmente o avanço do totalitarismo em tôdas as áreas fracas e instáveis. Assim, a nossa própria segurança correria perigo e a nossa prosperidade ficaria comprometida. Um programa de ajuda às nações subdesenvolvidas deve continuar porque os interêsses da nação e a causa da liberdade política o exigem.

Vivemos um momento todo especial da História. Tôda a metade meridional do mundo — a América Latina, a África, o Oriente Médio e a Ásia — está empenhada em assegurar sua independência e modernizar seus antigos padrões de vida. Essas novas nações necessitam de auxílio em têrmos de empréstimos e assistência técnica do mesmo modo que nós, na metade setentrional do mundo, recorremos sucessivamente ao capital e ao *know-how* de cada um à medida que caminhamos para a industrialização e para o crescimento regular.

Mas, em nossa época, essas novas nações necessitam de auxílio por uma razão especial. Sem exceção, elas se encontram debaixo da pressão comunista. Em muitos casos, esta pressão é direta e de ordem militar. Em outros, toma a forma de intensa

atividade subversiva destinada a romper e relegar as novas, e freqüentemente frágeis, instituições modernas que elas criaram até agora.

No entanto, a missão fundamental de nosso programa de auxílio ao estrangeiro na década de 1960 não é, negativamente, combater o comunismo; sua missão fundamental é ajudar a fazer uma demonstração histórica de que no século XX, como no século XIX — tanto na metade meridional como na setentrional do mundo — o crescimento econômico e a democracia política podem se desenvolver lado a lado.

Em essência, não temos sòmente obrigações a satisfazer, temos grandes oportunidades a concretizar. Estamos, é a minha convicção, no limiar de uma união de esforços verdadeiramente transcendental a ser feita pelas livres nações industrializadas para ajudar as subdesenvolvidas numa base a longo prazo. Muitas dessas nações subdesenvolvidas se encontram no limiar da conquista de suficiente poderio econômico, social e político e de um crescimento auto-suficiente capaz de levá-las a se manter permanentemente sôbre seus próprios pés.

A década de 1960 pode ser — e tem de ser — a "década crucial do desenvolvimento", período em que numerosas nações subdesenvolvidas farão a transição para um crescimento auto-suficiente, período em que uma comunidade mais ampla de nações livres, estáveis e autoconfiantes poderá reduzir as tenções e a insegurança mundiais. Êste objetivo está a nosso alcance se — e sòmente se — as demais nações industrializadas se unirem agora conosco para desenvolver com os países recipiendários um conjunto de critérios mùtuamente acordados, um conjunto de objetivos a longo prazo e um empreendimento comum de se satisfazer êsses objetivos, nos quais a contribuição de cada país esteja relacionada à contribuição dos demais e às necessidades precisas de cada uma das nações subdesenvolvidas. Nossa tarefa, em seu sentido mais amplo, é criar uma nova união entre as metades meridional e setentrional do mundo, para a qual poderão contribuir tôdas as nações livres e na qual cada nação livre deve assumir uma responsabilidade proporcional a seus recursos.

Temos de unir as livres nações industrializadas num esfôrço comum destinado a ajudar as nações que estão prestes a alcançar um crescimento estável. E os alicerces desta unidade já foram assentados pela criação da Organização Econômica de Cooperação para Desenvolvimento sob a liderança do Presidente Eisenhower. Uma tal união de esforços ajudará a lançar "em órbita" as economias dos países que se estão desenvolvendo, levando-os a um estágio de crescimento auto-suficiente, onde não

será mais necessário a assistência extraordinária vinda do exterior. Se fôr possível se conseguir isto — e eu tenho todos os motivos para esperar que será possível — então esta década será realmente uma década significativa na história dos homens livres.

Porém nosso êxito em lograr êsses objetivos, em criar um ambiente em que as energias dos povos lutadores possam ser dedicadas a fins construtivos na comunidade mundial — e nosso sucesso em promover um maior esfôrço comum visando a êste fim por parte das demais nações industrializadas — depende em larga escala do fim e da continuidade de nossos próprios esforços.

Se encorajarmos os países recipiendários a dramatizar uma série de crises a curto prazo como base para nossa ajuda — ao invés de depender de um plano para objetivos a longo prazo — então dissiparemos nossos fundos, nossa boa vontade e nossa liderança. Nem estaremos nós mais próximos de nossos objetivos de segurança nem do fim dos encargos da ajuda ao exterior.

Em resumo, êste Congresso deve tornar possível nesta sessão legislativa uma dramática reviravolta na história conturbada da ajuda ao mundo subdesenvolvido. Devemos dizer às nações subdesenvolvidas, se elas estão dispostas a empreender as necessàrias reformas internas para fins de auto-ajuda — e às demais nações industrializadas, se elas estão dispostas a empreender um esfôrço muito maior em escala muito mais ampla — que então pretendemos, durante a próxima Década de Desenvolvimento, realizar uma decisiva reviravolta no destino do mundo em processo de desenvolvimento, visando ao dia final em que tôdas as nações possam se sentir autoconfiantes e em que não será mais necessário a ajuda ao exterior.

Todavia, isto não será uma tarefa fácil. A magnitude dos problemas é aterradora. Na América Latina, por exemplo, o crescimento da população já está ameaçando sobrepujar o crescimento econômico e em algumas partes do continente os padrões de vida já estão efetivamente declinando. Em 1945, a população de nossas 20 repúblicas irmãs americanas era de 145 milhões de pessoas. Atualmente, ela é maior do que a dos Estados Unidos, e por volta do ano 2000, a menos de 40 anos portanto, a população latino-americana será de 592 milhões de pessoas, em comparação com 312 milhões que será a população dos Estados Unidos. A América Latina terá de duplicar sua renda real nos próximos 30 anos ùnicamente para poder manter seus já baixos padrões de vida. E os problemas não são menos sérios ou menos exigentes para as outras regiões em desenvolvimento no mundo. Assim, para levar um verdadeiro progresso econômico à América Latina

e ao restante do mundo subdesenvolvido, haverá necessidade de uma união constante de esforços por parte das repúblicas latino-americanas, dos Estados Unidos e de nossos aliados do Mundo Livre.

Esta tarefa exigirá liderança, a ser exercida por êste país neste ano. E exigirá uma nova maneira de abordar a ajuda norte-americana ao exterior, ou seja um plano a longo prazo mais lógico, eficiente e bem sucedido. Recomendo com todo o interêsse ao Congresso a aprovação de um tal plano, a ser apresentado em breve ao Congresso e abaixo descrito.

IV

Se nossos fundos de ajuda ao exterior forem usados prudente e eficientemente, necessitaremos de uma série inteiramente nova de conceitos e princípios básicos:

1. Administração e Operação Unificadas — Uma única agência em Washington e no local, equipada com um conjunto flexível de instrumentos, ao invés de diversas unidades de ajuda que se tornam concorrentes e confusas;

2. Planos do País — Um programa geral cuidadosamente idealizado e esboçado para satisfazer as necessidades e o potencial de recursos de cada país, ao invés de uma série de projetos individuais e que não se relacionam uns com os outros. Freqüentemente, no passado, não empreendemos nossos objetivos e projetos de desenvolvimento como etapas integrantes de um programa de desenvolvimento econômico a longo prazo;

3. Planejamento e financiamento a longo prazo — O único meio de concretizar realizações significativas e econômicas;

4. Importância especial a empréstimos para desenvolvimento amortizáveis em dólares — mais proveitoso para relações comerciais e respeito mútuo do que a concessão de constantes subvenções ou empréstimos amortizáveis em moedas locais, embora alguns casos destas últimas medidas sejam inevitáveis;

5. Atenção especial às nações que mais se mostram desejosas e capazes de mobilizar seus próprios recursos, realizar as reformas sociais e econômicas necessárias, empenhar-se em planejamentos a longo prazo e realizar os demais esforços necessários para alcançar o estágio de crescimento auto-suficiente;

6. Multilateralidade — Um programa e um nível de compromissos destinados a encorajar e complementar um maior esfôrço empreendido por outras nações industrializadas.

7. Uma nova agência com novo pessoal — Recrutando os mais competentes e dedicados servidores de carreira agora no exterior e atraindo de tôdas as partes da nação os mais altamente qualificados.

8. Exclusão da ajuda militar — Nosso programa de assistência ao desenvolvimento social e econômico deve ser visto pelos seus próprios méritos e julgado à luz de sua vital e característica contribuição para as nossas necessidades básicas de segurança.

V

Proponho que nossos separados e muitas vêzes confusos programas de ajuda sejam integrados numa única administração que reúna as atuais operações em Washington e no exterior de:

A. A Administração de Cooperação Internacional e tôda a sua Assistência Técnica (Ponto 4) e outros programas;

B. O Fundo de Empréstimos para o Desenvolvimento (DLF);

C. O Programa de Alimentos para a Paz (Lei Pública nº 480) em suas relações com outros países, embora reconhecendo também o seu papel essencial em nossa economia agrícola;

D. As atividades creditícias em moedas locais do Banco de Exportação e Importação;

E. Os Corpos para a Paz, reconhecendo sua contribuição característica além da área do desenvolvimento econômico;

F. A doação de excedentes não agrícolas de outras reservas nacionais de gêneros alimentícios ou equipamento em excesso.

G. Tôdas as outras equipes e serviços de programas correlatos agora fornecidos tanto pelo Departamento de Estado quanto pela Administração de Cooperação Internacional.

O trabalho em tôdas estas operações realizadas no exterior se fará sob a direção de um único Chefe de Missão, em cada país o qual informará ao Embaixador norte-americano de suas atividades. Isto tem por objetivo remover a dificuldade com que os países ajudados e o nosso próprio pessoal no exterior tropeçaram algumas vêzes ao tentar descobrir um canal adequado para tomar decisões.

Igualmente, a direção central e a responsabilidade definitiva em Washington repousarão em um administrador de um só organismo, que informará diretamente ao Secretário de Estado e ao Presidente, trabalhando por meio de diretores instalados em Washington a cargo de cada zona geográfica *importante*, e por meio dos diretores dos correspondentes corpos de recursos, cujas

funções se coordenarão em cada plano nacional: Um organismo de empréstimos para o desenvolvimento, o organismo de Alimentos para a Paz, o Corpo de Paz e uma secção para a assistência técnica e de outros tipos relacionados com a educação e os recursos humanos, iniciando um programa de investigação, desenvolvimento e avaliação científica para aumentar a eficiência de nossa ajuda e nossos esforços; e, além disto, o Secretário de Estado coordenará com o Programa de Assistência Militar administrado pelo Departamento de Defesa as operações afins do Banco de Exportação e Importação e o papel dos Estados Unidos no Fundo Interamericano para o Progresso Social, bem como as atividades das organizações internacionais.

Sob a jurisdição tanto do Secretário de Estado em Washington quanto dos Embaixadores no local das operações, a ajuda aos outros países pode ser mais eficaz como instrumento apropriado em nossos esforços por conseguir a paz e a segurança mundial. A centralização de responsabilidades e o maior prestígio na posição hão de requerer a atrair pessoal da mais alta qualificação.

Programas tais como o do Corpo para a Paz e o de Alimentos para a Paz, longe de serem abandonados, serão usados com maior eficiência, e sua identidade característica e os seus propósitos serão conservados. O Programa de Alimentos para a Paz continuará baseando-se nas disponibilidades decididas pelo Departamento de Agricultura.

Mas não estou propondo meramente uma nova arrumação e troca de títulos de agências antigas e seu pessoal sem levar em conta a competência. Recomendo a substituição dessas agências por uma agência nova — um novo começo sob nova liderança.

VI

Mas não basta a nova organização. Necessitamos de um novo conceito de trabalho. No centro do novo esfôrço devem estar os programas nacionais de desenvolvimento. É essencial que as nações em fase de desenvolvimento estabeleçam para si próprias metas perceptíveis; que essas metas se baseiem em programas equilibrados para o seu próprio crescimento econômico, educacional e social — programas que utilizem ao máximo os seus próprios recursos. Caso se faça necessário assistência para o planejamento, a nossa própria organização de ajuda estará preparada para atender a solicitações nesse sentido, juntamente com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e outras

instituições internacionais e privadas. Assim, a primeira condição é a de que cada Govêrno recipiendário empreenda sèriamente, com o máximo de sua capacidade, os esforços de mobilização de recursos, auto-ajuda e reforma interna — incluindo reforma agrária, reforma tributária e justiça social e educacional aperfeiçoada — exigidos por seu próprio desenvolvimento o que aumentaria sua capacidade para absorver a produtividade do capital exterior.

Êsses programas nacionais de desenvolvimento — e o tipo de assistência que o mundo livre oferece — devem ser amoldados ao desenvolvimento corrente do recipiendário e seu potencial previsível. Uma grande instilação de capital para o desenvolvimento não pode ser agora absorvida por muitas nações que emergem de uma condição de completo subdesenvolvimento.

Outros países podem possuir os recursos humanos e materiais necessários para avançar para um *status* como nação em desenvolvimento, mas necessitam de ajuda de transição do exterior para que possam mobilizar aquêles recursos e progredir para o estágio mais avançado de desenvolvimento no qual os empréstimos possam colocá-los sôbre seus próprios pés. Ainda outros já têm a capacidade para absorver e utilizar eficazmente quantidade substancial de capital de desenvolvimento.

Finalmente, será necessário, pelo momento, garantir empréstimos de assistência às nações que estão sob forte pressão externa ou interna, de forma a que possam enfrentar essas pressões e manter sua independência. Em tais casos, será nosso objetivo ajudá-las, assim que as circunstâncias o permitam, a fazerem a transição da instabilidade e estagnação para o crescimento: deslocando nossa assistência tão ràpidamente quanto possível de uma base de subvenções para uma de empréstimos para o desenvolvimento. Pois o nosso novo programa não deve ser baseado meramente na reação à ameaça comunista ou em crises de curto prazo. Temos interêsse positivo em ajudar as nações menos desenvolvidas a garantir padrões de vida decentes ao seu povo e alcançar vigor, respeito próprio e independência suficientes para que se tornem membros confiantes da comunidade de nações. E assim a nossa ajuda deve ser condicionada à capacidade e disposição do recipiendário para dar os passos necessários para alcançar aquêle objetivo.

Para atender às diversas necessidades de muitas nações a nova administração da ajuda terá um conjunto flexível de instrumentos, coordenados e moldados para atender a cada programa nacional de desenvolvimento: o donativo ou venda (por moeda local ou por dólares com têrmos especiais de reembôlso) de ali-

mentos excedentes, equipamento e outros itens; assistência técnica; material humano especializado dos Corpos para a Paz; subvenções para desenvolvimento; subvenções transitórias, permanentes ou de emergência; empréstimos para o desenvolvimento pagáveis em moeda local; e empréstimos para o desenvolvimento pagáveis em dólares com têrmos especiais de reembôlso que atendam às necessidades do país recipiendário. Êsses instrumentos serão coordenados com as atividades do Eximbank e com garantias de empréstimo e investimento para a iniciativa privada.

O instrumento que terá a maior importância — o mais importante — será o de empréstimos a longo prazo para o desenvolvimento a baixa taxa de juros ou sem juros, com reembôlso em dólares, destinado a promover o crescimento das nações menos desenvolvidas que têm possibilidade real de autoconfiança final mas carecem da capacidade de obter empréstimos das instituições de crédito normais. Os têrmos de reembôlso variarão desde 50 anos, para as nações que dão os primeiros passos na estrada do desenvolvimento, até períodos mais curtos para os países que já se aproximam do estágio de crescimento com autoconfiança.

Tais empréstimos a longo prazo são preferíveis às subvenções diretas, ou aos "empréstimos suaves" reembolsáveis em moedas locais, que são pouco benéficos aos contribuintes de empréstimos norte-americanos. A preferência dada aos empréstimos a baixa taxa de juros ou sem juros não se destina a prejudicar outras instituições. O objetivo é contar com flexibilidade no período de reembôlso e na exigência de reembôlso final em dólares para garantir a estrita contabilidade a atender às necessidades individuais em uma área não atendida por fornecedores de capital em têrmos normais.

O empréstimo em tais bases não constitui prática bancária normal. Estamos realizando operação bancária com base no surgimento, nos anos e décadas vindouros, de nações independentes, crescentes e autoconfiantes.

VII

Um programa baseado em planos de longo alcance e não em crises de curta duração, não pode ser financiado a curto prazo. As dotações, o planejamento e o financiamento a longo prazo são a chave da continuidade e eficiência de todo o programa. Se não nos mostrarmos dispostos a assumir tais compromissos a longo

prazo, não poderemos esperar qualquer reação favorável maior de outros supridores ou qualquer planejamento realista por parte das nações recipiendárias.

Recomendo, portanto, uma autorização para a nova agência de ajuda nunca inferior a cinco anos, com autoridade para fazer empréstimos também durante cinco anos, para concertar e fazer empréstimos reembolsáveis em dólares, dentro dos limites abaixo especificados. Nenhum outro passo seria um sinal tão claro de nossas intenções aos olhos do mundo. Nenhum outro passo faria mais para eliminar as restrições e as confusões que com tanta freqüência têm tornado ineficaz o atual programa de ajuda estrangeira. Nenhum outro passo faria mais para ajudar os serviços de pessoal de primeira qualidade. E de nenhuma maneira podemos encorajar as nações menos desenvolvidas a despenderem um esfôrço nacional contínuo durante um período de longa duração.

A experiência demonstrou que as necessidades de longo têrmo não podem ser atendidas exata e econômicamente por uma série de programas anuais. A estreita consulta e cooperação com o Congresso e suas comissões ainda serão essenciais, incluindo uma revisão anual do programa.

E ainda necessitamos das dotações anuais daquelas quantias necessárias para atender a exigências para as quais não seriam apropriados os empréstimos com reembôlso em dólares. Essas quantias devem estar disponíveis até que sejam gastas, para evitar qualquer pressa nociva na dotação de fundos ao término de cada ano fiscal.

A nova continuidade e flexibilidade que êsse tipo de dotação de longo prazo proporcionará não poderá deixar de resultar em critério mais produtivo, maior esfôrço de parte das nações em desenvolvimento, maiores contribuições de nossos aliados mais prósperos, resultados mais sólidos e economia real, com o tempo, para os contribuintes de impostos. A nova importância dada aos planos de longo prazo e os objetivos realistas darão tanto ao Congresso como ao Executivo melhores bases para calcular a validez de nossas despesas e de nosso progresso.

VIII

Um programa e uma dotação de longo prazo, embora limitado, nos permitirão demonstrar a seriedade de nossas intenções aos outros supridores potenciais e ao mundo menos desenvol-

vido. Durante os próximos cinco anos, o programa econômico aqui proposto, juntamente com um programa Alimentos para a Paz ampliado conforme recomendo em minha Mensagem sôbre Agricultura, e com empréstimos para o desenvolvimento pelo Eximbank, constituirão atividade de assistência econômica direta dos Estados Unidos de considerável magnitude.

Contudo, levará tempo para instituir os novos conceitos e práticas propostos. Assim, durante o ano inicial, conquanto seja preciso assumir os compromissos de longo prazo necessários a fim de emprestar para o desenvolvimento, não é preciso pedir ao Congresso quaisquer fundos adicionais para o programa dêste ano.

Conseqüentemente, conquanto os fundos solicitados por meu predecessor venham a ser fortemente deslocados em têrmos de uso e propósito, não peço ao Congresso orçamento para a ajuda maior do que aquêle mínimo prèviamente submetido (4 bilhões de dólares), a despeito do fato de o número de novas nações que necessitam de assistência estar constantemente aumentando; e, embora aumentando tal dotação para ajuda não militar reduzindo ao mesmo tempo a assistência militar, êste orçamento prevê um nível de despesas reais em ajuda não militar que não é maior do que o refletido no orçamento anterior (1,9 bilhão de dólares). (Essas cifras não refletem, naturalmente, as operações nos têrmos da Lei Pública nº 480).

Ao decidir sôbre êsse programa eu também considerei cuidadosamente seu impacto sôbre nossa balança de pagamentos. Estamos agora fazendo o máximo empenho, tanto nos nossos empréstimos para o desenvolvimento como em nossos programas de subvenções para ajuda — na aquisição de produtos e serviços de origem norte-americana. Conforme indiquei em minha Mensagem sôbre a Balança de Pagamentos, segundo os procedimentos atuais não mais de 20 por cento das despesas com a ajuda econômica ao exterior afetarão a nossa balança de pagamentos. Isso significa que aproximadamente 2,4 bilhões de dólares de ajuda econômica serão gastos com mercadorias e serviços de forma benéfica à economia norte-americana. Isso é importante, não apenas porque temos o mais alto produto nacional bruto, tanto total como *per capita*, dentre todos os países do mundo, deixando assim claras tanto a nossa obrigação como a nossa capacidade para nos desincumbirmos plenamente da parte que nos cabe, mas também porque estamos agora subutilizando nossa grande capacidade econômica por causa de retra-

ção e afrouxamento econômicos. Menos de 80 por cento de nossa capacidade está em uso, e aproximadamente 7 por cento de nossa fôrça de trabalho estão desempregados. Nessas circunstâncias, as reduções no programa de ajuda ao exterior se fariam sentir não apenas em perda do progresso econômico e esperança no exterior como também de mercados e rendas para o comércio, trabalho e agricultura no país.

Em resumo, êste programa não desequilibrará, de qualquer modo, no todo ou em parte, o orçamento anterior. Seu impacto sôbre a nossa balança de pagamentos será marginal. E seus benefícios para a nossa economia nacional não deixarão de ser notados.

Os 4 bilhões de dólares prèviamente solicitados para o Ano Fiscal de 1962 serão novamente fixados de acôrdo com êste outro programa, como segue:

— A Assistência Militar será reduzida de 1 bilhão e 800 milhões de dólares solicitados para 1 bilhão e 600 milhões como está discutido abaixo.

— A Assistência Econômica, com uma parte muito maior destinada aos empréstimos para o desenvolvimento, um pequeno aumento nas subvenções para o desenvolvimento e uma redução nas subvenções de manutenção, totalizará 2 bilhões e 400 milhões de dólares.

— Disto, 1 bilhão e 500 milhões de dólares serão incluídos na verba anual usual, de acôrdo com os novos poderes concedidos para financiar a parte do programa a que não se aplicam os empréstimos em dólares para o desenvolvimento: Subvenções para a educação, progresso social e desenvolvimento institucional, Corpos para a Paz e ajuda de manutenção. Novecentos milhões de dólares serão destinados a empréstimos para o desenvolvimento a longo prazo, com juros baixos ou livres de juros, que serão resgatados em dólares, financiados por meio de uma lei que autorize o empréstimo da dívida pública, a qual também permitiria um giro não superior a 1 bilhão e 600 milhões de dólares em cada um dos 4 anos subseqüentes. De acôrdo com o novo sistema de plena coordenação, também serão postos em disponibilidade para tais empréstimos os fundos em dólares não dotados que agora chegam em pagamento do capital e juros de certos empréstimos anteriormente concedidos a Governos estrangeiros.

Os programas econômicos que recomendo nesta mensagem não podem alcançar êxito sem paz e ordem. Um elemento vital para a consecução dessa estabilidade é a garantia de poderio militar suficiente para proteger a integridade dessas nações nascentes enquanto elas marcham para níveis mais elevados e adequados de bem-estar social e econômico.

Peço portanto ao Congresso que autorize agora 1,6 bilhão de dólares para garantir a assistência militar. Essa cifra é a quantia necessária para cobrir a parte correspondente aos Estados Unidos na manutenção das fôrças que já existem e para honrar compromissos firmes existentes para o futuro.

Francamente, não podemos dizer agora com precisão se essa quantia atenderá ao nível mínimo de ajuda militar que a nossa política básica de segurança poderá exigir êste ano. O surgimento de novas crises ou novos conflitos poderá exigir de nós esfôrço ainda maior.

Contudo, embora eu tenha mencionado nesta mensagem a quantia a ser destinada à assistência militar, êsses fundos, conquanto coordenados com a política da nova agência, não será pela mesma administrada, não devendo ser incluída em sua verba. A fim de deixar claros os propósitos pacíficos e positivos dêste programa, dar relêvo à importância renovada que a Administração atribui ao desenvolvimento econômico e social, inteiramente em separado dos interêsses de segurança, e deixar clara a relação entre o programa de assistência militar e aquêles interêsses, proporei uma dotação em separado para a assistência militar com dotações como parte do orçamento da defesa. Mais ainda, e no quanto as condições de segurança mundial o permitirem, a assistência dará, no futuro, realce ainda maior à segurança interna, às obras públicas e ao crescimento econômico das nações assim ajudadas. Nesse deslocamento do ponto principal, não está implícita qualquer diminuição de nossa determinação de nos opormos às agressões locais, onde quer que ocorram. Já demonstramos nossa disposição e capacidade para defender as nações do mundo livre — se elas assim o desejarem — do tipo de ameaça externa com a qual muitas delas ainda se defrontam. Não falharemos nesse ponto.

IX

Os níveis em que se baseia êste novo programa são os mínimos resultantes de cuidadosa reavaliação de cada tipo de assistência e das necessidades do mundo menos desenvolvido. Demonstra tanto às nações menos desenvolvidas como às outras

nações industrializadas que êste país se desincumbirá da parte justa que lhe compete do esfôrço necessário para realizar êsse objetivo desejado, e que o esfôrço das mesmas deve ser igualmente grande. Êsses são os mínimos fundos necessários para a tarefa. Fornecer menos seria um desperdício, talvez ainda maior do que se fornecermos de mais. Certamente seria um desperdício para os interêsses de segurança do mundo livre.

Mas alimento a esperança de que o Congresso não aprovará menos. A assistência às nações nossas companheiras é uma responsabilidade que foi assumida e moldada com agrado por dois grandes presidentes no passado, um de cada um dos partidos — e contou com o apoio dos líderes de ambos os partidos em ambas as Câmaras, os quais reconheceram a importância de nossas obrigações.

Creio que o programa que esbocei constitui um método razoável e judicioso de atender àquelas obrigações, tão econômica e eficazmente quanto possível. Peço, empenhadamente, a sua aprovação pelo Congresso, plenamente consciente dos muitos olhos que se voltam para nós — os olhos das outras nações industrializadas, que aguardam a nossa liderança para um esfôrço unido mais vigoroso; os olhos dos nossos adversários, que esperam um enfraquecimento em nossa firmeza de propósitos nesta nova área da luta internacional; os olhos dos povos mais pobres do mundo, ansiosos de esperança e de ajuda e desejando um incentivo para atingir objetivos realísticos de longo alcance; e, finalmente, os olhos do povo norte-americano, plenamente ciente de suas obrigações para com os doentes, os pobres e os famintos, onde quer que êles se encontrem. Assim, deixando de lado as linhas partidárias, tomaremos êste passo, não como republicanos ou democratas, senão como líderes do mundo livre. Será benéfico e conveniente para nós dar êste passo corajosamente. Pois, estamos iniciando uma década de desenvolvimento, da qual dependerá, substancialmente, a espécie de mundo em que nós e nossos filhos viveremos.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO *

Com a presença das delegações governamentais, representantes de instituições financeiras privadas da América Latina,

---

* Sôbre o assunto, ver a *Revista Brasileira de Política Internacional*, (Ano II, n.º 6, págs. 26-43; n.º 7, págs. 138-168 e n.º 8, págs. 137-139. Ano III, n.º 12, pág. 167).

dos Estados Unidos, Canadá, Europa e Ásia, teve lugar de 10 a 14 de abril último, do ano em curso, no Rio de Janeiro, a Segunda Reunião da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que foi precedida de várias reuniões da Diretoria Executiva da entidade, em que foram anunciados pelo seu presidente, sr. Felipe Herrera, os novos empréstimos concedidos pelo BID ao Chile, Colômbia, Haiti e Brasil, êste no valor de dez milhões de dólares.

Na sessão preliminar, foi apresentada a lista dos governadores e suplentes temporários, representantes dos países membros, cuja designação foi oficialmente comunicada ao BID e que são os seguintes: Argentina, Eustáquio Mendez Delfino e Luis Maria Otero Monsegur; Bolívia, Alfonso Gummucio Reys e Guillermo Bedregal; Brasil, Clemente Mariani e Otávio Gouveia de Bulhões; Colômbia, Emílio Toro, Antonio José Gutierrez e German Botero de los Rios (temporário); Equador, José Caballos Carrion e Jaime Nebot Velasco; El Salvador, Rolando Duarte e Catalino Herrera; Estados Unidos da América, C. Douglas Dillon, George W. Ball, John Leddy (temporário) e Edwin M. Martin (temporário); Guatemala, Ramiro Aragon Castañeda e Julio Lorenzo Alvarez; Haiti, Marcel Daumec; Honduras, Jorge Bueso Arias, Roberto Ramirez e José R. Castro (temporário); México, Antonio Ortiz Mena, Rodrigo Gomez e Alfredo Navarrete (temporário); Nicarágua, Juan José Lugo Marenco, Francisco Lainez M. e Carlos Hueck (temporário); Panamá, Gilberto Arias G. e Miguel A. Corro; Paraguai, Cesar Barrientos e Cesar Romero Acosta; Peru, Pedro G. Beltran, Hipolito Larrabure Price, Jorge Grieve (temporário) e Juan Ramirez Valdeavallano (temporário); República Dominicana, Manuel V. Ramos, Lydia Pichardo Laypeyretta e H. S. Priester (temporário); Uruguai, Carlos A. Clulow e Walter Lusiardo Aznares; Venezuela, Alfonso Espinoza e Ivan Senior (temporário).

A sessão de instalação foi aberta pelo Governador, sr. Rolando Duarte, participando ainda da Mesa, o sr. Graydon Upton, Vice-presidente do BID; o senador Artur Bernardes, ministro da Indústria e Comércio; os srs. Felipe Herrera e Pedro Iraneta, respectivamente presidente e secretário do BID e o Governador do Estado da Guanabara, sr. Carlos Lacerda. Foi eleito para a presidência da II Assembléia dos Governadores, por indicação do delegado do Equador, o sr. Caballos Carrion, o sr. Clemente Mariani, ministro da Fazenda.

No dia 11, às 10 horas, realizou-se uma sessão solene para o fim especial de recepcionar o presidente do Brasil, sr. Jânio Quadros, que pronunciou discurso, ressaltando a importância do *Banco Interamericano de Desenvolvimento* para o progresso e o bem-estar social na América Latina.

Entre as medidas financeiras aprovadas e de fundamental significação para o funcionamento da instituição, destacam-se: resolução sôbre as Demonstrações Financeiras do Banco, Capital Ordinário; resolução sôbre a determinação de reservas do Banco; resolução sôbre as Demonstrações Financeiras do Fundo para Operações especiais e Resolução sôbre a determinação de reservas do Fundo para Operações Especiais.

MISSÃO "ALIMENTOS PARA A PAZ"

Para dar cumprimento ao programa Missão "Alimentos para a Paz", preconizado pelo Presidente dos Estados Unidos, Sr. John Kennedy, de ajuda aos países subdesenvolvidos, mediante o fornecimento de excedentes agrícolas norte-americanos, estêve no Brasil, em fevereiro último, uma missão norte-americana constituída dos Srs. George McGovernm Arthur Schlesinger e Claire A. Boonstra.

Durante sua estada neste país, discutiu a Missão norte-americana com as autoridades brasileiras as bases que orientarão a execução do programa no Brasil, bem como a extensão e a escala de prioridades que deve presidir ao seu desenvolvimento. De um modo geral, concordaram os participantes na utilização dos alimentos doados como instrumentos de estímulo ao desenvolvimento econômico nacional, em coordenação com os esforços regionais e locais de aumento da produção, de fomento agrícola e de assistência social, ficando determinado que a sua área de incidência seriam as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, compreendendo *uma população de, aproximadamente, trinta milhões* de pessoas.

Por ocasião dos debates, foi proposta pelas autoridades brasileiras a criação de um Banco ou "Fundo Mundial de Alimentos" que possibilite a ampliação do programa, permitindo a outros países, que também disponham de excedentes agrícolas contribuir para a sua concretização, comprometendo-se o Brasil a contribuir com arroz, café e açúcar, segundo condições a estabelecer.

As conversações realizadas entre os dois países concluíram ainda pela necessidade de ser organizado um plano de distribuição de alimentos, a longo prazo, evitando-se que o mesmo assuma um caráter meramente caritativo; que o auxílio seja acompanhado por esforços conjuntos e simultâneos de aumento da produção local nas regiões assistidas e que a ajuda inclua um plano de suprimento de reações animais e de melhoramento dos métodos técnicos de seleção de sementes agrícolas.

DIA PAN-AMERICANO

Por ocasião das comemorações levadas a efeito, em todo o continente, pela passagem, no dia 14 de abril, do Dia Pan-Americano, o presidente da República, sr. Jânio Quadros, expediu o seguinte comunicado:

"No dia de hoje, é oportuno recordar a evolução progressiva do ideal Pan-americanista, o que equivale a acentuar a sucessiva correspondência dos seus processos e objetivos com as necessidades históricas das diversas épocas da sua aplicação. Nascido com os albores da independência continental, o Pan-americanismo constituiu no início uma escola de afirmação das múltiplas personalidades nacionais. Ao mesmo tempo organizava um sistema complexo de normas jurídicas e políticas, destinadas a permitir soluções pacíficas para os litígios acaso surgidos entre as Repúblicas irmãs.

Não se pode negar êxito a essa fase, que tinha por finalidades principais o equilíbrio e a solidariedade do Hemisfério, o delineamento rigoroso das fronteiras nacionais e a prática de um direito internacional específico, instrumento adequado à técnica da paz.

Os insucessos excepcionais não deslustraram o brilho do conjunto e, por isso mesmo, devemos reverenciar, nesta data, a memória dos pioneiros e continuadores do ideal Pan-americano.

Souberam êles ser atuais nas suas épocas e enfrentar, com realismo e senso de responsabilidade, as ingentes tarefas de conteúdo político, com que tantas vêzes se defrontaram.

O índice de autenticidade de uma política reside, porém, na sua efetividade, que mais não é que a aptidão para apreender as exigências da realidade contemporânea. Por isso mesmo, a moderna concepção do Pan-americanismo se fundamenta na necessidade de transformar, renovando-os, os dados da conjuntura econômica e social da América Latina. Adquirimos a lúcida

e às vêzes sofrida convicção de que a independência política não constitui, por si só, o gôzo da verdadeira soberania. Para exprimir-se em tôda plenitude, pressupõe ela, de forma irreprimível, um nível geral de progresso econômico e bem-estar social, reclamado pela própria dignidade das grandes massas humanas do continente.

Na minha primeira mensagem ao Congresso da República já observei a existência de um nítido contraste entre o desenvolvimento econômico do Hemisfério Norte e o subdesenvolvimento em que jazem as nações do Hemisfério Sul. Êste contraste é muito mais agudo e expressivo do que o outro, de caráter exclusivamente ideológico, que separa as porções oriental e ocidental do mundo. Uma das grandes conquistas políticas do nosso tempo foi, sem dúvida, a consciência de que os fatôres do pauperismo das nações subdesenvolvidas não são perenes, nem irremediáveis. Não dependem de causas étnicas, climáticas, ou mesmo naturais, como uma antiga convicção indolente ou interesseira parecia dar por assentado.

Concentrando os resultados desta convicção no âmbito continental, temos o direito e, mesmo, o dever de declarar que o tremendo desequilíbrio econômico entre os Estados Unidos e os países ao Sul do Rio Grande constitui um intransponível obstáculo à efetiva integração continental e à real segurança das soberanias das Repúblicas latinas, de acôrdo com a concepção atual do Pan-americanismo.

Sabe-se já vencida a época em que a pletora de recursos da grande nação do Norte propiciou visão meramente assistencial do problema da pobreza do Hemisfério.

Saudamos, por isso, o lançamento amplo de uma perspectiva, com a doutrina de solidariedade para o progresso, anunciada pelo presidente Kennedy. Suas raízes encontram-se, de resto, na iniciativa brasileira da Operação Pan-Americana. A cooperação internacional, nessa mobilização para o desenvolvimento, deve respeitar a experiência de cada nação americana. Deve subordinar as teses teóricas sôbre o comportamento econômico-financeiro aos imperativos de um progresso que terá os seus processos e valores próprios de planejamento, ou não vingará. No intercâmbio, em pé de igualdade, de estudos e sugestões, entre os Estados Unidos e as nações latino-americanas, deve-se, sem dúvida, preservar a exeqüibilidade dos meios e a integridade dos fins. Mas não se pode esquecer, de outra parte, a peculiaridade dos problemas e das soluções.

A nossa geração enfrenta um tremendo desafio, talvez mais ameaçador e urgente do que os que souberam enfrentar e vencer os nossos maiores.

Não nos arreceamos, hoje, de guerras externas nem de imaturidades políticas ou jurídicas. As lutas se desenvolvem agora no seio de cada país e envolvem menos os problemas de estrutura do que a própria vida das sociedades ameaçadas por conflitos intestinos, provocados pela miséria, o desemprêgo, o embrutecimento e a doença. Para afirmar perante o mundo a sua unidade, deve a América tornar-se unida em si mesma. Esta união significa a homogeneidade no desenvolvimento e no progresso. Sem a existência dêsses fatôres haverá riscos decisivos para a continuidade e mesmo a sobrevivência de nossa civilização.

Para que possamos atingir êsses propósitos, urge, por outro lado, que ampliemos os laços que naturalmente unem a comunidade americana. O Canadá deve ocupar, nas reuniões continentais, o pôsto que o aguarda desde que se formou o órgão da União Pan-Americana. De outro lado, aspiramos pelo momento em que todos os povos continentais tenham emergido para a autodeterminação e a vida independente. Por isso mesmo festejamos a emancipação democrática da Federação das Índias Ocidentais.

O Brasil, como sempre, deseja colocar-se na primeira linha dos que propugnam a realização dos ideais pan-americanos. Definimo-los e praticamo-los de acôrdo com as imposições da nossa época, certos de que só a atualização continuada da experiência política assegura a sua perenidade".

Ainda por motivo dessas comemorações, a sede da União Pan-Americana em Washington, D. C., recebeu a visita do senhor John Kennedy, presidente dos Estados Unidos, que deu continuidade, dêste modo, a uma tradição de mais de trinta anos, iniciada pelo presidente Hoover em 1931. O Chefe de Estado norte-americano, a convite do Conselho da Organização dos Estados Americanos, pronunciou, na ocasião, importante discurso sôbre os objetivos e as contribuições da O. E. A. para o desenvolvimento econômico e social das Américas. Saudou o ilustre visitante, em nome da O. E. A., o representante do Brasil junto àquele órgão e presidente do Conselho, Embaixador Fernando Lôbo, cujo discurso publicamos, a seguir, na íntegra.

"A celebração de hoje, do dia Pan-americano, é sobretudo memorável, porque somos honrados com a presença de um dos mais jovens, esclarecidos e promissores líderes nacionais do conti-

nente, o Presidente John F. Kennedy, dos Estados Unidos da América.

Na presidência do Conselho desta Organização, cabe-me saudá-lo, interpretando os sentimentos de estima e admiração que os outros povos do continente têm para com o povo dêste grande país; manifestando os votos que todos formulamos, para que sempre perdurem a estreita aproximação e as relações de amizade tradicionais entre nossos Governos neste Hemisfério e, sobretudo, expressando a fé, que todos compartilhamos, na persistência e validade do ideal pan-americano.

Em várias oportunidades anteriores outros Presidentes dos Estados Unidos compareceram a êste prédio, para a celebração do Dia das Américas. No entanto, a presença do Presidente Kennedy reveste-se hoje de significado especial, dado o momento que vivemos, as graves cisões que se fazem sentir no Mundo e no Continente e o fato de que a sua gestão, apenas iniciada, promete caracterizar-se como um limiar histórico, como o início de uma nova era, em que as cisões atuais se atenuem e afinal desapareçam; em que uma compreensão internacional e interamericana mais perfeita se estabeleça; em que novos rumos de cooperação social e econômica sejam traçados e realizados entre as nações da terra e entre os homens de cada nação, para o bem da humanidade.

Exatamente há um mês atrás, no eloqüente discurso em que nos anunciou os planos de seu Govêrno, com relação ao propósito de colaborar decididamente para o desenvolvimento econômico e o aperfeiçoamento social da América Latina, Vossa Excelência bem definiu aquilo que nos une, neste Hemisfério, quando disse: "Êsse nosso Novo Mundo não é meramente um acidente da geografia. Nossos continentes estão ligados por uma história comum — a exploração sem fim de novas fronteiras. Nossas nações são o produto de uma luta comum — a revolta contra o domínio colonial. E nossos povos partilham uma herança comum — o anseio pela dignidade e pela liberdade do homem".

É certo que tudo, no espírito e na História das Américas, se consubstancia nessa busca incessante de dignidade, de liberdade. Foi o que trouxe a estas plagas os seus primeiros ocupantes; foi o que impeliu os pioneiros a embrenhar-se por selvas e desertos; foi o que nos levou a insurgir contra a opressão colonial. Mas, seria preciso, ainda, acrescentar: é o mesmo anseio que, hoje em dia, dá aos dirigentes uma vaga sensação de tarefa não cumprida e que traz descontentes, numa revolução de expectativas crescentes, as massas mais pobres e desamparadas de nossos países.

É essa sensação que também Vossa Excelência partilha conosco e à qual claramente alude, quando, a seguir, no discurso citado, diz que "a missão de nosso Hemisfério ainda não está realizada", que "nossa tarefa incompleta é demonstrar ao Mundo inteiro que a insatisfeita aspiração do homem pelo progresso econômico e pela justiça social, pode melhor ser alcançada por homens livres, que trabalhem numa estrutura de instituições democráticas".

Deveríamos, sinceramente, num exame de consciência, perguntar-nos: — e por quê, passados quatro séculos de história americana, por quê decorridos 130 anos de nossa independência política, por quê sofridas tantas lutas e provações, a tarefa das Américas *ainda* não está cumprida? Ou, melhor: — qual a razão pela qual falharam, na sua quase plenitude, as previsões otimistas de nossos maiores, que, a cada passo, quando emigraram para êsse Novo Mundo, quando devassaram fronteiras longínquas, quando suprimiram o jugo colonial, julgaram haver para sempre conquistado a liberdade?

Talvez porque os valores absolutos sejam como a felicidade nirvânica, inalcançáveis sôbre a terra. Mas, muito mais provàvelmente, porque a noção que tínhamos de liberdade até bem pouco fôsse incompleta, imperfeita.

Inspirados no liberalismo inglês e na Revolução Francesa dos séculos XVII e XVIII, fizemos nossa independência política e estruturamos, formalmente cada um de nossos países — bem como esta liga de nações irmãs — buscando apenas proteger-nos contra a opressão: opressão dos governantes sôbre os governados; opressão de metrópoles sôbre colônias. Assim, estabelecemos neste Hemisfério, firmemente, a noção de que os homens são iguais perante a lei e a de que, nesta Organização, os Estados são pares entre si. E foi porque nos inspiramos nesses princípios igualitários, que pudemos criar, no âmbito interamericano, um acervo jurídico inestimável, um duradouro sistema de convívio pacífico entre as nações do Continente, feito êste que, certamente, já nos honra no presente e é um penhor da nossa justa esperança no futuro.

Entretanto, até bem pouco tempo atrás, esquecemo-nos — uns porque não sabiam, outros porque talvez pretendessem ignorar — que a liberdade, além de ser essa formulação ou reformulação de princípios eternos é, sobretudo, a verificação constante da medida em que a realidade — por nós construída se aproxima de nossos ideais. Pois, como nos lembram vários outros pensadores, modernos, há dois aspectos distintos, mas

inseparáveis da liberdade: *a ausência de coação; a ausência de necessidade. E entre as necessidades é óbvio que se incluem* as necessidades materiais, os direitos mínimos que o homem tem, para sua própria sobrevivência com dignidade.

Nas Américas, cuidávamos da ausência de coação, o que, certamente, é imprescindível; mas esquecíamo-nos da ausência de necessidade. Desta forma, não considerávamos também que a opressão se exerce mais sutil e fàcilmente onde as necessidades *forem maiores; que a justa revolta humana, para libertar-se* de necessidades, muitas vêzes julga poder prescindir de fórmulas jurídicas e que, por tudo isso, a estabilidade, a própria validade atual de nossos princípios dependem, primordialmente, da satisfação pronta que mereçam os anseios justos da grande massa de nossos compatriotas desfavorecidos. Pois o subemprêgo, o desemprêgo, a fome, a doença, a ignorância, sendo necessidade, nada *mais são, também, do que uma forma odiosa de opressão, de* privação de direitos básicos e elementares e, por conseguinte, de alienação da liberdade.

A Operação Pan-Americana, lançada em 1958, veio despertar o continente para êsses aspectos fundamentais até então negligenciados do pan-americanismo e por isso foi logo unânimemente adotada por nossos Governos que nela viram, como ainda vêem, a própria preservação do sistema regional. Entretanto, a despeito da aceitação geral da OPA, a despeito do esbôço de sua execução mediante a Ata de Bogotá, o ambiente continental, como vemos, é ainda de insatisfação, e a insatisfação que todos hoje sentimos, decorre apenas disto: verificamos, melancòlicamente, *a posteriori*, que existe nas Américas a opressão das necessidades e que, enquanto existir opressão, de qualquer espécie, ainda não teremos cumprido completamente nossa missão; ainda não poderemos, com justeza, proclamar ao mundo que êste Continente é — como queriam nossos antepassados, como queremos nós — o Novo Mundo da Liberdade.

Até agora andávamos procurando realizar nosso ideal, mas da mesma forma como nossos maiores buscavam o El Dorado; sem alcançá-lo nunca, porque, ao certo, não sabiam exatamente o que procuravam. Doravante, entretanto, sabemos caracterizar precisamente o nosso objetivo. A missão histórica das Américas está incompleta? O caminho é cheio de percalços e dificuldades? Iremos para a frente, irmanados e serenos e, se preciso fôr, adotaremos novas soluções, novas trilhas, pois nunca faltou poder inventivo nem espírito de iniciativa a êstes povos. E o ideal será

que essas novas soluções como que brotem do solo dêste Hemisfério, tendo como raízes a nossa cultura, o nosso sentimento cristão, a nossa tradição histórica. Mas o que não podemos fazer é andar à roda, nem retornar sôbre passos andados, pois êste Continente nasceu e sempre se alentou com a antevisão de um destino, que tem de ser alcançado em breve.

Para alcançar nossa meta, bastará reatar os fios da História, que nos é comum: recorramos à inspiração do passado; sobrepujemos as insatisfações e frustrações momentâneas do presente, levantemos enèrgicamente a realidade à altura de nossos ideais e, certamente, o futuro será melhor. Temos de preservar o anseio pela Liberdade, já agora na sua concepção mais ampla, que é a de nossos tempos. Temos de preservar todos os princípios igualitários, em que até agora nos inspiramos, para firmar, cada vez mais, a fraternidade entre homens e nações dêste Continente. Temos sobretudo que eliminar a causa das insatisfações e contradições do presente e promover aceleradamente, num esfôrço comum, numa aliança para o progresso, a efetivação e a suplementação da OPA, o desenvolvimento econômico e a justiça social em nossos países, visando a redenção das grandes massas que sofrem e por isso se rebelam há quatrocentos anos, nas Américas.

Sou um velho que em breve se afastará dessa caminhada e que — se aqui prolongou um pouco a extensão de seus conceitos — fê-lo apenas porque julga talvez possa ser útil, com mais de quatro décadas de experiência diplomática a serviço dêste ideal pan-americanista. Pretensos direitos que a idade talvez conceda, mas de que a velhice certamente abusa, ainda mais quando espicaçada pela presença da mocidade, pela antevisão de um futuro melhor...

E o futuro certamente será melhor, quando contamos com líderes jovens, lúcidos, corajosos, sobretudo inspirados profundamente neste ideal e nesta história que nos são comuns.

Senhores, ouçamos o futuro, nas palavras do Presidente John F. Kennedy, dos Estados Unidos da América".

VII CONFERÊNCIA DA OIT

Durante dez dias se reuniu, em Buenos Aires, Argentina, a Sétima Conferência dos Estados Americanos membros da Organização Internacional do Trabalho, que encerrou suas atividades a 23 de abril do ano em curso e que resultou numa Declaração,

em que foram estabelecidas as bases para uma colaboração mais intensa daquela instituição com outros organismos internacionais e regionais e se examinou a possibilidade de uma colaboração mais estreita com a Organização dos Estados Americanos, a Comissão Econômica para a América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Associação de Livre Comércio da América Latina, na solução dos problemas econômicos e sociais situados no âmbito de suas atribuições.

Os debates da reunião da OIT versaram sôbre desenvolvimento econômico e política social, seguridade social para os trabalhadores migrantes e não nacionais, formação profissional e condições de trabalho e de vida dos trabalhadores agrícolas, temas que o relatório apresentado à Conferência abordou de modo bastante minucioso. Êste, com efeito, não sòmente analisou, detidamente, as características dos regimes de seguridade social em vigor nos países latino-americanos, sobretudo as que possam influir de maneira mais decisiva, na proteção dos estrangeiros e migrantes, como estabeleceu os pontos fundamentais em que se cruzam os problemas econômicos e sociais, a necessidade de compreensão dos fatôres interrelacionados para a formulação de uma política social adequada, mormente face aos complexos elementos circunstanciais que afetam a conjuntura econômica latino-americana. Também as condições de trabalhos, na área rural, mereceram particular atenção do documento, que assinalou, a êste respeito, a necessidade de constantes esforços, visando uma modificação satisfatória na estrutura econômica que a condiciona. Uma mesma modificação seria necessária, na região, na maneira de encarar e solucionar o problema da especialização em cada nível profissional da indústria, do comércio e da agricultura.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO

Realizou-se em Caracas, em janeiro último, sob a presidência de D. Romulo Betancourt, Presidente da República da Venezuela, a Segunda Conferência de Países Exportadores de Petróleo, da qual participaram representantes da Arábia Saudita, do Irão, Iraque, Kuwait e da Venezuela. A Primeira Conferência, que se realizara em Bagdá de 10 a 14 de setembro de 1960, sob a presidência do Ministro do Petróleo da República

do Iraque, culminou com a assinatura de um Convênio estabelecendo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP ou, em sua sigla inglêsa, OPEC).

Ao ensejo da Conferência de Bagdá, foram adotadas três resoluções de considerável importância para a economia petroleira mundial. Pela Resolução nº 1, os Estados Membros manifestaram que não poderiam permanecer indiferentes por mais tempo à atitude até então adotada pelas companhias petroleiras ao efetuarem modificações de preços; que os Membros exigiriam que as companhias petroleiras mantivessem os seus preços estáveis e livres de tôda flutuação desnecessária; que os Membros tratariam, por todos os meios ao seu alcance, de restabelecer os preços atuais nos níveis prevalecentes antes das reduções; que procederiam no sentido de que, ao surgir alguma circunstância nova, a qual, segundo as companhias petroleiras, ditasse modificações de preços, as ditas companhias deveriam entrar em consultas com o Membro ou os Membros afetados a fim de explicarem cabalmente as circunstâncias; que os Membros estudariam e formulariam um sistema para assegurar a estabilização dos preços, entre outros meios mediante o regulamento da produção, atentos os interêsses das nações produtoras e os das consumidoras, e a necessidade de assegurar àquelas uma fonte de renda estável, a estas um abastecimento eficiente, econômico e regular dessa fonte de energia, e, a quantos invistam na indústria de petróleo, uma justa retribuição para o seu capital; e que, finalmente, se, como resultado de qualquer decisão unânime da Conferência, qualquer companhia interessada empregasse, direta ou indiretamente, quaisquer represálias contra um ou mais países Membros, nenhum outro Membro aceitaria oferta alguma de tratamento vantajoso, seja sob forma de um aumento nas exportações ou de melhoria dos preços, que uma ou mais das ditas companhias lhe pudessem fazer, com o intuito de desencorajar a aplicação de tal decisão.

Pela Resolução nº 2, a Conferência, tendo em vista tornar efetivas as previsões da Resolução anterior, decidiu constituir um organismo permanente, denominado Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), para consultas regulares entre os seus Membros, visando a coordenar e unificar as suas respectivas políticas; os Estados representados na Conferência de Bagdá serão Membros Fundadores da OPEP, mas qualquer país com uma exportação líquida substancial de petróleo pode tornar-se Membro da Organização se fôr unânimemente aceito pelos cinco Membros Fundadores; o principal objetivo da OPEP

será a unificação das políticas petroleiras dos países Membros e a determinação dos melhores meios de salvaguardar os interêsses dêstes, individual e coletivamente; a Organização efetuará pelo menos duas reuniões por ano, e, se necessário, com maior freqüência, na capital de um ou outro dos países Membros ou em qualquer outro lugar aconselhável; para organizar e coordenar o trabalho da OPEP será estabelecido um Secretariado, cujo anteprojeto de regulamento deveria ser elaborado e submetido à seguinte Conferência por uma subcomissão, formada de pelo menos um membro de cada país, que se reuniria em Bagdá até 13 de dezembro de 1960, a qual teria também por atribuições propor o orçamento do Secretariado para o primeiro ano, bem assim o local mais conveniente para a sua sede. Por fim, a Resolução nº 3 recomendou aos Membros submetessem, à aprovação das autoridades competentes em seus respectivos países, antes de 30 de setembro de 1960, os textos das resoluções adotadas pela Conferência, notificando de tal aprovação o Presidente da Primeira Conferência.*

Na reunião plenária de Caracas, iniciada em 15 de janeiro, foram adotadas 14 Resoluções, grande parte das quais referentes a matérias administrativas da OPEP. Assim, decidiu-se que a Organização terá Genebra por sede, e que os cinco Membros fundadores contribuirão com somas idênticas para a constituição de um fundo inicial de operações no valor de £ 150.000, sendo que igual importância deverá ser subscrita mais tarde se necessário. O primeiro orçamento da OPEP será submetido à próxima Conferência, a realizar-se em Teerã em agôsto de 1961. Aos Membros fundadores da Organização veio juntar-se Catar, como sexto Membro, sendo que Trinidad, a seu turno, solicitou admissão.

No que concerne à sua estrutura e funcionamento, a OPEP terá por órgão supremo uma Conferência, composta de representantes de todos os Estados Membros, que se reunirá pelo menos duas vêzes por ano, e cujas decisões não poderão prescindir do acôrdo unânime dos cinco Membros fundadores. A direção efetiva da OPEP ficará a cargo de uma Junta de Governadores, composta por um representante de cada qual dos Membros fundadores e mais um, designado pelos outros Membros coletivamente. A Junta reunir-se-á pelo menos uma vez por trimestre e suas decisões serão tomadas por simples maioria dos membros presentes, havendo *quorum* de dois terços. O

* Na Venezuela, o Convênio estabelecendo a OPEP foi provisòriamente promulgado pelo Decreto n.º 368, de 30 de setembro de 1960.

Presidente da Junta, que será também Secretário-Geral da Organização e seu representante legal, mudará anualmente, exceto durante os primeiros dois anos, quando o primeiro Presidente servirá com mandato contínuo; a presidência caberá, por rodízio segundo a ordem alfabética dos nomes de seus países, aos representantes de cada um dos Membros fundadores. Assim, o primeiro Secretário-Geral da OPEP é o Senhor Fuad Rouhani, do Irã. O Secretariado da Organização compreenderá, entre outros, departamentos para tratar de assuntos técnicos e relações públicas.

Dentre as demais Resoluções adotadas pela Conferência de Caracas, merecem destaque as seguintes: a que recomenda aos Estados Membros da Organização informem que medidas estariam tomando para estabelecer ao primitivo nível os preços nominais do petróleo, em função dos quais são calculados os pagamentos devidos pelas emprêsas petroleiras aos Governos concessionários; as que solicitaram ao Secretariado da Organização o preparo de dois estudos, um dos quais sôbre a comparação entre as taxas de lucros referentes à indústria petroleira operando nos Estados Membros e em outros países ou noutras indústrias, e o outro, versando a viabilidade da estabilização dos preços pelo contrôle da produção; a que solicita aos países que impõem restrições à importação de petróleo e derivados realizem consultas com os Membros da OPEP visando a estabelecer condições mùtuamente aceitáveis; e, finalmente, a que tomou nota das restrições impostas à produção na indústria petroleira venezuelana, bem assim endossou a adoção de medidas coletivas, pelos Membros da Organização, a fim de fazer face a tal situação.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo apresenta certas singularidades estruturais que a tornam digna de atenção e a distinguem dos demais organismos internacionais referentes ao contrôle de matérias-primas. Sob o aspecto de sua eficácia, é fora de dúvida que, concentrando os países produtores de mais de 90% do total das exportações mundiais de petróleo, poderá mediante a cooperação dos grupos petroleiros internacionais, exercer impacto apreciável sôbre os preços do óleo cru nos mercados mundiais; segundo o Doutor Juan Pablo Pérez Alfonso, Ministro venezuelano das Minas e Hidrocarbonetos, em declaração proferida em Londres ao regressar da Conferência de Bagdá, já são devidos à ação da OPEP os ligeiros aumentos de preços verificados nas exportações de petróleo do Oriente Médio.

RECENTES CONFERÊNCIAS AFRICANAS *

Têm-se realizado em época recente, em diversos pontos do continente africano, conferências regionais de novos Estados, as quais, por suas repercussões internacionais, não poderiam deixar de interessar ao Brasil.

A Conferência de Brazzaville, levada a efeito entre 15 e 19 de dezembro de 1960, reuniu os Chefes de Estado ou de Govêrno de doze Repúblicas africanas de língua francesa (Alto Volta, Camarões, República Centro-Africana, Congo ex-francês, Costa de Marfim, Daomei, Gabão, Madagáscar, Mauritânia, Níger, Senegal e Tchad) e resultou na adoção de uma Declaração conjunta, um Comunicado e uma Resolução, firmadas por todos os Delegados participantes. A declaração exprime renúncia às ações de guerra, aliança recíproca, respeito às fronteiras estabelecidas, não intervenção em assuntos domésticos, e formulação de uma política exterior comum aos Estados participantes da Conferência. O Comunicado versa a promoção da cooperação interafricana, apoio à independência e soberania da Mauritânia, preocupação pela questão argelina e esperança de uma solução conjunta para o problema congolês. Finalmente, a Resolução, atinente à convocação de uma conferência econômica afro-malgaxe em Dacar, em 30 de janeiro de 1961, refere-se aos seguintes problemas específicos a serem por ela examinados: criação de um centro de estudos para a cooperação econômica interafricana, política cambial e de crédito, mercados externos e política comercial, participação em outros organismos econômicos internacionais — nomeadamente um eventual fundo afro-malgaxe de solidariedade para o desenvolvimento econômico e social, e um banco afro-malgaxe de investimentos.*

Em seguida, reuniu-se em Casablanca, a convite do Rei do Marrocos, entre 3 e 7 de janeiro de 1961, uma conferência de Estados africanos na qual compareceram os Chefes de Estado de Gana, da Guiné, da República de Mali, do Marrocos, e da República Árabe Unida, bem assim o Chefe do Govêrno Provisório da República Argelina, e se fizeram representar o Rei da Líbia e o

* Ver a respeito os seguintes números da *Revista Brasileira de Política Internacional:* Ano I, n.º 2, págs. 216-217; n.º 3, pág. 163; Ano II, n.º 5, pág. 129; n.º 7, págs. 113-115; n.º 8, págs. 167-168; e Ano III, n.º 12, pág. 51.

Primeiro Ministro do Ceilão. Em documento solene que tomou o nome de "Carta de Casablanca", a conferência formulou resoluções referentes à unidade africana, à liquidação do colonialismo, e a um projeto de criação de Assembléia Consultiva Africana, Junta Política Africana, Junta Econômica Africana, Junta Cultural Africana, Alto Comando Unificado Africano e Escritório de Coordenação, assim como à reafirmação da lealdade dos participantes às Nações Unidas e aos princípios da Conferência de Bandung. Outrossim, os Chefes de Estado ou seus representantes, reunidos em Casablanca, adotaram uma declaração sôbre a situação no Congo, pela qual, entre outros atos, convieram em retirar as suas respectivas fôrças do comando das Nações Unidas; adotaram uma resolução sôbre a Argélia (em apoio à sua independência da França), outra referente ao território sob tutela de Ruanda-Urandi, (no mesmo sentido, face à Bélgica), e mais, sôbre a Palestina (condenando o imperialismo de Israel), sôbre a Mauritânia (defendendo a sua incorporação ao Marrocos), sôbre os testes nucleares no Saara (advogando sanções contra a França), e, finalmente, sôbre a discriminação racial (condenando a União Sul-Africana).

Em seguida, realizou-se em Tananarive, Madagáscar, entre 8 e 12 de março de 1961, uma conferência de dirigentes congoleses a fim de discutir a complexa situação na República do Congo (capital Léopodville). Participaram do certame, além do Presidente Kasavubu, do Primeiro Ministro Ileo e do Vice-Primeiro Ministro Bolikango, representantes dos seguintes "Estados" congoleses: Congo Central, Congo Oriental, Província do Equador, Kasai Meridional, Kasai Setentrional, Catanga, Kwango, Província de Léopoldville, Lomani e Maniema; deixaram de comparecer, por outro lado, os delegados de Bukavu e Stanleyville. *A conferência de Tananarive aprovou cinco resoluções*, das quais se destacam as seguintes medidas: reconhecimento dos "Estados" congoleses representados e de outros que satisfaçam certos critérios ainda por estabelecer, em mesa redonda a realizar-se em Elisabethville; neutralização da cidade de Léopoldville; e estabelecimento de um "Conselho dos Estados", composto do Presidente da "Confederação dos Estados Congoleses" (Senhor Kasavubu) e dos Presidentes de cada um dêsses Estados. Registre-se, além disso, que, em 25 de março de 1961, inaugurou-se no Cairo a III Conferência Pan-Africana, tendo por tema principal "a total erradicação de tôdas as formas do imperialismo na África".

Finalmente, entre 26 e 29 de março de 1961, realizou-se em Iaundé, capital da República dos Camarões, uma nova conferência dos doze Estados africanos da língua francesa já representados sucessivamente em Brazzaville e Dacar (ver acima). A conferência de Iaundé assentou as bases para a União Afro-Malgaxe (UAM), nova associação para promover a coordenação política entre os referidos Estados, projetada naqueles conclaves anteriores, e destinada a constituir o esbôço de um futuro mercado comum africano. Outrossim, foi adotado um projeto de tratado econômico, assim como de organização comum da *defesa, representação diplomática, telecomunicações, transportes* aéreos (criação da *Air África*); demais, decidiu-se a adoção de uma convenção judicial internacional entre os Estados participantes.

No que concerne às conferências patrocinadas por organismos multilaterais, convém assinalar a realização em Lagos, Nigéria, entre 5 e 17 de dezembro de 1960, da Primeira Conferência Regional Africana dos países da região, membros da OIT (Organização Internacional do Trabalho), na qual o Brasil se fêz representar por um Observador — o único da América Latina — e à qual o Presidente Juscelino Kubitschek enviou mensagem, na qual acentuava que "o Brasil, fiel aos sentimentos mais profundos de sua formação democrática e cristã, saúda, sinceramente e com alegria, o despertar da África, nesta hora de anseios de universalização da Justiça e da Liberdade". O Brasil fêz-se representar, igualmente, na Conferência de Addis Abeba, que se reuniu, sob o patrocínio da Comissão das Nações Unidas para a África, de 15 a 25 de maio de 1961.

A ÁFRICA DO SUL E A COMUNIDADE

A África do Sul que, a 5 de outubro de 1960, através de *referendum* deliberou passar a ser uma República e que foi, oficialmente, declarada sob essa forma de govêrno a 31 de maio do corrente ano, desligou-se da Comunidade Britânica de Nações por haver o seu Govêrno se recusado a assinar uma declaração condenando a segregação racial, condição considerada indispensável pelos demais países da *Commonwealth* para que ela continuasse naquela organização.

A saída da África do Sul da Comunidade, a primeira que se verifica desde que associação se sucedeu ao Império Britânico, coincidiu com o ingresso de Chipre, o que evitará, dêste modo, a

diminuição do número de países membros. Considerado uma vitória dos países asiáticos e africanos que integram a Comunidade, êsse afastamento não significará contudo, conforme assinalou o Primeiro Ministro sul-africano, Hendrik Verwoerd, o abandono pelo país da esfera de influência da Grã-Bretanha, pois, econômicamente, continuará, êle na área da libra esterlina, ao passo que, políticamente, suas relações com o Reino Unido serão semelhantes às que esta nação mantém, atualmente, com a Irlanda Meridional.

INDEPENDÊNCIA DE TANGANICA

Foi aprovado pelo Comitê de Tutela das Nações Unidas o acôrdo firmado entre a Grã-Bretanha e Tanganica sôbre a independência do referido território. A resolução, que teve o patrocínio da delegação de Chipre, recomendou, igualmente, a admissão de Tanganica, na ONU, após a sua independência. Esta começou a se processar a 1 de maio quando lhe foi concedida autodeterminação administrativa interna e culminará, a 28 de dezembro próximo, com a independência política. Posteriormente, a jovem nação africana pretende ingressar na Comunidade Britânica de Nações, o que fará sob o patrocínio do Reino Unido.

PROJETO DO RIO COLÚMBIA

Presentes o ex-presidente dos Estados Unidos, senhor Dwight Eisenhower e o ex-secretário de Estado, senhor Christian Herter, foi assinado a 17 de janeiro do corrente ano pelos dois países, importante Tratado, válido por 60 anos, visando o aproveitamento, em regime de cooperação mútua, do potencial hidrográfico da bacia do Rio Colúmbia, para fins de produção de energia elétrica, irrigação, contrôle das inundações, navegação e outros benefícios resultantes do represamento das águas.

Afetando a vida de milhões de pessoas que habitam a faixa de fronteira americano-canadense, o fato representou a culminação de um esfôrço de mais de 16 anos de negociações entre os mencionados países que já em 1944 haviam solicitado à Comissão Mista Internacional, com base no artigo XX do Tratado de Limite das Águas de 1909, relatório sôbre a exeqüibilidade de projeto

naquele sentido. Êste relatório não foi apresentado, na realidade, porém, senão em 1959, e, só agora, transcorridos quatro anos de gestões e entendimentos recíprocos, chegaram a um têrmo satisfatório as negociações entre os dois Governos. O Tratado vigorará por 60 anos, sendo de nove o prazo previsto para conclusão das obras.

DOCUMENTOS

INSTRUMENTOS FIRMADOS ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA

CONVÊNIO DE AMIZADE E CONSULTA

DECLARAÇÃO CONJUNTA SÔBRE COOPERAÇÃO POLÍTICA

DECLARAÇÃO CONJUNTA SÔBRE COOPERAÇÃO COMERCIAL

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Nação Argentina,

INSPIRADOS pelo propósito de reafirmar, em documento solene os laços espirituais e históricos que vinculam as duas Nações, bem como os demais países da América;

PERSUADIDOS de que a evolução atual das relações internacionais devem tender a consolidar *cada vez mais o espírito de* cooperação e a amizade entre as Nações;

DECIDIDOS a sustentar uma ação enérgica em defesa dos princípios da democracia representativa e das liberdades tradicionais de seus povos, como parte viva que são do mundo ocidental americano e cristão;

CÔNSCIOS do fato de que se faz cada vez mais necessária uma intervenção ativa nos organismos internacionais, em particular nos econômicos, comerciais e financeiros cuja colaboração é indispensável para promover e acelerar *os planos* de desenvolvimento em que se encontram empenhados os seus países.

CERTOS de que existem hoje maiores possibilidades para que os países do Continente coordenem esforços na solução de tôdas as questões em que têm interêsses comuns;

Tendo em vista que o dinamismo dos acontecimentos políticos mundiais dá lugar a que se produzam constantemente novos problemas de ordem internacional cuja solução requer um estudo constante e permanente;

Animados do desejo de consagrar a fraternal amizade e o perfeito entendimento que existem entre seus povos;

RESOLVERAM celebrar o presente Convênio de Amizade e Consulta e, para tal efeito, designaram seus Plenipotenciários a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Afonso Arinos de Melo Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da Nação Argentina, Sua Excelência o Senhor Diogenes Taboada, Ministro das Relações Exteriores e Culto.

Os quais, depois de exibirem *seus Plenos Poderes, achados em* boa e devida forma convieram nas seguintes disposições:

ARTIGO PRIMEIRO — As Altas Partes Contratantes, com o propósito de consolidar os laços

de amizade que unem os seus povos, concordam em efetuar consultas permanentes sôbre todos os assuntos de interêsse comum e em coordenar suas atuações no âmbito continental.

ARTIGO SEGUNDO — Com a mesma finalidade, as Altas Partes Contratantes concordam em manter um intercâmbio de informações sôbre tôdas as questões de caráter relevante no âmbito internacional.

ARTIGO TERCEIRO — As Altas Partes Contratantes concordam em envidar todos os esforços para o fortalecimento do sistema interamericano, através do aperfeiçoamento dos órgãos que o compõem e de uma colaboração mais efetiva entre todos os países do Continente.

ARTIGO QUARTO — Para a consecução dos altos objetivos anunciados neste instrumento, as Altas Partes Contratantes se comprometem a estudar os meios necessários à consolidação das relações dos seus países nas esferas judiciária, econômica, financeira e cultural.

ARTIGO QUINTO — Cada uma das Altas Partes Contratantes, como prova dos elevados intuitos que presidiram a celebração dêste Convênio, permitirá a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em seu território, aos nacionais da outra observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e proteção da saúde pública.

ARTIGO SEXTO — As Altas Partes Contratantes promoverão a expedição das disposições legislativas e regulamentares que forem necessárias e convenientes para melhor aplicação dos princípios consignados neste instrumento.

ARTIGO SÉTIMO — O presente Convênio ficará aberto à adesão de todos os países do Continente. As notificações de adesão serão feitas ao Govêrno argentino depositário do presente instrumento que as comunicará às demais Altas Partes Contratantes.

ARTIGO OITAVO — O Govêrno argentino fornecerá ao Govêrno brasileiro e aos Estados que aderirem ao presente Convênio uma cópia autêntica e certificada do mesmo e de cada uma das notificações de adesão.

ARTIGO NONO — O presente Convênio será ratificado pelos Estados Unidos do Brasil e pela República Argentina, de conformidade com as respectivas disposições constitucionais e as ratificações serão trocadas em Buenos Aires, no mais breve prazo possível.

Permanecerá em vigor entre os dois países pelo período de dez anos, a contar da data da troca das ratificações, e será prorrogado sucessivamente por períodos iguais, se não fôr denunciado por qualquer das Altas Partes Contratantes, cessando, nesse caso, os seus efeitos três meses após a denúncia.

Com relação aos países aderentes, êste Convênio entrará em vigor na data do recebimento, pelo Govêrno argentino, da notificação da adesão, e permanecerá em vigor até três mêses após a denúncia por parte dos mesmos países.

EM FÉ DO QUE, os Plenipotenciários acima mencionados, assinam o presente Convênio em dois exemplares, ambos nas línguas portuguêsa e espanhola.

FEITO na cidade de Uruguaiana, aos vinte e um dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e um.

a) *Afonso Arinos de Melo Franco*

a) *Diogenes Taboada.*

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Os Presidentes da República dos Estados Unidos do Brasil e da Nação Argentina:

DESEJOSOS de ratificar, uma vez mais, os indestrutíveis laços de amizade que unem os dois povos;

PERSUADIDOS de que os graves problemas que atualmente se apresentam no plano das relações internacionais impõem, a países como o Brasil e a Argentina, responsabilidades que não podem ser eludidas;

CERTOS de que o decidido e pleno exercício dessas responsabilidades haverá de contribuir de maneira efetiva ao melhor entendimento entre os povos e à consolidação da paz e da amizade internacionais;

CONVENCIDOS de que a intensificação de uma luta enérgica e implacável contra a fome, a miséria, a ignorância e todos os males que resultam da condição de subdesenvolvimento que afeta vastos setores da América Latina é um objetivo inexorável e comum das nações do hemisfério;

CONSCIENTES de que as condições geográficas, históricas, religiosas e culturais, assim como os interêsses fundamentais dos dois países, oferecem, hoje, amplas perspectivas para uma ação comum reciprocamente proveitosa e

FIRMEMENTE DISPOSTOS a levar avante uma política de entendimento recíproco, eficaz e dinâmico, visando à obtenção de objetivos concretos que consolidem os vínculos políticos, econômicos e culturais que unem os povos brasileiro e argentino,

DECLARAM:

1.º) Que os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina orientam e orientarão a sua política internacional em função da condição sul-americana que lhes é comum, conforme à essência ocidental e cristã das suas nacionalidades e de acôrdo com as responsabilidades continentais assumidas;

2.º) Que ambos os países estão decididos a incentivar, de maneira ativa e segundo os critérios determinados pelo interêsse nacional, a sua participação na solução dos problemas internacionais que os afetam, com o propósito de contribuir para aperfeiçoar as boas relações e o entendimento pacífico entre os povos.

3.º) Que a preservação das instituições da democracia representativa e a consolidação dos princípios da liberdade e dignidade da pessoa humana, inerentes à origem histórica de nossas nacionalidades, exigem, com a maior urgência, um esfôrço de grande envergadura, a fim de acelerar os programas de desenvolvimento dos países da América Latina e extirpar, definitivamente, os males provocados pelas condições que afligem a maioria dos povos do Continente;

4.º) Que o progressivo agravamento dessas condições determinou o aparecimento de graves problemas políticos e sociais que devem ser resolvidos com a participação ativa dos países do Continente, repelindo a interferência direta ou indireta de fatôres extra-continentais e respeitando o princípio americano da autodeterminação dos povos, de forma a assegurar a efetiva soberania das nações, consoante as resoluções pertinentes adotadas nas reuniões interamericanas;

5.º) Que a defesa da estabilidade política e social do sistema interamericano exige o acêrto de uma ação coordenada e conjunta que leve à rápida execução dos postulados da "Operação Pan-Americana", segundo o espírito da

Ata de Bogotá, cujas perspectivas de realização vêm de receber o mais vigoroso apoio no programa "Aliança para o Progresso", proposto pelo Presidente dos Estados Unidos da América;

6.º) Que compartilham da idéia de que a colaboração econômica sòmente pode ser frutífera mediante um vigoroso esfôrço nacional;

7.º) Que, em conseqüência, deve-se fazer tudo o que fôr necessário para aumentar os recursos nacionais, defendendo o valor internacional dos produtos básicos, lutando pela eliminação das restrições que cerceiam as exportações latino-americanas e promovendo e intensificando o comércio com tôdas as nações;

8.º) Que os Governos da Argentina e do Brasil estão decididos a colaborar de maneira firme e permanente na consecução daqueles objetivos, que consideram também comuns a todos os países da América Latina, para tornar a amizade entre seus povos uma realidade efetiva e para consolidar a paz e a democracia em todo o Continente.

Uruguaiana, 21 de abril de 1961. a) *Jânio Quadros* a) *Arturo Frondizi*

ENCONTRO ENTRE OS PRESIDENTES DO BRASIL E DA ARGENTINA
DECLARAÇÃO ECONÔMICA

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Doutor Jânio Quadros, e o Presidente da Nação Argentina, Doutor Arturo Frondizi,

PERSUADIDOS de que os atuais níveis do comércio entre os dois países não são satisfatórios nem estão em consonância com as amplas possibilidades que resultam do grau de evolução atingido pelas economias brasileira e argentina,

TENDO passado em revista as relações comerciais entre o Brasil e a República Argentina e verificado

que os produtos das atuais pautas de exportação de um para outro país não apresentam condições para manter as correntes do intercâmbio em níveis mùtuamente adequados, nem diversificação suficiente para expandir o comércio recíproco aos altos volumes requeridos,

que o sistema criado pelo Tratado de Montevidéu oferece as mais promissoras perspectivas para o desenvolvimento econômico e das relações comerciais entre os Estados membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio,

que, porém, tanto a adequação do Comércio tradicional, como a incorporação dos novos produtos que o atual grau de desenvolvimento dos dois países permite, e também a revisão dos problemas de caráter bilateral existentes devem merecer a atenta consideração de ambos os Governos.

DECLARAM:

I — A Comissão Mista Brasil — Argentina reunir-se-á no Rio de Janeiro, no dia 4 de maio próximo, tendo em vista, especialmente, os seguintes objetivos fundamentais:

a) promoção de condições propícias à intensificação das correntes dos produtos tradicionais do intercâmbio;
b) introdução de novos produtos no intercâmbio, especialmente bens industriais;

II — É decidido propósito dos Governos brasileiro e argentino alcançar os objetivos visados pelo Tratado de Montevidéu, mediante uma política de integral apoio à Associação Latino-Americana de Livre Comércio, cujo processo de constituição e funcionamento efetivo deve ser intensificado com o maior empenho.

Uruguaiana, 21 de abril de 1961. a) *Jânio Quadros* a) *Arturo Frondizi*.

DECLARAÇÃO SÔBRE INTERCAMBIO CULTURAL

O Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Doutor Afonso Arinos de Melo Franco, e o Ministro de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Doutor Diogenes Taboada,

Com o propósito de dar imediato cumprimento ao desejo dos Excelentíssimos Senhores Presidentes de ambos países, Doutores Jânio Quatros e Arturo Frondizi, que se encontram empenhados em incrementar e desenvolver o intercâmbio cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, aprovam o programa básico de atividades para o ano de 1961, que é a seguir transcrito, e para cujo cumprimento ambos os Governos se comprometem a conceder todo o apoio e facilidades necessários:

INTERCAMBIO CULTURAL BRASIL — ARGENTINA — 1961

I — *Prêmios literários*

A) Abertura de concurso para a concessão de um prêmio no valor de MN$100.000,00 (cem mil pesos), a ser efetivada em 1962, para o autor argentino do melhor livro sôbre o Brasil publicado entre 1959 e 1961;

B) Abertura de concurso para a concessão de um prêmio em moeda brasileira, de valor correspondente ao acima mencionado, a ser efetivada em 1962, para o autor brasileiro do melhor livro sôbre a Argentina publicado entre 1959 e 1961.

II — *Exposições*

A) Programa brasileiro

1 — Panorama da Jovem Gravura Brasileira em Metal (no Museu de Arte Moderna de Buenos Aires);
2 — Retrospectiva do Gravador Goeldi (no Museu de Belas Artes de Buenos Aires).
3 — "Confronto", com Volpi, Milton da Costa, Ivã Serpa e Décio Vieira, no Museu de Arte Moderna, de Buenos Aires;
4 — Exposição das principais realizações do arquiteto-paisagista Burle Marx (no Museu de Belas Artes de Buenos Aires);
5 — "Livros, jornais e revistas do Brasil";
6 — "Made in Brazil" — exposição itinerante de indústria e desenho industrial.

B) Programa argentino

1 — Exposição coletiva de pintura, gravura e escultura argentinas dos últimos 30 anos, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro;

2 — Exposições individuais no Rio de Janeiro e nos Museus da Bahia e São Paulo;
3 — Participação na Bienal de São Paulo com exposições de pintura, escultura, gravura, desenho, arquitetura, cenografia e arte gráfica;
4 — Exposição de cerâmimica na Galeria Macunaíma;
5 — "Livros, jornais e revistas argentinos";
6 — Curso de conferências por críticos de arte argentinos no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

III — *Teatro*

A) Programa brasileiro

1 — Apresentação do *Ballet* do Rio de Janeiro;
2 — Temporada da Companhia "Teatro dos Sete".
3 — Temporada da Companhia "Tônia-Celli-Autran".

B) Programa argentino

1 — Apresentação do Teatro "Caminito";
2 — Apresentação de um conjunto folclórico argentino;
3 — Apresentação de dois conjuntos argentinos de Teatro de Comédia;
4 — Participação no Concurso de *Ballet* do Rio de Janeiro.

IV — *Cinema*

Negociação no Rio de Janeiro de um acôrdo sôbre coprodução cinematográfica e facilidades recíprocas para a entrada das películas produzidas nos dois países.

V — *Música*

A) Programa brasileiro

1 — Difusão periódica nas rádios argentinas de programas de música popular e erudita brasileira, organizados pela Divisão Cultural, com a colaboração da Rádio Ministério da Educação e Cultura;
2 — Concertos de música de câmara brasileira;
3 — Apresentações de solistas brasileiros.

B) Programa argentino

1 — Apresentação de dois conjuntos de música câmara argentinos;
2 — Apresentação de solislistas argentinos.

VI — *Setor Educacional*

1 — Concessão de dez bôlsas para estudantes argentinos e de dez bôlsas para estudantes brasileiros;
2 — Facilidades para a matrícula de estudantes brasileiros em Universidades argentinas e de estudantes argentinos em Universidades brasileiras;
3 — Facilidades para viagens ao Brasil de caravanas universitárias argentinas e à Argentina de caravanas universitárias brasileiras.

VII — *Intercâmbio científico*

1 — Serão concedidas facilidades para o intercâmbio de professôres, estudantes e pesquisadores, assim como de documentação científica.
2 — Elaboração de projetos conjuntos de pesquisas que interessem a ambos os países;

3 — Atuação coordenada de seus representantes nos organismos de caráter científico e tecnológico;

4 — Cooperação argentino-brasileira com relação aos demais países do continente no campo da pesquisa científica e tecnológica.

Uruguaiana, em 21 de abril de 1961. (a) *Afonso Arinos de Melo Franco* (a) *Diogenes Taboada.*

DECRETO DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

DECRETO N.º 50.465 — DE 14 DE ABRIL DE 1961

Cria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos

O Presidente da República, usando dos poderes que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, sob a denominação de Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), um centro de altos estudos destinado a incrementar as relações do Brasil com o mundo afro-asiático.

Parágrafo único. O IBEAA será diretamente subordinado à Presidência da República, terá autonomia administrativa e sua sede será na Capital Federal.

Art. 2.º O IBEAA terá por objeto:

a) estimular, desenvolver e difundir estudos culturais, sociais políticos e econômicos relativos ao mundo afro-asiático;

b) facilitar e incrementar as relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia.

c) promover o estudo comparado do processo de desenvolvimento do Brasil e dos países africanos e asiáticos, visando ao intercâmbio, em benefício mútuo, da experiência de técnicas ou soluções adotadas;

d) promover o intercâmbio universitário entre o Brasil e os países africanos e asiáticos.

Parágrafo único. Para a realização dos seus objetivos, o IBEAA promoverá entendimentos ou convênios com entidades federais, estaduais e municipais, e com entidades públicas ou subvencionadas.

Art. 3.º O IBEAA será constituído de:

a) O Conselho Curador;

b) O Diretor Executivo;

c) O Secretário;

d) Os Departamentos Cultural, de Estudos Políticos e Sociais e de Estudos Econômicos.

Art. 4.º O Conselho Curador será constituído de oito membros, designados pelo Presidente da República dentre cidadãos de notória autoridade cultural, como representantes de:

a) Presidência da República;

b) Ministério das Relações Exteriores;

c) Ministério da Educação e Cultura;

d) Universidade do Brasil;

e) Universidade de São Paulo;

f) Universidade de Minas Gerais.

g) Instituto Joaquim Nabuco;

h) Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia.

§ 1.º O Conselho será presidido pelo representante do Presidente da República.

§ 2.º Os membros do Conselho serão nomeados pelo prazo de

dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3.º O Conselho reunir-se-á sempre que convocado por seu presidente, por sua iniciativa ou por convocação de três dos seus membros.

Art. 5.º Compete ao Conselho Curador:

a) aprovar dentro dos recursos disponíveis, os programas anuais de atividades, e os orçamentos das despesas;

b) estabelecer normas e critérios para a realização das despesas do Instituto;

c) apreciar a prestação anual de contas do Diretor-Executivo;

d) fixar anualmente a gratificação mensal de representação do Diretor Executivo do Secretário, dos Chefes de Departamento e de Divisão, e dos Chefes de Serviço;

e) aprovar acôrdos ou convênios com outros órgãos públicos e entidades privadas, visando a proporcionar recursos extraordinários para a execução dos planos de trabalho do IBEAA;

Art. 6.º Os Diretores dos Departamentos serão livremente designados pelo Diretor Executivo do IBEAA, dentre cidadãos de reconhecida competência na respectiva especialidade, percebendo gratificação mensal de representação a ser fixada anualmente pelo Conselho Curador.

Art. 7.º Compete ao Diretor Executivo;

I — A administração geral do IBEAA e sua representação administrativa;

II — A execução do plano anual de atividades culturais do IBEAA aprovado pelo Conselho Curador;

III — A execução do plano orçamentário aprovado pelo Conselho Curador e a prestação a êste das informações que solicitar;

IV — A gestão dos recursos do IBEAA dos quais prestará contas ao Tribunal de Contas, até 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício, e que serão depositados no Banco do Brasil S.A., em conta de Poderes Públicos nominalmente aberta ao Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, dependendo sua movimentação de prévia aprovação, pelo Presidente da República, do respectivo plano de aplicação;

V — A convocação ordinária do Conselho Curador e do Conselho Consultivo;

VI — A designação dos Diretores dos Departamentos, dos Diretores de Divisão e Chefes de Serviço;

VII — Celebrar acordos e convênios com autorização do Presidente da República com entidades nacionais e estrangeiras;

VIII — Propor, ouvido o Conselho Curador, ao Presidente da República, o regimento interno a ser por êste baixado;

IX — A admissão de pessoal administrativo de acôrdo com a legislação em vigor, e na conformidade dos critérios e dentro do plano orçamentário aprovado pelo Conselho Curador;

X — Requisitar servidores públicos federais nos têrmos da legislação vigente e através do Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

XI — Designar, dentre os membros da Direção do Instituto, seu substituto para impedimento eventual.

Art. 8.º Compete ao Conselho Curador:

I — Aprovar dentro dos recursos disponíveis os programas anuais de despesas e de atividades;

II — Estabelecer critérios para dispêndio dos recursos previstos;

III — Apreciar a prestação de contas anual apresentada pelo Diretor Executivo;

IV — Fixar anualmente, a gratificação mensal de representação do Diretor Executivo, dos Diretores de Departamento e de Divisão e dos Chefes de Serviço;

V — Ajudar acordos ou convênios com outros órgãos públicos e entidades privadas visando a proporcionar recursos extraordinários para a execução dos planos de trabalho do IBEAA.

Art. 9.º O Diretor Executivo poderá requisitar funcionários necessários à execução dos trabalhos do IBEAA.

Art. 10 As atividades do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos serão custeadas com os seguintes recursos:

a) contribuições que forem consignadas nos orçamentos da União, Estados, Municípios Entidades Paraestatais e Sociedades de Economia Mista;

b) contribuições provenientes de acordos e convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

c) donativos, contribuições e legados de pessoas privadas.

Parágrafo único. A aplicação dêsses recursos será feita de acôrdo com o plano apresentado, anualmente pelo Diretor Executivo ao Presidente da República devendo a entrega da contribuição ser efetivada nos têrmos do artigo 2.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

Art. 11. No prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação dêste decreto, o Diretor Executivo, nos têrmos do item VIII do artigo 7.º deverá submeter ao Presidente da República o regimento interno do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos.

Art. 12. O IBEAA estimulará e promoverá a criação de entidades congêneres, associadas nos mesmos objetivos no Brasil e nos países afro-asiáticos.

Art. 13. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, D. F., 14 de abril de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS, *Oscar Pedroso Horta, Sylvio Heck, Odylio Denys, Afonso Arinos de Mello Franco, Clemente Mariani, Clóvis Pestana, Romero Cabral da Costa, Brigido Tinoco, Castro Neves, Gabriel Grun Moss, Catete Pinheiro, Artur Bernardes Filho, João Agripino Filho.*

LIVROS

O BRASIL E AS RELAÇÕES COM O LESTE E A URSS — *Amílcar Alencastre* — Gráfica Editôra Nap. S. A. — Rio de Janeiro, 1959.

A orientação do comércio exterior brasileiro nem sempre obedeceu, rigorosamente, aos fatôres financeiros e econômicos que determinam o comportamento do mercado mundial e regulam o complexo mecanismo das compras e das vendas no exterior. Fatôres de outra ordem, ideológicos e políticos, influenciaram o seu desenvolvimento e contribuíram para diminuir o âmbito do campo da oferta e da procura, em que teriam de ser colocados os nossos produtos, alguns gravosos, tornando mais difícil um rendimento adequado de nossas exportações. No comércio internacional, sobretudo em se tratando de matérias-primas, é reconhecida a freqüente oscilação dos preços e da procura, oscilação tanto maior, quanto menor o número de países compradores. Compreende-se, assim, porque reduzir, artificialmente, a demanda, represente, no sistema econômico em que vivemos, negar a própria concorrência, motor propulsor e ponto de partida do *free enterprise system*.

A crítica de Amílcar Alencastre à nossa política comercial gira em tôrno dessa redução artificial da demanda, no mercado mundial, com todos os efeitos que a medida teria de provocar na estrutura econômica do país, ainda em fase inicial de consolidação. Admitir, com efeito, que a intervenção de fatôres políticos ou emocionais, no sistema de trocas brasileiro, não viesse a se constituir em elemento perturbador dêsse mesmo sistema, seria pretender que, por decreto, pudessem ser alterados os têrmos das relações comerciais. Seria surpreendente, e de interêsse científico até, que o Brasil, por espírito de cruzada ou ato de soberana vontade, tivesse modificado as condições *sine qua non* da boa concorrência, sem que nenhuma repercussão se produzisse no seu comércio exportador, que começava a se defrontar com concorrentes, senão mais agressivos, em todo caso menos idealistas.

A recusa do Brasil em comerciar com o Leste europeu, um mercado em crescente intercâmbio com o mundo ocidental e com uma produção terrìvelmente ascendente, apresentava todos os indícios de um desafio à realidade social-econômica, e não

sòmente à realidade externa, mas à própria realidade interna do país. A contradição era flagrante: de um lado, a afirmação de que representávamos a mais pujante civilização cristã dos trópicos; do outro, a recusa de alimentar essa população cristã, elevar os seus níveis de vida, e torná-la apta a concorrer, de modo satisfatório, com gregos e troianos, no mercado internacional. Os pressupostos simplistas dessa política pareciam claros: melhor deixar perecer essa civilização, com todos os seus ideais e sua glória, do que entrar em contacto com os novos "bárbaros" do Oriente.

O fato de que êsses "bárbaros" estivessem a realizar prodígios econômicos e a impor suas mercadorias e seu poder de compra no mercado mundial, não parecia causar qualquer mal-estar entre os orientadores daquela política. O Brasil, país sem recursos, viu cair, de ano para ano, o preço de suas exportações no exterior, problema que se fêz mais sério à medida que se verificaram recessões nas nações industrializadas do Ocidente. Não obstante, por obediência à ética da cavalaria andante, continuava a negar a importância de mercados, para onde eram reexportados os seus produtos, por países que também defendem a civilização cristã, mas que não levam esta defesa, nem tão longe que não vejam o imediato, nem de modo tão ortodoxo, que se tornem incapazes de reconhecer o perigo da ortodoxia, em questão de sobrevivência. A Inglaterra, por exemplo, que divide com os Estados Unidos a honra de liderar o mundo ocidental, não vacilou em comprar da U.R.S.S. e seus aliados ou oferecer seus produtos à China Comunista, através de Hong-Kong. Do mesmo modo, as relações comerciais entre a Europa Ocidental e o Leste da Europa, cresceram continuamente e, em 1955, o valor dos produtos exportados para a área do rublo foi o dôbro do ano anterior. Tais eram as condições pragmáticas em que se desenvolvia o intercâmbio mercantil e que o autor focalizou, para melhor evidenciar como eram falsos os pressupostos da orientação comercial do Brasil.

Ignorando a impessoalidade de relações que as condições econômicas criam, mormente no mercado internacional, não estávamos senão contribuindo para equilibrar a balança comercial de outros países, em detrimento da nossa. A Alemanha, a Bélgica, a Holanda, a Suécia e a Itália não tardaram a tirar partido dêsse desajustamento ocasional e a se especializar em reexportar produtos brasileiros para essa *off limits zone*, e mesmo para clientes tradicionais e importantes do nosso país, como os

Estados Unidos. São fornecidas informações sôbre a quantidade de sacas de café reexportadas para êste último país, em 1951 e 1952, quais os reexportadores, como também o montante em dólares que êsse tipo de operações rendeu aos países interessados. Sôbre a reexportação para a área do rublo, porém, os dados fornecidos são bastante escassos e deixam muito a desejar. Não nos parece que seja suficiente, para se dar uma idéia do *valor dessas reexportações, apresentar o aumento geral do valor* das exportações da Europa Ocidental para o Leste europeu ou afirmar simplesmente que, em dois anos, de 1950 a 1952, as reexportações britânicas para a U.R.S.S. sofreram um aumento de 1000%. O critério adotado não dá margem a que se tenha uma idéia aproximada do valor dos produtos brasileiros reexportados para a área do rublo.

Mas, que êste crescimento era um fato, e fato impôsto por fatôres puramente financeiros e econômicos, é o que bem ilustra o caso da Espanha, nação notòriamente anticomunista e cujo comércio com o Leste europeu apresentava, já em 1953, um aumento de 30% sôbre o ano precedente. Um ano antes, ou seja em 1952, êsse mesmo comércio rendera ao Govêrno de Sua Majestade Britânica quase cem milhões de dólares, aos países escandinavos mais de noventa milhões, à Austria — Itália mais de cinqüenta milhões e à Holanda e à França mais de vinte milhões, para cada um, valores ainda pouco consideráveis, tendo-se em vista o movimento comercial dos citados países, mas que os mesmos julgaram de bom alvitre não desprezar.

Assistíamos, assim, parados, como espectadores complacentes, à intensificação de um comércio, do qual nos afastávamos por alegado amor às instituições democráticas e, aparentemente, com estranha sensação de alívio. Na América Latina, sòmente a Argentina se apresentava como um caso à parte. Com efeito, as relações comerciais argentino-soviéticas se intensificaram a partir de 1953, e, já nesse ano, o resultado de um acôrdo celebrado entre os dois países ascendia a 150 milhões de dólares, passando, um ano depois, ou seja, em 1954, a 270 milhões de dólares. O valor dessas trocas comerciais teria, possìvelmente, duplicado, no ano seguinte, se não tivesse irrompido, por essa época, uma revolução civil no país, com a conseqüente queda do Govêrno. Mesmo assim, o realismo argentino sobreviveu à mudança de regime e continuou o intercâmbio do país com a Tcheco-Eslováquia, a Polônia, a Alemanha Oriental, Hungria, Romênia e a Bulgária, em escala ascendente, alcançando 150

milhões de dólares em 1954, os quais, somados aos 200 milhões de intercâmbio com a U.R.S.S. mais um financiamento de 100 milhões de dólares que lhe foi concedido pelos soviéticos para compra de equipamentos petrolíferos, elevou para 450 milhões de dólares o valor de suas operações comerciais com a área do rublo.

O autor examinou, a seguir, a situação econômica de cada país do bloco socialista, seus ganhos industriais, sua produção, possibilidades de intercâmbio, produtos em que se especializaram, vantagens oferecidas etc. Há uma referência especial à visita da missão comercial brasileira à Cortina de Ferro, salientando-se a boa impressão colhida pelos seus integrantes, notadamente no caso da Tcheco-Eslováquia. Especificando os produtos que poderão ser exportados por êsses países para o Brasil, inclui os equipamentos para a indústria do petróleo, motores *diesel* ou elétricos, caminhões, automóveis, locomotivas, máquinas agrícolas ou de pavimentação, maquinaria para a indústria pesada, assim como carvão, gasolina e outros derivados de petróleo. Certas constatações chegam a ser embaraçosas para o orgulho nacional, como a feita sôbre a Romênia, de que "quase todos os produtos brasileiros já são bem conhecidos dos romenos, que compram, por exemplo, café e algodão do Brasil de firmas da Suécia. Os couros e outros produtos lhes chegam, principalmente, por intermédio de Roterdã. Aliás, tais firmas são reputadas como monopolizadoras na Europa, de produtos do Brasil que se destinam à Europa Central".

O trabalho de Amílcar Alencastre prima por certa sobriedade de estilo, como convém a um assunto como êste, e comenta informações sôbre o mercado externo com louvável ponderação, salvo quando faz desnecessárias digressões, criticando, por exemplo, a política econômica seguida pelo Govêrno Frondizi na Argentina, ou interpretando o bombarbardeio pelos aliados, durante a guerra, dos poços petrolíferos de Ploesti. Tirando êstes leves desvios de objetividade, as referências ao comércio internacional e a crítica à política comercial brasileira se mantêm num nível bastante alto e imparcial. Reconhece o autor que o comércio com os soviéticos não pode ser considerado a salvação ou elixir da longa vida do país, embora não deva ser desprezado, porque se êle carecesse, realmente, de qualquer significação econômica, não teriam tantos países do Ocidente interêsse em intensificá-lo, mormente a Inglaterra, com sua proverbial sabedoria em problemas mercantis. E acrescenta que, para os países subdesenvolvidos, êsse intercâmbio seria tanto mais vantajoso,

quanto se sabe que as ofertas comerciais da área do rublo geralmente estipulam que os pagamentos poderão ser realizados nas moedas dos países interessados. Os países subdesenvolvidos sofrem séria escassez da moeda forte e não devem, igualmente, afastar a possibilidade de que, a braços com os ingentes problemas da defesa do mundo ocidental e de auxílio às regiões estratégicas da África e da Ásia, os Estados Unidos não possam corresponder, em têrmos de ajuda econômica, à expectativa das nações latino-americanas, sobretudo das que mais se desenvolvem, como o Brasil.

Finalmente, o autor procura destruir o argumento de que no Leste europeu não existiriam excedentes exportáveis, com alusão aos dados estatísticos segundo os quais a U.R.S.S. teria exportado, sòmente em 1954, 9,5 milhões de toneladas de petróleo para o Ocidente. Sôbre a qualidade dos produtos exportados, transcreve a opinião de dois importantes órgãos da Inglaterra, o Conselho Britânico do Comércio e a *London Export Corporation*, que se declararam "surpreendidos com a excelente qualidade dos produtos soviéticos" e, a seguir, responde à objeção de que o Leste europeu não cumpriria os acordos firmados, com a afirmação de que, se isto fôra verdade, novos e maiores acordos não teriam sido firmados com o Ocidente. No último capítulo, reduz às suas devidas dimensões os temores de que uma reaproximação com os soviéticos implique em qualquer perigo para as nossas instituições, com o exemplo da Índia, da Indonésia, do Afeganistão, Paquistão, Irã, Ceilão e Birmânia, que mantêm estreitas relações com a área do rublo e continuam livres e independentes, apesar de situados mais próximos da Rússia e dos seus aliados. E apresenta, em defesa de sua tese, depoimentos de brasileiros ilustres, como o ex-chanceler Osvaldo Aranha e o jornalista Assis Chateaubriand, transcrevendo o seguinte trecho de um artigo dêste último:

"Não tem sentido a política de fechar os olhos a certas realidades, e de recusar comércio com quem nos pode comprar ou de quem podemos comprar, de maneira vantajosa, pelo temor de que isso venha a implicar perigo para a estabilidade política da democracia. Aliás, a experiência com a Tcheco-Eslováquia e a Polônia prova que semelhante perigo não existe e, se existir, terá o Govêrno todos os meios para anulá-lo".

Plauto de Andrade

LA DIPLOMACIA EN TORNO AL CANAL DE PANAMA — *Lilia P. Claret de Woogd*, (Separata da Revista de Derecho Internacional y Ciencias Diplomaticas da Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas da Universidade do Litoral, Ano VII, janeiro-junho, nº 13) Rosário, República Argentina, 1958.

A Senhora Claret de Woogd, de nacionalidade argentina, doutora em diplomacia naquele país, é autora de outras obras, entre as quais *La O.E.A. y las Naciones Unidas*, muito bem recebida pela crítica, tendo obtido do Professor Alfredo Palácios referências elogiosas em que se consignava a mestria em Direito Internacional da jovem autora, assim como se predizia a sua influência sôbre a juventude da América.

A autora estuda, em cinco capítulos, os trabalhos desenvolvidos para a construção do Canal do Panamá. Parte dos antecedentes geográficos, desde as primeiras opiniões e os primeiros tratados e acordos, analisando-os e às suas negociações, a interferência do Departamento de Estado, os interêsses das várias nações nessa comunicação interoceânica e os seus vários projetos e, finalmente, o seu *status* jurídico. Não se trata de uma obra de fôlego nem de análise profunda do problema. Tem, porém, o mérito de reunir, num desenvolvimento lógico e bem exposto, as principais etapas e interêsses em jôgo, historiando-os como se segue.

As aquisições territoriais dos Estados Unidos nos meados do século XIX trouxeram àquele país dificuldades para a colonização de suas novas áreas, em vista, principalmente, do problema das comunicações, que não se configurara durante a anterior colonização do continente. Colombo e Balboa tentaram obter um caminho mais curto para o Oriente. Saavedra, em 1520, falou em cortar o istmo de Darien; Galvão, em 1528, propôs êsse trabalho a Carlos V. As campanhas bélicas da Europa não permitiram fôsse levado a cabo qualquer dêsses projetos, apesar da grandeza que tal obra traria a seu executor. Em 1797, aparece o plano Miranda. Também Bolívar pensou na solução pela construção de uma estrada de ferro no istmo, ou pela abertura de um canal. Em 1834, o Congresso de Nova Granada se manifesta sôbre o assunto.

Tôdas essas hipóteses e projetos eram atentamente observados pelo Govêrno dos Estados Unidos. Nova Granada propõe-lhe, e aos Governos da Grã-Bretanha e França, a construção, do canal, sem abdicar de sua soberania sôbre o território. Mas essas potências, por motivo de suas políticas, não se apres-

saram em dar uma resposta, até que, em 1846, é firmado o Tratado Mallarino-Bidlack, com os Estados Unidos, muito discutido por assegurar vantagens apenas unilaterais. É nessa ocasião que, temerosa em face às pretensões inglêsas na América Central, Nova Granada chama a atenção dos Estados Unidos para a aplicação local da doutrina Monroe, o que não impede a Grã-Bretanha de adquirir direitos de soberania sôbre Beliza e a Costa dos Mosquitos.

Sob o título "Atividades diplomáticas nos meados do século XIX" a autora examina as negociações que culminaram no Tratado Clayton-Bulwer, de abril de 1850, entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, a respeito da construção de um canal interoceânico através da Nicarágua. Ambiguo e sem precisão, torna-se êste instrumento mais um motivo de apreensões por parte das repúblicas centro-americanas, pela ameaça à integridade de seus territórios. Mais motivos de suspeita contra os Estados Unidos são trazidos pela ação do flibusteiro William Walker, que, em 1855, se faz ditador da Nicarágua, provocando a declaração de guerra de parte de Costa Rica e outros Estados centro-americanos, com o apoio da Grã-Bretanha. Mas o domínio de Walker não durou muito. Por sua vez, a Grã-Bretanha fêz relaxar a tensão anglo-americana, reconhecendo a soberania de Honduras e da Nicarágua sôbre os territórios da baía e da Costa dos Mosquitos.

Já no capítulo seguinte, o terceiro, estuda a autora a política do Departamento de Estado, o término da guerra Civil nos Estados Unidos e a mudança de orientação da política norte-americana relativamente ao Canal. Grant pretende a construção pelos norte-americanos, sem alianças, em detrimento, portanto, do estabelecido no Tratado Clayton-Bulwer. Hayes declara, mais tarde, que o Canal deveria ser virtualmente "uma parte da linha costeira dos Estados Unidos". A Sociedade Francesa Civil Internacional do Canal Interoceânico consegue do Govêrno colombiano o direito de construir o canal do Panamá, mas declara impraticável o empreendimento. A êsse tempo, de Lesseps apresenta o seu projeto, encarado com desconfiança por suas implicações no sentido do eventual domínio da comunicação interoceânica por uma potência européia. Os Estados Unidos insistem na aplicação dos princípios de Monroe, mais pelo seu interêsse particular, embora entravados pelo tratado Clayton-Bulwer o que leva a uma polêmica entre o Secretário de Estado Blaine e o *Foreign Office*, e dá origem ao projeto Frelinghuysen, referente à construção de outro canal através da Nicarágua, projeto êste fracassado por recusa de retificação.

Prosseguindo em sua exposição, a autora aprecia, no capítulo imediato, os projetos norte-americanos para o traçado do Canal. Refere-se então aos dois tratados Hay-Pauncefoote modificando o de Clayton-Bulwer, ao início da construção em Nicarágua — pela Companhia Marítima do Canal, emprêsa abandonada ao fim de três anos — e à falência da Companhia Francesa do Canal do Panamá, dirigida por Lesseps, e sua tentativa de venda de seus direitos aos norte-americanos, seguindo-se o tratado Hay--Herran, entre os Estados Unidos e a Colômbia, rechaçado pelo Congresso dêste último país por violar os seus princípios constitucionais. Malogradas as tentativas de acôrdo, os Estados Unidos tentam intervir pela fôrça, sob o pretexto de manter o livre trânsito no istmo, do que resulta a independência da República do Panamá, que, em 18 de novembro de 1903, concede, pelo tratado Hay-Bunau-Varilla, perpètuamente, aos Estados Unidos, "o uso, ocupação e contrôle de uma zona de terra e de terra coberta por água para a construção, conservação, funcionamento, saneamento e proteção do citado canal" em troca de 10 milhões de dólares e uma contribuição anual de 250 mil dólares, a partir do nono ano após a ratificação do Tratado.

Finalmente, no capitulo V, ocupa-se a Sra. Woogd do *status* jurídico do Canal do Panamá, reportando-se então aos incidentes surgidos por parte dos panamenhos, por não reconhecerem aos Estados Unidos o direito de soberania sôbre a Zona do Canal, baseados no Tratado Hey-Bunau-Varilla, cujo preâmbulo reconhece residir efetivamente a soberania dêsse território na República do Panamá. Roosevelt e sua política de boa vizinhança buscam, em 1936, dar uma solução ao problema, mediante um tratado, ratificado em 1939, alterando o de Hay--Bunau-Varilla. A autora estuda, em seguida, o convênio sôbre o arrendamento de bases, conhecido por "Convênio sôbre compensações de 1942" e a renúncia, em 1946, do contrato pelo qual os Estados Unidos abandonam tôdas as bases construídas na Zona. Alude ainda ao Tratado Remon-Eisenhower, de 1955, que promoveu o arrendamento, em zonas determinadas do território panamenho, de 20 000 acres de terra para adestramento militar das tropas norte-americanas, e a revisão, em têrmos mais favoráveis ao Panamá (embora não definitivamente satisfatórios), das convenções anteriormente concluídas.

O livro termina com uma referência à questão do Canal de Suez, que influiu nos problemas do Panamá em razão dos princípios, recomendados pelo Conselho de Segurança, e aprovados pela Assembléia Geral das Nações Unidas, que abrangem tôdas as vias interoceânicas.

Versando, com autoridade e exaustiva pesquisa histórica, problema de suma atualidade e da maior relevância para a segurança do Hemisfério ocidental, o opúsculo desta autora argentina deveria merecer a cuidadosa atenção dos estudiosos da diplomacia e do Direito Internacional, não só por relatar com objetividade assunto em que excepcionalmente nítida se configura a conexão entre o aspecto jurídico e o político da matéria, como também por lançar luz sôbre uma questão eminentemente controversa, que poderá ainda constituir ponto focal da conjuntura política internacional.

Arnaldo Rigueira

EL DESARROLO ECONÓMICO Y AMERICA LATINA — *Howard S. Ellis* (ed.) — México: Fondo de Cultura Económica, 1960 — 553 págs.

Em mais uma excelente, funcional e oportuna edição, dá-nos o "Fondo de Cultura" o texto dos trabalhos e comentários representados na conferência da Associação Econômica Internacional, celebrada no Rio de Janeiro em agôsto de 1957. Conquanto a lista de colaboradores seja extensa — abrangendo ensaios de Alexandre Kafka, do Secretariado das Nações Unidas; José Antônio Mayobre, da CEPAL e posteriormente Ministro da Fazenda da Venezuela; P. N. Rosenstein-Rodan, Professor do M. I. T.; Roberto de Oliveira Campos, na época Presidente do BNDE; Maurice Byé, Professor da Sorbonne; Gerald H. Alter, do Banco Mundial; Javier Márquez, do Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos no México; Felipe Pazos, do Banco Continental Cubano em Havana; Ragnar Nurkse, Professor da Universidade de Colúmbia; Gottfried Haberler, de Harvard; Theodore W. Schultz, Chefe do Departamento de Economia em Chicago; Henry C. Wallich, de Yale; Jorge Alumada, da CEPAL; P. R. Brahunanada, da Universidade de Bombaim, e Jorge Marshal, do Fundo Monetário Internacional — serão condensados neste resumo apenas os principais. Os temas desenvolvidos são de variada espécie, referindo-se alguns aos aspectos financeiros, outros aos aspectos econômicos pròpriamente ditos do desenvolvimento econômico. O espaço limitado de que dispomos, aliado à intenção de resumir algumas idéias, e não de substituir a leitura dos trabalhos, levou-nos a omitir referência a algumas das teses apresentadas. O critério da omissão correspondeu ao desejo de apresentar um resumo compacto, em que as diversas teses, a despeito de pertencerem a diversos autores, possuíssem um certa ligação entre si.

Iniciando com a contribuição de Alexandre Kafka, vemos que após um rápido comentário, tratando do recente desenvolvimento econômico da América Latina, o autor concentra sua atenção sôbre o problema do crescimento e das transformações estruturais concomitantes, especialmente as que ocorrem no setor exportador, seja por que a produção se volta "para dentro", seja pelo crescimento mesmo da economia. A originalidade do autor reside na análise das "comoções adversas", que têm estado intimamente associadas com o desenvolvimento econômico da América Latina. Como exemplo, cita a grande depressão dos trinta a provocar uma profunda transformação e aceleração da atividade econômica na América Latina. Segue-se uma interessante análise do desequilíbrio econômico como um método paradoxal de desenvolvimento econômico. Não pretende, òbviamente, o autor, fazer a defesa da má política. O mérito de sua análise está em chamar a atenção para esta verdade fundamental: em economia, tudo depende de tudo. Uma "comoção adversa" pode não ser o melhor método de desenvolvimento, mas força uma transformação estrutural que leva ao desenvolvimento, chegando mesmo o autor a esboçar o conceito de "desequilíbrio ótimo", de um delicioso sabor heterodoxo. Kafka encerra o trabalho com uma extensa descrição e análise da inflação e, particularmente, sôbre seus efeitos sôbre o comércio exterior.

O trabalho de Mayobre tem um caráter didático. Expõe a teoria da programação global como instrumento do desenvolvimento econômico nos moldes em que é elaborada pela CEPAL. Parte da justificativa política de um desenvolvimento econômico rápido e da necessidade de conciliar esta rapidez com um equilíbrio saudável. Para conciliar êstes dois quase-inimigos, a única solução seria a programação, na qual o uso alternativo dos recursos escassos seria estudado com o máximo cuidado, escolhendo-se afinal aquela solução que fornecesse a maior taxa de desenvolvimento econômico, sem perder de vista a viabilidade política da solução escolhida. A filosofia subjacente na programação global está em querer conciliar a liberdade empresarial com o dirigismo econômico, pelo levantamento de um quadro completo, na medida do possível, das principais variáveis de um sistema econômico, analisando o seu passado e procurando prever-lhes o futuro. Após tal levantamento, as autoridades econômicas tomariam as medidas necessárias para orientar a iniciativa empresarial para os setores mais necessitados, iniciativa esta quer particular quer pública, conforme assim o determinassem as instituições políticas do país.

A despeito da sua transparente viabilidade e dose de bom senso, a teoria da programação tem levantado forte polêmica,

como a que surgiu após a apresentação do trabalho. Gudin, o seu mais acérrimo inimigo, argumenta que o papel do Estado é não perturbar a atividade econômica, o que êle consegue mais com a sua ausência que com sua interferência. A programação teria o efeito negativo de introduzir um dirigismo estatal pernicioso. Aos que contra-argumentam dizendo que a programação cria as condições básicas para o bom aproveitamento da iniciativa privada, Gudin responde que a liberdade e o não-intervencionismo são métodos mais eficientes para alcançar tal desiderato, sendo assim inútil a programação, ainda que inofensiva. Não se pode negar fôrça, em teoria, à argumentação de Gudin. Ocorre, porém, que as economias latino-americanas têm um triste passado de distorções e erros acumulados. Há muito o mercado deixou de ser um termômetro fidedigno da atividade econômica, por culpa, muitas vêzes, de malogradas intervenções estatais. Uma completa ausência de programação na América Latina teria o efeito de perpetuar as distorções existentes ou de corrigi-las num período de tempo incompatível com o anseio político, e profundamente arraigado no povo, de um crescimento econômico rápido.

Em suas notas sôbre a teoria do grande impulso, Rosenstein--Rodan complementa as opiniões de Kafka sôbre o crescimento desequilibrado e de Mayobre sôbre a programação. Em epígrafe, cita o autor o aforismo latino *natura facit saltum*, como inspiração ao problema das indivisibilidades econômicas. As três indivisibilidades analisadas pelo autor se relacionam com a função de produção, e complementariedade da demanda e a oferta de poupança. Em decorrência dessas indivisibilidades, o desenvolvimento econômico se faz aos pulos, em conseqüência de grandes impulsos descontínuos. Em seu comentário ao trabalho de Rosenstein-Rodan, Celso Furtado expõe a fecundíssima tese dos excedentes produtivos e de sua utilização. Contra a velha idéia de que os países subdesenvolvidos se encontravam em um círculo vicioso da pobreza, pois a baixa renda permitia reduzidos volumes de poupanças e estas pouco incrementavam a produção, Celso Furtado afirma que mesmo entre populações de baixa produtividade há sempre um volume qualquer de excedentes, sendo a utilização dêste excedente a chave do impulso do desenvolvimento. De grande alcance é a seguinte proposição de Celso Furtado: Para que uma economia estacionária possa converter-se em um sistema em processo de expansão, o que se necessita não é tanto um aumento do excedente da produção, que requeriria uma redução do consumo ou uma melhora na produtividade, quanto um câmbio na maneira de aproveitar tal excedente. A teoria do grande impulso, embora de difícil e

duvidosa conceituação teórica, é de grande fecundidade para inspirar uma análise mais realista e menos clássica (no mau sentido), das peculiares condições do desenvolvimento dos países sub-desenvolvidos da América Làtina.

A vulnerabilidade dos paises subdesenvolvidos à inflação serve de introdução ao trabalho de Roberto Campos. Um possível motivo dessa inclinação inflacionária se deriva de que o processo de crescimento nestes paises encontra seu estímulo (efeito demonstração) do lado da demanda mais do que do lado da oferta. Êste argumento sugere a dificuldade de obter, ao mesmo tempo, crescimento equilibrado e desenvolvimento rápido. Diante disto, os Governos dêsses países, como Pilatos, lavam as mãos, e deixam que o judeu (a inflação) resolva o julgamento. Roberto Campos não chega a firmar com veemência a idéia de inflação estrutural, pois é grande o realce que dá nas medidas de caráter monetário. Com sua proverbial capacidade didática, Roberto Campos enumera os aspectos perniciosos da inflação, seja com referência ao desenvolvimento equilibrado, seja com referência a distorsões setoriais. No setor de comércio exterior, Roberto Campos, que até então vinha desenvolvendo uma argumentação pouco ortodoxa, recomenda um sistema cambial de taxas flexíveis, acreditando que as variações daí decorrentes são de menor amplitude do que as decorrentes do sistema de taxas fixas, sujeito a violentos ajustamentos periódicos.

O trabalho de Maurice Byé tem um caráter expositivo, partindo da definição de capital, das diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico, e culminando numa crítica ao problema da acumulação de capital, visto não só de seu aspecto quantitativo (acumulação pròpriamente dita), mas de seu aspecto qualitativo (integração nacional). Uma vêz que os países subdesenvolvidos carecem de uma integração econômica, uma programação global correria o risco de igualar áreas regionais de caracterísicas profundamente diferentes e com diferentes capacidades de reação.

Em países, como o Brasil, sugere o autor, um esquema de programação global seria desaconselhável, devendo-se dar preferência a uma série de programações regionais. Êstes estudos de programação supõem, forçosamente, o manuseio de coeficientes de capital. A êste respeito, o trabalho de Byé levantou críticas, pois parece difícil fazer coincidir as baixas e altas relações produto-capital com um sentido favorável ou desfavorável, sem considerar o tempo de rendimento do projeto em aprêço.

Ragnar Nurkse reafirma a crítica, hoje já quase unânimemente aceita, de que o princípio da vantagem comparativa explica muito pouco o comércio internacional, e, mais que isso, não o conduz a uma situação de equilíbrio. Afasta, também, o equívoco generalizado de que o imperialismo do século XIX teve grande repercussão econômica. A sua explicação do comércio internacional coincide, de certo modo, com a teoria da causação circular de Myrdal. O desenvolvimento experimentado pelos países subdesenvolvidos durante o auge do comércio internacional, no princípio dêste século, tinha o seu centro de gravidade nos países importadores industrializados, mais do que numa expansão interna autônoma. Hoje em dia, com a reviravolta que se fêz notar na estrutura de produção dos países subdesenvolvidos, seria de se esperar uma aceleração do crescimento. Tal não ocorre, porém, na medida esperada, em conseqüência da tendência secular de deterioração dos têrmos de intercâmbio. Nestas condições, o autor sugere que os países subdesenvolvidos caminhem para uma estrutura de produção internamente diversificada, que conduz em seu bôjo maiores níveis de emprêgo e renda, ao mesmo tempo que tende a favorecer os têrmos de intercâmbio dêsses países, como parecem demonstrar as estatísticas.

O trabalho de Haberler é extremamente informativo sôbre êste agudo problema, tão em dia nos países subdesenvolvidos. Após as definições genéricas o autor afirma que, se é bem verdade que uma piora nos têrmos de intercâmbio pode criar condições desfavoráveis ao desenvolvimento econômico, isto não quer dizer que ao final do processo tal país esteja em piores condições gerais, no que se refere ao bem-estar da população. Em outras palavras, entendemos que o autor sugere uma espécie de redenção pelo sacrifício, ou ainda, que êsses países saibam aproveitar as comoções adversas para delas tirar o melhor proveito. Não obstante, o ilustre Professor de Harward nos fornece um conceito precioso: a distinção entre têrmos de intercâmbio de mercadorias e têrmos de intercâmbio dos fatôres de produção incorporados nas mercadorias exportadas. Seria levar a análise das variações nos têrmos de intercâmbio além do seu aspecto quantitativo, isto é, preços de exportação em relação com preços de importação, mas conduzi-la para o campo qualitativo, analisando a estrutura das importações com relação à estrutura das exportações.

Passando ao campo da tendência secular dos têrmos de intercâmbio, que seria desfavorável aos países subdesenvolvidos, Haberler nega validade a esta tese, que considera històricamente sem fundamento. Conceituadamente falando, cremos, porém, que

o próprio autor nos sugere o caminho a percorrer, pois ao analisarmos a estrutura de exportação dos países subdesenvolvidos nós a encontramos formada por produtos primários e alimentares, cujo preço final comporta uma menor percentagem de remuneração a serviços prestados do que nos produtos manufaturados e industriais normalmente importados dos países desenvolvidos. Deixando aparte as críticas acima formuladas, consideramos a leitura atenta do trabalho de Haberler como um privilégio, por seu profundo conhecimento do problema e pela sua extraordinária fôrça didática e expositiva.

Em suma, é lícito afirmar-se que, ao editar os trabalhos da Conferência Econômica do Rio de Janeiro, o "Fundo de Cultura" prestou relevante serviço ao estudo imparcial das relações econômicas internacionais.

J. B. G.

ATLAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS — *Delgado de Carvalho* e *Therezinha de Castro*, (organizadores). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, (I. B. G. E), 1960 — 160 págs.

Publicado pelo Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e organizado pelo Professor Delgado de Carvalho com colaboração de Teresinha de Castro, o Atlas de Relações Internacionais pode ser considerado como uma das primeiras contribuições científicas de intelectuais brasileiros no campo das relações internacionais. No prefácio, dá-se como razão determinante da obra o interêsse despertado no Brasil pelas reivindicações da Operação Pan-Americana; outrossim, esboça-se uma revisão de conceitos político-econômicos (Pátria, riqueza, trabalho) aplicando-os na análise de problemas atuais com o nacionalismo e o subdesenvolvimento, e fazendo uma análise comparativa dos dois sistemas político-econômicos dominantes na presente conjuntura internacional.

Segue-se uma introdução, pelo Professor Delgado de Carvalho, na qual são delineadas as diretrizes em que se baseia todo o Atlas. O autor afirma que as relações internacionais não constituem uma ciência, por carecer de um corpo sistematizado de teorias aplicáveis; entretanto, pode a disciplina ser definida como um grupo de problemas examinados sob um ângulo comum. Indo buscar elementos de outras ciências, difere delas por um modo de ver um enfoque todo particular. Divide-a o ilustre professor em quatro itens; no primeiro, que denomina "O crepúsculo das

Tradições", onde analisa o sistema de alianças, amparando o equilíbrio europeu, a expansão colonial, o aparecimento de nacionalismos regionais, as duas décadas que precederam 1914, quando começaram a dominar os problemas mundiais, trazendo complexidade maior à solução de problemas europeus, e o fim da política de isolamento da Grã-Bretanha. No segundo item, "A Era das Desilusões", está estudado todo o período que culmina com com a magna decepção da Liga das Nações, em que se multiplicaram conferências e tratados que nada mais patenteavam senão a ruptura da frente aliada. O terceiro item, "As Horas decisivas", contém os acordos celebrados no período final da Segunda Grande Guerra — como a Carta do Atlântico, Ialta, Bretton Woods, Dumbarton Oaks, a conferência de São Francisco e a resultante Carta das Nações Unidas; no item seguinte, debuxa as feições da atualidade internacional, onde são focalizadas as relações do Ocidente com o mundo soviético, do hemisfério ocidental com a Europa, e os surtos nacionais. Assim, prepara-se a análise dos problemas atuais e especialmente regionais. Em particular, são examinadas as novas tendências de agrupamento regional que se vêm manifestando mais fortemente, desde a Segunda Guerra Mundial, sob formas federalistas, bem assim as modalidades de Liga, União, e, principalmente, comunidades, quer militares, quer políticas, quer ainda econômicas.

Inicia o corpo do Atlas um estudo sôbre a guerra fria, a partir das idéias de H. J. Mackinder, lastreado em Ratzel e Kjellen, sôbre a existência de um permanente conflito entre o poderio naval e o continental, com considerações sôbre a geopolítica, conceituada em têrmos de geografia política como disciplina dinâmica. Cada capítulo do Atlas é acompanhado de mapas, a cargo de Martinho C. Castro, que muito ajudam a compreensão das questões versadas; seu objetivo é o de apresentá-las no contexto dos respectivos cenários geográficos onde ocorrem, permitindo-nos, destarte, visualizar cada problema em suas relações essenciais. Assim, são apresentados o problema da Itália e Trieste; os relacionados com o Sarre, encarado em função do atual *status* alemão; o do vínculo da República Popular Polonesa com a Rússia, e o restante da Europa comunista; os Estados danubianos e a revolução húngara; os Balcãs; o Benelux e a Comunidade Européia do Carvão e do Aço; o Oriente Médio e a crise libanesa de 1957, face ao Estado de Israel e Chipre; a Índia e o Paquistão; os Estados Indochineses; as duas Chinas, ambas as Coréias; o Império nipônico, a República insular da Indonésia; o Império Etiópico, a República do Sudão; a República Árabe Unida; a Tunísia; a Comunidade Francesa na

África e a monarquia marroquina; a África Ocidental; a União Sul-Africana; e a Comunidade Britânica de Nações. Os capítulos XXX a LX são reservados às associações internacionais ou seja, às Nações Unidas, aos mandatos internacionais, à OTAN, Liga Arábica, e ao Pacto de Bagdá (CENTO), à Federação das Índias Ocidentais, OPA e Pan-americanismo, Associação Latino-Americana de Livre Comércio; há também um capítulo sôbre a Antártida, com o texto completo do Tratado recentemente firmado em Washington a respeito da região.

Além dos mapas que, como ficou dito, acompanham os capítulos, para, nos têrmos dos autores, "dar um cunho humano aos principais episódios relatados", foram retratados, a bico de pena, por Ivã Wasth Rodrigues, as figuras que mais se salientaram no momento histórico, em plano internacional. Da enumeração dos capítulos, depreende-se que sòmente poucos são dedicados a assuntos econômicos. Cremos ser esta uma das mais graves deficiências do Atlas, o qual, segundo seus autores, deve considerar na atualidade a tendência da congregação econômica. Fatos político-econômicos importantes são deixados à margem, privando-nos, dêste modo, de elementos de análise. Devemos também aludir às imprecisões causadas pelas dificuldades intrínsecas à realização de obras dêsse escopo; assim, vamos encontrar bem poucas indicações sôbre o plano Marshall, a Comunidade Européia de Defesa, a Euratom etc.

Note-se também que, organizado em meados de 1960, o Atlas já hoje está desatualizado no que diz respeito aos Estados africanos que nos últimos seis meses, se tornaram independentes. Pequenas imprecisões, como a inclusão, no Atlas, do Tratado da Antártida, sem a menor indicação do local e da data onde foi assinado, para dar um exemplo, não diminuem, porém, o valor da obra, que há de constituir útil instrumento de referência para quantos, no Brasil, onde tão escassos são os conhecedores de relações internacionais, procuram uma base para a compreensão das grandes questões contemporâneas referentes à convivência das nações.

C. N. O. Pares

O CAMINHO (SOCIALISTA) DA IUGOSLÁVIA — Josip-Broz-Tito, 1959, Saga Editôra — Rio de Janeiro.

Para nós que adotamos uma concepção cristã da vida e que não compreendemos o bem-estar social sem um mínimo de liberdade política, a contribuição iugoslava, para o aprimoramento

das relações entre os países da área socialista, pode ser considerada importante por duas razões. Primeiro, porque, vencendo o dogmatismo stalinista, a Iugoslávia transpôs, no campo internacional, tremendo obstáculo à política de coexistência ativa e do entendimento pacífico entre os povos, aspiração pela qual nos batemos, ombro a ombro, com os representantes daquele país e das demais nações do mundo, no âmbito da Organização das Nações Unidas. Segundo, porque as conseqüências práticas das críticas formuladas ao stalinismo resultaram, no plano interno, em consideráveis benefícios para as populações da U.R.S.S. e seus aliados e para a dignidade da pessoa humana, que merece das nossas instituições o maior respeito e acatamento. Nem seria necessário mencionar, aqui, tôdas as grandes vantagens de ordem espiritual que a superação da antiga orientação da política soviética suscitou, com o abrandamento das medidas de liquidação da burguesia, de hostilidade ao direito de propriedade, de indiferença a restrições à liberdade de religião.

Tôdas estas conseqüências evidenciam-se na exposição que o Marechal Tito, presidente da Iugoslávia, apresenta neste livro, sôbre a situação econômico-social do seu país e sôbre os princípios doutrinários que orientaram o seu desenvolvimento. Pela firmeza com que seguiram à risca êsses princípios, os iugoslavos se colocaram numa grande encruzilhada ideológica, perante o marxismo ortodoxo de Moscou. Reptado a fundir a sua liberdade de ação na unidade comunista de comando ou enveredar por um caminho próprio, o Govêrno iugoslavo preferiu esta segunda opção. Acusada de desviacionismo por Stálin, a Iugoslávia conseguiu, posteriormente, após a sua morte, do XX Congresso do Partido Comunista da U.R.S.S., o reconhecimento de sua fidelidade aos postulados do marxismo-leninismo, não obstante os métodos diferentes de que resolveu lançar mão, no plano interno, para edificação da sociedade socialista. A esta tomada de posição, de ordem pragmática, correspondeu o estabelecimento de uma posição teórica, que ganhou, pouco a pouco, foros de coisa admitida no movimento proletário internacional. Hoje, os diferentes caminhos para o socialismo ou para o comunismo são explicados pela diferença do próprio complexo de fatôres que cercam o desenvolvimento econômico dos países, ou seja pela presença de um sem-número de cambiantes, na contextura social das instituições nacionais, particularidades que demandam uma solução especial embora dentro do arcabouço filosófico que deve presidir a evolução política das democracias populares.

Do mesmo modo, é forçoso considerar as circunstâncias que condicionam, no tempo, a passagem do capitalismo para o socia-

lismo. Pensar, de forma contrária, seria incorrer no exagêro de transportar, para ambiente social completamente diverso, idéias e critérios, que tendo respondido muito bem ao apêlo histórico de determinado século ou mesmo de determinada década, podem constituir modelos a evitar, no século ou na década seguinte. "A edificação do socialismo não segue uma linha reta. Os homens constróem, conscientemente, o socialismo mas o fazem em condições extremamente diferentes, conforme os países; chocam-se com contradições internas que se manifestam com mais ou menos violência; atuam sob a influência de espontaneidade e de diversos elementos sociais e materiais, e tomam decisões subjetivas diferentes, quando se trata de resolver questões concretas. Os objetivos do socialismo são iguais, mas os povos a êle chegam — devido a razões objetivas e subjetivas as mais diversas — por caminhos e meios diferentes".

Esta posição de flexibilidade não implicou numa retirada ideológica do marxismo, mas, num recuo tático, que pode afetar, para melhor, o próprio espírito da revolução socialista, e, talvez, a estrutura do sistema. "A natureza do socialismo não está na supressão violenta e apenas aparente das contradições por meio de um Estado todo-poderoso. Na sociedade socialista, as contradições internas são superadas cada vez menos por meio de reações antagônicas próprias da sociedade de classe, e cada vez mais pela ação consciente das fôrças sociais dirigentes e graças à evolução ininterrupta da sociedade". O trecho é uma alusão clara ao Estado todo-poderoso de Stálin, que não parecia confiar muito, em todo caso, na "ação consciente das fôrças sociais" e por isso que não se detinha perante ninguém, nem mesmo perante o interêsse das classes trabalhadoras.

Nem é isto, sòmente, uma interpretação razoável das palavras do Marechal Tito. Na parte em que trata de "O desenvolvimento do pensamento socialista, o dogmatismo e o revisionismo, êle menciona, diretamente, Stálin como o grande responsável por uma série de erros que culminaram no culto à personalidade e na idolatria do Estado. "O atraso do pensamento marxista em relação à evolução dos acontecimentos provém, igualmente, de que, durante várias décadas, Stálin formulou, no quadro do movimento comunista, como autoridade e sem contradita, a apreciação de todos os processos contemporâneos. Algumas apreciações de Stálin se revelaram justas, mas a prática desmentiu tôda uma série de suas concepções teóricas. Em suas análises teóricas, Stálin desviou-se do método dialético materialista para o subjetivismo e a metafísica. Entretanto, abstraído o caráter de algumas teorias suas, é evidente que um tal monopólio ideológico devia conduzir à dogmatização

do marxismo e do leninismo". Tito não se limitou, pois, a objetar contra o Estado absoluto e material de Stálin; suas objeções, alcançaram, também, o campo teórico. Omite por isso o ex-chefe das fôrças comunistas mundiais tôda vez que fala na doutrina que orienta o PC iugoslavo, mencionando, apenas Marx e Lênine.

O caminho socialista da Iugoslávia, sendo menos burocrático e mais inclinado à descentralização, é, certamente, muito mais humano do que o apontado pelo stalinismo. O abrandamento dos processos de socialização da propriedade, principalmente da propriedade fundiária transparece em muitos trechos do livro. Negar êsse *ralentissement* seria admitir a insinceridade do autor e só admiti-la quando conviesse à nossa posição ideológica. De resto, impressiona bastante a franqueza com que o Marechal Tito critica as imperfeições do seu Govêrno, atitude rara num Chefe de Estado quando ainda se encontra no poder. Assim, depois de haver acentuado que, no período de transição do capitalismo para o socialismo, as tendências burocráticas se apresentam como importante fôrça social e que a luta contra o burocratismo é de importância decisiva, profliga as suas manifestações na Iugoslávia, com estas palavras: "Hoje, estas tendências aparecem, em nosso país, de diversas maneiras: alguns órgãos agem de modo arbitrário, e subestima-se, freqüentemente, a necessidade de conciliar os interêsses sociais com os interêsses individuais; as necessidades quotidianas dos trabalhadores são contrapostas "aos fins superiores do socialismo"; a construção de instituições da democracia socialista são negligenciadas; tenta-se enfraquecer e desmantelar a auto-administração operária, por meio do centralismo burocrático, do particularismo, do nacionalismo, do nacionalismo egoístico etc. No plano da atividade prática quoditiana, estas tendências se exteriorizam sob outras formas ainda; utilizam-se, inconsideradamente, os fundos sociais; diferenças excessivas de salários e de prêmios são toleradas; luta-se por obter privilégios materiais ligados a certas funções; camarilhas são formadas nos órgãos diretores das emprêsas, das instituições econômicas e administrativas; certos dirigentes praticam arbitrariedades etc. A manifestação mais freqüente, porém, destas tendências é a que caracteriza o comportamento habitual do burocrata diante dos problemas sociais; os negócios são ajustados no interior dos gabinetes; é adotado um comportamento desumano diante dos cidadãos; não existe sentimento de responsabilidade em face a problemas candentes, uma indiferença burocrática é demonstrada em relação ao trabalho etc.".

As passagens assinaladas deixam entrever, fàcilmente, como são semelhantes os problemas de países de regimes diferentes e ideologias diversas. E se apresentam, tanto mais reveladoras,

quanto maior a autoridade de quem as escreveu, o próprio Chefe do Govêrno iugoslavo. Estas críticas veementes não se circunscrevem, sòmente, à burocracia. Sua análise do comércio interno não é menos inclemente. O abastecimento das cidades ainda é imperfeito, o que resulta, segundo o autor, de um certo anarquismo e de uma compreensão incompleta das leis que regem o mercado. Não sendo dogmático, o regime cedeu ante os fatos: alguns contrôles estatais foram relaxados. Veio a abolição dos cartões de racionamento, da venda obrigatória de produtos ao Govêrno, da ingerência administrativa central em todos os domínios. É verdade que essas medidas não afetaram a centralização do desenvolvimento econômico nacional, em suas linhas gerais, mas provocaram a descentralização administrativa da direção da planificação econômica. Êste retrocesso realista permitiu ao comércio, mesmo sem acompanhar o ritmo geral do desenvolvimento econômico, tomar novo impulso e melhorar o aprovisionamento de mercadorias para os consumidores. Mesmo assim, o comércio interno ainda se encontra bastante longe de atingir uma situação satisfatória. "Tomemos, como exemplo, as flutuações e as diferenças de preço de um mesmo produto nas diferentes partes de nosso país, embora êsse produto exista em quantidades suficientes e mesmo, muitas vêzes, em excesso em certas regiões. Eu não afirmarei que não haja dificuldades diversas, como transporte defeituoso e pouco desenvolvido, a escassez de lojas, a falta de frigoríficos etc. ou insuficiência e fraqueza na organização do mercado, mas posso dizer que há emprêsas de comércio que preferem comprar quantidades menores de artigos e aumentar os preços a comprar grandes quantidades e reduzir os preços".

Também o desenvolvimento econômico, apesar de todos os êxitos alcançados pelos planos qüinqüenais, teve os seus contratempos e as suas dificuldades. A princípio, tôda ênfase foi posta na industrialização do país. A indústria pesada teve prioridade sôbre a de transformação e a de produção de bens de consumo. Era preciso criar as bases econômicas da independência nacional, a qualquer preço, e sem medir qualquer sacrifício. Essa concentração de investimento nas indústrias de base produziram, porém, reflexos negativos no crescimento da produção agrícola, da renda nacional e no padrão de vida da coletividade. "Tínhamos consciência disso, mas não podíamos agir, de outro modo, pois queríamos criar, o mais ràpidamente possível, as condições necessárias à edificação posterior da indústria de produção de artigos de consumo corrente, a fim de melhorar a situação de nossos trabalhadores". Nem foi possível evitar, de todo, que certos investimentos deixassem de ter aplicação adequada e fôssem desviados

para obras suntuosas ou para outras atividades não diretamente vinculadas à produção.

De qualquer modo, necessário ou não o sacrifício da industrialização, a sessão do Comitê Executivo da Comissão Central da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, de 28 de setembro de 1955, representou o ponto de retôrno desta política econômica. Foi deliberado que a indústria de transformação e a agricultura estavam a merecer maiores investimentos. Que o aumento do nível geral de vida teria de ser estimulado por uma produção crescente de bens de consumo, embora esta melhoria devesse estar condicionada aos ganhos da produtividade e ao aumento das fôrças produtivas. Resolveu-se, do mesmo passo, criar condições propícias ao desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas do país e distribuir os recursos em setores suscetíveis de produzirem efeitos positivos e rápidos sôbre a renda nacional. O Marechal Tito parece satisfeito com os objetivos alcançados por essa nova orientação". A variedade, a qualidade e a quantidade dos artigos de consumo corrente aumentaram muito. Quando vemos, hoje, nas grandes feiras, nossos diversos produtos ou nosso material técnico e os comparamos com os do estrangeiro, podemos nos regozijar com a qualidade de nossos produtos".

Analisando os problemas administrativos com que se depara o país que governa, o autor refuta as propaladas notícias, veiculadas no exterior, de que a descentralização administrativa estivesse levando a Iugoslávia a uma situação anárquica. Esclarece, a seguir, que esta descentralização, não sòmente é desejável, do ponto de vista teórico e socialista, como assegura, na prática, maior rendimento do trabalho, por constituir um estímulo à capacidade de organização e à imaginação criadora do proletariado. Acrescenta que, ao enveredar, corajosamente, pelo caminho da administração social ou da autodireção operária, o Govêrno "limitou-se a cumprir um ato histórico inelutável no processo do desaparecimento do Estado". Tem-se a impressão de que fazer desaparecer o Estado, a longo prazo, em obediência aos imperativos da teoria marxista, parece ser uma das maiores preocupações do Chefe de Estado iugoslavo, que não cessa, em diferentes capítulos, de frisar a importância dêsse futuro curso de desenvolvimento e de condenar a hipertrofia estatal, com tôdas as conseqüências distorsivas que acarreta, para a vida do regime e para o bem-estar da população. Preconizando a diminuição gradativa e progressiva do contrôle estatal, em favor do jôgo livre dos fatôres socialistas da base, sua tese se afasta da concepção dialética stalinista de fazer o Estado desaparecer, fortalecendo-o, cada vez mais.

Quanto à tendência para o burocratismo, ela é explicada como sendo um vestígio do regime capitalista e como uma contradição, no socialismo, no período de transição. Não é a única contradição existente, aliás. "Existe na estrutura econômica e social do país, uma série de contradições de classe, de contradições econômicas, sociais, políticas e ideológicas, que podem em certas condições, tomar caráter antagônico... Sociedade nova, ainda insuficientemente desenvolvida e que conserva seu caráter de classe, a sociedade socialista iugoslava se desenvolve em condições em que o Estado ainda existe e tem um papel importante e bem definido e em que, no quadro da produção mercantil, a repartição é realizada por intermédio da moeda, em virtude do princípio da remuneração de acôrdo com o trabalho". Esta explicação, que procura justificar, teòricamente, tôdas as imperfeições do período de transição e situa o burocratismo de uma forma só muito recentemente aceita pelo PC da U.R.S.S., não é menos complacente, porém, com quaisquer desviacionismos doutrinários. Êstes desvios da boa teoria, segundo o livro, são três: a tendência à subestimação anarquista do papel do Estado, à negação pseudoliberal de seu caráter socialista e a tendência a promover a hipertrofia estatal. Em outras palavras, a transformação da sociedade socialista numa comunidade de produtores requer o relaxamento contínuo e, por etapas, do contrôle estatal, não o processo inverso.

Também no que se refere à política agrária, a Iugoslávia não seguiu o mesmo caminho de outros países socialistas. A reforma levada a efeito foi mais ou menos radical, mas a maior parte das terras cultiváveis é ainda propriedade de produtores individuais. Contudo, o Estado, não sòmente limita o tamanho das propriedades a 10 hectares, como monopoliza os meios mecânicos indispensáveis à grande produção agrícola. Ao lado dêsses produtores, existem diversas formas de organização agrícola socialista: os domínios agrícolas, as cooperativas agrícolas e as cooperativas camponesas. Mas não se situa no campo o único vestígio de propriedade privada no país. Existem, em setores diversos, outros pequenos proprietários: no artesanato, no comércio hoteleiro e nas profissões em geral.

Sem dúvida, teria sido desejável que as análises da economia iugoslava tivessem sido acompanhadas de alguns elementos estatísticos ou, pelo menos, de cálculos percentuais sôbre os ganhos obtidos pelos planos qüinqüenais. Também a distribuição da matéria e a sistemática do seu desenvolvimento no texto não satisfazem mais do que a apresentação gráfica do livro, que é uma tradução da versão francesa realizada por H. Macedo e O.

Peralva. Em síntese, somos de opinião de que "O Caminho (Socialista) da Iugoslávia", apesar de sua leitura fácil e de sua linguagem clara, interessará mais ao leitor, como o depoimento de um Chefe de Estado sôbre os problemas do Govêrno que preside, — um depoimento dado, em tôda sua extensão, com bastante acuidade e espírito crítico — do que pelo exame superficial de certas questões doutrinárias ou de fenômenos econômicos e políticos que pouco ficarão a dever a Tito, um grande revolucionário e um estadista de excepcionais qualidades de liderança, mas não, seguramente, um intelectual ou teórico do marxismo.

P. A.

LIVROS RECENTES SÔBRE PROBLEMAS INTERNACIONAIS E POLÍTICA ESTRANGEIRA:

1. *POLÍTICA GERAL*

ATLAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS — Organizado por *Delgado de Carvalho* e *Therezinha de Castro* — Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — 1960

CONCEITO DE NACIONALISMO — *Luiz Toledo Machado* — São Paulo, Editôra Fulgor, 1960 — 203 p. Cr$ 150,00

POLÍTICA E MASSA — *Gino Germani* — Belo Horizonte, Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960 — 189 p.

MANIFESTO DEMOCRATICO — *Ferdinand Peroutka* — Belo Horizonte, Editôra Itatiaia, 1960 — 201 p., Cr$ 220,00

POLÍTICA ULTRAMARINA — *Adriano Moreira* — Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960 — 343 p., 50$00

VERDADES AMARGAS SOBRE LA DEMOCRACIA — *Jesús Arango Cano* — Bogotá, Editoriales de Libreria Voluntad, 1960

LA POLITICA DEL PODER — *Georg Schwarzenberger* — Mexico — Fondo de Cultura Económica, 1960 — 809 p.

STUDI SU LA GUERRA E LA PACE — *Giorgio Del Vecchio* — Milano, Giuffrè, 1959 — 204 p.

AMBIENTE PATRIA NAZIONE — *E. Spranger* e *S. Valitulli* — Rome, A. Armand, 1959

INTRODUCTION TO WORLD POLITICS — *W. Friedmann.* — 1960 — 30/

THEORETICAL ASPECTS OF INTERNATIONAL RELATIONS — *William F. R. Fox* — University of Notre Dame Press, 1959 — 118 p., $3.25

METHODOLOGY IN THE STUDY OF INTERNATIONAL RELATIONS — *Trygve Mathisen* — New York, The Macmillan Company — 1959 — 265 p., $3.75

WORLD AFFAIRS AND THE COLLEGE CURRICULUM — *Richard N. Swift* — Washington, American Council on Education — 194 p.

COMMUNICATION OR CONFLICT: CONFERENCES, THEIR NATURE, DYNAMICS, AND PLANNING — *Warry Capes* — London, Tavistock Publications, — 1960 — 228 p., 30s

THE CRISIS WE FACE: AUTOMATION AND THE COLD WAR — *Floyd George Steel* — Los Angeles, UCLA — 220 p., $4.95

PERSPECTIVES ON PEACE 1910 — 1960 — London, Stevens & Sons — 21 s.

THE CONTINUING DEBATE — *Charles A. McClelland* — São Francisco, Howard Chandler, 1960 — 198 — p., $1.50

WORLD ACADEMY OF ARTS AND SCIENCES — SCIENCE AND THE FUTURE OF MANKIND — The Hague — Dr. W. Junk publishers, 1961 — 350 p., $9.50

DER WETTLAUF ZUM JAHRE 2.000. UNSERE ZUKUNFT: EIN PARADIES ODER DIE SELBSTVERNICHTUNG DER MENSCHHEIT — *F. Baade* — 1960 — 312 p., $5

STRENGTH OF MEN AND NATIONS: A MESSAGE TO THE U. S. A. VIS-A-VIS THE USSR — *William Ernest Hocking* — New York, Harper and Brothers — 1959 — 248 p., $3.50

BASIC VALUES OF WESTERN CIVILIZATION — *Shepard B. Clough* — Columbia Univ. Press — 132 p., $3.00

ETHICAL VALUES IN INTERNATIONAL DECISION-MAKING — *Bart Handheer* — The Hague, Martinus Nijhoff, — 1960 — 103 p., 3.75 guilders

STUDIES IN THE PROBLEMS OF PEACE — *K. Satchidamanda* — Bombay, Asia publishing House, — 1960 — 375 p., 52 s. 6d

A SHORT PATH TO WORLD PEACE — M. W. Polak — 1960 — $.1.75

THE COMING POLITICAL BREAKTHROUGH — C. *Bowles* — 1960 — 224 p., $2.55

NATIONS AND EMPIRES, RECURRING PATTERNS IN THE POLITICAL ORDER — *R. Niebuhr* — 1960, 25/

THE STRUGGLE FOR POWER IN THE POSTWAR WORLD — *Hugh Seton-Watson* — New York, A. Praeger, 1960 — 504 p., $7.50

MYTHES ET RÉALITÉS L'IMPÉRIALISME COLONIAL FRANÇAIS — *Henry Brunschwig* — Paris, A. Colin, 206 pages.

NATIONALISM: A RELIGION — *Carlton J. H. Hayes* — New York, The Macmillan Company, 1960 — 187 p., $5.00

RACE AND NATIONALISM — *Tomas Franck* — London, Allen and Unwin — 30 s.

NATIONALISM AND INTERNATIONAL PROGRESS — *Urban G. Whitaker Jr.* — São Francisco, Howard Chandler, 1960 — 136 p., $1.25

ON ALIEN RULE AND SELF GOVERNMENT — *John Plamenatz* — London, Longmans, 1960 — 224 p., 21 shillings

TRANSFER OF POWER: PROBLEMS OF THE PASSAGE OF SELF GOVERNMENT — *C. Jeffries* — 1960 — 17/6

TOWARDS UNDERSTANDING ISLAM — *Sayyed Abril A'Ha Mandoodi* — Lahore, Islanic Publications, 1960 — 192 p. Rs. 4.8.

A SHORT POLITICAL GUIDE TO THE ARAB WORLD — *Peter Partner* — London, Pall Mall Press, 1960 — 142 p. 16s. 6d.

COMMON SENSE ABOUT THE ARAB WORLD — *Erskine B. Childers* — London, 1960 — 192 p., 12s. 6d
GANDHI ON WORLD AFFAIRS — *Paul F. Power* — Washington, Public Affairs Press, 1960 — 128 p., $3.25
THE DOMINANCE OF ENGLAND — *Dorothy Crisp* — London, The Holborn Publishing Co., 1960 — 299 p. 21 s.
BRITISH FOREIGN POLICY SINCE THE SECOND WORLD WAR — *C. M. Woodhouse* — 1960 — $4.25
L'EUROPE ET LE MONDE — RECUEIL D'ETUDES DE RAPPORTS. ET DE DISCOURS 1945-1960 — F. Dehousse — 1961 — $10.75
EUROPEAN AND COMPARATIVE GOVERNMENT — *R. Y. Newmann* — U. S. A., 1960 — 66/
RULING SERVANTS; BUREAUCRACY IN RUSSIA, FRANCE AND BRITAIN — *E. Strauss* 1960 — 30/
EUROPE AND AFRICA — *A. Per Federpield* — Strasbourg, Council of Europe, 1960 — 37 p.
LA GUERRA PSICOLÓGICA — *Luis Garcia Arias* — Universidade de Zaragoza — 1958 — 187 p.
PROPAGANDA AND INTERNATIONAL AFFAIRS — *Urban G. Whitaker Jr.* — São Francisco, Howard Chandler, 1960 — 198 p., $1.50
COMUNISMO Y DEMOCRACIA SOCIAL — *Jesus Silva Herzog* — Mexico, Universidad Nacional de Mexico, 1960.
LE POUVOIR SOVIÉTIQUE — *Henri Chambre* — Paris, R. Pichon et R. Durand — Auzias, 1959 — 168 pp.
THE COMMUNIST INTERNATIONAL SYSTEM — *George Modliski* — Princeton, Center of International Studies — $1.00
THE PATTERN OF COMMUNIST REVOLUTION — *H. Seton-Watson* — 1960 — 410 p., $4.25
COMMUNISM AFTER STALIN, A SELECTED ANTHOLOGY FROM PROBLEMS OF COMMUNISM — A. Brumberg (editor) — 1961 — 42/
COMMUNISTS IN COLLABORATION, A STUDY OF THEORY AND METHODS — *G. Nollan* — 1960 — 42/
THE FOREIGN POLICY OF THE SOVIET UNION — *Alvin Z. Rubinstein* — New York, Randon House, 1960 — 457 p., $6.60
SOVIET CONDUCT IN WORLD AFFAIRS: A SELECTION OF READINGS — *Alexander Dallin* — New York, Columbia University Press, 1960 — 318 p. 36s.
COMMUNIST PROPAGRANDA METHODS (A CASE STUDY ON CZECHOSLOVAKIA) — *Wladimir Reisky de Dubuic* — New York, Praeger, 1960 — 287 pp., $6.00
THE SOVIET UNION AND THE MUSLIM WORLD 1917-1956 — *Ivar Spector* — Washington, University of Washington Press — 150 p.
ROOSEVELT'S ROAD TO RUSSIA — *George N. Crocker* — Chicago, Henry Regnery, 1959 — 312 p., $5.00
CROSS-CULTURAL CONTACT AND AMERICAN ATTITUDES TOWARD WORLD AFFAIRS — *George V. Coelho* — National Institute of Mental Health, 1961 — $1.00
THE UNITED STATES IN THE WORLD ARENA — *W. W. Rostow* — New York, Harper, 1960 — 586 p., $8.75
U. S. FOREIGN POLICY IN A CHANGING WORLD — by *Oliver D. Knauth* — Washington, National Planning Association, 1960 — 76 pp., $1.50

AMERICA THE VINCIBLE — *Emmet John Hughes* — Garden City, 1959 — 306 p., $3.95

AMERICA AND THE WORLD OF OUR TIME: UNITED STATES DIPLOMACY IN THE TWENTIETH CENTURY — *Jules Dairds* — New York, Randon House, 1960 — 597 p., $7.50

AMERICA'S FOREIGN POLICY — *Harold Karan Jacobson* — New York, Randon House, 1960 — 756 p., $6.50

ISSUES AND CONFLICTS: STUDIES IN TWENTIETH CENTURY AMERICAN DIPLOMACY — *George L. Andersen* — Kansas, University of Kansas Press, 1959, 340 p., $5.00

ARE WE GOOD NEIGHBORS? THREE DECADES OF INTER-AMERICAN RELATIONS 1930-1960 — *Donald Marquand Dozer* — Gainesville, University of Florida Press, 1959 — 456 p., $6.00

QUAKER WAYS IN FOREIGN POLICY — *Robert O. Byrd* — London, Oxford University Press, 1960 — 230 p. — 40 s.

THE WORLDMARK ENCYCLOPEDIA OF THE NATIONS — New York — Worldmark Press, Inc. 1960 — 1.456 p., $30.00

INTERNATIONAL BIBLIOGRAPHY OF POLITICAL SCIENCE — *Jean Meynaud* — Paris, Unesco 1960 — 354 p., $6.30 s NF 21.25

THE INTERNATIONAL WHO'S WHO — London, Europa publications, 1959 — 980 p., 120 s.

LITERATUR UND REVOLUTION-DIE SCHRIFTSTELLER UND DER KOMMUNISMUS — *J. Rühle* — 1960 — 600 p., $7.25

ONDANKS EEN VERDEELDE WERELD — *A. de Ruijter* — Amsterdam, Nederlands Instituut voor Volksontwikkeling en Natuurvriendenwerk, 1960 — 127 blz, f 2,25

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS



CONSELHO DE DIREÇÃO

Prof. *Lourival Gomes Machado,* da Universidade de São Paulo
Prof. *Milton Soares Campos,* da Universidade de Minas Gerais
Prof. *Nélson de Sousa Sampaio,* da Universidade da Bahia
Prof. *Victor Nunes Leal,* da Universidade do Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL

Prof. *Orlando M. Carvalho,* da Universidade de Minas Gerais



ASSINATURA ANUAL .... Cr$ 160,00
PREÇO DE CADA NÚMERO .... Cr$ 80,00



PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS • BELO HORIZONTE • MINAS GERAIS • BRASIL